

**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”**

Os “parques de papel” e o papel social dos parques

Douglas de Souza Pimentel

**Tese apresentada para obtenção do título de Doutor
em Recursos Florestais, com opção em Conservação
de Ecossistemas Florestais**

**Piracicaba
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Douglas de Souza Pimentel
Biólogo Marinho e Licenciado em Ciências Biológicas

Os “parques de papel” e o papel social dos parques

Orientadora:
Profª Dra **TERESA CRISTINA MAGRO**

**Tese apresentada para obtenção do título de
Doutor em Recursos Florestais, com opção em
Conservação de Ecossistemas Florestais**

**Piracicaba
2008**

**À minha pequena e bela
família, pelo amor
incondicional.**

AGRADECIMENTOS

- À Professora Teresa C. Magro, que acolheu a mim e toda minha família, pela orientação;
- A todos os professores, por compartilhar os conhecimentos e especialmente o professor Demóstenes Ferreira da Silva Filho, do Departamento de Ciências Florestais, que participou de várias etapas dessa jornada;
- À Márcia, novamente, pela paciência e apoio nas “crises” e ajuda na bibliografia, é claro...
- À Ana Angélica, grande incentivadora dessa caminhada;
- Aos colegas da Faculdade de Formação de Professores da UERJ que me apoiaram em diferentes momentos;
- À Fernanda, Raquel, Juliana e todos aqueles (não esquecendo de minha mãe!) que me auxiliaram na grandiosa tarefa de aplicação dos questionários;
- Ao Fellipe Pinto e o pessoal da “Solução Estatística Junior” da UERJ, que me ajudaram com os dados quantitativos e à Miriam, com as transcrições das entrevistas;
- Ao Kuki que atuou como psicólogo dos computadores com personalidades problemáticas;
- Aos colegas da Pós Graduação em Recursos Florestais, que tornaram o processo mais alegre e produtivo. Viva o “Clube da Pamonha”!
- Ao pessoal do LANP, Ana Júlia, André, Daniela, Fabíola, Giselle, Jesus, Joyce e Sílvia pelo acolhimento. Vocês tornaram a estada em Piracicaba bem mais agradável;
- A todos os que dispuseram do seu tempo para responder às entrevistas;
- Ao Nestor Prado, do PESET, pelo empréstimo do mapa e símbolo do Parque;
- À CAPES/Cnpq pela bolsa concedida;

SUMÁRIO

RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	13
1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Justificativa.....	16
1.2 Hipótese.....	16
1.3 Objetivos.....	17
1.3.1 Objetivo Geral.....	17
1.3.2 Objetivos específicos.....	17
1.4 Base metodológica.....	17
1.5 Estrutura do trabalho.....	17
Referências.....	20
2 “OLHAR E VER”: A INSERÇÃO SOCIAL DOS PARQUES CATALISADA PELO MANEJO DE SUA IMAGEM.....	21
Resumo.....	22
Abstract.....	22
2.1 Introdução.....	22
2.2 Desenvolvimento.....	23
2.2.1 As múltiplas facetas do problema.....	23
2.2.2 Os parques em uma perspectiva histórica e ideológica.....	25
2.2.3 A aplicação do modelo.....	27
2.2.4 A conservação autoritária.....	28
2.2.5 A Ecologia e a conservação baseada em parques.....	32
2.2.6 As UCs em escala de importância.....	34
2.2.7 Os parques de papel.....	36
2.2.8 O manejo de parques e a variável das interações sociais.....	37
2.2.9 A difícil integração com outras ciências.....	39
2.3 Conclusões.....	41
Referências.....	42
3 MÚLTIPLOS OLHARES: A NECESSIDADE DE UM MANEJO QUE INCLUA A COMPLEXIDADE.....	53
Resumo.....	54
Abstract.....	54
3.1 Introdução.....	54
3.1.1 “O caminho do meio”: novos olhares para a gestão de parques.....	54
3.2 Desenvolvimento.....	55
3.2.2 O olhar da Geografia: Conceitos reavaliados e horizontes ampliados.....	55
3.2.3 O olhar fragmentado em diferentes escalas.....	64
3.2.4 “Olhar e ver” – influência recíproca entre percepção e valores.....	67
3.2.5 Um olhar pragmático: o monitoramento da imagem dos parques.....	72
3.3 Conclusões.....	73
3.3.1 Princípio, meio e fim.....	73
Referências.....	74

4 DIFERENTES DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL DOS PARQUES.....	83
Resumo.....	84
Abstract.....	84
4.1 Introdução.....	84
4.2 Desenvolvimento.....	85
4.2.1 A Educação Ambiental como ferramenta para a inserção social dos parques.....	85
4.2.2 A Educação Ambiental para a gestão democrática de parques.....	87
4.2.3 Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: os parques como locus de discussão de práticas sociais.....	89
4.2.4 Ecoturismo e Educação Ambiental: contribuindo para a construção da esfera simbólica dos parques.....	91
4.2.5 A pesquisa: informações qualificadas para subsidiar a Educação Ambiental.....	94
4.3 Conclusões.....	96
Referências.....	97
5 ÁREA DE ESTUDO: O PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA ENQUANTO UM OBJETO DE ESTUDO INTERDISCIPLINAR.....	103
Resumo.....	104
Abstract.....	104
5.1 Introdução.....	104
5.2 Desenvolvimento.....	106
5.2.1 Múltiplos olhares sobre o Parque Estadual da Serra da Tiririca.....	106
5.2.1.1 A materialidade do Parque - Características físicas e Hidrológicas.....	106
5.2.1.2 A História de ocupação da região.....	107
5.2.1.3 A Biologia fornecendo subsídios para a conservação da área.....	117
5.2.2 O Parque sob o processo de institucionalização do espaço.....	119
5.2.3 Levantamentos sócio-ambientais no PESET.....	125
5.3 Conclusões.....	128
Referências.....	128
6 O PESET VISTO SOB O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE SEU ESPAÇO.....	133
Resumo.....	134
Abstract.....	134
6.1 Introdução.....	134
6.2 Desenvolvimento.....	135
6.2.1 Metodologia.....	135
6.2.2 Resultados e discussão.....	138
6.2.2.1 A esfera Territorial do PESET: as práticas sociais configurando o espaço físico e conceitual.....	138
6.2.2.2 A esfera Institucional do PESET: regras e imagem mediando a inserção regional.....	150
6.2.2.3 A esfera Simbólica do PESET: a imagem do parque e a importância de seu manejo.....	156
6.2.2.4 A institucionalização do espaço em parque e as comunidades do entorno.....	159
6.3 Conclusões.....	162
6.3.1 História e administração pavimentando a visão do PESET.....	162
Referências.....	163

7 A ESFERA SIMBÓLICA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA REVELADA PELAS SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	167
Resumo.....	168
Abstract.....	168
7.1 Introdução.....	168
7.1.1 Imagem como um referencial simbólico do PESET.....	168
7.2 Desenvolvimento.....	169
7.2.1 Metodologia.....	169
7.2.1.1 Análise de Conteúdo.....	170
7.2.2 Resultados.....	174
7.2.3 Discussão.....	182
7.2.3.1 Os argumentos.....	189
7.3 Conclusões.....	192
Referências.....	193
8 A ESFERA SIMBÓLICA DOS PARQUES: A PERCEPÇÃO DE MORADORES E VISITANTES.....	195
Resumo.....	196
Abstract.....	196
8.1 Introdução.....	196
8.2 Desenvolvimento.....	197
8.2.1 Material e Métodos.....	197
8.2.2 Resultados e Discussão.....	201
8.3 Conclusões.....	220
Referências.....	221
9 INDICADORES PARA A GESTÃO DA INSERÇÃO SOCIAL DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA.....	223
Resumo.....	224
Abstract.....	224
9.1 Introdução.....	224
9.2 Desenvolvimento.....	226
9.2.1 Metodologia.....	226
9.2.2 Resultados e Discussão.....	230
9.2.2.1 Proposição dos indicadores.....	245
9.3 Conclusões.....	247
Referências.....	248
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	251

RESUMO

Os “parques de papel” e o papel social dos parques

Os parques, como unidades de manejo, são importantes para a proteção dos recursos ambientais. A conservação, focando somente nesse objetivo primário, torna-se pragmática, ameaçando a inserção social do parque, pela degradação de sua imagem. Um cerne filosófico de busca de paraísos intocados amplifica esse problema. A imagem dos parques é um importante componente da conservação e as mudanças dessa percepção social ao longo do tempo deveriam ser monitoradas e manejadas. Assim, os parques podem ser percebidos sob o foco de diferentes olhares, influenciados por múltiplas escalas e valores, porém as diversas identidades do espaço aumentam a complexidade da sua gestão. Logo, o conhecimento sobre o conjunto de representações da sociedade sobre essas Unidades de Conservação é um componente importante da conservação. A Educação Ambiental interliga as atribuições geralmente conferidas aos parques, sendo condição básica para que as pessoas adquiram uma postura crítica frente às relações desses com a sociedade. No entanto, não pode restringir-se às fronteiras da UC. Deve ser pensada sob diferentes objetivos como um instrumento importante para viabilizar a inserção social das áreas protegidas. O Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) foi criado em 1991, porém, só teve seus limites definitivos decretados em 2007. Durante esse período, a atuação da especulação imobiliária provocou a redução do Parque. Logo, o conhecimento da história da região e do processo de institucionalização do Parque pode contribuir para a sua gestão. O objetivo desse estudo é descrever as percepções, atitudes, indicadores e argumentos para a conservação, de moradores do entorno e visitantes do PESET, buscando diretrizes que contribuam para o seu manejo. A base metodológica é a pesquisa qualitativa realizada a partir de diferentes procedimentos como a aplicação de entrevistas e análise de conteúdo. O processo de criação do Parque criou passivos sociais que deveriam ter sido gerenciados com a sua criação. A sua imagem positiva refere-se à mobilização política pela sua criação e a vigilância da sociedade. No âmbito negativo, apontam-se problemas administrativos, relacionados ao IEF. A administração estadual deve se fazer presente com políticas consistentes, duradouras e democráticas. O PESET é visto como um parque de papel e como um palco de conflitos relacionados à especulação imobiliária, situação fundiária e política. É um Parque que também tem um grande valor local como área de lazer e como um registro histórico. Porém, as pessoas não identificam sua importância biológica. O manejo de sua imagem deve amplificar seus aspectos positivos. Moradores e visitantes tem uma percepção de abandono administrativo e carecem da estruturação do seu uso público. Poucos reconhecem a importância ecológica do Parque, além disso, o perfil social que demandou pela sua criação, mudou. Dessa maneira é premente a confecção do seu plano de manejo, bem como de atividades de Educação Ambiental para a gestão adequada e mudança dessas percepções para uma imagem mais positiva dessa unidade de conservação. Os indicadores propostos relacionam-se às suas esferas simbólica, institucional e territorial. O Parque apresenta um grau satisfatório nas relações com moradores e visitantes, mas alguns indicadores precisam ser melhorados.

Palavras chave: Imagem; Inserção social dos parques; Manejo; Educação ambiental; Parque Estadual da Serra da Tiririca

ABSTRACT

The “paper parks” and the parks social role

The parks are very relevant to environment protection. Focusing only on this primary objective, the conservation approach becomes pragmatic, thus jeopardizing the park's social insertion, by the degradation of its image. A philosophical core of searching untouchable paradises is related. The image of parks is an important component of conservation efforts and the changes on this social perception a long the time should be monitored and managed. Thus, they can be perceived under the focus of different looks, influenced by multiple scales and values, although the diverse space identities raise the complexity of parks administration. So, the knowledge about the protected areas social representations is an important conservation component. The Environmental Education connects the functions generally ascribed to parks, so it is basic condition, in order to people acquire a critical position when facing the relationship between these and the society. Nevertheless, it can not be restricted to protected area boundaries. It should be thought under different objectives, so it is an important tool to achieve the social insertion of parks. The Serra da Tiririca State Park was created in 1991. But its last boundaries were consolidated only in 2007. During this period, the real state speculation caused the Park's reduction in relation to the former proposed area. The knowledge of the region history and the process of the Park institutionalization can contribute to its management. The objective of this study is describe the PESET visitors and residents perceptions, attitudes, indicators and arguments to conservation seeking guidelines that contribute to Park management. The methodological basis is qualitative research realized through interviews and content analyses. The Serra da Tiririca State Park is inserted in a region with rich environmental history, which created social passives that should be managed when the park was created. This positive image is related to political mobilization to its creation and society vigilance. On the negative view, administrative problems are pointed out and related to IEF. The State administration should be more present with dense, lasting and democratic policy to PESET conservation. The Park is viewed as a paper park and a conflicts stage related to real state speculation, land situation and politics. It is a Park that pursues a great local value as a leisure area and a historic register. Nevertheless, people do not identify its biological importance. The management of its image must amplify its positive aspects. Residents and visitors have an administrative abandonment perception and want its public use structure. Few of them recognize the parks ecological relevance, besides the social profile the demanded for parks creation, has changed. So it is urgent the constitution of its management plan, as well environment education activities to this perceptions administrations. There is a lack on evaluation indicators to local social insertion degree of parks. The proposed indicators refer to its symbolic, institutional and territorial spheres. The park shows a good level on residents and visitors relationship evaluation, but some indicators should be improved.

Keywords: Image; Parks social insertion; Management; Environmental education; Serra da Tiririca State Park

1 INTRODUÇÃO



Foto: Trecho da Praia de Itaipu. Em segundo plano o Morro das Andorinhas. Tirada em 16 de julho de 2008.

Entre mim e mim, há vastidões bastantes
para a navegação dos meus desejos afligidos.

Descem pela água minhas naves revestidas de espelhos.
Cada lâmina arrisca um olhar, e investiga o elemento que
a atinge.

Mas, nesta aventura do sonho exposto à correnteza,
só recolho o gosto infinito das respostas que não se
encontram.

Virei-me sobre a minha própria existência, e contemplei-a.
Minha virtude era esta errância por mares contraditórios,
e este abandono para além da felicidade e da beleza.

Ó meu Deus, isto é a minha alma:
qualquer coisa que flutua sobre este corpo efêmero e
precário,
como o vento largo do oceano sobre a areia passiva e
inúmera...

(Noções de Cecília Meireles)

1.1 Justificativa

Esse estudo tem como premissa básica, a importância fundamental dos parques para a proteção, a recuperação e manejo ambiental e para a disseminação da idéia de conservação da biodiversidade. No entanto, os parques, como Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral, representam um modelo de conservação, que apresenta alguns problemas no âmbito das relações mantidas com comunidades adjacentes e visitantes, que podem indicar fragilidades administrativas frente à dinâmica social. Logo, essas influenciam a imagem dos parques perante a sociedade.

Assim, as ações de manejo de parques não lidam apenas com as questões ecológicas, mas dependem também das inter-relações mantidas com as pessoas. No que concerne ao seu uso público, alguns modelos foram desenvolvidos para manejar os impactos dessa atividade sobre as características físico-químicas e biológicas das áreas protegidas. Os procedimentos baseiam-se na avaliação de indicadores que permitem a formulação de um quadro geral de uma dada situação para o manejo mais efetivo desses impactos, visando a sua eliminação ou mitigação, de forma que os recursos ambientais, biológicos e aspectos culturais sejam conservados.

No entanto, os parques estão inseridos, na esfera institucional, territorial e simbólica do ambiente social, o que também podem influenciar a sua integridade ecológica. Existem indicadores sociais mais amplos, como aqueles que avaliam o poder aquisitivo de uma amostra populacional, para expressar a realidade social na qual a UC está inserida. No entanto, a gestão desses depende de escalas administrativas mais amplas do que o foco específico do manejo. Assim, a avaliação da inserção social de um parque carece de um modelo que expresse essa relação complexa e operacionalize a sua administração no âmbito local. Esse projeto se propõe a buscá-la, a partir da construção de um quadro geral de percepções, atitudes, indicadores e argumentos para a conservação, de moradores do entorno e visitantes do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), no Estado do Rio de Janeiro.

1.2 Hipótese

O conhecimento das inter-relações entre o espaço institucionalizado de um parque, seus visitantes e moradores adjacentes, permite a avaliação do grau de inserção social da UC.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral:

Descrever as percepções, atitudes, argumentos e indicadores para a conservação, de moradores do entorno e visitantes do PESET, buscando diretrizes que contribuam para o seu manejo.

1.3.2 Objetivos específicos:

Identificar o que o PESET representa para os seus visitantes e moradores dos bairros adjacentes;

Relacionar os argumentos que justifiquem a conservação do PESET;

Propor indicadores para avaliar a inserção social de parques inseridos no contexto urbano.

1.4 Base metodológica

A Pesquisa Qualitativa é a base metodológica para o presente estudo, da qual vão partir outros focos de análise subjetiva, percepção ambiental, Teoria das Representações Sociais e análises quantitativas. Nesse sentido, foram estabelecidas algumas diretrizes, baseadas no suporte teórico desse tipo de pesquisa, principalmente considerando que a realidade social constitui-se de interações complexas que se manifestam qualitativamente e quantitativamente. Assim, a metodologia deve abranger os dados numéricos e subjetividades do pesquisador, para ampliar o gradiente de observações, o que pode permitir uma descrição mais acurada dessa realidade (TRIVIÑOS, 1987; PEREIRA, 2001).

1.5 Estrutura do trabalho

A presente tese é dividida em oito capítulos que podem ser agrupados em três partes. Os três primeiros representam as idéias resultantes da revisão bibliográfica, o quarto, uma descrição da área de estudos e os quatro últimos, a discussão dos dados obtidos no PESET.

O Primeiro Capítulo traz considerações sobre o modelo de parques adotado no Brasil. Suas fraquezas acabam por dificultar a gestão eficiente do patrimônio ambiental e conservação da biodiversidade. Conseqüentemente, a própria existência dos parques no futuro fica comprometida pelas decisões e ações precariamente planejadas e implementadas no presente.

Os antropólogos apontam que os problemas resultantes da aplicação desse modelo de parques relacionam-se a um cerne ideológico de busca de áreas livres da interferência humana, utilizadas para a contemplação de habitantes de ambientes urbanos. Esse fundamento da filosofia da conservação da natureza teria influenciado a criação dos primeiros parques ao longo do globo e a questão que se levanta é se os ecos dessa idéia perduram e influenciam a criação e gestão dessas áreas até hoje.

Nessa visão, as questões sociais relacionadas às UCs de proteção integral são vistas como apêndices que as afetam de fora para dentro, enquanto as evidências mostram que estão amalgamadas à essas áreas. No entanto, alguns esforços conservacionistas, ainda trazem no seu bojo certos paradigmas ideológicos. Nesse sentido, a questão primordial refere-se à escolha entre uma mítica floresta prístina, estabelecendo os padrões de exclusão inerentes ao termo e uma conseqüente visão limitada da conservação ou uma floresta socialmente referenciada. Essas escolhas acabam por afetar as decisões de manejo e influenciar a imagem dos parques perante a sociedade.

Sob o foco dessas limitações, o Segundo Capítulo avalia que a crise paradigmática da conservação calcada nos parques instigou também, movimentos das diferentes ciências na busca de novos métodos para a compreensão das relações entre natureza e sociedade: como a sociologia, que busca uma abordagem ambiental sem cair no determinismo ecológico; a geografia, que na sua reavaliação epistemológica procura novas maneiras de entender a organização do espaço sob as suas diferentes formas, que também podem ser identificadas nos parques; a antropologia, que luta para livrar-se da pecha de antropocêntrica e limitada aos estudos das populações tradicionais e indígenas, para uma maior inserção nos debates científicos sobre ambiente e sociedade; a psicologia ambiental, que procura novos métodos para justificá-la como um ramo distinto das ciências humanas; a economia e política na reavaliação dos conceitos de desenvolvimento sustentável; e a própria Ecologia, buscando ampliar conceitos para entender os sistemas sócio-ambientais e a Biologia da Conservação, uma ciência nova, de um momento de crise, que ainda procura a síntese e batalha para livrar-se das limitações impostas por uma visão estritamente ecológica.

Os parques são instituições que moldam e são moldadas pelas relações mantidas pelos atores sociais em diferentes escalas. Essa visão auxilia na compreensão dos fenômenos resultantes dessas interações e permite uma compreensão mais dinâmica, e não estática da

realidade. Pelos parâmetros atuais, para manter-se a floresta intocada, é necessária a formação de um cidadão ecologicamente nobre, no entanto a formação desse cidadão é um mito em uma sociedade impregnada pelo individualismo. É preciso também uma mentalidade de fortaleza na administração dos parques, que depende de atividades coercitivas e aplicação incondicional da lei, num Estado com poucos recursos e vontade política para tal. Daí o círculo vicioso no qual a gestão dos parques se encontra. Assim, do campo da Geografia emerge uma visão interessante, relacionando a eficiência dos parques para a conservação ambiental a um processo de inserção social, pela sua institucionalização territorial e simbólica.

O Terceiro Capítulo tece considerações sobre como abordar os problemas relacionais entre os parques e a sociedade, para conferir aos primeiros, um papel social. Talvez, minimizar os parques meramente a uma caixa que guarda a biodiversidade seja o principal erro cometido. Se ampliarmos essa visão para a capacidade de educar um cidadão consciente, no contexto das relações complexas entre sociedade, cultura e natureza, aí sim estaremos extrapolando os seus limites e contribuindo para essa conservação mais ampla, menos confinada aos espaços protegidos. Se atitudes diferentes da sociedade em relação ao meio ambiente são defendidas, elas não podem ficar restritas aos parques. Além disso, perde-se uma oportunidade de utilização desses como viabilizadores dessa nova postura – daí a importância da Educação Ambiental responsável, não amarrada pelas necessidades emergenciais impostas pela gestão dessas áreas. Uma postura para o futuro requer a avaliação sobre como podemos utilizar os parques na formulação de uma nova ética social para a conservação – isto é, as áreas protegidas têm valor intrínseco na conservação da biodiversidade por regular o seu uso e por representarem os mecanismos legais que as definem socialmente. Porém o seu valor não pode apenas restringir-se a isso.

O Quarto Capítulo traz uma visão geral da área de estudo, o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), situado entre os Municípios de Maricá e Niterói no Estado do Rio de Janeiro. Esse Parque é representativo da precária situação institucional dos parques desse Estado, pois não possui plano de manejo, Conselho Gestor estruturado, e sequer os limites definitivos até o ano de 2007. Porém o PESET apresenta peculiaridades concernentes ao seu processo de inserção social, pois, foi criado em 1991, a partir de mobilização de grupos da sociedade civil e pessoas interessadas na conservação da área. A região onde o PESET se encontra possui uma rica história de ocupação, cujas conseqüências ainda são sentidas pela administração da UC.

O Quinto Capítulo traz a visão dos atores entrevistados sobre o PESET, sob o foco do processo de institucionalização do espaço, como proposto no capítulo dois. Nesse sentido, verificou-se que as deficiências administrativas do Instituto Estadual de Florestas - IEF afetaram a imagem do Parque, bem como as resultantes históricas de ocupação da área. Essa idéia é mais bem formalizada no Sexto Capítulo, que traz uma análise das representações sociais desses atores sobre o Parque, ressaltando uma visão negativa, muito relacionada com o seu órgão gestor.

O Sétimo Capítulo refere-se às percepções de moradores e visitantes sobre o PESET e o Oitavo Capítulo, propõe um conjunto de indicadores para monitoramento do processo de inserção social dos parques.

Como podemos avaliar as relações sociais mantidas com os parques? Poderíamos fazer suposições sobre as tendências de desenvolvimento de determinadas situações sob o foco dessa dinâmica social? Por que situações que parecem promissoras no início, como a criação de parques em função da mobilização popular, podem degradar-se totalmente em tão pouco tempo? Quais os valores associados a essas UCs? Como agem e quais são os indicadores sociais operacionalmente significativos? Faz-se necessário então, avaliar a complexidade da existência social dos parques, para a compreensão dos caminhos a serem seguidos na viabilização de sua conservação.

Referências

PEREIRA, J.C.R. **Análise de dados qualitativos**: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. 157 p.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Ed. Atlas, 1987. 176 p.

2 “OLHAR E VER”: A INSERÇÃO SOCIAL DOS PARQUES CATALISADA PELO MANEJO DE SUA IMAGEM



Foto: Praia de Itacoatiara e Parque Estadual da Serra da Tiririca em segundo plano, tirada dia 26 de maio de 2007.

Duas imagens,
verdade e reflexo.
Ambas, tão puras
ignoram o perigo
e são somente belas

(Luciano Candisani)

Resumo

Os parques, como unidades de manejo, são importantes para a proteção dos recursos ambientais. A conservação, focando somente nesse objetivo primário, torna-se pragmática, ameaçando a inserção social do parque, pela degradação de sua imagem. Um cerne filosófico de busca de paraísos intocados amplifica esse problema. A imagem dos parques é um importante componente da conservação e as mudanças dessa percepção social ao longo do tempo deveriam ser monitoradas e manejadas.

Palavras-chave: Parques; Imagem; Inserção social; Manejo

2 TO LOOK AND TO SEE”: THE PARKS SOCIAL INSERTION CATALYZED BY ITS IMAGE MANAGEMENT

Abstract

The parks are very relevant to environment protection. Focusing only on this primary objective, the conservation approach becomes pragmatic, thus jeopardizing the park's social insertion, by the degradation of its image. A philosophical core of searching untouchable paradises is related. The image of parks is an important component of conservation efforts and the changes on this social perception a long the time should be monitored and managed

Keywords: Parks; Image; Social insertion; Management

2.1 Introdução

Os parques são importantes para a proteção, a recuperação e manejo ambiental e para a disseminação da idéia de preservação da biodiversidade. Esses pilares da conservação são aceitos amplamente, porém não geram necessariamente uma anuência da sociedade à conservação baseada nesse instrumento. A epígrafe desse capítulo pode provocar a seguinte reflexão: o que vemos representa uma tradução de imagens sob complexas relações do sujeito e da sociedade. No caso dos parques, talvez alguns busquem a verdade de estruturas e processos ecológicos e outros, as projeções individuais e sociais sobre o que é visto, o “reflexo”. Porém todo o conceito gira em torno da sua imagem, isto é, como indivíduos e sociedade olham, entendem e agem sobre essas áreas naturais protegidas.

Sob a perspectiva ampla da história, há indícios de um processo calcado na exclusão das pessoas e privilégios a interesses específicos. Os antropólogos enfatizam esse problema utilizando-se de exemplos de degradação de sociedades tradicionais expulsas de áreas ancestrais como consequência do estabelecimento de alguns parques. Nessa mesma avaliação, apontam um

cerne ideológico de busca de áreas livres da interferência humana, utilizadas para a contemplação de habitantes de ambientes urbanos. Esse fundamento da filosofia da conservação da natureza teria influenciado a criação dos primeiros parques ao longo do globo em sua concepção moderna e os ecos dessa idéia perduram e influenciam a criação e gestão dessas áreas até hoje.

Os parques representam um modelo de conservação e mesmo que esse tenha sido adaptado à realidade brasileira, tem características paradigmáticas. Podemos dizer que passou por diferentes fases (crises), advindas do entendimento legal e pessoal sobre os valores e atribuições típicas dessa categoria de proteção. A aplicação desse modelo está calcada em uma vertente do pensamento da Ciência da Conservação dominado pela Ecologia, que traz os perigos dessa premissa básica de compreensão dos processos ecológicos sem a interferência humana. Nesse sentido, a exclusão física ou metafórica das pessoas seria justificada, o que amplifica as dificuldades de integração entre as diferentes abordagens científicas e o seu manejo. Além disso, como esse modelo depende de um controle mais rígido do espaço, os pouco eficientes parques de papel aparecem nesse cenário e as Unidades de Conservação (UCs) são colocadas em hierarquias de importância para a conservação, tanto por pessoas como por Instituições. Por outro lado, os parques fazem parte de um sistema, que poderia ser eficiente se as UCs fossem manejadas como um conjunto inter-relacionado. Todos esses processos parecem arranhar a imagem dos parques para cientistas e a sociedade em geral e o presente capítulo pretende discutir essas críticas.

2.2 Desenvolvimento

2.2.1 As múltiplas facetas do problema

Os problemas resultantes da conservação da natureza baseada nos parques são um amálgama de diferentes questões, decompostos de um núcleo central de pensamentos paradigmáticos (visão epistêmica da conservação), que corresponde a um ideal de natureza. O texto define sete eixos de discussão interdependentes que reúnem as críticas ao modelo e nos remetem à questão de que o conhecimento da imagem dos parques é importante para a sua gestão (Figura 2.1).

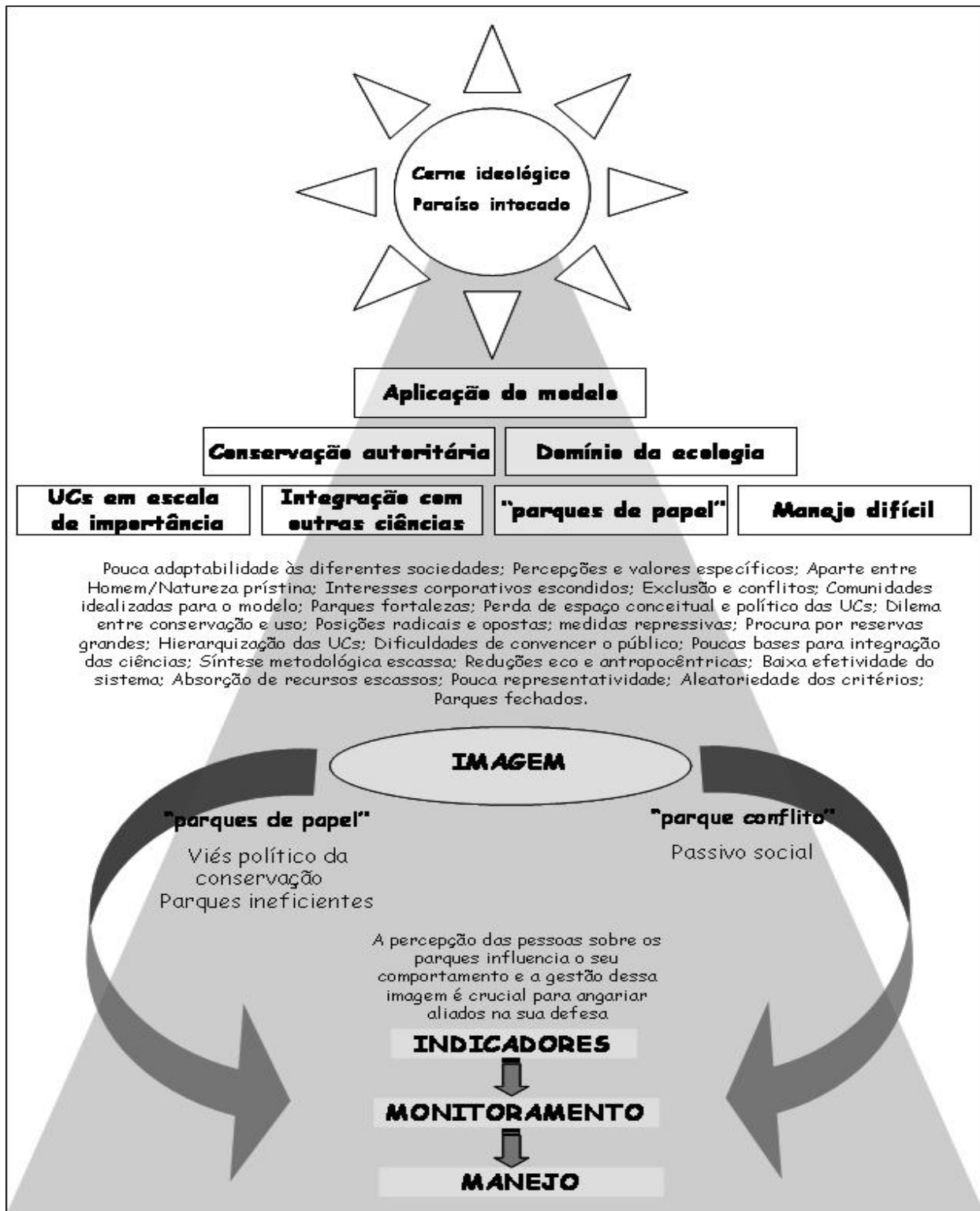


Figura 2.1 - O cerne epistemológico da conservação baseada em parques derivado em sete eixos de discussão e as críticas que emergem do modelo. Relação entre imagem e manejo (adaptado de PIMENTEL; MAGRO, 2007)

2.2.2 Os parques em uma perspectiva histórica e ideológica

A utilização de espaços especialmente protegidos para a conservação é uma abordagem bastante comum. No entanto, a sua administração envolve diferentes conceitos de natureza, que variam no espaço e no tempo, entre as diferentes culturas (BENSUSAN, 2006). Os parques, assim como outras UCs de Proteção Integral, representam a aplicação prática de um conceito basal no pensamento da conservação. Logo, o conhecimento dessas raízes pode auxiliar na melhor compreensão das interações entre a sociedade e ambiente e na superação dos desafios impostos à sua gestão.

A idéia de reservar espaços protegidos inicialmente referia-se a duas motivações principais, a preservação de locais sagrados e a conservação de recursos naturais (BENSUSAN, 2006, DAVENPORT; RAO, 2002). Historicamente outros valores foram sendo incorporados: Os ingleses do século XVI referenciaram a floresta e o ambiente rural em uma posição antagônica ao mundo transformado pela civilização. As florestas eram vistas como a antítese da cultura. Porém, grandes donos de terras começaram a reservar espaços florestados em suas propriedades, que passam a ser constituídas por paisagens intensamente manipuladas, símbolos de prestígio social (THOMAS, 1988).

No séc. XIX começa a ser delineado um novo argumento: a conservação de ambientes naturais em face ao reconhecimento do poder da espécie humana em transformar as paisagens e extinguir aquelas em que, indubitavelmente, houve o toque do Criador (BENSUSAN, 2006). A criação do Parque Nacional de *Yellowstone*, em 1872 nos Estados Unidos da América, trazia a premissa de reservar um lugar de grande beleza cênica para deleite de uma sociedade em crescente processo de urbanização, consolidação do capitalismo e desenvolvimento de fronteiras (ABAKERLI, 2001; DIEGUES, 2004). Interessante observar que a legislação de criação desse Parque foi profundamente influenciada pela *Northern Pacific Railroad Company*, que fez lobbies pela sua criação, para prevenir-se de futuras alegações de propriedades privadas de terras na região. O conceito forneceu as bases de uma racionalização politicamente viável para o movimento dos parques nacionais em que o turismo poderia assegurar a sua preservação. Assim, os serviços do exército americano, bem como de profissionais de propaganda foram requisitados para manter o Parque livre de indígenas “hostis” e para convencer as elites de que a visitação da área era segura (ABAKERLI, 2001; WEST; IGOE; BROCKINGTON, 2006). Godoy (2000) considera que a criação de *Yellowstone* seria o resultado de uma ideologia e sociedade

fundamentada no pragmatismo científico e filosófico. Como resultado houve a invenção de uma natureza, que dialeticamente alimenta a idéia de parques, que se propaga até hoje.

O *Wilderness Act* de 1964 define o termo *wilderness*, como um espaço livre de pessoas que, se presentes, são consideradas visitantes. Até 1969, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) estabelecia que os parques devessem possuir áreas relativamente grandes em que as atividades de exploração seriam fortemente impedidas e a visitação, orientada (CIFUENTES; IZURIETA; FARIA, 2000). Até 1972 não havia nos EUA um planejamento formal para a identificação de áreas para parques, que ainda continuavam a serem definidos fortemente pelo cerne ideológico de busca de espaços intocados (SHAFER, 1999). Apenas em 1985 a UICN cria seis categorias de áreas protegidas (*protected areas*) que se tornaram referência mundial para designar áreas de proteção integral e uso sustentável (ORLOVE; BRUSH, 1996).

No Brasil, o movimento pelos Parques é iniciado no Brasil pelo engenheiro André Rebouças em 1876. Ele propõe a criação dos Parques Nacionais de Sete Quedas (PR) e Bananal (GO) ao ver o processo crescente de degradação do oeste do Paraná e também sob a influência da criação de *Yellowstone* (BENSUSAN, 2006; BRITO, 2000). Somente em 1934, o Código Florestal Brasileiro estabeleceu o marco legal para a criação desse tipo de UC. O Parque Nacional de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro, no entanto, somente foi criado em 1937. Gradativamente outros tipos de UCs surgiram, tanto no âmbito Federal, quanto Estadual, aumentando a demanda por um sistema regulador dos seus objetivos e tipos, o que finalmente é estabelecido em 2000 (Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000), com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (RYLANDS; BRANDON, 2005). Esse arcabouço legal representa uma democratização das relações dos parques com a sociedade (BENSUSAN, 2006). Houve também a clara instituição de objetivos de manejo, que passa a ser a chave da conservação, numa tentativa de contrabalançar as duas forças antagônicas, a da conservação tradicional e a da defesa da presença humana e uso dos recursos ambientais dentro das UCs (DRUMMOND; BARROS-PLATIAU, 2006).

De acordo com Mittermeier e colaboradores (2005) a criação intensiva de parques ocorridas no Brasil no período de 1970 a 1990, tem sido a evidência mais tangível do crescimento da preocupação com a conservação da natureza e do desenvolvimento da ciência da conservação. No entanto, a prática política e as demarcações legais não são a garantia da continuidade da

existência dessas áreas em condições de proteção semelhantes ao período de sua criação. Esse fato demonstra o perigo que essas UCs correm quando não estão efetivamente inseridas nas dimensões territoriais, políticas, sociais e simbólicas, o que as tornam frágeis, frente as mudanças sociais e as de prioridades que ocorrem ao longo dos mandatos governamentais (DEAN, 1996). Existe um grande passivo relacionado aos conflitos locais, catalisados no período em que um pensamento mais autoritário da conservação dificultou a emergência do significado social dos parques. Infelizmente, os ecos dessa época têm que ser gerenciados pelo sistema atual, o que dificulta ainda mais a sua gestão (MEDEIROS, 2006; MEDEIROS; GARAY, 2006).

2.2.3 A aplicação do modelo

O debate aqui proposto envolve a idéia de um modelo que é o tronco de onde ramificam seus problemas, que acabam por estagnar as possibilidades de gestão dos parques, por dirimir a importância do espaço sociocultural, historicamente construído, pois a idéia sublinhada é a da natureza apartada das pessoas (GODOY, 2000). Esse modelo de conservação foi adotado por muitos países, com o objetivo básico de resguardar certas áreas das ações humanas, preservando o seu potencial ambiental e cênico para as gerações futuras e garantindo o desenrolar dos processos ecológicos dessa natureza prístina (BRITO, 2000; GODOY, 2000).

Diegues (2000) destaca que essa concepção tem se revelado, inadequada para atingir os objetivos da conservação, além de representar uma imposição do modelo americano. Esse ratificaria um desequilíbrio cultural entre países ricos e pobres (SHAFER, 1999). Essa visão resultaria na conservação em ilhas isoladas da realidade econômica e social, consideradas de maneira uniforme, sem as peculiaridades dos diferentes grupos sociais, culminando na falta de propostas de resolução dos problemas decorrentes da presença de moradores dentro dos parques (DIEGUES, 2004). No entanto, Terborgh e Van Schaik (2002) rechaçam a idéia de os parques representarem um imperialismo americano e questionam se há algum mal na importação de valores culturais frente à importância da conservação do patrimônio ambiental.

Arruda (1999) destaca que as questões de fundo que regem a aplicação desse modelo relacionam-se a visão de equilíbrio ecossistêmico, mantenedor de uma natureza selvagem e uma certa arrogância do pensamento racional em ditar as regras do “que” e “como” preservar. Mais veemente, é a posição de West, Igoe e Brockington (2006), que consideram que *Yellowstone*

inaugurou um modelo de criação de paisagens virtuais geradoras de experiências genéricas para consumidores desse produto.

É importante ressaltar, que o modelo brasileiro também tem suas raízes no período colonial, quando a Coroa Portuguesa buscava estancar a devastação das florestas brasileiras por intermédio de proibições de todo o tipo (URBAN, 1998). Segundo a autora, esses acontecimentos geraram um estilo gerencial singular, baseado muito mais em documentos legais do que em políticas adequadas. Medeiros (2003) considera que o modelo de conservação brasileiro não é uma simples cópia do Norte Americano, pois além de o PN de Itatiaia ter sido implantado perto dos grandes centros urbanos, o processo de criação de parques teria assumido características únicas moldadas pela lógica da conservação e uso, usada como instrumento estatal de controle do grande território brasileiro (MEDEIROS; IRVIG; GARAY, 2006).

Porém a lógica de espaços de contemplação por parte de visitantes oriundos do ambiente urbano perdurou e sustenta a dicotomia entre sociedade e natureza. O uso das características paisagísticas para a criação de parques ainda é encontrado. O SNUC, por exemplo, estabelece a beleza cênica de um sítio como um dos critérios para a definição de um parque (BRASIL, 2002). Considerando também que, para uma categoria de manejo onde um dos objetivos básicos é o uso público, essa característica deve estar presente e muitas vezes, paisagens de alto valor cênico coincidem com um alto valor biológico. Pode-se supor que, para o público geral, a paisagem se constitui em um apelo estético, mais visível. Esse influencia mais a sua percepção do que os atributos biológicos da área, geralmente dependentes de conhecimentos específicos.

2.2.4 A conservação autoritária

Segundo Ehrenfeld (2000), limitar a ciência da conservação à formação básica de profissionais da biologia não permite o alcance de seus objetivos básicos, pois os processos de degradação ambiental ocorrem em um contexto mais amplo. Como a compreensão do mundo se faz através de modelos, vivemos em representações simplificadas da realidade, cujo entendimento é mediado por experts, que muitas vezes têm uma visão preconceituosa.

Terborgh e Peres (2002) declaram que a questão de pessoas residindo em parques representa um dos mais intratáveis problemas enfrentados pelos seus administradores. Os autores expõem a seguinte lógica: sendo o impacto sobre o ambiente natural, um conceito composto pela

multiplicação das variáveis do número de humanos, o consumo de recursos *per capita* e um fator tecnológico, ele só poderia ser reduzido de três maneiras: pela redução do nº de pessoas; do consumo ou pela restrição do acesso à tecnologia. Logo, como a restrição à tecnologia encerraria as comunidades dentro de museus vivos e a redução do consumo de pessoas que já vivem no limite da subsistência seriam moralmente reprováveis, os autores defendem a retirada das pessoas dos parques.

Shafer (1999) considera, no entanto, que os conservacionistas ocidentais agiram muitas vezes de maneira ditatorial na proteção da biodiversidade, baseados em uma argumentação culturalmente enviesada. Guha (2000) analisa que essa posição arbitrária criou verdadeiros refugiados ecológicos, povos indígenas expulsos de suas áreas pela conservação. No entanto, deve-se considerar também que, nesse cenário, o maior efeito se deve ao crescimento urbano, alto grau de consumo e de grandes projetos agropastoris. Colchester (2000) diz que a expulsão representa um dos impactos sociais negativos da conservação. O problema é complexo, e certamente existem processos sociais mais amplos influenciando a ocupação presente e passada dessas áreas, porém segundo Gómez-Pompa e Kaus (2000), o manejo considerado correto acontece sob um viés de uma percepção de pureza de regiões não habitadas e limitações científicas. Pode-se considerar então que essa situação relaciona-se a vários fatores ligados ao uso da terra e processos de urbanização sem planejamento. Nessa visão, a conservação não seria exclusivamente a responsável pela exclusão de povos indígenas e o encurralamento de pessoas para áreas marginais. Porém, seria mais uma variável nesse cenário sócio-ambiental.

West, Igoe e Brockington (2006) analisam que os conflitos são uma resultante das abordagens estatais de cima para baixo, que falham em se aproximar dos interesses locais. Entretanto, de acordo com Brockelman e colaboradores (2002) a incapacidade de se fortalecer os regulamentos dos parques frente aos persistentes conflitos com as comunidades locais alimenta a idéia de que a limitação de seus interesses é injusta e desafiaria a premissa básica de que os parques beneficiam a todos. Heinem (1996) considera que os estudos sobre esses conflitos são mais descritivos e específicos do local, o que dificulta o entendimento de suas causas.

A posição de negação da interação das áreas protegidas com as comunidades locais é avaliada por Schwartzman, Nepstad e Moreira (2000), como uma idéia contraproducente, pois se ignora a escala e o tempo das ameaças humanas sobre a floresta, num fraco entendimento do funcionamento dos sistemas naturais e sociais. Assim eles defendem as Reservas Extrativistas

(RESEXs) e indígenas. No entanto, Redford e Sanderson (2000) criticam esse artigo e argumentam que impor valores conservacionistas a essas comunidades leva ao risco de torná-las as principais culpadas pelas falhas em alcançar os objetivos conservacionistas. Terborgh (2000) analisa que as RESEXs seriam baseadas em uma visão anacrônica de manutenção de estilos de vida. A defesa dos parques (ou *deep reservations*) pelo autor é tão veemente que ele considera entre os seus argumentos que deve se esperar um aumento populacional nas regiões próximas aos parques, pois os avanços da medicina chegariam a esses locais antes de medidas de controle de natalidade. Em outro artigo esse autor sugere a utilização das forças armadas na proteção dos parques (TERBORGH, 2007).

Colding e Folke (2001) avaliam que os tabus de não uso dos recursos relacionam-se com a ética preservacionista e os tabus de uso, com a ética da conservação dos recursos. Hoje ainda encontramos as duas visões arraigadas no pensamento sobre a conservação, no que Diegues (2004) considera como um exemplo das posições dogmáticas e cristalizadas de ambas as partes. Essa discussão naturalmente é ampliada para o próprio conceito de UC e acaba por criar a polaridade entre aqueles que defendem as áreas protegidas restritas e aqueles que advogam pelo uso sustentável (COLDING; FOLKE, 2001). Little (1999) aponta que, apesar de haver um reconhecimento generalizado de que se deve pensar a conservação integrada às pessoas, duas perspectivas ainda são claramente evidentes: Na primeira, o pragmatismo da preservação afeta o processo de inserção social dos parques, pois há maior peso decisório dos critérios biológicos. Na segunda, essas áreas protegidas são implicadas nas condições de pobreza das comunidades adjacentes, violação de direitos de populações tradicionais, roubo do seu conhecimento e sua subordinação a interesses externos. Brandon (2007) defende que a pecha, atribuída aos biólogos e conservacionistas, de insensíveis às dimensões humanas, é injusta, pois esses lidam com o assunto em bases diárias. Porém o radicalismo de alguns posicionamentos pontuais, talvez seja o real promotor dessa imagem.

Outro problema no dilema entre preservação e uso, refere-se à idealização de comunidades pequenas, integradas e compostas por pessoas que compartilham interesses comuns que desenvolveram evolutivamente normas para o manejo sustentável. Agrawal e Gibson (1999) acreditam que essa descrição reflete a realidade de poucas, senão de nenhuma comunidade existente, pois essas perderiam gradativamente a capacidade de manter os recursos ambientais e o caminho mais viável para a conservação seria a sua expulsão pelo estabelecimento de parques.

Porém, a capacidade do Estado em administrar esse modelo seria limitada. Em contrapartida, outros autores defendem que os parques representam um forte aparato legal de controle sobre o território e, portanto, são propostos como a pedra fundamental das estratégias de conservação (DOUROJEANNI; PÁDUA, 2007; FONSECA, 2004; MILANO, 2002). Quando o critério da efetividade dessas UCs é a mitigação do desmatamento, os parques da América Latina parecem funcionar. Porém são poucos os dados que corroboram essa observação (NAUGHTON-TREVES; HOLLAND; BRANDON, 2005).

Como se pode observar, o debate é bastante acirrado e levanta a questão se um modelo intermediário não seria mais efetivo. Obviamente, com o processo de desenvolvimento urbano e econômico das sociedades, com o aumento dos conflitos de interesses e devido à baixa efetividade na implantação dos parques, principalmente nos países com pouca viabilidade econômica para manter esse caro sistema de controle e coação, as questões sociais relacionadas passaram a se tornar evidentes para a sua gestão. Manter o patrimônio ambiental é uma racionalização importante, porém, não convence necessariamente as pessoas e talvez por isso, os conservacionistas tornem-se pragmáticos ao focar nesse modelo. O processo não angaria apoio político bem como fundos públicos para a conservação, que precariamente acontece fora e dentro dos parques (KAIMOWITZ; SHEIL, 2007). Nesse sentido, Brown (2002) aponta três paradigmas da conservação: a clássica, de antagonismo com as comunidades locais; a populista, do discurso da delegação de poderes de gestão para essas comunidades e a neoliberal que propõe a agregação de valor à biodiversidade. Há necessidade de uma visão integrada e a busca de novas posturas que contemplem todas as variáveis (CASTRO; LIMA, 2001). No âmbito científico, ainda há a necessidade da construção de uma nova síntese biocultural (LITTLE, 1999). No âmbito político, a situação de diferentes contextos e assimetrias de poder, torna precária a definição de políticas de conservação mais amplas (CASTRO et al., 2006).

Sob o que foi exposto, pode-se concluir que os parques transcendem a sua importância básica de preservação e recuperação dos ecossistemas e assumem um papel de focos de irradiação de novas posturas frente ao meio ambiente e as conseqüentes mudanças paradigmáticas. Porém os conflitos geram uma imagem negativa que emperra esse processo.

2.2.5 A Ecologia e a conservação baseada em parques

A Biologia da Conservação é uma ciência multidisciplinar desenvolvida como resposta à atual crise de perda dessa biodiversidade (PRIMACK; RODRIGUES, 2001). No entanto, a base teórica e metodológica da disciplina é aquela estabelecida pela Ecologia da segunda metade do séc. XX, apesar do termo ter sido criado em 1869 (BARBAULT, 2006; ODUM, 1988). A disciplina encontrou um *locus* nesse movimento de conservação, ao transformar os parques em uma matriz capaz de gerar modelos para explicar o funcionamento de uma natureza constituída de sistemas em busca de equilíbrio e apartada das relações humanas. Essa visão inaugural da Ecologia constitui-se no seu principal paradigma e dificulta a integração com a visão social (PICKETT et al., 2001).

Conceitos ecológicos ratificam, portanto, o princípio filosófico que rege o pensamento da conservação e são potencializados pelos problemas epistemológicos da própria disciplina (LARRÈRE, 2006). Diegues (2004) destaca ainda que o pensamento técnico racional da Ecologia está impregnado por uma concepção de natureza intocada. Os conservacionistas se fixaram na proteção das áreas naturais das atividades humanas e os ecólogos buscaram compreender os processos operantes em ecossistemas presentes em áreas remotas, supostamente livres de perturbação antrópica (PIMBERT; PRETTY, 2000).

Para Poiani e colaboradores (1998), além das limitações paradigmáticas, existem muitas lacunas do conhecimento ecológico e apesar da popularidade dos parques como ferramenta para a conservação da biodiversidade, eles não representam a solução definitiva e inquestionável para a proteção da natureza (BENSUSAN, 2006). Monjeau (2007), também acredita que esse modelo de conservação em ilhas está politicamente ultrapassado e deve-se buscar um consenso na co-participação para a conquista de espaços de conservação fora dos parques.

Segundo Berkes (2004), há a necessidade de mudanças conceituais na Ecologia para a inclusão da variável humana nos ecossistemas, pois todos os problemas da conservação têm um caráter sócio econômico (BARBAULT, 2006). Depende-se de uma visão sistêmica mais ampla, que não poderá ser baseada exclusivamente em experts, mas também incluir o manejo e conservação participativa.

Leff (2006) acredita que a Ecologia carece de uma coerência conceitual e atua dentro da racionalidade econômica vigente de “coisificação” da natureza e do pensamento uniforme. Para a construção de uma “Racionalidade Ambiental” propõe um “Saber Ambiental” epistêmico como

uma concepção crítica de fomento a diversidade de pensamento. Nesse contexto se insere uma “Ecologia Política” que reuniria novos olhares sobre o mundo, reconstruindo “as relações entre o real e com o simbólico, da produção do saber” (p.302).

Essas questões apontam para quatro conseqüências importantes para a discussão em pauta: a primeira é, como já foi afirmado, que essa visão baseou o processo de criação dos parques para a manutenção da natureza primitiva e o ideário de aparte entre os seres humanos e o ambiente (SHAFER, 1999). Isso gerou a dificuldade dos ecólogos e conservacionistas em perceber que a questão dos parques catalisa necessariamente uma série de problemas sociais e não poderia ser reduzida meramente aos aspectos do funcionamento do sistema ecológico. O processo de criação de parques, sob a visão de uma natureza abstrata e utilitária tem o potencial de gerar conflitos, potencializados pela precária definição do papel social dos espaços de domínio público (LEITE, 2002; BENSUSAN, 2006).

A segunda conseqüência relaciona-se a busca de áreas grandes e afastadas de centros urbanos. Essa está ligada ao conceito de minimização das influências humanas nos espaços naturais protegidos. Os parques pequenos, ou presentes em regiões densamente povoadas parecem representar um importante papel na conservação (MILLER; HOBBS, 2002; RYAN, 2005). Os primeiros parques brasileiros foram criados na Região Sudeste e Sul, onde o processo de industrialização e urbanização foi bastante rápido. No entanto, o modelo de conservação aplicado não foi capaz de impedir a destruição da Floresta Atlântica, mesmo em locais onde a capacidade estatal de ordenar o uso do solo parecia ser bastante sólida (DEAN, 1996). Nesse sentido, a ecologia urbana pode contribuir para o conhecimento dos sistemas sócio-ambientais ao integrar diferentes disciplinas, buscando um olhar mais amplo (MARQUES, 2005; PICKETT et al., 2001).

A terceira conseqüência é que o domínio da Ecologia na conservação também retroalimenta o antagonismo entre preservação e uso, com forte pendência pela primeira. A visão ecocêntrica tem como extremo, a chamada *deep ecology* (PELIZZOLI, 1999; SMITH, 2001). Essa ecologia fundamentalista, caracterizada pelo antiantropocentrismo, considera a sociedade uniformemente. Como os desequilíbrios das relações de poder nas articulações sociais não são importantes nessa perspectiva, culpa as pessoas pela destruição da natureza. Essas posições polarizadas não contribuem para a conservação, ora por que carecem de uma análise dessas relações (SHANTZ, 2003), ora por frisar excessivamente nas necessidades humanas imediatas

sem considerar as conseqüências da dilapidação do patrimônio ambiental (PICKETT et al., 2001). Assim, o debate é simplificado, não aprofundado e escamoteia os reais processos de degradação ambiental.

O quarto ponto refere-se à dificuldade intrínseca dos cientistas em comunicar os resultados das pesquisas de forma a contribuir com a solução de problemas de ordem sócio ambiental. Assim, a maioria do público é influenciada pela mídia, que muitas vezes trata o assunto de maneira superficial. Como os paradigmas ecológicos sustentam a criação de parques sem pessoas, o que sobressai é a imagem do conflito. Isso cria problemas para a disseminação das idéias de conservação e promovem poucas mudanças de posturas frente às questões ambientais (NADKARNI, 2004).

2.2.6 As UCs em escala de importância

A criação de áreas protegidas pode ser considerada como importante estratégia de gestão do território, regulando as dinâmicas de uso e ocupação. Existem cinco tipologias de áreas protegidas no Brasil, as Unidades de Conservação; as Áreas de Proteção Permanente; as Reservas Legais; as Reservas Indígenas e as Áreas de Reconhecimento Internacional. Porém, as hierarquias têm valores diferentes para a conservação, pois os seus esforços são prioritariamente centrados nas UCs (MEDEIROS; GARAY, 2006). Além disso, mesmo entre as UCs há categorias mais valorizadas do que outras, por aqueles que não conseguiram ainda integrar a visão social ao modelo de conservação: as de Proteção Integral são colocadas em um patamar de maior importância do que as de Uso Sustentável.

Locke e Dearden (2005) fazem uma crítica a UICN pela valorização das Áreas Protegidas V e VI, de uso sustentável, pois essas não teriam como objetivo primário a conservação da biodiversidade. Isso comprometeria a eficiência das áreas mais restritivas. Assim, propõem que essas sejam renomeadas como “Áreas de Desenvolvimento Sustentável” (*Sustainable Development Areas*).

Essa crítica é semelhante à de Dourojeanni e Pádua (2007), que argumentam que a ampliação dos objetivos das UCs diluem o foco na conservação da biodiversidade e tornam a lista da UICN menos eficiente, pois expressariam um critério mais quantitativo do que qualitativo. No caso das UCs brasileiras esses autores também propõem que as categorias de uso sustentável “...poderiam existir, porém não na mesma legislação que fala de preservar a natureza, pois, pela

própria definição, seu objetivo básico é o de gerar bens” (p.66). Os autores argumentam ainda que o “crescimento (das UCs de uso direto) também dilui a limitada capacidade de gestão dos governos, já que dedica às UCs de uso direto um esforço que não é proporcional ao seu valor para preservar a biodiversidade.” (p.79), pois a “...única razão para se estabelecer áreas naturais protegidas é resguardá-las contra o ser humano. Não tem lógica fazer áreas protegidas ou unidades de conservação para que nelas o homem explore a natureza...” (p. 258) e que as “UCs verdadeiras” (p.259) seriam apenas as de proteção integral. Porém, também expõem uma contradição quando afirmam que “discutir se as UCs devem ser de uso direto ou indireto é ocioso: ambas são necessárias, ambas são complementares...é impensável um sistema de UCs baseado apenas nas de uso indireto, ainda que isso possa ser o ideal em termos de conservação...” (p.209).

Medeiros e Garay (2006) e Bensusan (2006) observam que as categorias de uso sustentável representam o maior contingente tanto em número de unidades quanto na superfície total ocupada, no Brasil. Na visão de muitos conservacionistas, as APAs representam o tipo mais fraco de UC, pois permitem a presença de pessoas em propriedades privadas e configuram-se mais como um mecanismo de ordenamento do uso do solo (RYLANDS; BRANDON, 2005). No entanto, Bensusan (2006) considera que esse preconceito advém mais de sua fraca implementação e conseqüente ineficiência, do que seus fundamentos teóricos. No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, Vallejo (2005) conclui que há uma perda do espaço conceitual e político das áreas protegidas em relação a outras frentes ambientais, primordialmente o saneamento básico. Cabe nesse momento a conjectura de que os Estados não estão tendo a vontade política necessária para investir nas UCs de Proteção Integral ou que existiria uma tendência a priorizar e incentivar a conservação com a maior participação da sociedade, como era esperado com a elaboração do SNUC. Entretanto, o pequeno volume de recursos investidos nas duas categorias de UC, nos leva a considerar a primeira opção mais plausível. Parece que os governantes, por apenas buscarem arregimentar as vantagens eleitorais da conservação ambiental (VALLADARES, 2007) sem o comprometimento com os problemas oriundos da criação de UCs de uso mais restritivo ou talvez, por estarem mais próximos das demandas dos grupos afetados, consideram os parques como fonte geradora de conflitos.

As questões ambientais ainda não são uma prioridade política no Brasil (DRUMMOND; BARROS-PLATIAU, 2006). Há falta de pessoal treinado e financiamento para as agências

ambientais o que prejudica o manejo dos parques. Esse fato, além de conflitos com as populações tradicionais e comunidades locais dentro e no entorno dessas áreas protegidas, bem como a sobreposição com reservas indígenas acabam por amplificar a imagem de potenciais geradores de conflito, dos parques (TABARELLI et al., 2005, DOUROJEANNI, 2007).

Esse fenômeno está apontando para os problemas do Sistema, que são inerentemente sócio-políticos e não meramente ecológicos.

2.2.7 Os parques de papel

Segundo Dourojeanni (2002) existe mais vontade política para criar parques do que para geri-los. O que se têm observado é que o processo de implantação efetiva, que envolveria as conseqüentes responsabilidades política, legal e financeira na sua conservação e manejo, não avança, criando os chamados parques de papel, ficções jurídicas que não têm implantação na realidade social na qual estão inseridas (BRITO, 2000, DOUROJEANNI, 2002). Ou como definem Terborgh e Van Schaik (2002), parques virtuais, cuja implantação limita-se a linhas em mapas oficiais. No entanto, Dourojeanni e Pádua (2007) alertam que esse termo foi usado como slogan político contra os parques. De qualquer forma, as iniciativas governamentais para criá-los são importantes e não devem ser desconsideradas. As questões envolvendo problemas fundiários são bastante delicadas e tratadas como um mito em algumas discussões técnicas. Isso gera um grande desconforto no meio conservacionista e posicionamentos que aparentemente julgam de forma bastante crítica essas iniciativas, como a apresentada por Pádua (2002). A autora afirma que praticamente nenhuma UC é criada no Brasil, com implementação e regularização fundiárias previstas em orçamento, o que caracterizaria uma tentativa de enganar a sociedade. Atualmente, seis anos após a situação apontada pela autora, vemos iniciativas positivas nessa direção, onde a criação de novas UCs passa também pela análise de viabilidade econômica, que inclui a situação fundiária.

Assim, além dos questionamentos à efetiva implementação dos parques há um problema anterior relacionado ao viés introduzido pelo maior peso dos critérios políticos e oportunistas na escolha de áreas para a conservação. Pressey (1994) argumenta que muitos parques foram criados sem um planejamento adequado, mediado por processos outros que não aqueles estritamente científicos e isso comprometeu a representatividade global da biodiversidade. Todo o processo assume conotações aleatórias e antropocêntricas fortemente influenciadas por aspectos

econômicos o que paradoxalmente eleva os custos do sistema representativo devido a sua baixa eficiência. No entanto, Bensusan (2006) acaba defendendo a criação de parques em face da oportunidade política de fazê-lo, já que acha o fato justificável e até mesmo recomendável em função da necessidade de aumento de conectividade entre diferentes áreas protegidas.

Esse viés político e econômico traz ainda novos entraves a apropriação simbólica pelos atores locais, que não compreendem o significado da conservação do patrimônio ambiental por intermédio dos parques (MEDEIROS; GARAY, 2006).

A síntese da existência dos parques de papel relaciona-se com os dividendos políticos oriundos de sua criação e a forte restrição orçamentária para a conservação. No Brasil e em outros países da América Latina a maior parte dos fundos para a conservação vem do setor público e, portanto, as despesas com o meio ambiente têm forte vinculação com a situação macroeconômica, criando entraves para a implementação de políticas ambientais (YOUNG, 2005). Essa imagem de parques ineficientes acaba por comprometer o embasamento científico desse modelo de conservação.

2.2.8 O manejo de parques e a variável das interações sociais

Para estabelecer e manejar um parque há necessidade de se obter a colaboração da população e principalmente das comunidades próximas (PÁDUA; TABANEZ; SOUZA, 2003). No Brasil isso representa um desafio em função da diversidade cultural e sócio econômica. Além disso, há receios quanto às restrições ao uso da terra e arbitrariedades cometidas pelos órgãos gestores, centralização das ações em alguns grupos de moradores, conflitos legais de esferas de poder e dificuldades de planejamento do parque e sua zona de amortecimento (STREY, 2003; SOARES et al., 2004). Em bases cotidianas, os administradores têm que lidar com o manejo da biodiversidade, dos interesses das comunidades locais e a falta de recursos (ORMSBY; KAPLIN, 2005). Além disso, frente às hostilidades, tendem a resguardar o parque como uma fortaleza (SHAFER, 1999). A base do consenso deve ser procurada no estabelecimento de pontos de interesse convergente, que devem ser apropriados para a implementação de planos de manejo que minimizem a tensão entre as partes, bem como estimulem um processo de monitoramento dessa relação (BRIDGEWATER, 2002).

Os planos de manejo representam a “matriz para a implementação, manutenção e uso de uma unidade de conservação” (DOUROJEANNI, 2003. p. 4). A não adequação do manejo pode

determinar seu curto período de existência e um alcance precário dos objetivos conservacionistas (CIFUENTES; IZURIETA; FARIA, 2000). Também é ressaltado que esses instrumentos não devem engessar a administração, já que as decisões são tomadas para uma sociedade em constante mutação (DOUROJEANNI, 2003; WATSON; LANDRES, 1999).

A necessidade de pesquisa sobre uma visão integrada de manejo é evidente e a adição da variável humana nessa equação representa um grande desafio (HEINEM, 1996; MAZZOTTI; MORGENSTERN, 1997). Little (1999) discute que o manejo demonstra a forte tendência em maximizar uma estreita faixa de valores, previamente estabelecida sob um viés científico, e os sistemas naturais são regidos pelo balanço de forças interconectadas, cujas resultantes não têm um objetivo definido. Essa abordagem tem limitações relacionadas ao pequeno conhecimento sobre as dinâmicas ecossistêmicas e as demandas humanas sobre a paisagem. O manejo adaptativo reconhece a necessidade de experimentação e aprendizado com a experiência (CLARK, 1999). Entretanto, Manning (2007) avalia que há a necessidade de pesquisa quantitativa e qualitativa de indicadores sociais.

Outra abordagem requer o ingresso dos parâmetros culturais. Há a compreensão de que construções científicas e políticas embasam a percepção sobre o ambiente e essas moldam as formas de manejo. Nesse aspecto, a gestão de um parque também é reciprocamente uma expressão da cultura e das questões ambientais (BRIDGEWATER, 2002). Infield (2001), também destaca a importância desses valores culturais, pois esses representam uma estratégia alternativa às econômicas para se conseguir o apoio das comunidades à conservação.

Porém, observa-se também que as questões sociais relativas às políticas públicas de conservação são minimizadas pelo deslocamento do foco do Estado para a Comunidade, pela conservação baseada no desenvolvimento sustentável relacionado às dinâmicas ecológicas, pela incorporação do ideal de autofinanciamento das atividades de conservação e pela burocratização do movimento conservacionista, que passa a escapar das mãos do cidadão comum (BROWN, 2003; JEPSON; CANNEY, 2003). Berkes (2004) analisa que o deslocamento para uma visão de manejo baseado na comunidade é uma resultante das falhas da conservação baseada em princípios excludentes, frente a crescente importância política dos argumentos econômicos e sociais. O autor acredita que o foco na comunidade é restritivo e propõe uma terceira explicação, baseada na visão de um sistema sócio ambiental complexo caracterizado pela não linearidade, incerteza e problemas de escala e organização da comunidade.

Achenson (2006) acredita que apesar das instituições sociais serem cruciais para resolver os problemas da conservação elas têm falhado nessa tarefa. Para tal, identifica três arranjos de governança possíveis: as propriedades privadas, o manejo governamental e o manejo comunitário e aponta as falhas nos três. No primeiro caso, há a grande dependência no estabelecimento de regras e incentivos para estimular a conservação; no caso do manejo estatal, o engessamento da unidade reguladora em contraposição a diversidade de situações. O manejo comunitário seria condicionado pela dificuldade no estabelecimento local das regras. O autor conclui então que não há soluções universais, pois os fatores que determinam os sucessos e falhas são interdependentes. Entretanto as falhas observadas amplificam mais uma vez a imagem de parques geradores de conflitos.

2.2.9 A difícil integração com outras ciências

Todos os gêneros do pensamento têm seus limites, pois são representações abstratas da realidade que não a descrevem por completo. Portanto a força no entendimento do mundo encontra-se em uma verdadeira interdisciplinaridade, que permita o intercâmbio dos saberes (FLORIANI, 2000) e a construção de um “saber ambiental” diverso e integrador (LEFF, 2006, 2007). Têm-se tentado desenvolver métodos que incorporem essa visão holística das diferentes dimensões dos problemas ambientais, para que os mecanismos de conservação durem o maior tempo possível e sejam socialmente aceitos. Assim, as respostas sobre o “que” e “onde” conservar podem ser dadas pelos ecólogos e biólogos. Já o “como” conservar tem um componente humano mais evidente (BRANDON et al., 2005).

Porém, a teoria ecológica clássica forneceu bases estreitas para integração com as ciências sociais (PICKETT et al., 2001). Por sua vez, a Sociologia, presta menor atenção à relação entre sociedade e natureza por considerá-la de menor valor na explicação dos fenômenos sociais (GIULIANI, 1998). Colocam-se em lados opostos disciplinas que deveriam ser aliadas para a compreensão e resolução dos problemas.

É premente o desenvolvimento de uma metodologia que descreva e quantifique as interações mantidas entre os elementos sociais e ecossistêmicos, para o embasamento de decisões mais sustentáveis que escapem da racionalidade econômica prevalecente (BRUNCKHORST, 2002). As atividades humanas não podem ser compreendidas com o olhar fragmentado das disciplinas, porém, já não é tão evidente como poderá se dar essa integração. Tradicionalmente os

seres humanos são tratados como exógenos aos estudos ecológicos, assim como os fatores ecológicos também o são em outros estudos (LIU, 2001; MASCIA et al., 2003). Manfredo (2007) avalia que essa ruptura está baseada em três mitos: de que a abordagem sociológica ameaça o conhecimento especializado da Ecologia; que o conhecimento das preferências das pessoas é suficiente para a tomada de decisões e que as ciências sociais ainda não amadureceram essa vertente ambiental. Os movimentos ambientalistas parecem também ter alimentado o distanciamento entre o pensamento técnico da Ecologia em relação às Ciências Sociais, porém parece estar ganhando força o movimento de construção de um conhecimento científico interdisciplinar com significado social (FERREIRA, 1999).

Segundo Buttel (2002), ainda na década de 70 os sociólogos que enveredaram pelo ramo ambiental, tratavam-no como uma causa de libertação da sociologia do antropocentrismo e hoje buscam aplicar os conhecimentos e obter maior poder de previsão. A partir dessa década, foi estabelecida uma agenda de integração, cujo cerne gira em torno da visão da sociedade como profundamente dependente dos sistemas naturais (LUTZENHISER, 2002). Mol e Spaargaren (2005) enfatizam, no entanto, que para se alcançar essa nova síntese deve-se transcender essa visão ultrapassada da dicotomia entre sociedade, natureza e as ciências que tentam explicá-las. Porém, a metodologia e a rede conceitual para a análise, a interpretação e a resolução de problemas ainda não foi alcançada. Smith (2001) aponta que na perspectiva ecocêntrica, há a preocupação de uma redução sociológica da natureza, que diminui os seus valores éticos. No entanto, Ferreira (2004) considera que a Sociologia Ambiental abriu espaço institucional e tem amplitude suficiente para a discussão dessa temática.

Frank, Hironaka e Schofer (2000) apontam indicadores que demonstram o desenvolvimento de uma nova dimensão das responsabilidades estatais: o crescente número de parques nacionais e áreas protegidas; a atuação de organizações não governamentais ambientais de âmbito internacional; a participação de representantes governamentais em organizações ambientais internacionais; o desenvolvimento de leis de impacto ambiental mais rigorosas e a existência de Ministros de Meio Ambiente no nível Federal de administração. Dunlap (2002) oferece um novo paradigma ecológico (*New Environmental Paradigm – NEP*) que procura enfatizar a dimensão ecológica das sociedades humanas. No entanto, esse modelo evidencia um elevado grau de acordo por parte do público com as questões ecológicas e conclui que a humanidade está para mudar positivamente e consensualmente a maneira de se relacionar com a

natureza. Outras abordagens contradizem essa relação não problemática entre as novas e velhas idéias. Essas podem, por exemplo, co-existir e interagir de formas complexas e originar novas representações sociais (CASTRO, 2003).

Little (1999) ressalta que deve haver o reconhecimento de que as UCs envolvem espaços geográficos específicos que tem propósitos sociais designados e são manejadas por instituições políticas que as tornam territórios naturais e humanos. Isto é, essas visões diametralmente opostas sobre o papel dos espaços protegidos são um artefato de ciências distintas. Velho (2001) aponta que a própria Antropologia se fragmentou no seu lado sócio-cultural e biológico e se alijou dos debates científicos contemporâneos. No entanto, Orlove e Brush (1996) ressaltam que os textos mais recentes reforçam a posição de se buscar um equilíbrio entre os interesses dessas comunidades e os conservacionistas. Há a necessidade da emergência de um novo paradigma ecológico (PELIZZOLI, 1999) que minimize a oposição entre natureza e cultura, base das discussões sobre as áreas protegidas.

2.3 Conclusões

A definição legal de parques no Brasil é o fruto de um processo histórico de construção, quando inúmeras forças políticas e correntes filosóficas atuaram no estabelecimento atual do conceito. A visão técnico-científica da Ecologia prevaleceu, porém, essa abordagem criou problemas de relacionamento entre os parques e as pessoas ao impor uma fragmentação do espaço e mudanças na forma de seu uso, cujos propósitos são mal compreendidos pelo senso comum. Dessa maneira, inúmeras propostas de integração de uma visão social e humana começaram a surgir no sentido de minimizar os problemas. Porém, as características paradigmáticas do conceito emperram essa união. Esse aspecto faz com que a integração seja facilmente proposta, porém, arduamente alcançada.

Mas há pontos convergentes na observação desses problemas, que se refletem na maneira como as pessoas vêem os parques. Esses são traduzidos, em um viés mais técnico, como parques de papel, cuja eficiência na proteção da biodiversidade é comprometida pelos problemas discutidos e, sob um olhar mais social, como parques geradores de conflito. Ora, se a percepção das pessoas sobre os parques influencia o seu comportamento, então a gestão dessa percepção é importante para angariar aliados na sua defesa e alcançar uma conservação mais efetiva e necessariamente referenciada por parâmetros sócio-ambientais. Dessa maneira propõe-se aqui, o

levantamento de indicadores para o monitoramento e manejo dessa imagem, integrando a conservação à sociedade.

Referências

ABAKERLI, S. A critique of development and conservation policies in environmentally sensitive regions in Brazil. **Geoforum**, Amsterdam, v.32, p. 551-556, 2001.

ACHESON, J.M. Institutional failure in resource management. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 35, p. 117-134, 2006.

AGRAWAL, A.; GIBSON, C.C. Enchantment and disenchantment: the role of community in natural resource conservation. **World Development**, Amsterdam, v. 27, n. 4, p. 629-649, 1999.

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 2, n. 5, p. 79-92, 1999.

BARBAULT, R. A conservação da biodiversidade: um desafio para a ecologia. In: GARAY, I.; BECKER, B.K. (Org.). **Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. Petrópolis: Ed. Vozes. 2006. p. 381-399.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. 176 p.

BERKES, F. Rethinking community-based conservation. **Conservation Biology**, Washington, v. 18, n. 3, p. 621-630, 2004.

BRANDON, K. Analyzing human dimensions at different scales to inform conservation planning and action. In: NUNES, M.L.; TAKAHASHI, L.Y.; THEULEN, V. (Org.). **Unidades de conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2007. p. 11-22.

BRANDON, K.; FONSECA, G.A.B.; RYLANDS, A.B.; SILVA, J. M. C. Conservação brasileira: desafios e oportunidades. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 7-13, jul. 2005.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Decreto nº 4.940, de 22 de Agosto de 2002. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza SNUC**. Brasília: IBAMA, Diretoria de Ecossistemas, 2002. 35 p.

BRIDGEWATER, P.B. Biosphere reserves: special places for people and nature. **Environmental Science and Policy**, Amsterdam, v. 5, n. 1, p. 9-12, 2002.

BRITO, M.C.W. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000. 230 p.

BROCKELMAN, W.Y.; GRIFFITHS, M.; RAO, M.; RUF, R.; SALAFSKI, N.. Mecanismos de Fortalecimento. In: TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; RAO M. (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. 2002. cap. 20 p. 290-304.

BROWN, K. Innovations for conservation and development. **The Geographical Journal**, London, v. 168, n. 1, p. 6-17, Mar. 2002.

_____. Three challenges for a real people-centered conservation. **Global Ecology and Biogeography**, Oxford, v. 12, p. 89-92, 2003.

BRUNCKHORST, D.J. Institutions to sustain ecological and social systems. **Ecological Management and Restoration**, Windsor, v. 3, n. 2, p. 108-116, 2002.

BUTTEL, F.H. Has environmental sociology arrived? **Organization and Environment**, Thousand Oaks, v. 15, n. 1, p. 42-54, Mar. 2002.

CASTRO, P. Pensar a natureza e o ambiente – alguns contributos a partir da teoria das representações sociais. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 2, p. 263-271, 2003.

CASTRO, P.; LIMA, M.L. Old and new ideas about the environment and science: an exploratory study. **Environment and Behavior**, Edmond, v. 33, n. 3, p. 400-423, 2001.

CASTRO, F.; SIQUEIRA A.D.; BRONDÍZIO, E.S.; FERREIRA, L.C. Use and misuse of the concepts of tradition and property rights in the conservation of natural resources in the Atlantic Forest (Brazil). **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 23-39, jan./jun. 2006.

CIFUENTES, M.A.; IZURIETA, A.V.; FARIA, H.H.; **Medición de la efectividad del manejo de Areas Protegidas**. Turrialba: WWF:IUCN, 2000. 105 p.(Manual técnico) .

CLARK, J.R. The ecosystem approach from a practical point of view. **Conservation Biology**, Washington, v. 13, n. 3, p. 679-681, 1999.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 225-256.

COLDING, J.; FOLKE, C. Social taboos: “invisible” systems of local resource management and biological conservation. **Ecological Applications**, Washington, v. 11, n. 2, p. 584-600, 2001.

DAVENPORT, L.; RAO, M. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; RAO M. (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. cap. 3, p. 52-73.

DEAN, W. **A ferro e fogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.

DIEGUES, A.C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos In: _____. **Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 1-46.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras; USP, 2004. 169 p.

DOUROJEANNI, M.J. Vontade política para estabelecer e manejar parques. In: TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. cap. 23 p. 347-362.

_____. Análise crítica dos planos de manejo de áreas protegidas no Brasil. In: BAGER, A. (Ed.). **Áreas protegidas**: conservação no âmbito do cone sul. Pelotas: Edição do editor, 2003. cap. 1, p.1-20.

_____. Sistemas de áreas protegidas en América Latina: teoría y práctica. In: NUNES, M.L.; TAKAHASHI, L.Y.; THEULEN, V. (Org.). **Unidades de conservação**: atualidades e tendências 2007. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2007. p. 240-254.

DOUROJEANNI, M.J.; PÁDUA, M.T.J. **Biodiversidade**: a hora decisiva. 2. ed. Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 2007. 284 p.

DRUMMOND, J.; BARROS-PLATIAU, A. F. Brazilian environmental laws and policies, 1934–2002: a critical overview. **Law and Policy**, Buffalo, v. 28, n. 1, p. 84-108, 2006.

DUNLAP, R. Environmental sociology: a personal perspective on its first quarter century. **Organization and Environment**, Thousand Oaks, v. 15, n. 1, p. 10-29, 2002.

EHRENFELD, D. War and peace and conservation biology. **Conservation Biology**, Washington, v. 14, n. 1, p. 105-112, 2000.

FERREIRA, L.C. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 2, n. 5, p. 35-54, dez. 1999.

_____. Idéias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 10, p. 77-89, jul./dez. 2004.

FLORIANI, D. Diálogos interdisciplinares para uma agenda socioambiental: breve inventário do debate sobre ciência, sociedade e natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 1, p. 21-39, jan./jun. 2000.

FONSECA, G.A.B. The everlasting role of protected areas in biodiversity conservation. In: MILANO, M.S.; TAKAHASHI, L.Y.; NUNES, M.L (Org.). **Unidades de conservação**: atualidades e tendências 2004. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004. p. 147-162.

FRANK, D.J.; HIRONAKA, A.; SCHOFER, E. The Nation State and the natural environment over the twentieth Century. **American Sociological Review**, Washington, v. 65, n. 1, p. 96-116, Feb. 2000.

GIULIANI, G.M. Sociologia e ecologia: um diálogo reconstruído. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 147-172, 1998.

GODOY, A. O modelo de natureza e a natureza do modelo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 14, p. 129-138, 2000.

GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 125-147.

GUHA, R. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 80-99.

HEINEM, J.T. Human behavior, incentives and protected area management. **Conservation Biology**, Washington, v. 10, n. 2, p. 681-684, 1996.

INFIELD, M. Cultural values: a forgotten strategy for building community support for protected areas in Africa. **Conservation Biology**, Washington, v. 15, n.3, p. 800-802, 2001.

JEPSON, P.; CANNEY, S. Values-led conservation. **Global Ecology and Biogeography**, Oxford, v. 12, n. 4, p. 271-274, 2003.

KAIMOWITZ, D.; SHEIL, D. Conserving what and for whom? Why conservation should help meet basic human needs in the tropics. **Biotropica**, Washington, v. 39, n. 5, p. 567-574, 2007.

LARRÈRE, R. Do princípio de naturalidade à co-gestão da diversidade biológica In: GARAY, I.; BECKER, B.K. (Org.). **Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006. p. 401-412.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.

_____. **Epistemologia Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 239 p.

LEITE, M.A.F.P. A natureza e a cidade. In: SOUZA, M.A.A.; SANTOS, M.; SCARLATO, F.C.; ARROYO, M. (Org.). **Natureza e sociedade de hoje**: uma leitura geográfica. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2002. p. 139-145.

LITTLE, P.E. Environments and environmentalisms in anthropological research: facing a new millennium. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 28, p. 253-284, 1999.

LIU, J. Integrating ecology with human demography, behavior and socioeconomics: needs and approaches. **Ecological Modelling**, Amsterdam, v. 140, p. 1-8, 2001.

LOCKE, H.; DEARDEN, P. Rethinking protected area categories and the new paradigm. **Environmental Conservation**, Moiry, v. 32, n. 1, p. 1-10, 2005.

LUTZENHISER, L. Environmental sociology: the very idea. **Organization and Environment**, Thousand Oaks, v. 15, n. 1, p. 5-9, Mar. 2002.

MANFREDO, P. Expanding our view of conservation through the human dimensions. In: NUNES, M.L.; TAKAHASHI, L.Y.; THEULEN, V. (Org.) **Unidades de conservação**: atualidades e tendências 2007. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2007. p. 121-128.

MANNING, R.E. Commons without tragedy measuring and managing carrying capacity of parks and protected areas. In: NUNES, M.L.; TAKAHASHI, L.Y.; THEULEN, V. (Org.). **Unidades de conservação**: atualidades e tendências 2007 Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2007. p. 58-65.

MARQUES, J.R. **Meio ambiente urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2005. 233 p.

MASCIA, M.B.; BROSIUS, J.P.; DOBSON, T.A.; FORBES, B.C.; HOROWITZ, L.; MCKEAN, M.A.; TURNER, N.J. Conservation biology and the social sciences. **Conservation Biology**, Washington, v. 17, n. 3, p. 649-650, 2003.

MAZZOTTI, F.; MORGENSTERN, C.S. A scientific framework for managing urban and natural areas. **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, n. 38, p. 171-181, 1997.

MEDEIROS, R. **A proteção da natureza**: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais. 2003. 304 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 9, p. 41-64, jan./jun. 2006.

MEDEIROS, R.; GARAY, I. Singularidades do sistema de áreas protegidas para conservação e uso da biodiversidade brasileira. In: GARAY, I.; BECKER, B.K. (Org). **dimensões humanas da biodiversidade**: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006. p. 159-184.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.A.; GARAY, I. Áreas protegidas no Brasil: Interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. In: IRVING, M.A. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social**: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio – Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006. p. 5-40.

MILANO, M.S. Por que existem unidades de conservação. In: _____. (Org). **Unidades de conservação**: Atualidades e tendências. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2002. p. 193-208.

MILLER, J.R.; HOBBS, R.J. Conservation where people live and work. **Conservation Biology**, Washington, v.16, n.16, p.330-337, 2002.

MITTERMEIER, R.A.; FONSECA, G.A.B.; RYLANDS, A.B.; BRANDON, K. Brief history of biodiversity conservation in Brazil. **Conservation Biology**, Washington, v. 3, n. 19, p. 601-607, 2005.

MOL, A.P.J.; SPAARGAREN, G. From additions and withdrawals to environmental flows: reframing debates in the environmental social sciences. **Organization and Environment**, Thousand Oaks, v. 18, n. 1, p. 91-107, Mar. 2005.

MONJEAU, A. Conservación de la biodiversidad, áreas protegidas y gente: escalas diferentes, problemas diferentes. In: NUNES, M.L. TAKAHASHI, L.Y.; THEULEN, V. (Org.). **Unidades de Conservação: atualidades e tendências 2007** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2007. p. 77-91.

NADKARNI, N. M. Not preaching to the choir: Communicating the importance of forest conservation to nontraditional audiences. **Conservation Biology**, Washington, v. 18, n. 3, p. 602-606, 2004.

NAUGHTON-TREVES, L.; HOLLAND, M.B.; BRANDON, K. The role of protected areas in conserving biodiversity and sustaining local livelihoods. **Annual Review of Environment and Resources**, Palo Alto, v. 30, p. 219-252, 2005.

ODUM, E.P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1988. 434 p.

ORLOVE, B.S.; BRUSH, S.B. Anthropology and the conservation of biodiversity. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 25, p. 329-352, 1996.

ORMSBY, A.; KAPLIN, B.A. A framework for understanding community resident perceptions of Masoala National Park, Madagascar. **Environmental Conservation**, Moiry, v. 32, n. 2, p. 156-164, 2005.

PÁDUA, M.T.J. Unidades de Conservação, muito mais do que atos de criação e planos de manejo. In: MILANO, M.S. (Org.). **Unidades de conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 3-14.

PÁDUA, S.M.; TABANEZ, M.F.; SOUZA, M.G. A abordagem participativa na educação para a conservação da natureza. In: CULLEN, JR., L. RUDRAN, R; VALLADARES-PÁDUA, C. (Org.). **Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003. p. 557-591.

PELIZZOLI, M.L. **A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999. 160 p.

PICKETT S.T.A.; CADENASSO, M.L.; GROVE, J.M.; NILON, C.H.; POUYAT, R.V.; ZIPPERER, W.C.; COSTANZA R. Urban ecological systems: Linking terrestrial, ecological, physical, and socioeconomic components of metropolitan areas. **Annual Review of Ecology and Systematics**, Palo Alto, v. 32, p. 127-157, 2001.

PIMBERT, M.P.; PRETTY, J. Parques, comunidades e profissionais: incluindo a “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 183-223.

PIMENTEL, D.S.; MAGRO, T.C. A imagem arranhada dos parques: uma discussão epistemológica. **Áreas Protegidas e Inclusão Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 19-21, 2007.

POIANI, K.A.; BAUMGARTNER, J.V.; BUTTRICK, S.C.; GREEN, S. L.; HOPKINS, E.; IVEY, G.D.; SEATON, K.P.; SUTTER, R.D. A sacale-independent, site conservation planning framework in the Nature Conservancy. **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v. 43, p. 143-156, 1998.

PRESSEY, R.L. Ad hoc reservations: forward or backward steps in developing representative reserve systems? **Conservation Biology**, Washington, v. 8, n. 3, p. 662-668, Sept. 1994.

PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. (Ed.). **Biologia da conservação**. Londrina: Edição dos Editores, 2001. 327 p.

REDFORD, K.H.; SANDERSON S.E. Extracting humans from nature. **Conservation Biology**, Washington, v. 14, n. 5, p. 1362-1364, 2000.

RYAN, R.L. Exploring the effects of environmental experience on attachment to urban natural areas. **Environment and Behavior**, Edmond, v. 37, n. 1, p. 3-42, 2005.

RYLANDS, A.B.; BRANDON, K. Brazilian protected areas. **Conservation Biology**, Washington, v. 19, n. 3, p. 612-618, 2005.

SCHWARTZMAN, S.; NEPSTAD, D.; MOREIRA, A. Arguing tropical forest conservation: People versus parks. **Conservation Biology**, Washington, v. 14, n. 5, p. 1370-1374, Oct. 2000.

SHAFER, C.L. National park and reserve planning to protect biological diversity: some basic elements. **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v. 44, p. 123-153, 1999.

SHANTZ, J. Scarcity and the emergence of fundamentalist ecology. **Critique of Anthropology**, Thousand Oaks, v. 23, n. 2, p. 144-154, 2003.

SMITH, M. The face of nature: environmental ethics and the boundaries of contemporary social theory. **Current Sociology**, Madrid, v. 49, n. 1, p. 49-65, Jan. 2001.

SOARES, M.C.C.; BENSUSAN, N.; NETO P.S.F. **Entorno das unidades de conservação: estudos e experiências com UCs de proteção integral**. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2004. 112 p. (Estudos Funbio).

STREY, A. Alternativas de expansão e desenvolvimento econômico em zonas de amortecimento de Unidades de Conservação. In: BAGER A. (Ed.). **Áreas protegidas: conservação no âmbito do cone sul**. Pelotas: Edição do editor, 2003. p. 107-106.

TABARELLI, M.; PINTO, L.P.; SILVA, J.M.C.; HIROTA, M.; BEDÊ, L. Challenges and opportunities for biodiversity conservation in the Brazilian Atlantic Forest. **Conservation Biology**, Washington, v. 19, n. 3, p. 695-700, June 2005.

TERBORGH, J. The fate of tropical forests: a matter of stewardship. **Conservation Biology**, Washington, v. 14, n. 5, p. 1358-1361, Oct. 2000.

_____. Why tropical parks are failing and what can be done about it. In: NUNES M.L.; TAKAHASHI, L.Y.; THEULEN, V. (Org.). **Unidades de conservação: atualidades e tendências 2007**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2007. p. 296-297.

TERBORGH, J.; PERES, C.A. O problema das pessoas nos parques. In: TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; RAO M. (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. cap. 22, p. 334-346.

TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C. Por que o mundo necessita de parques? In: TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; RAO M. (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. 2002. cap. 1, p. 25-36.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1988. 454 p.

URBAN, T. **Saudade do Matão**: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação MacArthur, 1998. 374 p.

VALLADARES, A.C. De Caracas a Durban: el nuevo rumbo de la conservación. In: NUNES, M.L.; TAKAHASHI, L.Y.; THEULEN, V. (Org.). **Unidades de conservação**: atualidades e tendências. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2007. p. 92-107.

VALLEJO, L.R. Aspectos das políticas de governo e a questão da gestão territorial nas unidades de conservação de Estado do Rio de Janeiro. **GEOgraphia**, Niterói, n. 13, p. 71-85, 2005.

VELHO, O. De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 133-140, 2001.

WATSON, A.E.; LANDRES, P. Changing wilderness values. In: CORDELL, H.K. (Org.). **Outdoor recreation in American life**: a national assessment of demand and supply trends. Champaign: Sagamore, 1999. p. 384-388.

WEST, P.; IGOE, J.; BROCKINGTON, D. Parks and people: the social impact of protected areas. **Annual Review of anthropology**, Palo Alto, v. 35, p. 251-277, 2006.

YOUNG, C.E.F. Financial mechanisms for conservation in Brasil. **Conservation Biology**, Washington, v. 19, n. 3, p. 756-761, June 2005.

3 MÚLTIPLOS OLHARES: A NECESSIDADE DE UM MANEJO QUE INCLUA A COMPLEXIDADE



Foto: Pedra do Elefante vista da Praia de Itaipuaçu. Tirada por Douglas Pimentel em 20 de janeiro de 2006

Ao olhar, um sorriso
Ao pensar, uma idéia
Ao falar, uma poesia
Um sorriso, uma idéia, uma poesia.

(Trecho de “Imagens” de Marcio Masaki Onodera)

Resumo

Os parques regulamentam o espaço, promovendo interações específicas entre o ambiente e a sociedade. Assim, podem ser percebidos sob o foco de diferentes olhares, influenciados por múltiplas escalas e valores. As diversas identidades do espaço aumentam a complexidade da gestão dos parques. Logo, o conhecimento sobre o conjunto de representações da sociedade sobre essas Unidades de Conservação é um componente importante da conservação, pois subsidia um manejo que considera as dimensões humanas dos parques.

Palavras chave: Parques; Institucionalização do espaço; Imagem; Manejo

3 MULTIPLE LOOKING, MANY IMAGES: THE NECESSITY OF A SOCIAL COMPLEXITY SENSITIVE MANAGEMENT

Abstract

The parks are regulated spaces that promote specific interactions between environment and society. Thus, they can be perceived under the focus of different looks, influenced by multiple scales and values. The diverse space identities raise the complexity of parks administration. So, the knowledge about the protected areas social representations is an important conservation component, because can subsidy a sensitive park management to human dimensions.

Keywords: Parks; Institutionalized spaces; Image; Management

3.1 Introdução

3.11 “O caminho do meio”: novos olhares para a gestão de parques

As atividades de conservação dos parques dependem do conhecimento ecológico. Porém a reserva de áreas para esse fim regulamenta espaços, aumentando a complexidade das interações. Assim, o foco restrito da biologia não tem amplitude suficiente para propor uma forma de manejo da Unidade de Conservação (UC) que seja sensível a essas novas variáveis. Logo, a Conservação deve abordar conteúdos e metodologias das Ciências Humanas e Sociais. O parque está amalgamado a um ambiente social, nas suas esferas política, territorial, administrativa e simbólica que produzem novos olhares. Além disso, esses fenômenos são compreendidos de diferentes maneiras, de acordo com a escala em que são observados.

Existem indicadores sociais amplos, como aqueles que avaliam o poder aquisitivo de uma amostra populacional, para expressar a realidade social na qual o parque está inserido. Obviamente, a gestão desses foge do escopo do seu administrador. Porém, a avaliação da

inserção social de um parque, no âmbito das representações que a sociedade constrói para compreender esse instrumento de conservação, carece de um modelo que expresse essa relação complexa e operacionalize a sua gestão. Logo, há necessidade de uma postura interdisciplinar, que não pode ser alcançada, por posições extremas e o diálogo rarefeito do radicalismo. Nesse sentido, observam-se outros olhares que podem contribuir para a gestão dos parques.

3.2 Desenvolvimento

3.2.2 O olhar da Geografia: Conceitos reavaliados e horizontes ampliados

Na definição legal de UC, na qual os parques estão incluídos, encontra-se como primeira referência, o “espaço territorial” (BRASIL, 2002). As discussões sobre o espaço ocorrem no campo da geografia onde operam os conceitos necessários para o entendimento das relações humanas na modelagem da superfície terrestre: o “espaço”, a “região”, o “território” o “lugar”, e a “paisagem” (CORRÊA, 1995). Essas diferentes identidades do espaço representam o campo gerador de novas questões para a investigação e oferecem novos desafios metodológicos (CASTRO, I.E., 2002), podendo servir para a reintrodução desse conceito como um fator significativo na pesquisa ecológica (LITTLE, 1999) e mais especificamente, contribuindo no entendimento das relações da sociedade com os parques. Porém, Santos (2006) alerta que “de um modo geral, é por falta de uma epistemologia, claramente expressa, que a própria geografia tem dificuldade para participar em um debate filosófico e interdisciplinar” (p. 47).

O conceito de natureza é socialmente construído e influencia a constituição humana do “espaço”, também influenciada pelas relações de poder, ideologia, além de variar no tempo (BERTOLAS, 1998). Esses fenômenos resultam de uma realidade complexa, que para ser compreendida se faz necessária a delimitação dos conceitos e das conseqüências dos seus significados (RÖPER, 1999). Assim, Corrêa (1995) ressalta que as dimensões topológicas e matriciais deveriam ser consideradas como meio e não como fim, na compreensão da organização espacial. Fenômenos resultantes das inter-relações entre sociedade e “espaço” não devem ser considerados separadamente, quando o último acaba por assumir diferentes categorias de análise que permitem o olhar em diferentes patamares. Por outro lado, o “espaço” seria também o *locus* de diferentes práticas, alicerçadas por padrões culturais. O objetivo dessas ações é a administração e o controle das diferenças espaciais, muitas vezes impostas à sua organização, como no caso dos parques.

Deve-se aumentar o campo conceitual do “espaço” ao considerá-lo no âmbito da sua existência física e da sua essência subjetiva, relacionada à forma como as pessoas o percebem. O “espaço” pode ser entendido então como campo topológico, fenomenológico, histórico e sócio, representando as formas das estruturas e o universo das imagens percebidas e codificadas com diferentes significados (MOREIRA, 2002). Essa realidade complexa envolve diferentes dimensões de conteúdos simbólicos e materiais e para ser entendida precisa desses múltiplos focos (CASTRO, I.E., 2002). A noção do “espaço”, nesse sentido também é integradora, pois emergiu como um mecanismo de situar as pessoas nos conflitos sociais e ambientais contemporâneos (LITTLE, 1999). Logo, conceber um parque como o mero espaço da perpetuação dos processos ecológicos representa uma visão de mundo fragmentada e de difícil utilidade como um modelo para o entendimento da complexidade dos fenômenos operantes (RÖPER, 1999).

A unificação desse espectro conceitual em uma delimitação que operacionalize a compreensão das diferenças regionais do “espaço” e permita generalizações científicas, ainda esbarra em dificuldades. A complexidade da realidade torna o conceito, cada vez mais polissêmico.

A “região” compreende um determinado território cuja área é usada como unidade de gestão administrativa (PIRES; SANTOS; PIRES, 2003). Já os parques podem ser entendidos como unidades administrativas, que abrangem em seus domínios espaciais certas singularidades, que podem ser paisagísticas ou biológicas. Logo, os parques e o seu entorno poderiam ser mais bem compreendidos sob o foco conceitual da “região”, comandada por uma ou mais esferas político-administrativas, onde fenômenos de cunho ecológico e social se amalgamam nesse sistema interativo. Já foi proposto que esse conceito poderia aproximar as ciências humanas das ciências da natureza, pois as “regiões” surgem como resultado das ações humanas, que revestem o biológico de valores (GOMES, 1995). Essa visão mais ampla para a gestão de parques é vislumbrada no estabelecimento de sua zona de amortecimento, porém a gestão dessas áreas protegidas ampliadas ainda é emperrada por dificuldades conceituais, como a integração de diferentes esferas administrativas.

De acordo com Paasi (2002), a identidade de uma “região” é parte do processo de institucionalização do “espaço”. Essas passam a possuir diferentes formas: a forma territorial, das fronteiras que emergem de diferentes práticas sociais; a forma simbólica dos nomes e outros

símbolos que se manifestam em práticas como economia, cultura e governança e as Instituições necessárias para manter as feições simbólicas e espaciais, que produzem e reproduzem distinções entre as “regiões” e os grupos sociais, a identidade estabelecida pelas práticas sociais e a consciência interna e externa. Röper (2000), baseada nesse autor faz uma proposta interessante para o desenvolvimento de uma abordagem relacional entre sociedade e parques. A autora considera que a criação dessa categoria de UC pode ser enfocada sob o processo de construção da identidade na institucionalização de um espaço regional, devido à inerente modificação de seu uso. Assim, para que a gestão seja efetivada, o manejo deve se dar sob três eixos conceituais: a) forma institucional que se responsabiliza pela perpetuação e controle do espaço; b) forma territorial, estabelecida juridicamente (espaço) e, c) formas simbólicas relacionadas com a percepção e ação das pessoas sobre o “espaço” (Figura 3.1). Assim a criação de parques não deveria ser compreendida como um resultado de argumentação técnica e científica engessada em um arcabouço legal, mas sim como um processo resultante de um cenário onde se debatem interesses variados de uma série de atores direta e indiretamente atingidos (ROPER, 1999).

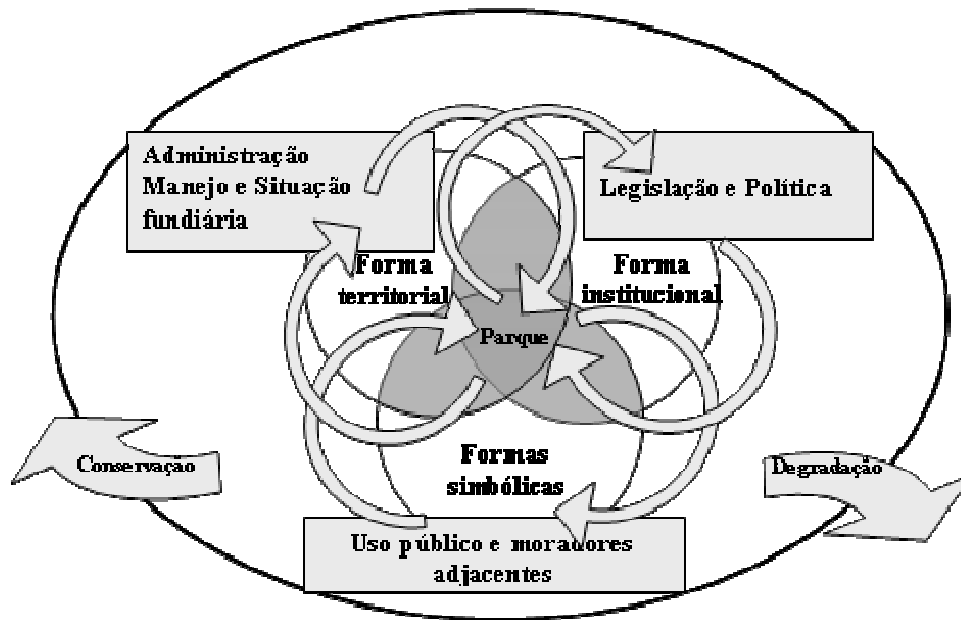


Figura 3.1-Inter-relações mantidas entre as Unidades de Conservação e suas diferentes formas sociais (baseado em Ropper 2000 e Paasi 2002)

Essa abordagem institucional também é defendida por Berkes (2004), que a considera mais eficiente na resolução das questões ambientais do que o foco fragmentado sobre as comunidades humanas. É importante concluir que os parques são instituições que mediam as

relações entre os sistemas sociais e ecológicos. Logo a efetiva conservação deve ser alcançada no desenvolvimento de um processo em que a UC evolua de uma estrutura estranha às comunidades, pois é construída de cima para baixo, a um conjunto de regras e dispositivos reguladores que resultam de um consenso entre os diferentes atores sociais. As instituições, consideradas como um grupo de regras e normas formais e informais que moldam as interações humanas entre si e com a natureza, diferem das interações políticas imprevisíveis, por promoverem a estabilidade das expectativas e consistência das ações. Nesse sentido a abordagem da conservação no reconhecimento e compreensão desse sistema interativo seria melhor do que o foco na criação e reforço das regras (AGRAWAL; GIBSON, 1991).

Colding e Folke (2001) adotam uma definição ampla de tabu, considerando-o como restrições impostas pelas interações sociais. Esses tabus sociais representam um exemplo de instituição informal. No entanto, eles consideram que a conservação baseada em parques sufoca o seu papel, frente à observação de que a maior parte da biodiversidade global está fora de áreas protegidas. Destacam ainda que, as instituições formais necessitam de mecanismos de reforço e a estrutura regulatória é custosa para a sociedade. O mesmo não aconteceria com as instituições informais, ainda pouco exploradas na conservação.

A abordagem ecossistêmica para a gestão ambiental tenta promover o conceito integrador de “biorregião”, território cujos limites não são definidos por fronteiras políticas e sim por limites geográficos de comunidades humanas e ecossistemas (FALL, 2003), na qual o desenvolvimento regional e a produção de bens e serviços só podem se processar de maneira sustentável se também forem consideradas as variáveis relativas ao funcionamento dos sistemas ecológicos e o contexto local. Diferentemente do conceito de “ecorregião”, relacionado às áreas com presença de espécies importantes para a conservação, onde as atividades humanas devem ser reduzidas (PIRES; SANTOS; PIRES, 2003). O conceito de “biorregião” foi proposto com entusiasmo por aqueles que acreditavam que esse possuía a capacidade de integrar as ciências sociais e naturais. Entretanto, segundo Fall (2003), a complexidade da situação destrói a lógica interna do sistema de fragmentação do espaço e as fronteiras passam a se fluidificar frente as diferentes abordagens metodológicas. Geralmente espera-se que a “biorregião” seja mais do que um nível de manejo espacial, incluindo também uma visão política. Essas dimensões deveriam der articuladas, mas isso geralmente não ocorre. Logo, essa aparente união conceitual das ciências naturais e sociais, parece produzir em certos casos, criações politicamente duvidosas.

O Programa da UNESCO “Homem e Biosfera”, que teve início na década de 1970, apresenta uma visão de planejamento regional por tentar acessar a questão da gestão de áreas protegidas pela implementação das “Reservas da Biosfera”. A lógica do sistema refere-se ao zoneamento de uma “região” com a designação de uma UC, geralmente de uso mais restritivo, como área núcleo para a preservação. Essas reservas deveriam cumprir, portanto, três funções independentes: a conservação; o desenvolvimento sustentável nos componentes social, econômico e cultural da escala local e a construção de uma base logística para a pesquisa, monitoramento, formação e educação (BARBAULT, 2006). Entretanto, o zoneamento efetivo tem-se mostrado difícil de ser alcançado, pois os ecossistemas mais ameaçados estão geralmente em regiões densamente habitadas e o estabelecimento de áreas núcleo geralmente envolve o deslocamento de pessoas com a capacidade potencial de geração de conflitos (ALPERT, 1995). Além disso, segundo Pedlowski (1999), programas regionais geralmente perdem o foco na aplicação de recursos, apresentam conflitos de jurisdição e cooperação entre os órgãos estatais. O autor propõe como solução a ampliação do envolvimento da sociedade no manejo e proteção dos parques.

Segundo Fall (2003), a criação de um parque depende de argumentos que justifiquem o estabelecimento de fronteiras que o separem da paisagem circundante e assim acontece o embate entre as ciências naturais e sociais. Ambas as visões apresentando falhas, no que concerne à criação e posterior administração dos parques, principalmente no que se refere a maior influência de uma, em detrimento da outra na concepção da organização do “espaço”. A primeira define as fronteiras como limites físicos inerentes à “paisagem” e a segunda as trata como um fenômeno social. No primeiro caso, o observador independente estabelece as fronteiras sob critérios pré-definidos por um ponto de vista particular. As ciências sociais consideram que as fronteiras emergem de interações humanas. Logo, o planejamento depende do desenvolvimento de um modelo espacial que integre a manutenção dos processos ecológicos com as necessidades humanas, vencendo os paradigmas para encontrar uma unidade de planejamento viável ecológica e socialmente.

Cabe ressaltar nesse momento, que toda essa discussão é restringida frente à conceituação de “território” como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995. p. 78). No entanto, esse conceito antes fixado na escala do “território nacional”

vem sendo flexibilizado como um campo de forças emanado de uma rede de relações sociais projetadas no “espaço”, que definem limites e alteridades.

Assim, o conceito de “território” também assume características polissêmicas, quando entendido sob o ponto de vista simbólico, como descreve Rodrigues (2001) para a Ilha do Cardoso. Isto é, o Parque constituído na Ilha é apenas um dos “territórios” que se sobrepõem no local. Nesse âmbito, a exclusividade do exercício do poder heterônimo sobre o “território” também é questionada frente à possibilidade de coletividades assumirem um controle significativo, de autonomia visando uma gestão socialmente justa, do seu “espaço vivido” (RODRIGUES, 2001; SOUZA, 1995). Segundo Lutzenhiser (2002) e Görg (2004) o olhar sobre as relações de poder pode permitir a compreensão dos fenômenos resultantes da interação entre os seres humanos e o meio ambiente. Dessa maneira, o autor propõe que as ciências sociais e naturais devem reestruturar-se para entender esses objetos naturais que são construídos por relações sociais, como os parques, por exemplo.

Ora, como já foi relatado, o conceito de parque carrega consigo a sustentação filosófica de um controle mais rígido do “espaço”. Uma grande parte do processo histórico que resultou no estabelecimento dos parques no Brasil se deu sob a égide do regime militar. Cabe aqui o questionamento se essa noção dura de regulação territorial por um poder central, também baseou a concepção das UCs. Medeiros (2003, 2006) e Medeiros, Irving e Garay (2006) acreditam que, pelo menos na época da ditadura militar as UCs foram usadas como forma de controle geopolítico do território brasileiro. Abakerli (2001) considera que o discurso da manutenção da soberania e segurança nacional e ação implementada pela ocupação e desenvolvimento das fronteiras nacionais pelos militares e a pressão de organizações internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento foram os direcionadores principais na implementação da política de áreas protegidas no País. Logo, o conceito de UCs, usado como instrumento ideológico, pode esconder conflitos sociais internos a ele (SOUZA, 1995) e a gestão dos parques seria dificultada mais uma vez por problemas ideológicos embutidos no pacote.

Essa visão poderia explicar também as dificuldades na aplicação da gestão participativa nos parques, onde a atuação comunitária é incentivada no discurso, mas pode estar esbarrando na resistência das diferentes esferas do Estado em efetivamente conceder a autonomia de uso do espaço. Para tal, deveria haver um incentivo para que as pessoas descubram o seu potencial como agentes transformadores do meio (AYRES, IRVING, 2006). Como afirma Röper (1999), a

necessidade de participação popular na criação de parques tornou-se um lugar comum em diferentes abordagens, mesmo as ecológicas. No entanto, ficam evidentes as dificuldades inerentes ao processo de implantação de um modelo de proteção integral que carrega em seu bojo, métodos autoritários. A questão da participação também é debatida por Rodrigues (2001). Na sua avaliação sobre o comitê gestor do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, no litoral de São Paulo, concluiu que o sucesso das ações ficou condicionado ao respeito e abertura efetiva aos diferentes atores. A mediação do diretor do parque na época teria sido importante na medida em que esse acompanhou o processo de planejamento desde o início e franqueou ao comitê gestor o poder decisório. O conceito de participação ganha assim a amplitude de exploração dos problemas de manejo, estabelecimento de objetivos, planejamento e monitoramento (STRINGER et al., 2006), além de fugir de um pensamento linear de manejo que geralmente falha em reconhecer o balanço dos múltiplos interesses, conhecimentos, preferências e valores (LYNAM et al., 2007). Para Loureiro e Azaziel (2006), a atribuição de um significado antitético à cultura para os parques determinou a ausência de temas como participação, cidadania e controle social na gestão dessas áreas.

A ótica dos conflitos sociais relacionados à implantação de parques permitiu a Ferreira (2004) concluir que o embate de atores social é determinante para o sucesso de políticas ambientais, porém o debate acadêmico sofre perdas por posições ideológicas radicais. Na delimitação de parques, muitas escolhas de como, onde e o que preservar são feitas. Esse processo não está isento de relações de poder. Na produção desse “território” são atribuídos valores mensuráveis e não mensuráveis que impulsionam a ação conservacionista, importante para a sociedade em um dado momento histórico (VALLEJO, 2002). Logo, um processo dinâmico, político e social representaria o cerne dos conflitos ambientais, onde diferentes atores representam, negociam e legitimam seus interesses sobre os recursos naturais. As relações de poder sendo evidenciadas pela habilidade de cada ator em influenciar e controlar sua própria interação e de outros atores, com o meio ambiente, sob a complexidade dos interesses específicos. O entendimento dessas interações poderia assim, ajudar na compreensão da natureza e dinâmica desses conflitos (ABAKERLI, 2001; AYRES, IRVING, 2006).

Observa-se uma constante necessidade de se escapar dos grilhões da objetividade da conceituação científica e generalizável do “espaço”, para dar-lhe um sentido. A singularidade do humano também deve ser observada. Essa união não pode ser avaliada por inventários de

conteúdo, mas refere-se ao modo de ver o mundo, às crenças e os significados subjetivos atribuídos aos “lugares” (HOLZER, 1999). O “lugar” pode ser visto como o espaço que possui um “espírito” assumindo um sentido que se torna coerente pela apreciação sensorial a partir de uma longa vivência e pela experiência. Essa engloba a percepção e a emoção em um gradiente que gera diferenças de posturas frente ao espaço, que acaba por se configurar como um campo de representações simbólicas (TUAN, 1983). No “lugar” são projetadas as referências pessoais e as histórias individuais, que também evocam os aspectos mais emocionais do que racionais. O “lugar” passa a ser também o espaço da afetividade (CORRÊA, 1995), ligando a pessoa ao ambiente físico, no que Tuan, (1980) chama de “Topofilia”, um conceito que reúne o simbólico e o concreto das experiências pessoais.

Godoy (2000) considera que, apesar de ter ocorrido uma mudança de argumentos para o isolamento de “lugares”, o objetivo do processo continuou o mesmo: a proteção dos recursos naturais. Essa idéia foi e é compartilhada por diferentes culturas. Em comum, também parece ser a crença da predestinação de “lugares”, seja por Deus, pelo estabelecimento de valores pragmáticos ou científicos. West, Igoe e Brockington (2006) acreditam que há lacunas na literatura sobre as complexidades da produção social do espaço, que discuta a relação entre os parques e a criação de “lugares”. O conceito de “lugar”, aliado ao conceito de parque, poderia transformar o espaço heterogêneo e instável, em uma natureza mais homogênea e previsível. No entanto, o reconhecimento dos parques como um conjunto de processos passíveis de serem explicitados pela aplicação dos conhecimentos ecológicos apenas, apartadas das interações subjetivas e temporais do “lugar”, criam um espaço autônomo cuja existência pretende ser independente do processo social da qual emerge, gerando um conflito dificilmente dirimido, travado em duas dimensões diferentes, a individual e a social. Geralmente é observado que o racionalismo da Ecologia e a Conservação nela baseada, não conseguem sensibilizar o indivíduo para a mudança de atitudes, pois não tem a capacidade de vencer as barreiras emocionais construídas no tempo de duração das suas relações com o “lugar” (GODOY, 2000).

O “lugar” assume assim, uma personalidade, baseada em diferentes aspectos sensoriais e nas histórias individuais e do grupo. Já a “paisagem” pode ser entendida como “uma medida multidimensional de compreensão de um lugar” (MAXIMIANO, 2004. p. 90). O conceito de “paisagem” está calcado na visão, evidenciando-se um sentido de distanciamento, pois a “paisagem” é observada de longe e geralmente de um ponto alto (METZGER, 2001). Ao longo

da história o conceito já foi muito associado à estética, o que aliava os aspectos naturais a uma expressão artística da “paisagem”, logo essa não está livre da subjetividade humana, pois ao cenário observado, atribuem-se diferentes valores culturais que filtram a realidade para o observador (MAXIMIANO, 2004). Dessa maneira, o conceito também assume sua característica polissêmica e de significado historicamente instável, da “paisagem” como natureza, hábitat, artefato, sistema, problema, riqueza, ideologia, história, lugar e estética, enfatizando-se também as suas características estruturais e os processos que a constituíram (MEINIG, 2002, GRÖNING, 2004). Um “campo de visibilidade” das formas e estruturas visíveis e como um “campo de significação” cultural de indivíduos e sociedade (CABRAL; BUSS, 2002). Dentro desse escopo aparece o conceito de “paisagem cultural”, uma vez que as características remanescentes de um processo histórico, como nomes de locais e tradições especificamente relacionadas com a natureza, criam uma herança cultural importante. Nessa linha conceitual também se desenvolve o conceito de “paisagem biocultural”, onde o entendimento da sustentabilidade dos sistemas ecológicos somente poderia ser alcançado pela compreensão dos aspectos culturais da sociedade. Sob essa abordagem, a percepção, os valores, as convenções culturais, as concepções da natureza e a aparência das “paisagens” que comunicam valores culturais, são importantes para a compreensão da dinâmica dessas “paisagens”, já que as decisões sobre o uso da terra são afetadas pela maneira como essa é percebida. O processo tem um forte componente cultural (BERTOLAS, 1998, BRIDGEWATER, 2002).

A “paisagem” também é considerada como uma estrutura em mosaico, organizada por fenômenos físicos, biológicos e antrópicos (MAXIMIANO, 2004). Esse mesmo autor ressalta que é igualmente importante o aspecto visual da “paisagem”. Esse pode ser relacionado à complexidade das inter-relações dos elementos físicos e culturais. Além disso, há a possibilidade de cartografar a “paisagem” em múltiplas escalas e a sua conseqüente classificação e análise sob diferentes enfoques estruturais e funcionais.

Segundo Metzger (2001), a “paisagem” apresenta dois conceitos básicos que diferem de acordo com os autores e as abordagens “geográfica” e “ecológica”. Na primeira a “paisagem” seria a “entidade visual e espacial total do espaço vivido pelo homem” (p.3). Na segunda abordagem, o conceito assume basicamente a forma de uma heterogeneidade espacial, composta por diferentes ecossistemas ou unidades de vegetação, relevo ou ocupação, que interagem e influenciam reciprocamente os processos ecológicos. Há a necessidade de uma abordagem

integradora, para a compreensão dos fenômenos que não são compartimentalizados na dimensão humana ou ecológica. Dessa maneira esse autor propõe que a “paisagem” seja definida como “um mosaico heterogêneo formado por unidades interativas, sendo essa heterogeneidade existente para pelo menos um fator, segundo um observador e numa determinada escala de observação” (METZGER, 2001. p.4).

A Ecologia de Paisagens poderia contribuir com a formação de uma teoria de mosaicos (com maior ou menor grau de influência humana), procurando entender como os diferentes padrões de organização espacial das unidades identificadas influem sobre seu funcionamento (METZGER, 2001). An e colaboradores (2005) propõem um modelo relacional da “paisagem” com fatores sociais, mas reconhecem a dificuldade de integrar as diferentes disciplinas e por isso propõem o foco sobre as histórias individuais de ocupação do espaço para evidenciar a dinâmica de transformação da “paisagem”.

Os valores atribuídos às “paisagens” podem moldar a maneira como as pessoas vão se relacionar com o “espaço”. Sobre eles pairam as diferentes visões de natureza e ambiente. Como destacaram Cabral e Buss (2002), a institucionalização da “paisagem” em um parque representa uma “expressão normativa extremamente elaborada desse processo” (p. 60). Além disso, a “paisagem” é contemplada em um único ponto e congrega diferentes elementos que não necessariamente fazem parte dos parques, como as construções humanas de um bairro próximo. Os visitantes, muitas vezes, admiram as estruturas externas ao parque, pois mais uma vez, as fronteiras são arbitrarias e não percebidas pelas pessoas. Se não há programas de interpretação ambiental da “paisagem”, o parque pode tornar-se invisível aos olhos de quem a observa, ou tão intrinsecamente enredada nas estruturas paisagísticas, que torna difícil o discernimento dos motivos que levaram a delimitação do “espaço” como uma área protegida. Os conceitos de “paisagem” são variáveis de acordo com quem os emprega e a delimitação de parques de certa maneira, tenta domar a paisagem ao impor artificialmente uma heterogeneidade mono-escalar ao espaço e reduzir o conceito, às suas dimensões ecológicas.

3.2.3 O olhar fragmentado em diferentes escalas

A escala tem uma definição matemática bem definida, que estabelece parâmetros para alterar as magnitudes reais e levá-las a um plano dimensional manejável. O real é transformado em um modelo abstrato e torna-se um instrumento conceitual, metodológico e técnico. Logo,

mudanças de escala são mudanças no nível de análise e conceituação e tem especial aplicação nas questões da conservação. Cada termo sendo aplicado de maneira específica em diferentes disciplinas, o que torna o diálogo interdisciplinar bastante difícil. Nessa dinâmica do real, a explicação somente se encontra no entendimento dessas escalas cruzadas, com dimensões e dinâmicas distintas (REBORATTI, 2001).

Na conservação em parques, as escalas amplificam as possibilidades de manejo e também as dificuldades, pois o sistema deve ser analisado simultaneamente em diferentes patamares de interações horizontais e verticais (BERKES, 2004). Além das chamadas propriedades que emergem das inter-relações reinantes no sistema (ODUM, 1988; TROSPER, 2005). No entanto, o entendimento desses sistemas pode advir ao se considerar também as hierarquias, níveis que detêm certa autonomia, formados por interações entre um grupo de variáveis com velocidades semelhantes. Nesse sentido ao ampliar-se o foco de uma escala restrita, para uma visão multiescalar, pode-se perceber que também acontecem interações entre os diferentes níveis (HOLLING, 2001). Isso leva a conclusão que o manejo de ecossistemas deve construir e manter a sua resiliência, bem como a flexibilidade social necessária para catalisar inovações e estimular a adaptação. No entanto, as diferentes escalas em sistemas sócio-ambientais também podem operar em desencontro, afetando certas funções e determinando a queda de eficiência geral. Esse desencontro pode advir de mudanças de valores e percepções sobre o ambiente e de políticas e manejo fracamente desenhadas e implementadas (CUMMING; CUMMING; REDMANS, 2006).

A idéia tradicional de manejo baseado no comando e controle de instituições centralizadas assenta-se sobre um pensamento linear de causa e efeito para tornar o sistema mais previsível e controlável. A visão em escalas estanques afeta a ligação entre essas instituições e os processos sistêmicos e os diferentes atores podem possuir perspectivas diferentes, porém válidas, sobre um problema de conservação (BERKES, 2004). Além disso, é ingênuo deixar de considerar a dimensão política implicada nas relações entre as diferentes escalas, onde o exercício do poder supra local influencia as territorialidades em focos mais restritos (PORTO-GONÇALVES, 2004). Há uma crescente constatação de que o foco localizado sobre os parques dificulta o entendimento das complexas interações sociais com ele mantidas. Schwartzman, Nepstad e Moreira (2000) expõem a preocupação de que os parques não estariam na escala adequada para a resolução dos problemas. Esses estão inseridos em um sistema social complexo e mutável ao longo do tempo, enquanto os fundamentos legais dessa UC deixam pouca margem de adaptação da gestão à

evolução das mudanças sócio-econômicas. De acordo com Medeiros e Garay (2006) as dificuldades de gerenciamento do sistema de UCs brasileiro também resultam do estabelecimento de parques na escala local dos municípios que acabaram por catalisar conflitos administrativos e sociais.

Bensusan (2006) acredita que a administração de parques envolve o processo de mudança na paisagem e dinâmicas ecológicas dos ecossistemas em diferentes escalas, que geralmente transcendem espacial e temporalmente a área protegida. Uma outra dificuldade acrescentada é que o entendimento desses sistemas se dá através de modelos que não estão suficientemente testados. Logo não poderia haver uma única escala para o manejo de parques. A autora propõe, nesse sentido que o sistema vá além das UCs tradicionais, talvez considerando todos os tipos de áreas protegidas como parte de um sistema maior de ordenamento territorial e gestão dos recursos naturais.

Folke, Holling e Perrings (1996) questionam se o foco sobre a diversidade genotípica e sobre os *hot spots*, seria o mais apropriado para o entendimento da perda de diversidade. Para tanto, propõem que a escala da conservação seja ampliada para os processos ecossistêmicos, entendidos pelo viés das forças antropogênicas que direcionam essa perda. Já Fonseca (2004) considera que paralelamente à criação de novas áreas, aponta-se a necessidade de se investir no aumento de eficiência do manejo das que já existem. Assim, apesar do trabalho da conservação na escala das áreas protegidas ser necessário, esse deveria ser ampliado para escalas mais abrangentes e a abordagem regional, como a de corredores ecológicos forneceria uma boa base de discussão.

Segundo Little (1999) existe uma simetria epistemológica das questões ambientais que deve ser continuamente confrontada com a assimetria ontológica das interações operantes nos sistemas sócio-ambientais. Essa visão de cima para baixo permite apenas uma observação superficial dos fenômenos e cria dificuldades na delimitação de diferentes níveis de análise e na identificação dos agentes e dinâmicas internas e das forças que são irregulares e assimétricas e acabam por produzir resultados imprevisíveis. A delimitação e uso múltiplos de análise nas diferentes escalas podem demonstrar as articulações internas, a identificação dos agentes operacionalmente significativos e prover *insights* sobre as relações entre as pessoas e seus ambientes.

3.2.4 “Olhar e ver” – influência recíproca entre percepção e valores

A percepção do meio ambiente acontece pela interação dos estímulos sensoriais e estruturação cognitiva da informação. Engloba, portanto, o aparato físico dos sentidos e o olhar subjetivo da mente. Isto é, a percepção é a maneira como olhamos o mundo e os valores são projetados sobre ele. A percepção também carrega um forte componente cultural, pois depende de crenças, experiências, tradições, idéias e contextos sócio-econômicos. (TUAN, 1980, 1983; YOUNÉS, GARAY, 2006). Os valores são formados pelo processo social do diálogo sob um prisma histórico, cultural e geográfico. Eles são constituídos e informados por julgamentos morais e éticos que acabam por criar prioridades de idéias e um sistema de crenças. Esse molda o comportamento das pessoas, que podem ser caracterizados como uma postura cultural básica (TUAN, 1980, 1983; O'BRIEN, 2003; WADE-BENZONI et al., 2007).

Os sistemas de valores também determinam como as pessoas vêem a natureza. Nos EUA, a propensão para investimentos em proteção da terra advém principalmente de valores sociais, além de pressões da população e disponibilidade orçamentária (PYKE, 2007). Esse sistema compreende uma escala, do valor intrínseco da natureza a visão de que tudo existe para uso humano. Todos esses aspectos determinam a sua grande diversidade, porém, devem ser considerados para se alcançar uma conservação mais efetiva em áreas protegidas, pois existe pouco entendimento das relações entre a sociedade e suas instituições, com os ecossistemas e os valores podem contribuir para essa compreensão (BRUNCKHORST, 2002). Os parques tornam-se mais espaços conceituais, do que físicos e assumem um referencial de natureza primitiva, no gradiente em que a sociedade humana encontra-se cada vez mais afastada em direção ao outro extremo, do espaço tecnologicamente transformado (WATSON, 2000; WATSON; LANDRES, 1999). Esses representam a maneira em que muitas pessoas vivenciam o ambiente natural e acabam constituindo uma “cosmologia do natural”. Assim têm que ser analisados sob o prisma da construção social da natureza e de sua materialização (WEST; IGOE; BROCKINGTON, 2006).

Infield (2001) argumenta que se a cultura é pensada como um sistema de símbolos e a paisagem é uma construção cultural além de seus atributos físicos e biológicos. As pessoas vivem imersas em um ambiente pleno de significados simbólicos. Logo, pessoas diferentes percebem a natureza através de um conjunto de valores que influenciam a maneira de interpretá-la. Assim o reconhecimento desses valores, mutáveis e subjetivos permite o desenvolvimento de um pensamento mais flexível sobre o manejo das áreas protegidas.

Primack e Rodrigues (2001) definem a Biologia da Conservação como uma ciência inexata e baseada em valores. Trudgill (2001) acredita que conhecer esses valores pessoais democratiza o debate da conservação, porém quando os parques são manejados em termos de valores científicos postulados por *experts* isso pode levar a tensões com as pessoas. Em sua pesquisa esse autor considera que os critérios emocionais foram mais importantes que os científicos na atribuição de valores à parques.

Segundo O'Brien (2003), existe uma tendência, no planejamento ambiental, a priorização de medidas e da quantificação dos fenômenos sociais e ecológicos, em detrimento da atenção as vidas privadas e experiências subjetivas. No entanto, para compreender uma determinada ação social, deve-se olhar os significados que a constituem e buscar o que motiva as pessoas agirem de certa maneira. Para tal, é necessária uma rede conceitual nova para o estudo das interações entre as pessoas e o meio ambiente e a compreensão dos valores podem dar essa contribuição. Os valores têm capacidade na redução dos conflitos e promoção de uma base de conhecimento sobre a comunidade. Infelizmente os valores não são levados em consideração frequentemente, pela dificuldade de se obter informações das pessoas, geralmente vistas, pelos pesquisadores como não conhecedoras, irracionais, passionais e detentoras de idéias impraticáveis. Além disso, o grande número e diversidade dos valores relacionados às questões ambientais tornam-os de difícil incorporação no processo de tomada de decisões. Wagner (1996) acredita que o sistema de valores estabelece um quadro de referência importante para buscar o equilíbrio entre o uso de recursos e a conservação, cujos resultados podem ser verificados empiricamente. Os ecologistas têm a tendência em focar os aspectos naturais, cientificamente verificáveis, das questões ambientais. A predominância desse conjunto de valores ecocêntricos específicos gera confusão na definição do manejo e são os valores humanos, que moldam as ações de degradação ambiental. Logo, entender, reconciliar e mudar valores é essencial para a conservação. Além disso, depende-se das ciências sociais e naturais para tornar o processo viável.

Angermeir (2000) destaca que as questões ambientais não se referem apenas a efeitos antropogênicos indesejáveis, mas também que tipo de natureza a sociedade quer. Assim, como as políticas são baseadas em valores, elas acabam por limitar o sucesso da conservação mais do que o conhecimento biológico. Além disso, há a necessidade em convencer outras pessoas a adotar esses valores. Nesse sentido, a biologia da conservação precisaria reconhecer quais são os seus valores cruciais e incorporá-los nas ações de manejo. O autor ainda desenvolve a idéia de que o

pensamento bipolar do que é natural e antropogênico têm pouca utilidade para guiar a conservação, apesar de ser um conceito chave na Biologia da Conservação. Indicadores de grau de mudança, violência do impacto ambiental e controle sustentado, bem como a extensão espacial da mudança, seriam conceitos mais efetivos para guiar as ações de manejo.

As ações humanas, entendidas em um contexto histórico e cultural são portadoras de sentidos, se retroalimentam e têm conseqüências políticas (FLORIANI, 2000). Jepson e Canney (2001) consideram a conservação como um movimento social que só tem significado no contexto das intenções humanas. Como essa também engloba o estabelecimento de prioridades espaciais para a reserva de áreas para a conservação, também necessitam serem baseadas em valores. Nesse sentido, a conservação trabalha para manter e desenvolver valores sobre as relações entre a sociedade e meio ambiente. Esses seriam essenciais frente à necessidade de identificação dos objetivos comuns da conservação, pois há dificuldade de identificar idéias consensuais. Além disso, os valores auxiliariam na manutenção do apelo público para a conservação e a resguarda de se tornar uma apropriação científica abstrata, bem como enquadra as estratégias dentro de esquemas pré-existentes. Finalmente, também poderiam auxiliar a transparência das estratégias e políticas de conservação da biodiversidade para o público.

Tuan (1980) acredita que os valores construídos pela percepção do “lugar” têm mais poder em criar uma postura crítica no indivíduo frente a mudanças. O mesmo não acontece com o visitante, devido ao seu olhar superficial, carregado de valores estéticos. Assim observa-se a “faca de dois gumes” da conservação em parques, pois esses mudam as relações do “lugar” com as pessoas mais propensas a defendê-lo. Já os planejadores aplicam modelos que produzem pouca compreensão sobre as experiências subjetivas, complexas e muitas vezes ambivalentes (TUAN, 1983). Isso tem conotações tanto positivas (atitudes de defesa) quanto negativas (antagonismo). Essa mesma passionalidade não poderia ser construída com os visitantes. Segundo Santos (2006) “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes.” (p. 63).

De fato, nas áreas naturais, os comportamentos humanos operam e interagem em diferentes níveis, englobando diversos valores relacionados a essa paisagem biocultural (ROUÉ, 2000). Entretanto, a visão humana desses sistemas ainda é anacrônica, pois é limitada no tempo e restrita a certos espaços, como os parques. Além disso, as mudanças ambientais geralmente

acontecem em uma velocidade menor do que a capacidade de adaptação cultural a essas alterações. Logo, existe um atraso perceptivo que influencia a indução de respostas sociais. Essas também são lentas e é longo o caminho até que aconteçam mudanças efetivas nas políticas governamentais (YOUNÉS; GARAY, 2006). Nessa dimensão temporal, uma vez que a diversidade biológica e integridade ecológica declinam, o ponto de vista de cada geração gera um sistema de valores em um nível mais baixo o que pode afetar as decisões sobre o uso dos recursos (TROMBULAK et al., 2004). Esse processo é de extrema importância para gestão de parques, pois o monitoramento das condições ambientais da UC detecta a mudança, frente aos parâmetros ecológicos previamente estabelecidos, porém as ações administrativas, que dependem das respostas políticas são mais lentas e afetadas por outras interações que não correspondem necessariamente aos padrões estabelecidos pela Ciência da Conservação.

Essa questão dos valores associados ao ambiente natural também é debatida por Magro (2003), que considera a importância econômica do uso público dos parques, sem que, no entanto o valor da área seja reduzido meramente a esse aspecto. Esse fato poderia trazer prejuízos à sua conservação pela diminuição do espaço conceitual dos demais valores associados ao meio ambiente. Wade-Benzoni e colaboradores (2007) observaram que a auto-avaliação do comportamento individual perante as questões ambientais é muito variável e até mesmo manipulável. Haveria uma tendência também em valorizar mais o comportamento passivo em relação a agir de maneira a degradar o meio ambiente. Essa “sensibilidade ambiental”, portanto, representaria um produto e processo de re-elaboração de valores sociais e individuais (GERHARDT; ALMEIDA, 2005).

Outra questão relevante é que mudanças na paisagem podem ser percebidas como positivas ou negativas por grupos distintos, que possuem percepções e valores específicos sobre o ambiente (RYAN, 2005). Seu trabalho sobre o grau de relacionamento do público com parques urbanos, demonstrou uma forte ligação entre as pessoas e essas áreas e que isso poderia ser uma força poderosa na sua conservação. Essa ligação seria construída pela experiência, entendida como algo mais abrangente que a recreação tradicional, mas também outros tipos de uso, como o trabalho voluntário e a vizinhança e que essa perspectiva deve ser incluída no manejo dessas áreas.

O ramo ambiental da psicologia também vem oferecendo ferramentas importantes para a compreensão das relações mantidas entre os seres humanos e a natureza. A teoria das

representações sociais procura dar uma sustentação teórica e metodológica na ampliação da visão da mera identificação de valores e crenças estanques, para a da formação de um sistema interativo dessas idéias, que resultam em atitudes em relação às questões ambientais (CASTRO, P.; LIMA, 2001; CASTRO, P., 2003; PELUSO, 2003). O conhecimento desse sistema é importante para o manejo de parques, principalmente no que concerne às interações mantidas com as comunidades adjacentes e visitantes. Para tal há a necessidade de pesquisa multi-metodológica que evidencie as relações das pessoas com a UC e identificação dos fatores que prejudicam ou baseiam a conservação (ORMSBY; KAPLIN, 2005). Há a necessidade de classificar as semelhanças e diferenças entre os conceitos de atitudes e crenças, para alargar o diálogo entre as ciências e propor novas questões sobre as representações do mundo, que dão sentido ao comportamento humano e legitimam a construção de um espaço de interlocução com os demais campos sociais, materializando-se em redes sócio-técnicas cujo exemplo mais visível é a implantação de um parque (CASTRO, P. 2003; GERHARDT; ALMEIDA, 2005). As representações surgem das experiências individuais e do processamento das informações por estruturas cognitivas e também sofrem transformações dependendo do grupo social. Essas não se resumem à identificação das crenças e atitudes, mas também à sua estruturação em grupamentos que interagem entre si. Nesse processo utiliza-se de métodos das ciências sociais (BAUER; GASKELL, 1999; CASTRO, P.; LIMA, 2001; CASTRO, P., 2003). Segundo Peluso (2003), as representações sociais permitem a construção de uma ponte entre a sociedade e o indivíduo, pois procura o sujeito sob o foco dos processos sociais mais amplos. Logo essas representações são o locus de intersecção entre o meio, atividades e sujeitos, são incorporadas na comunicação, mentes e compartilhadas pela linguagem (BAUER; GASKELL, 1999). Além disso, a teoria engloba um método de pesquisa que sustenta diferentes discussões sobre como ocorre a apropriação do espaço, sua historicidade, formas e conteúdos. A abordagem é necessariamente multidisciplinar e o encontro se dá na tênue fronteira entre as ciências, que são mais construções sociais do que o resultado de processos naturais. Porém, para transpor essas barreiras há a necessidade de unir pensamentos, saberes científicos e as práticas para enxergar a totalidade da realidade complexa e dinâmica (PELUSO, 2003). No entanto, a variedade de métodos pode gerar uma fragilidade conceitual. Nesse sentido, Bauer e Gaskell (1999) propõem que as representações sociais sejam consideradas como constructos sociais comparáveis sob a função que desempenham no grupo.

Assim, os parques configuram-se como um ponto de convergência das relações entre sociedade e natureza, que geram problemas socialmente relevantes e passíveis de serem utilizadas como objeto de estudo para a obtenção de respostas mais abrangentes.

3.2.5 Um olhar pragmático: o monitoramento da imagem dos parques

O monitoramento das condições físicas, químicas e biológicas de um parque é uma ferramenta essencial para seu manejo. A preocupação principal refere-se à manutenção da visitação da área, com a menor degradação possível. Existem vários métodos que permitem a avaliação da integridade de um parque. Esses se baseiam em indicadores, variáveis para as quais os objetivos são descritos e geralmente relacionados às condições físico/químicas e biológicas da área avaliada. Quando são incorporados indicadores de percepção subjetivas ou sociais, eles referem-se aos impactos da visitação sobre os próprios visitantes (relacionados à experiência da visita) ou sobre as comunidades vizinhas (TAKAHASHI, 2004). Segundo Bensusan (2006), o monitoramento deve se dar em duas escalas: a da UC propriamente dita e a do sistema de áreas protegidas, da qual fazem parte e deveriam interagir de maneira sinérgica. Essa avaliação pode se dar sob o enfoque da eficiência do manejo e da conservação da biodiversidade. O roteiro metodológico de planejamento de UCs (GALANTE; BESERRA; MENEZES, 2002) propõe que os gestores dos parques desenvolvam um conjunto de indicadores para verificar a implementação do plano de manejo, subsidiando as possíveis correções de rumo.

Shafer (1999) propõe que o manejo deve basear-se em uma visão regional. Assim, indicadores limitados ao monitoramento das dinâmicas populacionais e medidas de impacto nos visitantes não abrangem a complexidade das interações operantes e precisam ser ampliados. Além disso, há a necessidade de utilizar como parâmetro os futuros impactos humanos na região. Barbault (2006) propõe uma forma de monitoramento para dar apoio ao desenvolvimento de políticas públicas mais sensíveis às cambiantes condições sócio-ambientais, o *adaptive ecosystem approach*, pois se lida com sistemas complexos com variações no espaço e no tempo.

A prática nos indica que os administradores dos parques lidam diariamente com os problemas decorrentes da relação dessas com as pessoas, comunidades e sociedades. Esses se configuram como as principais fontes de problemas para a gestão. No entanto, não existem muitas experiências relacionadas ao monitoramento da inserção social dos parques, que permitam avaliar se as relações mantidas com a sociedade estão degradadas ou não, através da avaliação de

sua imagem para a população, o que em última análise também devem influenciar as decisões de manejo da área.

3.3 Conclusões

3.3.1 Princípio, meio e fim.

A definição legal de unidade de conservação é o fruto de um processo histórico de construção, quando inúmeras forças políticas e filosóficas atuaram no estabelecimento atual do conceito. Parece que a visão técnico-científica da Ecologia prevaleceu e possui vital importância na manutenção da biodiversidade ao longo da história da conservação no Brasil. No entanto, essa abordagem criou problemas de relacionamento entre as áreas protegidas e as pessoas diretamente atingidas pela sua implantação ao impor uma fragmentação do espaço e mudanças na forma de seu uso, cujos propósitos são mal compreendidos pelo senso comum. Propostas de integração de uma visão social e humana começaram a surgir no sentido de minimizar essa lacuna. Porém algumas características desse processo emperram essa união: a polarização entre as ciências sociais e naturais, a dificuldade de se lidar com sistemas complexos devido ao número de variáveis envolvidas, as diferentes escalas em que a abordagem pode ser realizada e a conseqüente dificuldade de se obter padrões cientificamente generalizáveis em função das particularidades envolvidas. Todos esses aspectos fazem com que a integração seja facilmente proposta, porém, arduamente alcançada.

O conhecimento sobre o conjunto de representações da sociedade sobre os parques é um componente importante da conservação. Espera-se que a crítica ao modelo vigente gere gradativamente um novo, que seja cientificamente operacional e aborde, enquanto uma hipótese, a compreensão dos fenômenos sociais e ecológicos envolvidos na conservação. Esse novo modelo deve ter como princípio, os valores éticos frente à conservação da natureza e a sociedade, como meio, a necessária articulação entre as ciências sociais, humanas e biológicas e como fim, a importância fundamental da preservação da biodiversidade.

Referências

ABAKERLI, S. A critique of development and conservation policies in environmentally sensitive regions in Brazil. **Geoforum**, Amsterdam, v. 32, p. 551-556, 2001.

AGRAWAL, A.; GIBSON, C.C. Enchantment and disenchantment: the role of community in natural resource conservation. **World Development**, Amsterdam, v. 27, n. 4, p. 629-649, 1999.

ALPERT, P. Applying ecological research at integrated conservation and development projects. **Ecological Applications**, Washington, v. 5, n. 4, p. 1-5, Nov. 1995.

AN, L.; LINDERMAN, M.; QI, J.; SHORTRIDGE, A.; LIU, J. Exploring complexity in a human-environment system: an agent-based spatial model for multidisciplinary and multiscale integration. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v. 95, n. 1, p. 54-79, 2005.

ANGERMEIER, P.L. The natural imperative for biological conservation. **Conservation Biology**, Washington, v. 14, n. 2, p. 373-381, Apr. 2000.

AYRES, H.H.F.; IRVING, M.A. O olhar psicossocial para a gestão participativa das áreas protegidas: refletindo sobre possibilidades e desafios. In: IRVING, M.A. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio – Núcleo de produção Editorial Aquarius, 2006. p. 77-90.

BARBAULT, R. A conservação da biodiversidade: um desafio para a ecologia. In: GARAY, I.; BECKER, B.K. (Org.). **Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006. p. 381-399.

BAUER, M.W.; GASKELL, G. Towards a paradigm for research on social representations. **Journal for the Theory of Social Behavior**, Oxford, v. 29, n. 2, p. 163-186, 1999.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. 176 p.

BERKES, F. Rethinking community-based conservation. **Conservation Biology**, Washington, v. 18, n. 3, p. 621-630, 2004.

BERTOLAS, R.J. Cross-cultural environmental perception of wilderness. **Professional Geographer**, Washington, v. 50, n. 1, p. 98-111, Feb. 1998.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Decreto nº 4.940, de 22 de Agosto de 2002. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. SNUC**. Brasília: IBAMA, Diretoria de Ecossistemas, 2002. 35 p.

BRIDGEWATER, P.B. Biosphere reserves: special places for people and nature. **Environmental Science and Policy**, Amsterdam, v. 5, n. 1, p. 9-12, 2002.

BRUNCKHORST, D.J. Institutions to sustain ecological and social systems. **Ecological Management and Restoration**, Windsor, v. 3, n. 2, p. 108-116, 2002.

CABRAL, L.O.; BUSS M.D. A paisagem como campo de visibilidade e significação: um estudo de caso. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 47-62, 2002.

CASTRO, I.E. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA M.A. et al. (Org.). **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2002. p. 53-63.

CASTRO, P. Pensar a natureza e o ambiente – alguns contributos a partir da teoria das representações sociais. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 2, p. 263-271, 2003.

CASTRO, P.; LIMA, M.L. Old and new ideas about the environment and science: an exploratory study. **Environment and Behavior**, Edmond, v. 33, n. 3, p. 400-423, 2001.

COLDING, J.; FOLKE, C. Social taboos: “invisible” systems of local resource management and biological conservation. **Ecological Applications**, Washington, v. 11, n. 2, p. 584-600, 2001.

CORRÊA, R.L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Org.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ed., 1995. p. 15-47.

CUMMING, G.S.; CUMMING, D.H.M.; REDMANS, C. Scale mismatches in social-ecological systems: causes, consequences and solutions. **Ecology and Society**, Waterloo, v. 11, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art14/>>. Acesso em: 30 out. 2007.

FALL, J.J. Planning protected areas across boundaries: new paradigms and old ghosts. **Journal of Sustainable Forestry**, Philadelphia, v. 17, n. 1/2, p. 81-102, 2003.

FERREIRA, L.C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 47-66, jan./jun. 2004.

FLORIANI, D. Diálogos interdisciplinares para uma agenda socioambiental: breve inventário do debate sobre ciência, sociedade e natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 1, p. 21-39, jan./jun. 2000.

FONSECA, G.A.B. The everlasting role of protected areas in biodiversity conservation. In: MILANO, M.S.; TAKAHASHI, L.Y.; NUNES, M.L (Org.). **Unidades de conservação: atualidades e tendências**, 2004. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004. p. 147-162.

FOLKE, C.; HOLLING, C.S.; PERRINGS, C. Biological diversity, ecosystems and the human scale. **Ecological Applications**, Washington, v. 6, n. 4, p. 1018-1024, 1996.

GALANTE, M.L.V.; BESERRA, M.M.L.; MENEZES E.O. **Roteiro metodológico de planejamento**: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Ministério do Meio Ambiente, 2002. 135 p.

GERHARDT, C.; ALMEIDA, J. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 1-31, jul./dez. 2005.

GODOY, A. O modelo de natureza e a natureza do modelo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 14, p. 129-138, 2000.

GOMES, P.C.C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

- GÖRG, C. The construction of societal relationships with nature. **Poiesis Prax**, Heidelberg, v. 3, p. 22-36, June 2004.
- GRÖNING, G. A questionabilidade do conceito de paisagem. **Revista RA'E GA**, Curitiba, n. 8, p. 9-18, 2004.
- HOLLING, C.S. Understanding the complexity of economic, ecological, and social systems. **Ecosystems**, New York, v. 4, p. 390-405, 2001.
- HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 67-78, 1999.
- INFIELD, M. Cultural values: a forgotten strategy for building community support for protected areas in Africa. **Conservation Biology**, Washington, v. 15, n. 3, p. 800-802, 2001.
- JEPSON, P.; CANNEY, S. Biodiversity hotspots: hot for what? **Global Ecology and Biogeography**, Oxford, v. 10, n. 3, p. 225-227, 2001.
- LITTLE, P.E. Environments and environmentalisms in anthropological research: facing a new millennium. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 28, p. 253-284, 1999.
- LOUREIRO, C.F.B.; AZAZIEL, M. Áreas protegidas e “inclusão social”: problematização do paradigma analítico-linear e seu separatismo na gestão ambiental. In: IRVING, M.A. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio – Núcleo de produção Editorial Aquarius, 2006. p. 115-129.
- LUTZENHISER, L. Environmental sociology: the very idea. **Organization and Environment**, Thousand Oaks, v. 15, n. 1, p. 5-9, Mar. 2002.
- LYNAM, T.; JONG, W.; SHEIL, D.; KUSUMANTO, T.; EVANS, K. A review of tools for incorporating community knowledge, preferences and values into decision making in natural resources management. **Ecology and Society**, Waterloo, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol12/iss1/art5/>>. Acesso em: 30 out. 2007.

MAGRO, T.C. Percepções do uso público em UCs de proteção integral. In: BAGER, A. (Ed.). **Áreas protegidas**: conservação no âmbito do cone sul. Pelotas: Edição do editor, 2003. p. 87-98.

MAXIMIANO, L.A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **Revista RA'E GA**, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004.

MEDEIROS, R. **A proteção da natureza**: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais. 2003. 304 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Curitiba, v. 9, p. 41-64, jan./jun. 2006.

MEDEIROS, R.; GARAY, I. Singularidades do Sistema de Áreas Protegidas para Conservação e Uso da Biodiversidade Brasileira. In: GARAY, I.; BECKER, B.K. (Org). **Dimensões humanas da biodiversidade**: O desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006. p. 159-184.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.A.; GARAY, I. Áreas protegidas no Brasil: Interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. In: IRVING, M.A. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social**: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio – Núcleo de produção Editorial Aquarius, 2006. p. 5-40.

MEINIG, D.W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 35-46, 2002.

METZGER, J.P. O que é ecologia de paisagens? **Biota Neotropica**, Campinas, v. 1, n. 1/2, p. 1-9, 2001.

MOREIRA, R. O racional e o simbólico na geografia. In: SOUZA M.A.A.; SANTOS, M. SCARLATO, F.C.; ARROYO, M. (Org.). **Natureza e sociedade de hoje**: Uma leitura geográfica. 4. ed. São Paulo: HUCITEC; Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2002. p. 46-55.

O'BRIEN, E.A. Human values and their importance to the development of forestry policy in Britain: a literature review. **Forestry**, Edinburg, v. 76, n. 1, p. 4-17, 2003.

ODUM, E.P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1988. 434 p.

ORMSBY, A.; KAPLIN, B.A. A framework for understanding community resident perceptions of Masoala National Park, Madagascar. **Environmental Conservation**, Moiry, v. 32, n. 2, p. 156-164, 2005.

PAASI, A. Bounded spaces in the mobile world: deconstructing “regional identity”. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, Utrecht, v. 2, p. 137-148, 2002.

PEDLOWSKI, M.; DALE, V.; MATRICARDI, E. A criação de áreas protegidas e os limites da conservação ambiental em Rondônia. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 2, n. 5, p. 93- 107, 1999.

PELUSO, M.L. O potencial das representações sociais para a compreensão interdisciplinar da realidade: geografia e psicologia ambiental. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 2, p. 321-327, 2003.

PIRES, J.S.R.; SANTOS, J.E.; PIRES, A.M.Z.C.R. Aspectos conceituais para a gestão biorregional. In: BAGER, A. (Ed.). **Áreas protegidas: conservação no âmbito do cone sul**. Pelotas: Edição do editor, 2003. p. 117-131.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 180 p. (Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização).

PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. (Ed.). **Biologia da conservação**. Londrina: Edição dos editores, 2001. 327 p.

PYKE, C.R. The implications of global priorities for biodiversity and ecosystem services associated with protected areas. **Ecology and Society**, Waterloo, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol12/iss1/art4/>>. Acesso em: 30 out. 2007.

REBORATTI, C.E. Una cuestión de escala: sociedad, ambiente, tiempo y territorio. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 80-93, enero/jun. 2001.

RODRIGUES, C.L. **Limites do consenso: territórios polissêmicos na Mata Atlântica e a gestão ambiental participativa**. 2001. 254 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RÖPER, M. Geografia social e unidades de conservação. Reflexões teóricas e exemplos da Bacia do Alto Paraguai. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 45-66, 1999.

_____. A difícil arte do planejamento participativo: A implementação da APA Estadual da Chapada dos Guimarães como exemplo de institucionalização territorial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., Campo Grande, 2000. **Anais...** Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidade de Conservação; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 2, p. 69-78.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 67-79.

RYAN, R.L. Exploring the effects of environmental experience on attachment to urban natural areas. **Environment and behavior**, Edmond, v. 37, n. 1, p. 3-42, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos, 1).

SCHWARTZMAN, S.; NEPSTAD, D.; MOREIRA, A. Arguing tropical forest conservation: People versus parks. **Conservation Biology**, Washington, v. 14, n. 5, p. 1370-1374, Oct. 2000.

SHAFER, C.L. National park and reserve planning to protect biological diversity: some basic elements. **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v. 44, p. 123-153, 1999.

SOUZA, M.J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ed., 1995. p. 78-116.

STRINGER, L.C.; DOUGILL, A.; FRASER, E.; HUBACEK, K.; PRELL, C.; REED, M. Unpacking “participation” in the adaptive management of social–ecological systems: a critical review. **Ecology and Society**, Waterloo, v. 11, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss2/art39/>>. Acesso em: 30 out. 2007.

TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**, Curitiba, v. 2, n.2, 40 p.out. 2004.

TROMBULAK, S.; OMLAND, K.; ROBINSON, J.; LUSK, J.; FLEISCHNER, T. Principles of conservation biology: Recommended guidelines for conservation literacy from the education committee of the society for conservation biology. **Conservation Biology**, Washington, v. 18, n. 5, p. 1180-1190, Oct. 2004.

TROSPER, R. Emergence unites ecology and society. **Ecology and Society**, Waterloo, v. 10, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol10/iss1/art14/>>. Acesso em: 30 out. 2007.

TRUDGILL, S. Psychobiogeography: meanings of nature and motivations for a democratized conservation ethic. **Journal of Biogeography**, Oxford, v. 28, p. 677-698, 2001.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Ed. DIFEL, Difusão Editorial, 1980. 288 p.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Ed. DIFEL, Difusão Editorial, 1983. 250 p.

VALLEJO, L.R. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **GEOgraphia**, Niterói, n. 8, p. 77-106, 2002.

WADE-BENZONI, K.A.; LI, M.; THOMPSON, L.L.; BAZERMAN, M.H. The malleability of environmentalism. **Analysis of Social and Public Policy**, Oxford, v. 7, n. 1, p. 1-27, 2007.

WAGNER, F.H. Principles for conservation of wild living resources: another perspective. **Ecological Applications**, Washington, v. 6, n. 2, p. 365-367, 1996.

WATSON, A.E. Wilderness use in the year 2000: societal changes that influence human relationships with wilderness. **USDA forest service proceedings RMRS**, Washington, v. 4, p. 53-60, 2000.

WATSON, A.E.; LANDRES, P. Changing wilderness values. In: CORDELL, H.K. (Org.). **Outdoor recreation in American life**: a national assessment of demand and supply trends. Champaign: Sagamore, 1999. p. 384-388.

WEST, P.; IGOE, J.; BROCKINGTON, D. Parks and people: the social impact of protected areas. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 35, p. 251-277, 2006.

YOUNÉS, T.; GARAY, I. As dimensões humanas da biodiversidade: o imperativo das abordagens integrativas. In: GARAY, I.; BECKER, B.K. (Org). **Dimensões humanas da biodiversidade: O desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006. p. 57-72.

4 DIFERENTES DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL DOS PARQUES



Foto: Trilha do Parque Estadual da Serra da Tiririca, tirada por Douglas Pimentel em 18 de fevereiro de 2007.

Sentei-me ao lado de uma árvore e, conversando comigo mesmo, pude então entender muitas coisas, principalmente sobre a árvore.

(Em “Da natureza que há em mim”, de Herbógenes de Éfeso -séc.VI a.C.)

Resumo

A Educação Ambiental interliga as atribuições geralmente conferidas aos parques, sendo condição básica para que as pessoas adquiram uma postura crítica frente às relações desses com a sociedade. A Educação Ambiental é necessária para a compreensão dos procedimentos da conservação, para a gestão dos parques e sua visitação. No entanto, não pode restringir-se às fronteiras da UC. Deve ser pensada sob diferentes objetivos como um instrumento importante para viabilizar a inserção social das áreas protegidas.

Palavras chave: Educação ambiental; Parques; Inserção social

4 DIFFERENT DIMENSIONS OF ENVIRONMENTAL EDUCATION TO PARKS SOCIAL INSERTION

Abstract

The Environmental Education connects the functions generally ascribed to parks, so it is basic condition, in order to people acquire a critical position when facing the relationship between these and the society. The Environmental Education is necessary to society understand the conservation proceedings, parks and visitation management. Nevertheless, it can not be restricted to protected area boundaries. It should be thought under different objectives, so it is an important tool to achieve the social insertion of parks.

Keywords: Environmental education; Parks; Social insertion

4.1 Introdução

A sociedade humana passa por um momento de crise nas suas relações com o ambiente natural. Há tentativas para mitigá-la, porém muitas ainda carecem de uma avaliação mais acurada de sua efetividade, principalmente relacionada a sua capacidade de aplicação prática, na complexa realidade social. No entanto, duas constatações parecem comuns: a necessidade de uma síntese metodológica que permita a compreensão das relações entre sociedade e ambiente e enriqueça a abordagem técnica da conservação, bem como a emergência de métodos para entender e fomentar os processos de significação social da conservação como um todo e particularmente, dos parques. Na medida em que se faz a crítica sobre os problemas da conservação calcada em Parques, apontam-se caminhos a serem seguidos. Alguns direcionamentos são mais antigos e acumulam experiências que permitem a sua avaliação e

proposição de correções de rumo. No entanto, ao longo do tempo, algumas diretrizes tornaram-se consensuais e perderam a sua capacidade de crítica, transformando-se em um discurso retórico de fácil aceitação, porém de difícil execução.

O art. 11 da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelece que os parques (BRASIL 2002):

...tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (p.16)

A questão do uso é premente quando se trata de Unidades de Conservação (UCs). No caso dos parques, como unidades de Proteção Integral, o foco principal é a conservação dos ecossistemas. Apenas o uso indireto dos recursos é permitido, relacionando-se genericamente com a sua visitação (BRASIL, 2002) e especificamente com projetos e políticas que fomentem uma forma de uso público mais direcionada e planejada que envolva o ecoturismo e a pesquisa. Outra atribuição também conferida as UCs relaciona-se com o desenvolvimento sustentável que, no caso dos parques, devido à restrições de uso dos recursos, é direcionada às comunidades do entorno, sendo comumente associada ao turismo. A Educação Ambiental, por sua vez, é uma vertente integradora do uso público, pois representa uma atividade prevista pela lei do SNUC para todas as UCs, freqüentemente relacionada como uma ferramenta viabilizadora do ecoturismo, do desenvolvimento sustentável e da gestão dos parques.

Nesse sentido, o objetivo do presente texto é analisar as formas de uso público, sob o foco da construção de um papel social para os parques, mediado pela Educação Ambiental.

4.2 Desenvolvimento

4.2.1 A Educação Ambiental como ferramenta para a inserção social dos parques

A utilização do termo Educação Ambiental, remonta a 1965, porém, como resultado das recomendações da “Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano” de 1972 em Estocolmo, a partir de 1975 torna-se um objeto de análise específica em Educação, com a realização do “I Seminário Internacional de Educação Ambiental” em Belgrado, (LOUREIRO AZAZIEL; FRANCA, 2003). Esse Seminário também estabeleceu referências para o estabelecimento das diretrizes norteadoras das atividades de Educação Ambiental na “Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental” realizada em Tbilisi, na Geórgia, em 1977 e que hoje são aceitas internacionalmente. Dentre essas estão a promoção da

compreensão da interdependência econômica, social, política e ecológica e da aquisição de conhecimentos, valores e novas atitudes para melhorar o meio ambiente. As bases do conceito de Educação Ambiental reconhecem que esse é um processo que busca compreender as inter-relações entre os seres humanos e o ambiente biofísico. Além da importância de estimular a tomada de decisões, da ética como parte central da questão e da melhoria de qualidade de vida (DIAS, 2003; UNESCO, 1998). Logo, a Educação Ambiental relaciona-se às questões da conservação no âmbito sócio-econômico, no campo da política e cidadania (PELIZZOLI, 1999; LEONARDI, 1996).

No Brasil, esse processo de discussão também começa a partir da década de 1970, porém só ganha maior dimensão pública na década de 1980, consolidando-se na Constituição Federal de 1988, que estabelece a promoção da Educação Ambiental como competência do Poder Público. O PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental), de 1994, visou a consolidação do tema como uma política pública. Como resultado, tem-se o estabelecimento dos “Parâmetros Curriculares Nacionais” de 1996, em que o meio ambiente é colocado como um tema transversal às diferentes disciplinas. Em 1999 é publicada a lei que institui a “Política Nacional de Educação Ambiental” (PNEA - lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999) que reforça a visão desse processo educativo acontecendo de forma articulada em caráter formal e não formal (LOUREIRO; AZAZIEL; FRANCA, 2003; LOUREIRO, 2004). No entanto, a regulamentação dessa lei somente acontece em 2002, quando é definido o órgão gestor da PNEA, um colegiado composto pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) e pela Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (CGEA/MEC), além de outras entidades na esfera Federal, Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) e as Redes de Educação Ambiental. Porém, essa articulação interministerial e o retorno de informações balizadas por pesquisa social das ações já implementadas, ainda são insipientes (VASCONCELLOS, 2006).

Assim os parques podem servir como *locus* das ações de consolidação da Política de Educação Ambiental, pois: (1) representam um eixo de integração básico entre as ações do Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação; (2) têm como premissa básica o uso público qualificado pela aquisição de conhecimentos e habilidades, reaproximando as pessoas dos ambientes naturais pela afetividade e reflexão sobre como suas ações o afetam; (3) permitem uma visão prática e crítica das relações da sociedade com a natureza de uma maneira geral e

especificamente confrontando as noções de desenvolvimento sustentável e ecoturismo; (4) abarcam os discursos dicotômicos das relações entre ambiente e cultura, no campo das ações construídas socialmente, bem como, (5) necessitam ganhar significado para a sociedade e a Educação Ambiental, enquanto uma prática social, pode contribuir para tal se fomentar a integração participativa e democrática nas decisões sobre a gestão dos parques.

4.2.2 A Educação Ambiental para a gestão democrática de parques

O SNUC incentiva a participação popular na criação e gestão de áreas protegidas. Para tal, há o reconhecimento de que a Educação Ambiental é um componente importante do processo, principalmente no estímulo a uma atuação cidadã, ainda insipiente e imatura na sociedade brasileira (BRASIL, 2004). Dessa maneira, os Conselhos Gestores representam um espaço privilegiado para a consolidação dessa política de democratização das relações entre os parques e a sociedade (IRVING et al., 2006; LOUREIRO; AZAZIEL; FRANCA, 2003).

A Educação Ambiental é vista atualmente como um instrumento para disponibilizar informações, compartilhar percepções e ampliar o diálogo e ações conjuntas para fomento da atuação democrática e qualificada dos cidadãos nos Conselhos Gestores, pois nesse espaço decisório se manifestam as tensões entre a territorialidade local e a ação política do Estado. Os conflitos inerentes ao processo são dessa maneira, explicitados, ampliam qualitativamente as discussões e podem provocar mudanças positivas nas relações entre o parque e a sociedade (IBAMA, 2002; IBASE, 2006; LOUREIRO; AZAZIEL; FRANCA, 2003). Assim, um elemento chave para a Educação Ambiental em parques é o desenvolvimento de mecanismos que promovam a efetiva participação das comunidades locais nos processos decisórios, mas também a formação de um cidadão pleno, com posturas cooperativas, ciente de seus direitos e deveres (PÁDUA; TABANEZ; SOUZA, 2003; ZIACA; ROBICHON; SOUCHON, 2002), sob o pressuposto de que a natureza constitui-se por processos complexos que envolvem a dinâmica social e cultural em múltiplas interações, quando também, se manifestam subjetividades. Nesse sentido, a Educação Ambiental é entendida como prática transformadora da realidade social e também construída por ela, em um processo dialógico, crítico e que depende da interação entre diferentes atores para a definição política do espaço e destinos (LOUREIRO; AZAZIEL; FRANCA, 2003; LOUREIRO, 2006).

Assim, pode-se observar que a Educação Ambiental, como um componente da Educação, é um fenômeno social mediado por diferentes atores, com visões distintas sobre as relações entre a sociedade e natureza, bem como, assimetrias de poder que resultam em diferentes processos, classificados por Loureiro, Azaziel e Franca (2003) em dois grandes blocos: Um “conservador” e superficial que supervaloriza as soluções tecnológicas e o conhecimento científico. No outro, “emancipatório”, entende as questões ambientais como resultado de processos históricos e sociais, valorizando a democracia e diálogo na resolução dos conflitos ambientais. Os autores classificam a Educação Ambiental como uma

...práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos, no meio ambiente. (p.15)

Sob a visão da Educação enquanto mediadora de interesses e conflitos, que promove a percepção crítica e histórica das diferentes facetas dos problemas ambientais, bem como a capacidade de uso desse conhecimento para a tomada de decisões e construção de estratégias coletivas (IBASE, 2006; LOUREIRO, 2004; LOUREIRO; AZAZIEL; FRANCA, 2003). No entanto, essa prática também teria que ser construída nos órgãos gestores nas diferentes esferas do poder público, pois ainda se podem identificar resquícios de um pensamento de controle mais centralizado desses espaços reservados. Esse enfatiza a visão de separação entre sociedade e natureza e conseqüentemente, entre a gestão estritamente baseada nos preceitos ecológicos e a concessão de espaços democráticos de decisão (LOUREIRO; AZAZIEL; FRANCA, 2007).

Segundo Loureiro, Azaziel e Franca (2003), essa visão se manifesta na lei que regulamenta o SNUC, que prevê a instalação de conselhos consultivos e não deliberativos, necessariamente presididos pelo chefe dos parques. Entretanto, esses entraves podem ser superados no âmbito do Conselho Gestor, pois, a Educação Ambiental pode catalisar a construção de legitimidade e representatividade, condições básicas para a efetiva intervenção política da comunidade na gestão dos parques, como demonstrado por Rodrigues (2001).

4.2.3 Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: os parques como lócus de discussão de práticas sociais

Cada vez fica mais claro que existem limites ambientais à reprodução do modelo econômico mundial. Essa constatação vem impulsionando movimentos sociais e, particularmente após a Conferência das Nações Unidas de 1972, começou-se a pensar em um novo modelo de desenvolvimento, mais sensível às relações sócio-ambientais e não apenas pautado pelo acúmulo de capital. Os debates levaram a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável (DIEGUES, 1996; TEIXEIRA, A., 2006), cuja definição mais difundida é a satisfação das necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras (DIEGUES, 1996; SAMPAIO, 2000). Esse conceito confronta a necessidade de crescimento econômico e a de conservação dos recursos naturais. No entanto, na década de 1990, o desenvolvimento sustentável passa a ser utilizado como referência para a resolução do dualismo entre cultura e natureza latentes nas discussões sobre conservação. Difunde-se o ideal de incremento da qualidade de vida através de crescimento econômico sem danos ao ambiente (TEIXEIRA, C., 2005), sem questionar as bases paradigmáticas do estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador (GUIMARÃES, 2006). Assim, o alcance de seus objetivos ainda permanece utópico, pois depende de mudanças sociais mais profundas.

O termo recebe muitas críticas, relacionadas aos limites desse desenvolvimento econômico e dificuldades de sua operacionalização. Esse se transformou em referência indispensável no discurso político, empresarial e da sociedade civil, chegando a correr o risco de perder a sua capacidade analítica, com a conseqüente redução de sua importância a um discurso retórico (GUIMARÃES, 2006; ORR, 2002). Em relação à sua aplicação prática, o discurso se concentrou na esfera local das relações entre a sociedade e meio ambiente. Nesse ponto aparecem os conflitos entre os parques e as comunidades adjacentes bem como a necessidade de solucioná-los. Porém, há limites do poder e atuação local frente aos processos sociais mais abrangentes (TEIXEIRA, 2005). A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) tem estabelecido que a sustentabilidade depende de fatores internos e externos, os internos são sociais, políticos ecológicos e econômicos e os externos, o débito estrangeiro, pobreza estrutural, os problemas ambientais globais e conflitos sociais políticos e econômicos (HOLLING, 2001). Esses acontecem em diferentes escalas e não podem ser resolvidos apenas localmente.

Porém, Frissel, Nawa e Noss (1992) consideram que, no contexto de paisagem regional, os ambientes naturais não são antiéticos ao desenvolvimento e representam um papel importante na evolução ou manutenção de estratégias ecológicas e socialmente referenciadas para o desenvolvimento sustentável. Para tal, traçam quatro eixos principais que representam os principais desafios: a necessidade de modelos mais acurados para descrever a relação entre seres humanos e biosfera; aperfeiçoamento do exercício da cidadania e governança; educação e informação e o entendimento e resolução de problemas divergentes.

Outro grupo de críticas relaciona-se com a aplicação de conceitos ecológicos às dinâmicas da sociedade. A visão sistêmica para a conservação da biodiversidade sob o enfoque da resiliência, mantenedora dos serviços ambientais (FOLKE; HOLLING; PERRINGS, 1996) e a noção de sustentabilidade relacionada ao equilíbrio e à estabilidade. Essas não permitiriam alcançar as causas estruturais dos problemas ambientais (TEIXEIRA, C., 2005). Entretanto, Leff (2006, 2007) não acredita que essa visão sistêmica seja capaz de solucionar esses problemas, cujas raízes econômicas influenciam profundamente a sociedade atual. Para tal apregoa a busca de mudanças paradigmáticas mais profundas. Há a necessidade de identificação das principais forças econômicas e sociais que influem na perda de biodiversidade, como as políticas governamentais inapropriadas, a estrutura dos direitos de propriedade, pressões do crescimento humano e pobreza, os padrões de consumo e produção e os valores da sociedade.

Além disso, as atividades de conservação em parques não são independentes dos valores mais amplos da sociedade e para que haja um comprometimento das comunidades locais com esse ideal, as políticas devem ser coerentes, entendidas e aceitáveis por aqueles responsáveis pelo manejo dos parques, para a sociedade em geral e particularmente nas comunidades. Deve haver um processo contínuo de negociação entre os atores (BRIDGEWATER, 2002).

Cabe nesse momento um questionamento sobre o papel da Educação Ambiental nesse contexto, enquanto uma prática que, apesar de ser moldada por alguns dos processos sociais que geram os problemas ambientais, é indispensável para a compreensão e atuação crítica sobre esses problemas (IBASE, 2006). As discussões podem direcionar-se para a construção de um pretenso consenso entre crescimento econômico e conservação dos recursos naturais, mas há diferentes entendimentos sobre as relações entre sociedade e natureza que também se refletem nas práticas educativas e conservacionistas. Por exemplo, a visão dicotômica entre o social e o ecológico pode ter se manifestado também na separação conceitual das UCs brasileiras em Unidades de Proteção

Integral e Uso Sustentável. Como os parques estão inclusos no primeiro grupo, o conceito de sustentabilidade é entendido como função precípua dessas áreas protegidas em relação às comunidades adjacentes (TEIXEIRA, C., 2005) e na prática, a gestão dos parques se volta para dentro dos seus limites, pois, haveria categorias de UCs onde essa discussão aconteceria com mais propriedade. Dourojeanni e Pádua (2007) e Milano (2002) alertam que a essência da existência dos parques é a proteção da natureza, e não a promoção do desenvolvimento.

Assim, a Educação Ambiental voltada apenas para a conservação dos sistemas ecológicos não considera as bases sociais dos problemas ambientais (IBASE, 2006). Em uma perspectiva “emancipatória” poderia proporcionar uma reflexão mais profunda sobre a realidade social, buscando, através da prática, uma ruptura dos processos que levam às desigualdades locais (LOUREIRO, 2006). Porém, a participação dessas comunidades nas decisões sobre a gestão do ambiente também é ditada pelas esferas políticas e econômicas supra-locais. Logo, o debate precisa ser qualificado pelas atividades de Educação Ambiental, para capacitar as comunidades à gestão dos parques, ficando essas menos sujeitas às oscilações políticas e orçamentárias que se processam independentes das aspirações locais (LOUREIRO; AZAZIEL; FRANCA, 2007). Os parques, nesse sentido, proporcionam um local privilegiado para gerar discussões sobre mudanças sociais mais profundas, nas diferentes escalas da sociedade.

4.2.4 Ecoturismo e Educação Ambiental: contribuindo para a construção da esfera simbólica dos parques

O Ecoturismo é definido como uma vertente das atividades turísticas relacionadas à ambientes naturais e posturas de respeito ao meio ambiente e culturas locais (WESTERN, 1999). Logo, as áreas protegidas atraem o ecoturismo e virtualmente sempre o observamos em parques (WEST; IGOE; BROCKINGTON, 2006). Porém, as atividades de turismo com base na natureza vêm crescendo de maneira significativa e trazem consigo alguns perigos que comprometem a sua própria definição, principalmente quando se trata de parques: a primeira refere-se aos resultados pragmáticos do aumento da visitação e conseqüentes impactos ao meio ambiente e nas populações tradicionais (LEUZINGER, 2002; WEST; IGOE; BROCKINGTON, 2006). Segundo Boo (1999), os impactos do ecoturismo são conhecidos: os negativos referem-se à potencial degradação ambiental, injustiças sociais, instabilidades econômicas locais e mudanças sócio-culturais negativas. Os positivos relacionam-se a geração de receita, a criação de empregos e a

promoção da Educação Ambiental. Outro problema, mais conceitual, relaciona-se à transformação dos parques em produtos, passíveis de serem vendidos. O corolário dessa observação é delegar a essas UCs o seu auto-financiamento, além da responsabilidade de promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades adjacentes (WESTERN, 1999).

Pode-se identificar assim, baseado nas diretrizes do World Wildlife Fund (WWF), os pontos de congruência entre o ecoturismo, a conservação da natureza, a Educação Ambiental e o desenvolvimento sustentável: a aplicação desses conceitos na administração de parques e suas zonas de amortecimento, bem como a necessidade de ampliação do poder de influência sobre as decisões políticas locais e supralocais pela construção de uma consciência crítica nos visitantes e comunidades (BOO, 1999).

Takahashi (2004), no entanto, observa que no Brasil essa atividade encontra-se desordenada, e direcionada meramente pelos interesses mercadológicos, o que comprometeria o alcance dos objetivos socioeconômicos e ambientais. Davenport e colaboradores (2002) acreditam que o ecoturismo em parques não deveria ser visto apenas pelo foco das vantagens financeiras do aumento da renda, pois a responsabilidade de financiamento da conservação cabe aos governos. As atividades de ecoturismo e Educação Ambiental poderiam ser consideradas como um investimento em longo prazo na conservação da área e premissa básica do papel do ecoturismo na proteção da biodiversidade. Em última instância são os visitantes e moradores próximos que fomentam as políticas de conservação e investem, com doações, impostos e tarifas, na administração das áreas protegidas (WALLACE, 1999). Além disso, aqueles mais experientes, guias, excursionistas, montanhistas e espeleólogos também podem agir como fiscais do parque e, portanto, contribuir com a sua administração (LEUZINGER, 2002).

Dessa maneira, a Educação Ambiental, associada ao ecoturismo, catalisa uma reflexão mais profunda sobre os valores individuais no sentido de fomentar mudanças comportamentais ambientalmente responsáveis, reaproximando as pessoas dos ambientes naturais e conciliando a demanda e a satisfação do usuário com a conservação da área (SILVA; COSTA NETO, 2007; VASCONCELLOS, 2006). Nesse sentido, fica evidenciado o papel da Educação Ambiental no manejo do uso público. Essa pode atuar na diminuição dos impactos negativos da visitação ao promover o seu planejamento e, ao criar maior consciência e apreço pelos recursos ambientais e culturais protegidos, bem como uma melhor compreensão dos objetivos das atividades de

conservação, influenciando uma visão positiva sobre o parque e o órgão gestor (VASCONCELLOS, 2006).

No entanto, as práticas de Educação Ambiental são deficitárias nos parques. Nesses espaços, os programas educativos são recentes e precisam ser ampliados e melhor compreendidos com a pesquisa e adequados para alcance dos objetivos, tanto sob o ponto de vista da gestão, quanto da efetiva promoção de mudança de comportamento perante a conservação dos ecossistemas. Além disso, a emergência das situações do manejo dos impactos da visitação, muitas vezes leva ao fechamento dos parques ou trilhas, o que prejudica a sua esfera simbólica no processo de inserção social ou limita a Educação Ambiental às práticas da Interpretação Ambiental, essas, mais objetivas por estarem ligadas às demandas da recreação. A Educação Ambiental, encarada enquanto um processo contínuo de formação fica então delegada a parcerias, muitas vezes precárias, com instituições formais de ensino. Em adendo, nos planos de manejo, quando eles existem, as atividades de Educação Ambiental e Interpretação Ambiental, são tratadas em eixos programáticos distintos e com objetivos diferentes (VASCONCELLOS, 2006). Assim, as atividades de Educação Ambiental devem se voltar também para fora dos parques, equilibrando o maior enfoque dado na sua gestão, pois, todos os conceitos, de ecoturismo, de Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável, englobam mudanças mais profundas no indivíduo ou na sociedade que esses programas autocentrados não conseguem transpor.

O ecoturismo aliado à Educação Ambiental deve estimular uma visão mais abrangente dos problemas ambientais, auxiliando na compreensão das variáveis sociais, econômicas e políticas envolvidas na complexidade ambiental, além de incentivar a participação individual e coletiva (SILVA; COSTA NETO, 2007; VASCONCELLOS, 2006). Além disso, essa aliança pode ajudar a ampliar a significação social dos parques, ao tornar as pessoas mais conscientes sobre a complexidade das questões ambientais para que adotem novos comportamentos (TAKAHASHI, 2004). Assim, os parques, como locais inerentemente receptivos dessas atividades podem se constituir em centros irradiadores de novas posturas ambientalmente responsáveis. Logo, essas UCs, concebidas originalmente como locais de preservação da vida selvagem, são cada vez mais encaradas como a vanguarda das transformações sociais e econômicas, aumentando, porém, o grau de complexidade de sua gestão (BENSUSAN, 2006).

4.2.5 A pesquisa: informações qualificadas para subsidiar a Educação Ambiental

O conhecimento da flora e fauna, bem como das dinâmicas populacionais e processos ecológicos é condição precípua para a criação e gestão das áreas protegidas e para a conservação da biodiversidade. No entanto, observa-se na prática que essa produção de conhecimento fica sob a responsabilidade de Universidades e outras Instituições de pesquisa, bem como as empresas privadas que confeccionam os planos de manejo. No âmbito dos órgãos gestores dos parques, devido às restrições orçamentárias que afetam todas as instituições públicas, pouco se investe nesse conhecimento essencial ou esse dinheiro é mal investido.

Uma maneira dos órgãos gestores investirem na pesquisa ecológica básica em parques relaciona-se com a confecção de planos de manejo. No entanto, muitos não o possuem e quando eles existem trazem excessos e erros de descrição das características ecológicas da área, pois geralmente, longas listas taxonômicas são incluídas, muitas vezes referindo-se ao bioma como um todo e não especificamente ao parque, falhando nas informações sobre as suas características biológicas singulares (DOUROJEANNI, 2003).

Nesse âmbito, a atuação de instituições de pesquisa nos parques é importante. Porém, as carências financeiras criam uma relação de dependência recíproca, que constituem parcerias forçadas entre os representantes dos órgãos gestores dos parques e os pesquisadores, pois, os primeiros demandam a pesquisa e os demais dependem de autorização legal para realizá-la. Essa relação não se dá sem o conflito, pois ambos os lados reivindicam para si, os resultados obtidos.

No âmbito das relações políticas, alguns biólogos defendem a supremacia das pesquisas ecológicas na determinação dos rumos das atividades de conservação. Assim, os resultados dessa pesquisa ecológica básica em parques muitas vezes ficam restritos ao meio acadêmico e não sensibilizam o público. Além disso, a ciência ecológica, assim aplicada politicamente pode conduzir a consensos acrílicos e poucos aplicáveis na prática (LOUREIRO, AZAZIEL, FRANCA, 2003). Esses fatos podem estar relacionados com a perda de força política dos conhecimentos ecológicos básicos, aliados das questões sociais, em determinar os rumos da conservação no Brasil.

Vem crescendo a compreensão de que essa pesquisa básica não abrange todos os processos sócio-ambientais que determinam o alcance desse objetivo primário dos parques. Logo, a pesquisa não pode restringir-se a elaboração de listagens de espécies componentes da área e entorno, ou outros tópicos relacionados a conhecimentos ecológicos específicos. Buscar as bases

dessa relação complexa entre natureza e sociedade também pode fomentar a construção de significado social para a pesquisa. Um caminho é a avaliação da efetividade dos parques em conservar e promover a qualidade de vida das comunidades adjacentes. No entanto, os dados disponíveis, tanto na esfera biológica quanto social são escassos e não permitem uma avaliação acurada ao longo do tempo (NAUGHTON-TREVES; HOLLAND; BRANDON, 2005).

Assim, coloca-se em evidência a importância da Educação Ambiental, pois essa, enquanto prática construída na sociedade pode ser instrumentalizada pela pesquisa básica e gerar, também pela pesquisa, um conhecimento socialmente referenciado para a conservação em parques (SANTOS et al., 2000). Porém, infelizmente observa-se que a Educação Ambiental volta-se para um caráter imediatista e restrito aos aspectos ecológicos dos espaços naturais, pois o pragmatismo das questões direciona para as ações emergenciais do manejo (CASCINO, 2000; PÁDUA; TABANEZ; SOUZA, 2003). Além disso, geralmente, a ligação emocional entre as pessoas e lugares é negligenciada, especificamente parques urbanos. Muitos educadores ambientais acreditam que a simples aquisição de conhecimentos por parte dos usuários dessas áreas torna o público mais propenso a aceitar os argumentos para a sua conservação. No entanto, não há estudos que liguem a efetividade desse tipo de Educação Ambiental com a promoção da ligação das pessoas com o lugar (RYAN, 2005). A chamada Educação Ambiental apenas baseada em informações biológicas, sem levar em conta os aspectos específicos do local e as projeções individuais sobre eles, pode ser menos efetiva, pois geralmente é vista como uma proposição estranha, que não está alicerçada nessas referências históricas do indivíduo e do grupo social. Agora também se fala em Educação para a Conservação proposta da Society for Conservation Biology (TROMBULAK et al., 2004), mas que segue o mesmo caminho de generalização e perda das referências do lugar.

Dessa maneira, a pesquisa básica, humana e social deve ser considerada como um investimento público na conservação em parques. Sob o que foi exposto a Educação Ambiental pode ser vista como mediadora da inserção social dos parques. Essa integra diferentes objetivos e atores em três princípios básicos: a capacitação de pessoas; a gestão da UC e a formação de uma consciência ecológica e conseqüente mudança de valores e comportamentos (Figura 4.1).

	Princípios	Objetivos	Atores	
Educação Ambiental	Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Participação qualificada no Conselho Gestor; ✓ Manejo do uso público; ✓ Desenvolvimento Sustentável de comunidades adjacentes; ✓ Mudanças de valores e comportamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Membros do Conselho gestor; ✓ Chefe e Funcionários do Parque. 	Inserção Social dos Parques
	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Redução de conflitos; ✓ Redução de impactos da visitação; ✓ Mudanças de valores e comportamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Moradores próximos; ✓ Visitantes; ✓ Usuários. 	
	Conscientização	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aquisição de conhecimentos ✓ Mudanças de valores e comportamentos. 		
Pesquisa				

Figura 4.1 - A Educação Ambiental relacionada a pesquisa e inserção social dos parques, à partir de três princípios básicos encontrados na literatura

4.3 Conclusões

Os parques podem ser encarados como laboratórios de ensino de uma nova postura social em relação ao meio ambiente. Daí a importância da Educação Ambiental nessas áreas, pois suas práticas, quando socialmente referenciadas, promovem uma visão crítica e interligam as atribuições básicas dessas UCs, relacionadas a conservação, ao seu uso público e ao desenvolvimento sustentável das comunidades adjacentes. No entanto, essas práticas não devem restringir-se aos aspectos internos da gestão dos parques. Fala-se, portanto, em uma Educação Ambiental composta por vários níveis, que tem como princípio básico à inserção dos parques na sociedade, pela conquista de significado social desse instrumento de conservação.

Porém, advoga-se também por uma nova postura da sociedade em relação o meio ambiente. Logo, essa não pode ficar restrita aos espaços reservados. Os parques são importantes nesse momento de crise ambiental, mas uma atitude requer que pensemos sobre como podemos utilizá-los na formulação de uma nova ética social para a conservação. Isto é, eles têm valor per si na conservação da biodiversidade, no desenvolvimento de valores conservacionistas e por serem

um dos mecanismos legais que definem socialmente a conservação. Porém, o seu valor não pode apenas restringir-se a isso. Assim, fica evidente um novo e importante papel social dos parques: a mediação na formação de cidadãos ecologicamente conscientes e com novas práticas frente às questões ambientais e sociais. Dessa maneira, a conservação poderia transpor as cercas dos parques rompendo efetivamente o seu isolamento, pelo estabelecimento de políticas que tornem a conservação importante para a sociedade como um todo.

Referências

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. 176 p.

BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D.E. (Ed.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 1999. cap. 1, p. 31-57.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza SNUC**. Brasília: IBAMA, Diretoria de Ecossistemas, 2002. 35 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Gestão Participativa do Sistema Nacional de Unidades de Conservação -SNUC**. Brasília, 2004. 205 p.

BRIDGEWATER, P.B. Biosphere reserves: special places for people and nature. **Environmental Science and Policy**, Amsterdam, n. 5, p. 9-12, 2002.

CASCINO, F. **Educação ambiental: princípios, história e formação de professores**. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. 109 p.

DAVENPORT, L.; BROCKELMAN, W.Y.; WRIGHT, P.C.; RUF, K.; DEL VALLE, F.R.. Ferramentas de ecoturismo para parques. In: TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; RAO M. (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. cap. 21, p. 305-333.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Ed. Gaia, 2003. 551 p.

DIEGUES, A.C.S. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1996. 191 p.

DOUROJEANNI, M.J. Análise crítica dos planos de manejo de áreas protegidas no Brasil. In: BAGER, A. (Ed.). **Áreas protegidas: conservação no âmbito do cone sul**. Pelotas: Edição do editor, 2003. p. 1-20.

DOUROJEANNI, M.J.; PÁDUA, M.T.J. **Biodiversidade: a hora decisiva**. 2. ed Curitiba: ed. Universidade Federal do Paraná, 2007. 284 p.

FOLKE, C.; HOLLING, C.S.; PERRINGS, C. Biological diversity, ecosystems and the human scale. **Ecological Applications**, Washington, v. 6, n. 4, p. 1018-1024, 1996.

FRISSEL, C.A.; NAWA, R.K.; NOSS, R. Is There any conservation Biology in “New Perspectives?”: a response to Salwasser. **Conservation Biology**, Washington, v. 6, n. 3, p. 461-464, 1992.

GUIMARÃES, R.P. A ecopolítica da sustentabilidade em tempos de globalização corporativa. In: GARAY, I.; BECKER, B.K. (Org.). **Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006. p. 23-56.

HOLLING, C.S. Understanding the complexity of economic, ecological, and social systems. **Ecosystems**, New York, v. 4, p. 390-405, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Como o Ibama exerce a educação ambiental**. Brasília, 2002. 32 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Educação ambiental em unidades de conservação**. Rio de Janeiro, 2006. 28 p.

IRVING, M.A.; COZZOLINO, F.; FRAGELLI, C.; SANCHO, A. Construção de governança democrática: interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, M.A. (Org.). **Áreas Protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio – Núcleo de produção Editorial Aquarius, 2006. p. 41-75.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.

_____. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 239 p.

LEONARDI, M.L.A. Educação Ambiental e teorias econômicas: primeiras aproximações. In: ROMEIRO, A.R.; REYDON, B.P.; LEONARDI, M.L.A. (Org.) **Economia do meio ambiente**: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas: Unicamp Ed., 1996. p. 240-262.

LEUZINGER, C. **Ecoturismo em parques nacionais**: a compatibilidade entre a função de preservação ambiental e a prática do ecoturismo em parques nacionais. Brasília: W.D. Ambiental, 2002. 150 p.

LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2004.

_____. Crítica ao fetichismo da individualidade e aos dualismos na educação ambiental. **Educar**, Curitiba, n. 27, p. 37-53, 2006.

LOUREIRO, C.F.B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBAMA, 2003. 44 p.

_____. **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação**: aspectos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Ibase, 2007. 87 p.

MILANO, M.S. Por que existem Unidades de Conservação. In: MILANO, M.S. (Org.). **Unidades de conservação**: atualidades e tendências. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2002. p. 193-208.

NAUGHTON-TREVES, L.; HOLLAND, M.B.; BRANDON, K. The role of protected areas in conserving biodiversity and sustaining local livelihoods. **Annual Review of Environment and Resources**, Palo Alto, v. 30, p. 219-252, 2005.

ORR, W.D. Four challenges of sustainability. **Conservation Biology**, Washington, v. 16, n. 6, p. 1457-1460, Dec. 2002.

PÁDUA, S.M.; TABANEZ, M.F.; SOUZA, M.G. A abordagem participativa na educação para a conservação da natureza. In: CULLEN, JR., L. RUDRAN, R.; VALLADARES-PÁDUA, C. (Org.). **Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003. p. 557-591.

PELIZZOLI, M.L. **A emergência do paradigma ecológico**: reflexões ético-filosóficas para o século XXI. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999. 160 p.

RODRIGUES, C.L. **Limites do consenso**: territórios polissêmicos na Mata Atlântica e a gestão ambiental participativa. 2001. 254 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RYAN, R.L. Exploring the effects of environmental experience on attachment to urban natural areas. **Environment and Behavior**, Edmond, v. 37, n. 1, p. 3-42, 2005.

SAMPAIO, C.A.C. **Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável**. Itajaí: Ed. Univale, 2000. 138 p.

SANTOS, J.E.; SATO, M.; PIRES, J.S.R.; MAROTI, P.S. Environmental education práxis toward a natural conservation area. **Revista Brasileira de Biologia**, São Carlos, v. 60, n. 3, p. 361-372, 2000.

SILVA, N.P.S.; COSTA NETO A.R. A educação ambiental como instrumento de sensibilização turística em unidades de conservação. 3. ed. **Revista Eletrônica Aboré**, Manaus, 2007. Disponível em: <http://www.revista.uea.edu.br/aboré/comunicacao/comunicacao_pesq_3/Nathalin%20Priscila%20de%20Souza%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2008.

TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**, Curitiba, v. 2, n. 2, 40 p. out. 2004.

TEIXEIRA, A. Biodiversidade e políticas ambientais: renovando conceitos para a promoção do desenvolvimento. In: GARAY, I.; BECKER, B.K. (Org.). **Dimensões humanas da biodiversidade**: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006. p. 23-56.

TEIXEIRA, C. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a “naturalização” do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 51-56, out. 2005.

TROMBULAK, S.; OMLAND, K.; ROBINSON, J.; LUSK, J.; FLEISCHNER, T. Principles of conservation biology: Recommended guidelines for conservation literacy from the education committee of the society for conservation biology. **Conservation Biology**, Washington, v. 18, n. 5, p. 1180-1190, Oct. 2004.

UNESCO. **Educação ambiental**: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, 1998. 154 p.

VASCONCELLOS, J.M. Educação e interpretação ambiental em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**, Curitiba, v. 3, n. 4, 86 p. dez. 2006.

WALLACE, G.N. A administração do visitante: lições do Parque Nacional de Galápagos. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D.E. (Ed.). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC. 1999. cap. 3, p. 95-142.

WEST, P.; IGOE, J.; BROCKINGTON, D. Parks and people: the social impact of protected areas. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 35, p. 251-277, 2006.

WESTERN, D. Prefácio: definindo ecoturismo. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D.E. (Ed.). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 1999. p.13-22.

ZIACA, Y.; ROBICHON, P.; SOUCHON, C. **Educacion ambiental**: 6 propuestas para actuar como ciudadanos. Cuzco: Fundación Charles Léopold Mayer para el Progreso del Hombre; Centro de Estudios Regionales Andinos Bertolomé de las Casas, 2002. 134 p. (Debate para otro futuro, 4; Serie Humanidad y Biósfera).

5 ÁREA DE ESTUDO: O PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA ENQUANTO UM OBJETO DE ESTUDO INTERDISCIPLINAR

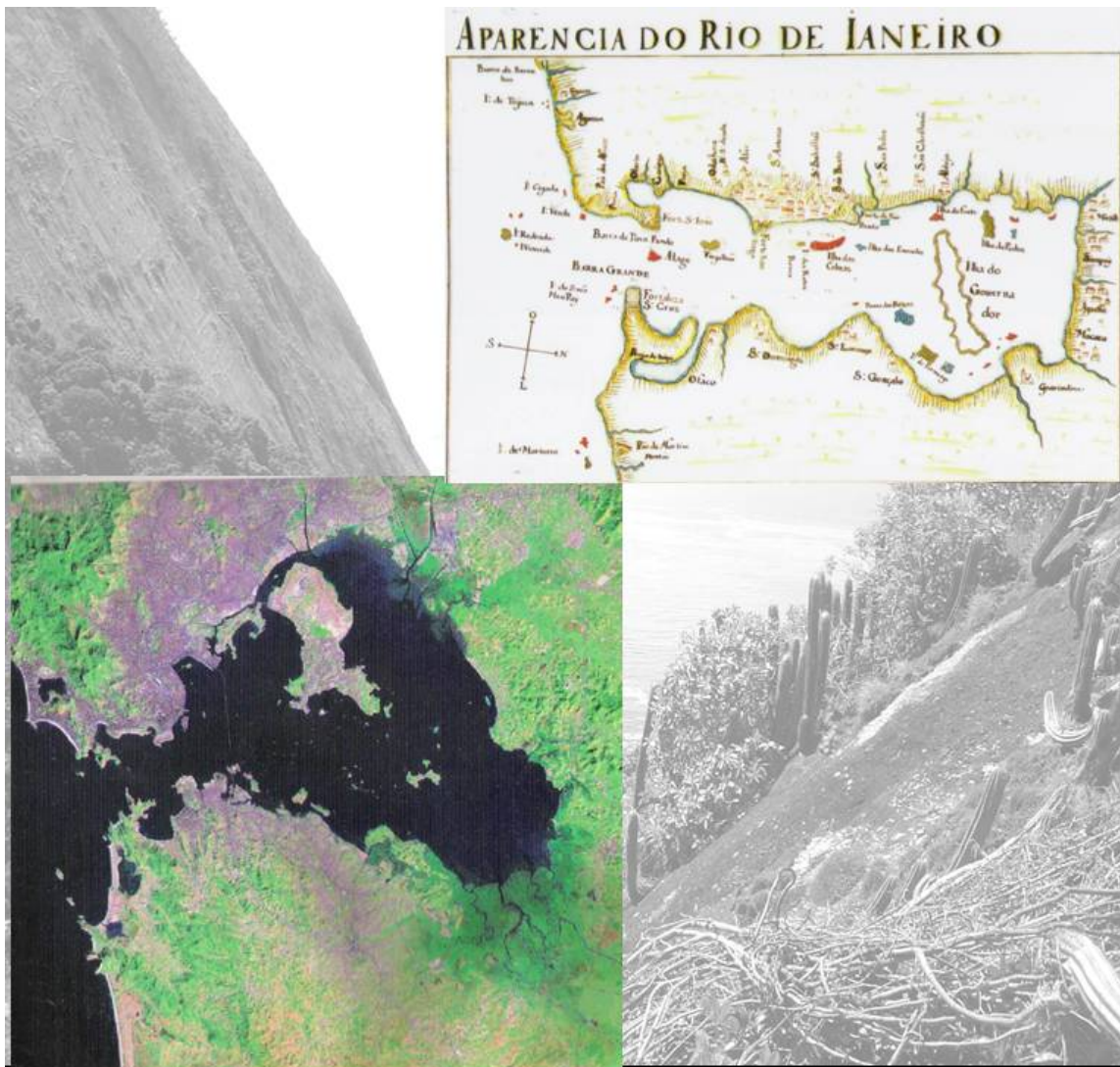


Ilustração: foto de fundo de Douglas Pimentel (Alto da Pedra de Itacoatiara) tirada em 2 de abril de 2003, mapa “Aparência do Rio de Janeiro” de “João Teixeira Albernaz” de 1666 de Hetzel, 2003 e foto de satélite da Baía de Guanabara presente em Amador, 1997 (p.62)

...Ah, mas as pálidas imagens ainda resistem: saem dos seus primitivos lugares, aparecem onde não as esperávamos, desdobram-se de outras figuras que nos apresentam, acordam as primeiras experiências, as indeléveis curiosidades do nosso amanhecer no mundo. (Trecho de “*Giroflê-Giroflá*” de Cecília Meireles)

Resumo

O Parque Estadual da Serra da Tiririca foi criado em 1991, sob intensa mobilização popular. Porém, só teve seus limites definitivos decretados em 2007. Durante esse período, a atuação da especulação imobiliária provocou a redução do Parque em relação à primeira área proposta. Logo, o conhecimento da história da região e do processo de institucionalização do Parque, via consolidação de seus aspectos territoriais e simbólicos, pode contribuir para a gestão da UC.

Palavras chave: Parque Estadual da Serra da Tiririca; Institucionalização do espaço; Território; Símbolos

5 THE SERRA DA TIRIRICA STATE PARK AS AN INTERDISCIPLINARY OBJECT STUDY**Abstract**

The Serra da Tiririca State Park was created in 1991, beyond strong popular mobilization. But its last boundaries were consolidated only in 2007. During this period, the real state speculation caused the Park's reduction in relation to the former proposed area. The knowledge of the region history and the process of the Park institutionalization, that embodies the territorial and symbolic aspects, can contribute to the management of this protected area.

Keywords: Serra da Tiririca State Park: Space institutionalization; Territory; Symbols

5.1 Introdução

O Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), criado em 1991, pode ser considerado um verdadeiro laboratório para a verificação dos fenômenos sociais, históricos e biológicos relacionados à interdisciplinaridade dos estudos de conservação. Não obstante à sua importância biológica, já que guarda espécies animais e vegetais endêmicas e representativas da Mata Atlântica, o Parque representa um processo de inserção social com características relevantes. Além disso, a ocupação das áreas na região da Serra da Tiririca guarda uma rica história natural e de seus habitantes, também relatada por naturalistas que passaram pelo Brasil do século XIX.

Sua proposta de criação resultou da mobilização de entidades da sociedade civil organizada em ONGs e Associações de Moradores, bem como indivíduos que abarcaram esse ideário conservacionista. Essa Unidade de Conservação (UC) é limítrofe a dois municípios (Niterói e Maricá) em estágios diferentes de expansão imobiliária e o seu entorno constitui-se por

áreas peri-urbanas não consolidadas. A Zona de Amortecimento (BRASIL, 2002) está bastante ocupada em Niterói. Essa, bem como o próprio Parque, sofre uma grande pressão de agentes da especulação imobiliária, agravada pela tardia definição dos seus limites e incapacidade financeira do poder público em assumir as indenizações sobre as áreas privadas dentro do PESET. Em decorrência desse fato, o Parque diminuiu, em comparação com a área de 2400 ha abrangida pelos limites em estudo de 1993, mesmo com a inclusão do Morro das Andorinhas, fragmento florestal adjacente à UC. Nesse embate entre os interesses públicos e privados, uma série de medidas legais e políticas tentaram fazer com que o Estado efetivamente assumisse suas atribuições na conservação da área (MONTEIRO DE BARROS et al., 2003, 2004). Em três de setembro 2007, fruto dessa história e de condições políticas e administrativas mais favoráveis houve a sanção dos limites definitivos do Parque. No entanto, as atividades de conservação ainda sofrem com as divergências entre as esferas de poder, com um uso público intenso e não planejado, com a ausência de plano de manejo e, com a falta de um Conselho Gestor consolidado. Observa-se, portanto, uma situação interessante do ponto de vista social, pois um processo de inserção da UC na sociedade, que começou promissor, o PESET representa um dos poucos casos de mobilização popular na criação de um parque (VALLEJO, 2005), acabou se revertendo para uma relação conflituosa (SIMON, 2003). Dessa maneira, uma das resultantes dessa história de institucionalização do espaço foi a degradação da imagem do Parque, o que arranha o seu significado social.

Nesse nicho histórico e social, o PESET abraça os atributos propostos por Freitas (2005) para a intersecção entre esses dois pontos de vista, pois se travam estudos de campo em uma região geográfica, que necessariamente abarcam o diálogo com as ciências naturais, na tentativa de compreender as relações históricas das pessoas com os recursos ambientais locais. Esses abrangem três conjuntos de questões relacionadas com os atributos biológicos e ecológicos da área, com o domínio sócio-econômico das relações sociais, modos de produção, instituições e política e com as percepções e valores atribuídos pelos indivíduos aos parques. No olhar da geografia, a visão regional também é importante para a descrição dos processos sócio-ambientais relacionados à conservação dos parques, pois abarca a história da construção de uma identidade resultante da interação das esferas territoriais, institucionais e simbólicas da UC (RÖPPER, 1999, 2000 – Figura 3.1). Nesse sentido, Vallejo (2005), faz uma minuciosa avaliação do PESET sob o ponto de vista da construção de sua territorialidade e Simon (2003) analisa o Parque na esfera de

sua institucionalização enfocando primordialmente as relações políticas e os conflitos relacionados à UC.

5.2 Desenvolvimento

5.2.1 Múltiplos olhares sobre o Parque Estadual da Serra da Tiririca

Para a melhor compreensão da área de estudo o PESET é apresentado sob o enfoque físico, histórico e biológico, aproveitando-se a oportunidade de destacar as características que influenciam a sua gestão, o processo de institucionalização do espaço e conseqüentemente, a sua imagem perante a sociedade.

5.2.1.1 A materialidade do Parque - Características físicas e hidrológicas

A Serra da Tiririca é parte de um complexo cristalino, incluído na Unidade Geomorfológica de colinas e maciços costeiros, circundados por planícies sedimentares costeiras. A transição de uma unidade à outra é bem definida e abrupta, formando “ilhas” de afloramentos rochosos que se destacam da região de várzea circundante. Todo o conjunto abriga ainda os sistemas lagunares de Piratininga e Itaipu (no Município de Niterói) e Maricá (no município de Maricá) (GRAEL et al., 1995; PROJETO, 1995). Esse Maciço, de relevo acidentado (com inclinações que chegam até 50°), está orientado no sentido SW/NE e penetra na face continental quase de maneira perpendicular à linha da costa apresentando, um formato alongado (GRAEL et al., 1995). Essa formação geológica representa um limite natural entre os Municípios de Niterói e Maricá, no Estado do Rio de Janeiro, cujas fronteiras localizam-se na sua cumeeira. Os Costões rochosos de Itacoatiara (217m) e do Alto Mourão terminam abruptamente nas praias de Itacoatiara (Niterói) e Itaipuaçu (Maricá), respectivamente (PROJETO, 1995; VALLEJO, 2005). A Serra da Tiririca estende-se continente adentro até a Serra do Calaboca nas fronteiras dos Municípios de Niterói, São Gonçalo e Maricá.

No maciço há a presença de nascentes dos rios constituintes das bacias da Região Oceânica de Niterói (bacia do Rio João Mendes, um dos principais contribuintes da Laguna de Itaipu), Baía da Guanabara (bacia do Rio Porto das Caixas, um dos principais afluentes da margem esquerda do Rio Macacu que deságua na Baía de Guanabara) e de Maricá (bacia do Rio Itaocaia que deságua nesse Município). Na primeira, estão os rios João Mendes, Córrego dos

Colibris, Valão de Itacoatiara, Córrego da Moréia, Córrego da Perereca Branca e Córrego Bebedouro dos Caranguejos. Os Rios do Ouro, Várzea das Moças e Aldeia direcionam-se a Baía de Guanabara. Os rios Inoã e Itaocaia, por sua vez, drenam em direção à planície costeira de Maricá, desembocando na Laguna de mesmo nome. A sua maioria apresenta características sazonais (MONTEIRO DE BARROS; SEOANE, 1999). Essa sazonalidade, no entanto, pode estar associada ao processo de regressão desses cursos d'água em função da destruição da cobertura vegetal (PROJETO, 1995).

5.2.1.2 A História de ocupação da região

A Região do PESET tem uma rica história. O próprio nome da Serra está relacionado à passagem de tropeiros por um caminho cheio de tiriricas, plantas ruderais do gênero *Cyperus* da família Cyperaceae (MONTEIRO DE BARROS; SEOANNE, 1999). Essa planta aparece em áreas degradadas e, portanto, não representa uma característica desejável para um parque do ponto de vista biológico, porém denota um registro histórico e social importante para o local.

Os primeiros habitantes da região remontam ao período pré-histórico. Essa ocupação do entorno da Baía de Guanabara é comprovada com os registros encontrados no sítio arqueológico de Camboinhas (praia de dunas, localizada na Região Oceânica (RO) de Niterói) de aproximadamente 8.000 anos. Provavelmente era um grupo de coletores e pescadores, cuja dinâmica cultural deixou os testemunhos dos sambaquis, monturos de conchas e ossos dispostos em camadas, separadas por leitos de fogueiras, podendo chegar até 30 metros de altura. A Duna Grande e Pequena são ricas em sambaquis (AMADOR, 1997; GRAEL et al., 1995; PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, 2007).

O Povo dos Sambaquis é considerado pré-cerâmico, mas gradativamente registros da confecção de utensílios com esse material começam a aparecer nas camadas superiores dos sambaquis. Os motivos dessa transição são controversos. O fato é que no século XVI os primeiros colonizadores europeus encontraram índios Tamoio, da tradição ceramista Tupi-Guarani, descritos como robustos guerreiros e antropófagos (AMADOR, 1997). Ainda nesse século são estabelecidas as primeiras edificações pelos jesuítas, para a sua catequese. A região, ocupada pelos franceses, forneceu o precioso pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), explorado intensivamente na Serra da Tiririca (VALLEJO, 2005). Em 1608, Duarte Martins Mourão ocupa terras nas atuais cidades de Niterói, Maricá e São Gonçalo. Esse veio a estabelecer-se na

localidade sem antes “conquistar e ganhar esta terra aos contrários Tamoios e inimigos franceses derramando seu sangue a serviço de Sua Majestade” (CASADEI, 1988 apud GRAEL et al., 1995, p. 219-220). Em 1621, seu filho Diogo Mourão recebe da Coroa Portuguesa, uma sesmaria que se estendia desde a barra da Lagoa de Piratininga até as proximidades da pedra de Inoã em Maricá. O nome desse primeiro colono está marcado cartograficamente na região no “Pão de Martin Mourão”, como indica o mapa de João Teixeira Albernaz, de 1666 (Figura 5.1) (GRAEL et al., 1995; HETZEL, 2003). No ano de 1755 foi criada a Freguesia de São Sebastião de Itaipu. Nessa época, as regiões de planície já eram ocupadas por plantações de cana de açúcar, além dos cultivos de subsistência. Em 1779 já há registros do “Engenho do Mato” que ocupava áreas da Serra da Tiririca (VALLEJO, 2005).

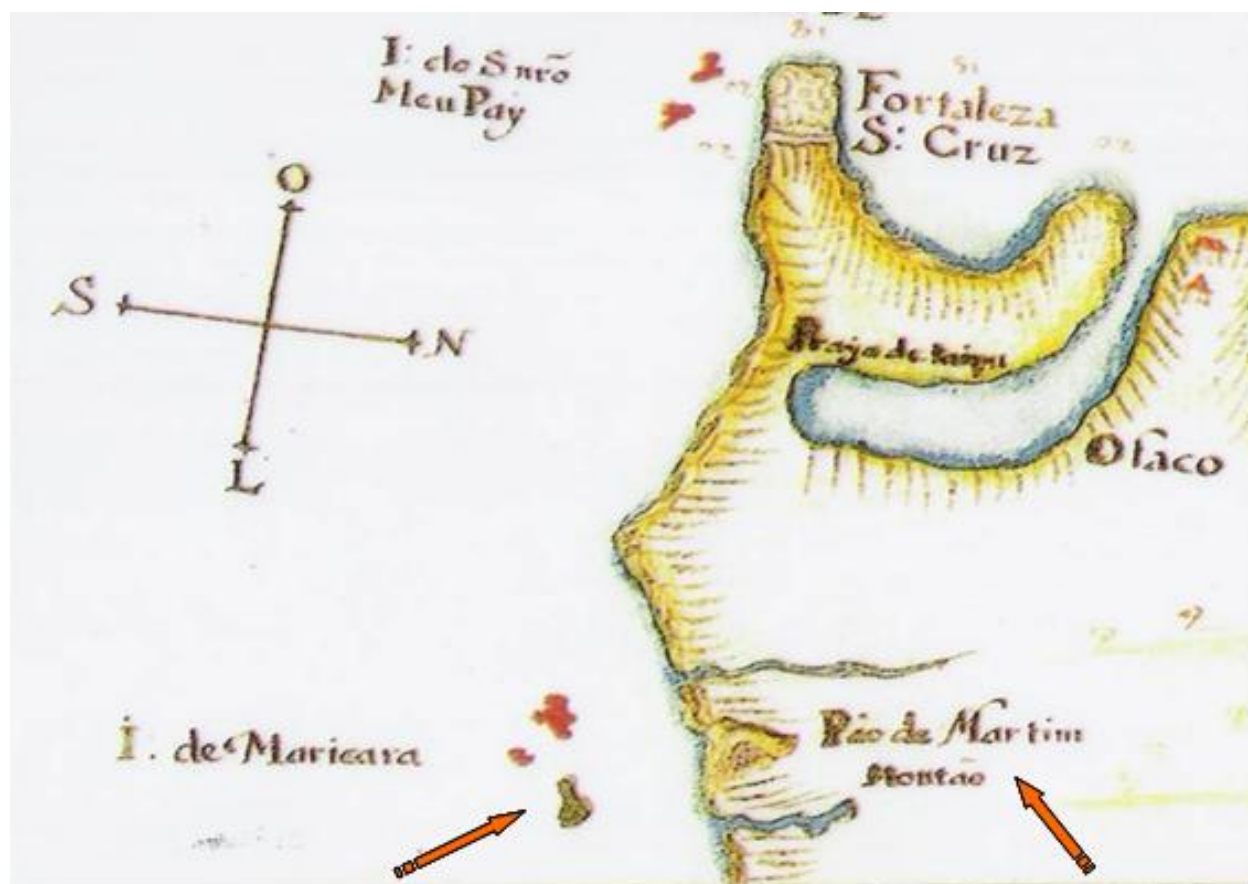


Figura 5.1 - Detalhe do Mapa de 1666 de João Teixeira Albernaz, “O Moço”. Setas destacam o “Pão de Martins Mourão” e a “Ilha de Maricara”, atual Ilha de Maricá (HETZEL, 2003, p. 40)

No século XIX, a região era ocupada por muitas fazendas e sítios e o café subia as encostas da Serra. Viajantes naturalistas como Charles Darwin, John Luccock e o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied por lá passaram e ficaram impressionados com a exuberância da

vegetação da Serra (VALLEJO, 2005). Em 1815 esse último relata que “O selvático espetáculo excedeu de muito tudo quanto minha fantasia concebera sobre as grandes cenas da natureza”. (CASADEI, 1988 apud GRAEL et al., 1995. p. 220). Em 1832, Darwin também registra o seu fascínio pela “...floresta cuja magnificência não podia ser superada”, quando de sua passagem pela Serra da Tiririca (SELLES; ABREU, 2002, p. 9).

No outro lado da Serra, há indicação da doação de uma sesmaria em 1574 e posterior cultivo de cana de açúcar. Frades Beneditinos fundam a Fazenda São Bento em 1635. Em 1814 a localidade conhecida como Santa Maria de Maricá é elevada a categoria de Vila, e posteriormente cidade, em 1889. A abolição da escravatura modificou as atividades agrícolas e gradativamente o município alterou seu perfil sócio-econômico para atividades agro-pastoris, industriais, de construção civil, pesca e turismo (VALLEJO, 2005).

Como se pode perceber, a região não ficou fora dos ciclos econômicos do Brasil colonial e do Império, além da exploração do pau-brasil, cana-de-açúcar e café, houve cultivos de cítricos, banana e atividades agropecuárias nas fazendas da região. Outras atividades subsidiárias também são relatadas como o cultivo de frutas, hortaliças algodão, milho, mandioca, feijão abóbora e fumo, bem como a caça nas matas circundantes e a exploração da madeira para construção e lenha. A pesca na Laguna de Itaipu e no mar sempre foi uma atividade econômica importante (GRAEL et al., 1995; VALLEJO, 2005). Assim, como as técnicas de cultivo adotadas na época baseavam-se em ciclos de queimada e “pousio” pode-se avaliar que o processo de degradação ambiental da região foi semelhante ao que aconteceu com a Mata Atlântica no Rio de Janeiro e em outros Estados (DEAN, 1996).

O atual Município de Niterói tem 15% de cobertura florestal, dos quais 90% esta na Região Oceânica de Niterói (RO), denominação criada no plano diretor da cidade em 1992 (SIMON, 2003). Somente a partir de 1943 essa região passou a integrar, em caráter definitivo, o município de Niterói constituindo-se no Segundo Distrito. Até então essa área, total ou parcialmente, integrou alternadamente os municípios de Niterói e o vizinho São Gonçalo. Os bairros de Itaipu, Itacoatiara e Engenho do Mato pertencem a região oceânica de Niterói e são limítrofes ao PESET junto com um bairro da Região Leste chamado Várzea das Moças. Os dois primeiros são banhados por praias de mesmo nome, valorizadas por apresentarem-se fora da Baía de Guanabara e, portanto serem menos afetadas pela poluição (Figura 5.2).

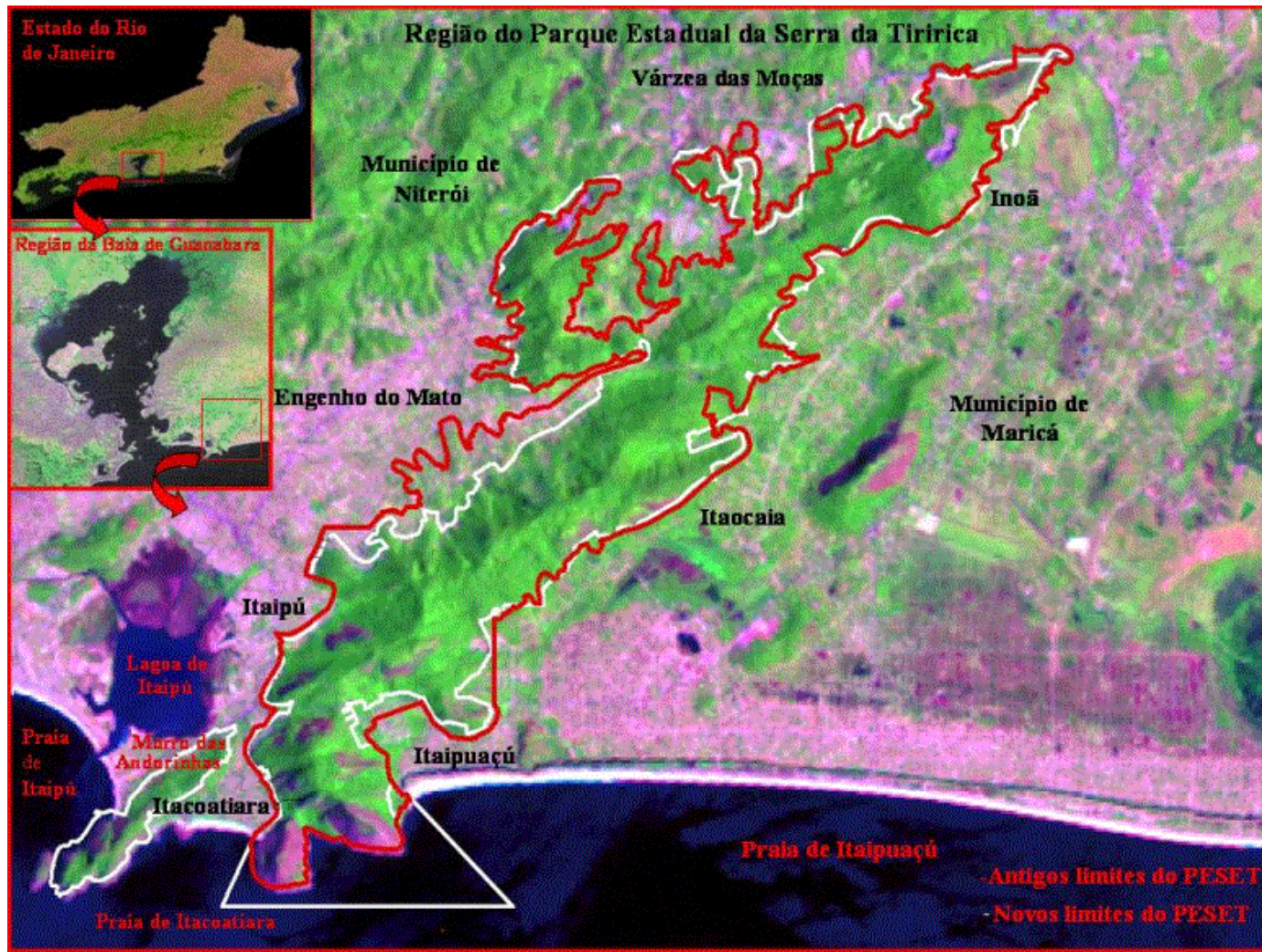


Figura 5.2 - Mapa apresentando os bairros limítrofes ao PESET (com os seus limites indicados) e alguns pontos geográficos

Com o declínio das atividades agrícolas, gradativamente observou-se um grande crescimento urbano em ambos os municípios, nas décadas de 1940 e 1950. Na RO de Niterói a expansão urbana está principalmente relacionada a melhorias no acesso, anexação da região ao Município de Niterói, obras de saneamento e elaboração do Plano Urbanístico das Regiões de Itaipu e Piratininga que não saiu do papel, mas incentivou o investimento de empresas imobiliárias, cuja forte atuação é marcada historicamente a partir dessa época (VALLEJO, 2005).

Um pouco antes, em 1938 as fazendas de Mathias Sandri e Felício Francisco são parceladas o que inicia a configuração do bairro de Itacoatiara (que significa etimologicamente, pedra riscada – Figura 5.3), praticamente terminada já em 1955 (SIMON, 2001).



Figura 5.3 - Bairro e praia de Itacoatiara vistos da Pedra de Itacoatiara. Em segundo plano, o Morro das Andorinhas e as praias de Camboinhas e Piratininga. Todas na Região Oceânica de Itaipu (Foto: Douglas Pimentel, tirada em 18 de fevereiro de 2007)

O Bairro de Itaipu (Figura 5.4) começa a ser configurado a partir de 1945, quando foi aprovado o maior loteamento da época, a “Cidade Balneário de Itaipu”, da Itaipu Cia de Desenvolvimento Territorial, com lotes de 360 a 450 m², muitos dos quais implantados sobre a

área lagunar e sítios arqueológicos como a Duna Grande e Duna Pequena. A partir dos anos setenta e mais intensamente nos anos oitenta, a região viveu um forte processo de ocupação, relacionado principalmente com a construção da Ponte Presidente Costa e Silva, que liga o Rio de Janeiro à Niterói (VALLEJO, 2005). Nessa época a VEPLAN, lança um plano urbanístico para a região de Itaipu, que segundo Simon (2001), “representa um marco histórico de transformação ambiental da área” (p.14), pois foram realizadas inúmeras intervenções na Laguna de Itaipu e Piratininga, que alteraram em definitivo seu regime hidrológico, representando a agressividade dos interesses especulativos. Os problemas ambientais, como o assoreamento, a diminuição do espelho d’água e da profundidade agravaram-se com a ocupação irregular e aterros ilegais no entorno das Lagoas (PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, 2007).



Figura 5.4 - Trecho da Praia de Itaipu. Em segundo plano o Morro das Andorinhas (foto: Douglas Pimentel tirada em 16 de julho de 2008)

Nesse bairro predominavam as moradias de veraneio. Aos poucos, Itaipu foi assumindo um perfil mais residencial. A sua estratificação social é diversificada, com predominância de uma população de classe média. Quanto à população de baixa renda, existem dois grupos bem

distintos. Um destes grupos é composto pelos pescadores da localidade conhecida como Canto de Itaipu, de ocupação mais antiga (também no Morro das Andorinhas). Suas atividades tiveram origem na herança cultural deixada pelos indígenas do local, que hoje se encontra descaracterizada. Na orla da Lagoa há um início de processo de favelização. Existe, também, uma população de classe média alta instalada nos diversos condomínios residenciais e que ainda hoje se expandem. Esse fato tem gerado conflitos entre as construtoras, os grupos ambientalistas e o poder público (PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, 2007).

O bairro do Engenho do Mato (Figura 5.5) tem sua origem relacionada à fazenda do mesmo nome. Com a decadência econômica, ainda no século final do século XIX, começa a ser parcelada e ocupada por pequenos lavradores. Na década de 1930, a Fazenda do Engenho do Mato foi vendida para a Empresa Imobiliária Terrabraz Ltda e assim surgem os dois primeiros loteamentos, o Jardim Fazendinha e o Parque Colina. No primeiro, o empreendimento foi parcialmente implantado, apesar de os colonos da antiga Fazenda alegar terem direito às terras, recebidas como forma de pagamento por seu trabalho em acordos mantidos com a proprietária anterior (SATHLER; MACHADO DE MENDONÇA; CONCEIÇÃO, 2008). Hoje, ainda encontram-se resquícios do casarão sede da fazenda, que se localizava na gleba do segundo loteamento, ocupada pela Fundação Leão XIII (PEREIRA, 1962; SIMON, 2001, 2003). No início da década de 60 três decretos Estaduais trataram da desapropriação da Fazenda do Engenho do Mato. Os argumentos foram a péssima situação financeira da empresa imobiliária, a necessidade de produção de gêneros hortifrutigranjeiros para as cidades adjacentes, além dos conflitos fundiários já existentes no local. Com a desapropriação, posseiros de até 30 anos, foram tratados como colonos e adquiriram garantias legais de permanência nas pequenas propriedades rurais, configurando um dos primeiros processos de reforma agrária no País, o chamado Plano de Ação Agrária (PAA) (SIMON, 2001). Alguns sítios aceitaram-no, enquanto outros se recusaram a sair dos sítios originais (SATHLER; MACHADO DE MENDONÇA; CONCEIÇÃO, 2008). No entanto, apesar do relatório de Pereira (1962) reconhecer que o “Governo do Estado, que com real vantagem para a coletividade disciplinou os loteamentos, não poderá permitir que aquelas lavouras, já formadas e em franca produção, sejam arrasadas criminosamente pelos tratores da especulação imobiliária.” (p.16) e recomendar a criação de um “núcleo agrícola” e uma “granja modelo” para “progresso seu e da região” (p.18), o golpe militar de 1964 interrompeu o processo. Assim, o conflito aumentou na proporção em que os sítios originais foram parcelados e

desmembrados pela sucessão natural dos sitiantes tradicionais. Esses possuem precária documentação de propriedade. Alguns sucessores transmitiram a posse à terceiros. Por outro lado, os adquirentes dos lotes do Jardim Fazendinha têm Registro de Imóveis e se legitimaram como proprietários, o que aumentou a complexidade fundiária do local. Para piorar a situação, o ato de criação do PESET em 1991 não estabeleceu o seu limite definitivo e a Prefeitura Municipal de Niterói licenciava as construções nos limites em estudo do Parque, não assumindo a sua responsabilidade no conflito (SATHLER; MACHADO DE MENDONÇA; CONCEIÇÃO, 2008; VALLEJO, 2005). Essa situação fundiária complexa representa um grande passivo histórico delegado ao PESET, com a sanção dos limites definitivos em 2007.



Figura 5.5 - Bairro do Engenho do Mato. Seta aponta a sede da Antiga Fazenda que deu nome ao bairro. (Foto: Douglas Pimentel, tirada em 4 de setembro de 2007)

O Engenho do Mato faz limite com os seguintes bairros: Itaipu, Jacaré, Rio do Ouro, Várzea das Moças e ainda com o município de Maricá, pela Serra da Tiririca. Atualmente, grande parte da área de várzea é ocupada por residências de moradores de classe média que, em sua

maior parte, teve acesso à terra a partir da compra direta aos posseiros mais pobres. A população de baixa renda localiza-se principalmente no Jardim Fluminense e nas encostas da Serra da Tiririca. Muitas propriedades, antes destinadas ao veraneio, hoje se apresentam como local de moradia permanente (PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, 2007).

O Bairro denominado Várzea das Moças (Figura 5.6) tem sua origem na grande fazenda de café existente no local. A maior parte desse produto, no entanto, advinha de outras regiões, e lá era seco e ensacado. A derrocada do café esvaziou as atividades da fazenda, tendo a mesma se transformado na Cerâmica Rio do Ouro (CROL), hoje com pouca atividade, mas que no passado desmatou áreas de floresta para obtenção de carvão para os fornos. A sede da fazenda encontra-se atualmente no Município de São Gonçalo. Como em toda a região, muitos sítios, alguns apenas para lazer, outros com alguma produção agrícola, são observados em Várzea das Moças. Esse bairro pertence à região leste de Niterói e também se configura como área de expansão do Município (PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, 2007).



Figura 5.6 - Bairro de Várzea das Moças (foto: Douglas Pimentel, tirada em 16 de julho de 2008)

A RO é a maior de Niterói, constituindo-se no grande vetor de expansão do Município desde a década de 1970. Houve um aumento populacional de 656% de 1970, ao ano 2000, nessa região. Famílias de classe média de Niterói e do Rio de Janeiro foram atraídas para o local, principalmente pelas praias e a possibilidade econômica de compra de casas ou terrenos. As taxas de crescimento dos bairros de Itacoatiara, Itaipu, Engenho do Mato e Várzea das Moças foram, entre 1996 e 2000 de 3,8%, 5,7%, 8,3% e 4,9%, respectivamente. O processo resultou em conflitos na ocupação da região e na instalação de loteamentos, como o Condomínio “Ubá Floresta”, localizado no Bairro do Engenho do Mato e totalmente inserido na área inscrita como limites provisórios do PESET. Sua aprovação foi no ano de 1987, porém a maioria dos lotes só foi comprada depois da criação do Parque (VALLEJO, 2005; SIMON, 2003). Outros loteamentos estavam totalmente ou parcialmente inseridos na área do PESET. Porém, em setembro de 2007, o perímetro definitivo do Parque recuou com a retirada desses condomínios da área. Esses, praticamente cercam todos os limites da UC em Niterói.

No Município de Maricá, o parcelamento de terras começa na década de 1940, porém até a década de 1960 a região ainda era constituída por fazendas produtoras de açúcar. As maiores eram Itaocaia e Inoã, cujo loteamento, a partir da década de 1970, intensificou o processo de urbanização da região (SIMON, 2001). No 3º distrito de Inoã e no 4º distrito de Itaipuaçu (Figura 5.7), localizam-se os bairros fronteiriços ao PESET (Itaocaia e Inoã / Itaipuaçu, respectivamente – Figura 5.2). À título de exemplificação, a população da região do 3º distrito cresceu 83% em nove anos (1991–2000). Muitas propriedades de Itaipuaçu eram tradicionalmente utilizadas como residências de veraneio. Esse perfil também vem mudando e muitos imóveis já são utilizados como residências permanentes (VALLEJO, 2005). Exemplos de loteamentos na área do PESET também eram encontrados como o Floresta do Elefante (100%), o Morada das águias (70%), o Itaocaia Valley e o Serramar Itaipuaçu (40%) (SIMON, 2003; VALLEJO, 2005). Porém os limites do Parque também recuaram nesses locais.



Figura 5.7 - Praia e bairro de Itaipuaçu, no Município de Maricá, vistos do mirante da estrada que corta o PESET (foto: Douglas Pimentel, tirada em 4 de setembro de 2007)

Essa porção de Niterói e Maricá sofre fortes pressões da especulação imobiliária. A situação é uma expressão do processo histórico de ocupação, que acaba por catalisar, a partir do final da década de 1980, uma reação ambientalista com o objetivo de proteção dos fragmentos florestais. Assim o PESET configura-se como símbolo da luta conservacionista da região.

5.2.1.3 A Biologia fornecendo subsídios para a conservação da área

A cobertura vegetal do complexo pertence ao domínio da Mata Atlântica é do tipo Floresta Ombrófila Densa, correspondendo ao bioma de Mata Atlântica de Baixo Montana, segundo classificação de Rizzini (1997). Essa vegetação foi fortemente alterada no passado e apresenta-se em diversos estágios de regeneração natural. O capim colônio (*Panicum maximum*) ocupa as áreas mais fortemente degradadas, que ficam susceptíveis a incêndios nos períodos de estiagem. A cultura da Banana prata (*Musa sapientum*) ainda é encontrada, principalmente no

Morro do Telégrafo e do Catumbí. No entanto, mesmo sendo a Serra constituída por formações secundárias, um alto grau de endemismo e biodiversidade ainda é verificado (VALLEJO, 2005; MONTEIRO DE BARROS, 2008).

Pontes, já em 1987 (antes da criação do Parque) argumentava pela criação de uma UC na região devido à presença de espécies vegetais raras, como as orquídeas *Cyrtopodium andersonii*, somente encontradas em encostas íngremes do Morro do Telégrafo e ameaçadas por incêndios freqüentes causados por pontas de cigarros de visitantes.

Monteiro de Barros e colaboradores (2003) relatam a utilização das características biológicas da área para subsidiar a argumentação legal para conter as tentativas de liberação de um empreendimento imobiliário no vale do Córrego dos Colibris pela Empresa Imobiliária Mattos & Mattos. Dentre essas, foi destacada a presença de algumas espécies vegetais consideradas vulneráveis e em perigo de extinção como o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), o cipó-escada-de-macaco (*Bauhinia smilacina*) e o caiapiá (*Dorstenia arifolia*), além de orquídeas terrícolas raras como *Corymborchis flava* e *Houlletia brocklehurstiana*. Bem como, *Callisthene dryadum*, que é uma planta considerada extinta no Estado do Rio de Janeiro. Uma Malvaceae muito rara classificada como criticamente em perigo e endêmica do Estado do Rio de Janeiro, também foi observada no Córrego dos Colibris: o *Abutilon anodoides*.

Em 2004, Monteiro de Barros e colaboradores também utilizam argumentos biológicos para fundamentar a inclusão do Morro das Andorinhas no PESET, na tentativa de conter a ocupação do morro por residências de alto poder aquisitivo voltadas para a praia de Itacoatiara. Destaca-se a presença de uma espécie rara de maracujá (*Passiflora farneyi*), bem como de bromélias endêmicas do Estado como *Vriesea eltoniana*, *Alcantarea glaziouana*, *Neoregelia cruenta* e *Crypthanthus acaulis*.

Recentemente Monteiro de Barros (2008) também insta o Estado a assumir efetivamente a conservação do Parque, que possui em sua área seis espécies vegetais novas, além de casos de espécimes raros e endemismos identificados pela autora.

Segundo Pontes (1987) e Monteiro de Barros e colaboradores (2004) a fauna do PESET abriga uma importante biodiversidade. Há registros da presença dos mamíferos ouriço-cacheiro (*Sphiggurus insidiosus*), o gato-do-mato (*Felis yagouarondi*), cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), caxinguelê (*Sciurus aestuans*), coelho de mato (*Sylvilagus brasiliensis*), cuícas (*Chironectes minimus* e *Marmosops incanus*) entre outros. Dentre os répteis aparecem as cobras

jararaca (*Bothrops jararaca*) e a coral verdadeira (*Micrurus corallinus*) e o lagarto Teiú (*Tupinambis merianae*). Em relação a avifauna foram identificadas 153 espécies para toda a região. No Córrego dos Colibris e no Bebedouro dos Caranguejos indicou-se a presença de crustáceos como o caranguejo de rio *Trichodactylus petropolitanus*, considerado um bom indicador de qualidade de água, pois não tolera ambientes pouco oxigenados ou poluídos. No entanto, esse curso d'água, quando fora da área do PESET é canalizado e recebe esgotos de residências próximas (PROJETO, 1995), o que indica a importância do PESET na proteção desses ecossistemas tão frágeis e ameaçados.

Por abrigar espécies de flora e fauna de Mata Atlântica, raras e ameaçadas de extinção e por encontrar-se em uma área de forte pressão antropogênica, a conservação desse ecossistema é bastante importante. No entanto, esse conhecimento biológico, se restrito ao ambiente acadêmico, pouco contribuiria para a preservação da área. Nesse sentido, o movimento ambientalista que pressionou pela constituição do PESET, ganhou muito com o embasamento das discussões pelos argumentos biológicos. Em contrapartida, esses biólogos também tiveram uma forte participação política em todo o processo.

5.2.2 O Parque sob o processo de institucionalização do espaço

A situação dos parques do Estado do Rio de Janeiro é de extrema precariedade institucional, fundiária e legal, o que dificulta o alcance dos objetivos conservacionistas e de uso público deste tipo de UC (PRIMO; PELLENS, 2000). Como a sociedade é um corpo dinâmico, as relações mantidas com estas áreas mudam ao longo do tempo, revelando muitas vezes, ações paradoxais de valorização do patrimônio ambiental e degradação, no embate de forças que podem resultar na conservação ou total degradação da área. Dessa maneira pretende-se analisar a constituição histórica do PESET nas esferas de seu processo de inserção regional.

A região do maciço da Serra da Tiririca, já possuía instrumentos legais de proteção nas diferentes instâncias de Poder. Por possuir cursos d'água perenes, diversas áreas com declividades superiores a 45 °, vegetação em topo de morros com características únicas e ser integrante do Bioma de Mata Atlântica, a Serra da Tiririca, além de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção, pode ser considerada Área de Preservação Permanente e Reserva Ecológica: pela Constituição Federal em seu art. 225 § 4º; pelo decreto Federal nº 99.574/90, os artigos 2º § 2 e 3º; pela lei Federal nº 4.771/65 (Código Florestal), principalmente nos seus

artigos 1º e 2º, pela lei federal de 6.938/81 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente e pela resolução CONAMA nº 004/85 nos art. 3º e 4º que amplia o conceito de reserva ecológica. Na esfera Estadual a Constituição Estadual nos seus art. 268º e 273º concede proteção a animais e plantas ameaçados de extinção e às florestas, relacionando-as a qualidade de vida (MONTEIRO DE BARROS et al., 2004). No âmbito da Municipalidade de Niterói a Serra é protegida pela lei Municipal nº 458 de 11/05/83 que cria a APA das Lagunas de Piratininga e Itaipú, regulamentada pelo decreto nº 5.353 de 03/06/83 e em 1989, pelo decreto Municipal de Niterói nº 5.611, foram declaradas nulas as aprovações e licenciamentos de loteamentos no Engenho do Mato, constituinte da Serra da Tiririca. O decreto Municipal nº 5.902/90 estabelece a região como Área de Preservação Permanente e a Lei Orgânica de 04/04/91, art. 323º, I também regulamenta questões de uso da área. No Município de Marica, já existia a lei orgânica de 05/04/1990, art. 339, que considera a Serra como Área de Proteção Ambiental (SARDO, 2007; VALLEJO, 2005).

Todo esse arcabouço legal previamente existente foi considerado e utilizado como justificativa para a criação do Parque, após intensa mobilização popular. A Lei nº 1901/91 de 29 de novembro de 1991 institui então o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), no Maciço da Serra da Tiririca, sob a tutela da Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF). O Parque abrangiam 2.400 ha, segundo a área em estudo prevista no Decreto 18.598 de 19/04/1993 (PONTES, 1998, RIO DE JANEIRO, 1991, 1993). Porém, apenas em 2007, finalmente são decretados os seus limites definitivos de acordo com a Lei nº 5079 de 03 de setembro de 2007 (RIO DE JANEIRO, 2007). No entanto, a área do Parque é reduzida para 2077 ha (Figura 5.8). Recentemente, 181 ha do entrono da Lagoa de Itaipu foram incluídos nos seus limites pelo Decreto Estadual nº 41.266 de 18 de Abril de 2008 (RIO DE JANEIRO, 2008).

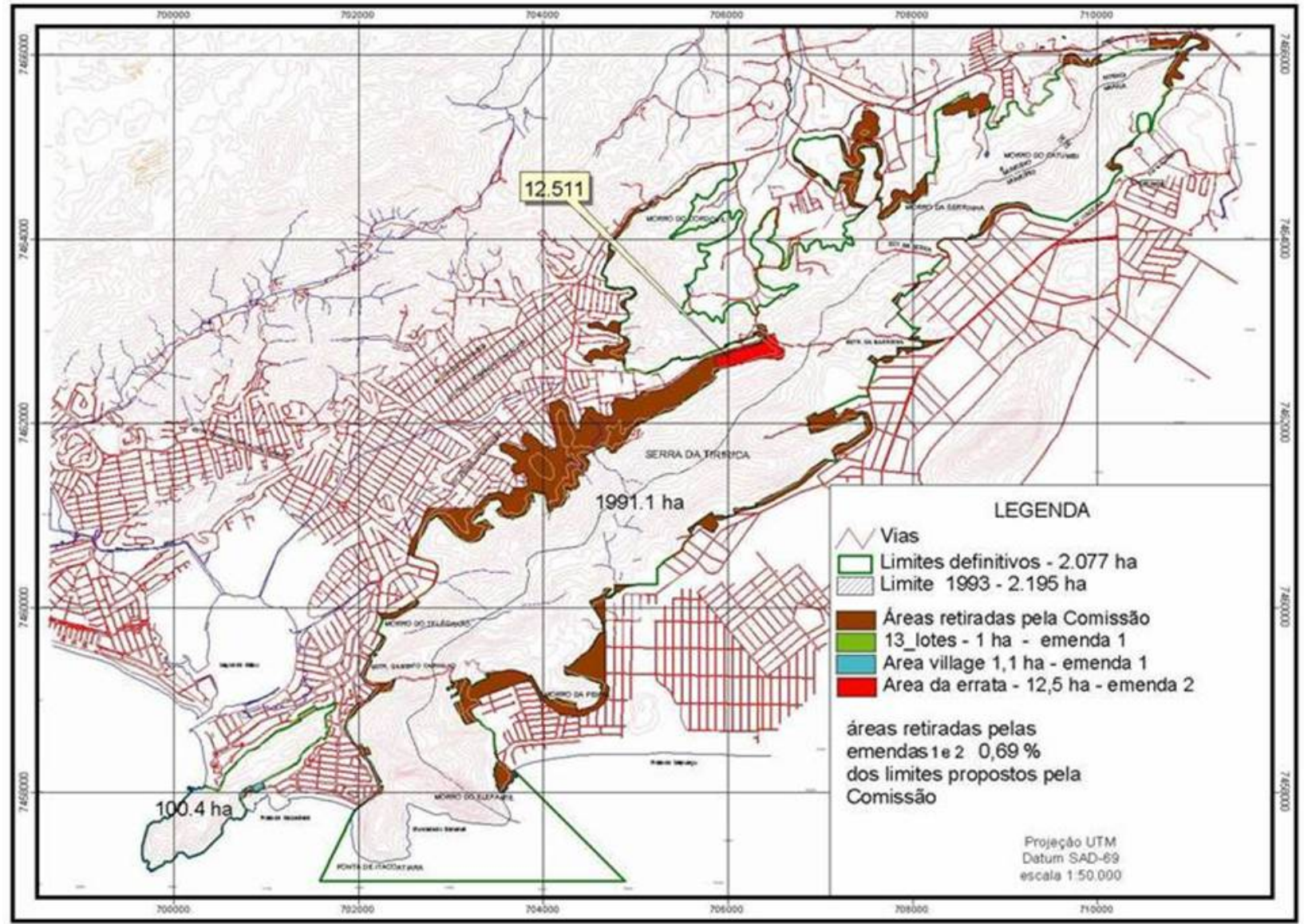


Figura 5.8 – Mapa indicando os antigos e novos limites do PESET (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2008)

O PESET insere-se na região metropolitana do Rio de Janeiro e abrange terras das Regiões Leste (Bairro de Várzea das Moças) e Oceânica (Bairros de Itaipú, Itacoatiara e Engenho do Mato) de Niterói e os bairros do 3º e 4º distrito de Marica (Bairros de Inoã, Itaocaia e Itaipuaçu). Além das áreas terrestres o Parque inclui uma porção de ecossistemas marinhos da ponta de Itaipuaçu até 1700 metros em direção ao mar aberto até alcançar o ponto de encontro no Costão rochoso de Itacoatiara. O fragmento florestal do Morro das Andorinhas foi anexado pelo decreto de limites definitivos do PESET e separa os bairros de Itacoatiara e Itaipú. Longitudinalmente, a UC apresenta de 13 a 14 Km de comprimento, incluindo a parte marinha e transversalmente, distâncias que oscilam de 0,7 a 3,9 Km (VALLEJO, 2005). Logo possui um formato bastante alongado, uma característica indesejável para o desenho de um parque, pois amplifica os efeitos de borda sobre as suas características ecológicas (PRIMACK; RODRIGUES, 2001).

É Interessante notar que o patente processo de especulação imobiliária na região da Serra da Tiririca, em contraste com sua riqueza biológica, acabou por chamar atenção de pessoas e entidades ambientalistas que se uniram na defesa da área. Uma dessas pessoas foi o biólogo Jorge Lourenço Pontes, que no final da década de 1980, realizava excursões e ações de Educação Ambiental na área com o Clube de Conservação da Natureza e Exploradores Suçuarana e o Geólogo Cláudio Martins do Movimento Ecológico de Itaipuaçu (VALLEJO, 2005). Em 1987, uma área conhecida como Córrego dos Colibris sofreu uma tentativa de loteamento pela Empresa Imobiliária Ubá. Para conseguir a licença de desmatamento, essa empresa omitiu dados relevantes como, cotas altimétricas, a presença de cursos d'água, afloramento de lençol freático e do Brejo das Pacas e demarcação dos paredões rochosos (MONTEIRO DE BARROS et al., 2003). A região consta como Reserva Florestal no Registro de Imóveis do 13º Ofício no loteamento original Cidade Balnearia de Itaipu. Assim, uma Ação Civil Pública foi movida pelo Curador de Justiça do Meio Ambiente e do Patrimônio Comunitário, em abril daquele ano, sendo os réus a Prefeitura de Niterói e a Empresa Imobiliária (GRAEL et al., 1995; MONTEIRO DE BARROS et al., 2003; SIMON, 2001). Todo esse movimento tornou flagrante a ação da especulação imobiliária na área e catalisou a mobilização popular mediada pela sociedade civil organizada, na Frente em Defesa da Serra da Tiririca constituída em 1989, que reunia diferentes entidades e pessoas comprometidas com a causa ambientalista (GRAEL et al., 1995; PRIMO; FILHO, 1989; MONTEIRO DE BARROS; SATHLER; CONCEIÇÃO, 2002; VALLEJO, 2005).

O movimento considerou que o instrumento legal mais viável para a proteção da Serra seria a criação de um parque sem, porém, haver muita preocupação com as questões fundiárias relacionadas à criação dessa categoria de UC (VALLEJO, 2005).

A partir dessa mobilização popular, os estudos desenvolvidos primordialmente pela ONG Movimento Cidadania Ecológica (MCE) e outras entidades apresentaram as justificativas técnicas e legais necessárias para a elaboração da proposta de criação do PESET, quase que integralmente encampado pelo então Deputado Estadual Carlos Minc. O Decreto, sancionado pelo governador Brizola em 1991 (PONTES, 1987, 1998; RIO DE JANEIRO, 1991; VALLEJO, 2005), tramitou em um ambiente político favorável em função de alguns membros dessas ONGs possuírem cargos dentro do Executivo Estadual. Entretanto, essa lei não determinou os limites físicos da UC, pois se acreditava que esses poderiam ser estabelecidos de forma participativa com representantes da sociedade civil e órgãos do Estado. Antes disso, em 1990, a Frente Tiririca dissolve-se devido a divergências entre as ONGs constituintes, criando um vácuo perigoso na mobilização popular em prol do Parque (SIMON, 2001, 2003; VALLEJO, 2005). Em 1992, os ambientalistas do MCE conseguem a homologação da Serra como Reserva da Biosfera, devido à sua inclusão anterior no Decreto Estadual de tombamento da Mata Atlântica (SIMON, 2003). Em março de 1993 constituiu-se uma Comissão Pró Parque Estadual da Serra da Tiririca com o objetivo de definir os procedimentos para a sua demarcação definitiva. Nesse mesmo ano o decreto 18.598 de 19/04/1993 (RIO DE JANEIRO, 1993) estabeleceu os limites provisórios do PESET, definindo a área como zona provisória de uso especial. Em 1994, o Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro, publica a portaria nº 14 que define o zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica na Serra da Tiririca com o estabelecimento das zonas núcleo amortecimento e de transição. A primeira Comissão Pró Tiririca apresenta nesse ano, os seus relatórios e indica a necessidade de anexação do Morro das Andorinhas ao PESET. Em 07/11 de 1995 entidades ambientalistas remanescentes da Frente de Defesa da Serra da Tiririca, como o Núcleo de Estudos Ambientais - Protetores da Floresta ajuízam uma representação junto ao Ministério Público contra o Governo do Estado por omissão na real implantação do PESET (MONTEIRO DE BARROS; SATHLER; CONCEIÇÃO, 2002). Logo a seguir, diferentes empreendimentos públicos e privados foram questionados, por representarem ameaças à vegetação remanescente. No entanto, a proposta definitiva de sua delimitação somente foi finalizada em julho de 2001, a partir da conclusão dos trabalhos da Comissão Pró Parque de

1999. Em 2002 a Secretaria de Justiça do Estado realiza duas audiências públicas sobre os novos limites do Parque Estadual da Serra da Tiririca para debater as propostas dessa comissão. Em 2003, após nova mobilização popular, foi entregue ao vice-governador do Estado um abaixo assinado solicitando a aprovação dos limites definitivos do PESET. Em 2005, a Sexta Vara Cível do Poder Judiciário Estadual profere duas sentenças sobre esse tema, em que proíbe os proprietários de terras e benfeitorias em obter averbação e certidão de compra e venda e licenças para construção e obriga as empresas de água e luz a retirarem as ligações de água e esgoto e postes de luz nas áreas sob litígio. Em 2006, é apresentado um projeto de Lei na Assembléia Legislativa do Estado, que estabelece o perímetro definitivo do PESET e para pressionar pela aprovação do projeto é constituída nova Frente de Defesa do Parque Estadual da Serra da Tiririca (SARDO, 2007; VALLEJO, 2005).

Diversos atores que estavam relacionados com a criação do PESET voltaram a ocupar importantes postos na administração ambiental do Estado, mas o projeto de definição de seus limites ainda encontrava barreiras na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (FRANCO, 2007). Sob essa situação política o PESET, finalmente, tem o seu limite definitivo sancionado em três de setembro de 2007, pela lei nº 5.079 (RIO DE JANEIRO, 2007). Porém, como resultado do processo de ocupação imobiliária de sua área em estudo, reduziu de tamanho, mesmo com a inclusão do Morro das Andorinhas em seus limites. Ainda considerando esse momento favorável, em 16 de abril de 2008 é assinado o Decreto Estadual nº 41.266 de 16 de abril de 2008, de inclusão do entorno da Lagoa de Itaipu e as Dunas Grande e Pequena no PESET (RIO DE JANEIRO, 2008).

Por localizarem-se parcialmente em uma área valorizada por interesses imobiliários, primordialmente na Região Oceânica de Niterói, algumas áreas do PESET foram ocupadas de forma sistemática, sem que os órgãos públicos responsáveis tomassem providências efetivas para conter o avanço da especulação imobiliária (PRIMO; PELLENS 2000). No caso do Córrego dos Colibris as tentativas de parcelamento continuaram de 1995 a 1997, como descrito por Monteiro de Barros e colaboradores (2003). Além disso, os conflitos na área do Parque também se relacionam com a Empresa José Fernandes de Oliveira Saibreira e Material de Construção Ltda e a Empresa de Mineração Inoã. A primeira foi alvo de um inquérito civil pela retirada de saibro no Morro do Cordovil, em 1996. O proprietário alegava ter autorização da Prefeitura de Niterói desde 1994, com revalidação de ano em ano. Além disso, possuía registro no Departamento

Nacional de Produção Mineral (DNPM) com validade até 1997 e no Departamento de Recursos Minerais (DRM Estadual) com validade até 1998. A Prefeitura de Niterói, jamais poderia ter autorizado as atividades na área do PESET, de acordo com parecer do advogado do próprio IEF (SIMON, 2001, 2003; VALLEJO, 2005). A Pedreira Inoã, ativa desde 1989, tinha registro de lavra no DRM. Porém uma lei Municipal de 1994 condicionava à autorização as atividades mineradoras, junto a FEEMA a uma solicitação prévia na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Niterói. A Mineradora então recebia as licenças anuais de lavra desde 1994 (depois da criação do PESET), mas sem o conhecimento do IEF. Em 1999 a licença Estadual da empresa foi caçada, depois de pressão de ambientalistas, e por uma ação do Ministério público de Niterói (SIMON, 2001, 2003; VALLEJO, 2005). Esses dados demonstram a força desses interesses privados, que ocuparam o *locus* deixado pela indefinição de 16 anos do perímetro definitivo do Parque, bem como a falta de integração entre as diferentes esferas de poder e a precária articulação das ações do IEF (VALLEJO, 2005). Além disso, de maneira positiva também representam o comportamento de vigilância da sociedade civil sobre o Parque.

Vallejo (2005) considera que a criação do PESET é um produto de um movimento ambientalista bem articulado, cuja argumentação técnica e legal facilitou a constituição do anteprojeto de lei de sua criação. Outras coincidências auspiciosas catalisaram a criação da UC, como a presença de pessoas com bom embasamento acadêmico e jurídico, com capacidade de liderança e participação política no movimento.

Observa-se, no entanto que o Parque tem ainda uma institucionalização precária e até hoje não possui plano diretor e Conselho Consultivo em atuação. A sociedade civil organizada tem sido responsável em deter ações de degradação da UC, no entanto esse trabalho não acontece articuladamente e sem conflitos (VALLEJO, 2005). Esse mesmo autor considera que esse potencial de envolvimento popular poderia ser canalizado mais eficientemente pelo IEF para que se alcançassem melhorias para o PESET. Esta UC parece estar no centro de um embate que têm a sociedade como fiel da balança entre a sua degradação e sua conservação.

5.2.3 Levantamentos sócio-ambientais no PESET

Como colocado anteriormente, o PESET, além de seus atributos biológicos também chama a atenção devido à sua história sócio-ambiental, bem como as características de seu uso público e relações mantidas com as comunidades do entorno.

O uso público de diferentes trilhas do PESET foi avaliado por Coelho e colaboradores (2001). A ausência institucional é percebida nas respostas, onde 100% dos entrevistados não reconheceram o IEF como administrador do PESET. Os autores concluíram que a maioria dos entrevistados associa o PESET à finalidade de conservação da natureza sem, no entanto, estabelecer uma ligação entre a visita e esse objetivo. Essa, portanto, não estaria gerando processos de interpretação da natureza.

Selles e Abreu (2002) realizaram atividades de Educação Ambiental com professores de nove Escolas dos Municípios de Niterói e Maricá, utilizando o rico registro histórico local como tema gerador de trabalhos sobre o ambiente, concluindo que a integração entre história e biologia foi essencial ampliação da visão sobre o meio ambiente.

No condomínio próximo a área conhecida como Córrego dos Colibris, entrevistas demonstraram que a metade dos moradores se mudou para o local na década de 1990. O que corroborava com a observação de que nesse período houve um grande deslocamento populacional para a área, aumentando a pressão imobiliária sobre o Parque. Pouco mais da metade (51%) dos entrevistados não sabiam o que é uma Unidade de Conservação e 82% desconheciam quem administra o PESET, apesar disso, 73% declararam saber que a Serra da Tiririca é um Parque Estadual. (MONTEIRO DE BARROS et al., 2003).

Pimentel e colaboradores (2004) aplicaram questionários nos Municípios de Niterói e Maricá e detectaram que aproximadamente 70 % das pessoas entrevistadas desconheciam o que é uma Unidade de Conservação. No entanto, aqueles que alegaram saber, definiram primariamente uma UC, pela sua função básica, com afirmações genéricas como “serve para preservar”. Depois de explicada a definição de UC, a maioria dos entrevistados não conseguiu apontar nenhuma, nos Municípios de Niterói ou Maricá (81%). Os autores apontaram que o IEF não é reconhecido pela população, como a instituição responsável pela administração do Parque.

Em um trabalho de 2004, Monteiro de Barros e colaboradores fazem um levantamento dos aspectos legais e ambientais passíveis de serem utilizados como argumentos para a conservação da área. No âmbito social encontrou-se uma interessante diferença entre os residentes dos bairros divididos pelo Morro das Andorinhas. Em Itacoatiara, havia uma maior preocupação com a entrada de “suburbanos” e “pessoas de fora” no bairro, identificado como um aspecto ruim em morar próximo ao PESET, nesse bairro o argumento mais convincente para defender a inclusão do Morro das Andorinhas no Parque seria evitar a favelização. Em Itaipu,

quando instados a identificar as atividades de destruição do Parque, 23% dos entrevistados declararam que a construção de condomínios de luxo era a principal delas e apenas 6% seriam convencidas pelo argumento anterior.

Aspectos legais relativos à Unidade de Conservação têm sido destacados, subsidiando ações preservacionistas relacionadas ao Parque. Bem como a importância de uma visão interdisciplinar do poder judiciário para lidar com questões ambientais (CONCEIÇÃO, 1998). O caso da implantação do PESET, postulada em juízo via ação civil pública, representa um dos poucos casos em que este processo aconteceu no Brasil. Os autores relatam o histórico da implantação do Parque, indicando que a sua indefinição legal era utilizada pela especulação imobiliária para a aprovação de projetos nos limites em estudo do Parque. (MONTEIRO DE BARROS; SATHLER; CONCEIÇÃO, 2002).

Vallejo (2005) que avaliou a questão da territorialidade em três UCs do Estado do Rio de Janeiro, considerou o PESET como um exemplo mais próximo de um parque de papel, pela sua situação fundiária não equacionada, pela indefinição dos limites e precariedade de infra-estrutura.

Simon (2001) analisa que os problemas ambientais no PESET poderiam ser reunidos em 5 grupos: a sua precária situação fundiária, a especulação imobiliária, as atividades lesivas, a precariedade dos órgãos responsáveis, e a necessidade de sintonia entre os diferentes atores. A autora recomenda, dentre outras coisas, atividades de Educação Ambiental e a solidificação da base social para que as estratégias de conservação se dessem de maneira participativa, inclusiva e democrática.

Posteriormente, a mesma autora (SIMON, 2003) avaliou o PESET sobre a égide dos conflitos sócio-ambientais da região e conclui que muitos desses conflitos resultam da transformação de espaços históricos e sociais em espaço de conservação. O processo desenvolveu-se sob uma lógica perversa de ocupação imobiliária, muitas vezes incompatível com a preservação e se chocou frontalmente com o ideal de parques. O movimento ambientalista forte teria sinalizado a possibilidade de uma construção social do Parque, porém a sua precária consolidação na esfera territorial determinou sua fraca institucionalização e conseqüentemente suas fragilidades como ferramenta de conservação.

5.3 Conclusões

O processo de institucionalização da Serra da Tiririca enquanto um Parque Estadual remonta a 1991, mas as características atuais do PESET também representam um passivo relacionado a história ambiental da região. Por um lado, essa visão foca os conflitos fundiários, a especulação imobiliária e a exploração dos recursos ambientais no atendimento de interesses privados que aconteciam antes mesmo da sua criação. O outro lado refere-se à transformação do espaço em um lugar de referências individuais e coletivas. Assim temos um Parque como símbolo de lutas ambientais, formação de cidadania e foco irradiador de novas posturas, principalmente por tratar-se de uma UC em ambiente peri-urbano, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Porém, o PESET também representa a morosidade do poder público em assumir as suas responsabilidades na gestão ambiental do Estado do Rio de Janeiro. Dessa maneira, evidenciar a história do Parque é resgatar todo um processo que permite a avaliação de erros e acertos no processo de institucionalização do espaço, bem como a projeção de novas posturas para a conservação.

Referências

AMADOR, E.S. (Ed.). **Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza**. Rio de Janeiro: Edição do editor. 1997. 539 p.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza SNUC**. Brasília: IBAMA, Diretoria de Ecossistemas, 2002. 35 p.

COELHO, F.J.F.; DIAS, F.C.C.; SOUZA, E.Z.; ABI-CHACRA, E.A.; MATOS, P.N.; PESSOA, R.F.; DUARTE, E.B.; PIMENTEL, D.S.; MONTEIRO DE BARROS, A.A. Projeto discente em ecologia I: Avaliação do perfil dos visitantes do Parque Estadual da Serra da Tiririca. In: ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE BIOLOGIA. NOVO MILÊNIO, NOVAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS, 1., 2001, Niterói. **Anais...** Niterói: Sociedade e Brasileira de Ensino de Biologia, 2001. v. 1, p. 61-64.

CONCEIÇÃO, M.C.F. O meio ambiente, os poderes do Estado e a educação ambiental. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 41-47, 1998.

DEAN, W. **A ferro e fogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Parque Estadual da Serra da Tiririca**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Estadual de Florestas, 2008. 1:50.000.

FRANCO, B.M. Impasse adia delimitação de parque estadual: governo desiste de fixar área da Serra da Tiririca por decreto; preservação agora depende de projeto na ALERJ. **O Globo**, Caderno Globo Niterói, Niterói, p. 6, 11 fev. 2007.

FREITAS, I.A. História de uma floresta, geografia de seus habitantes. In: OLIVEIRA, R.R. (Org.). **As marcas do homem na floresta**: história ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005. cap. 1, p. 37-50.

GRAEL, A.S.; MACEDO, L.C.T.; NUNES, A.H.V.; RESENDE, C.N. PONTES, J.A.L. Plano de conservação e interpretação ambiental da trilha do Alto Mourão, Parque Estadual da Serra da Tiririca. In: CONGRESSO DE DEFESA AMBIENTAL. 4., 1995, Rio de Janeiro. **Anais...** UFRJ; Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. 1995. p. 218-231.

HETZEL, B. **Baía de Guanabara**. Rio de Janeiro: Manati, 2000. 224 p.

MONTEIRO DE BARROS, A.A. **Análise florística e estrutural do Parque Estadual da Serra da Tiririca, Niterói/Maricá, Rio de Janeiro, Brasil**. 2008. 218 p. Tese (Doutorado em Botânica) – Escola Nacional de Botânica, Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MONTEIRO DE BARROS, A.A.; SEOANI, C.A. A problemática da conservação do Parque Estadual da Serra da Tiririca, Niterói / Maricá, RJ, Brasil. In: OS (DES)CAMINHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RUMO AO SÉCULO XXI, 1., 1999, Niterói. **Anais...** Niterói: Universidade Federal Fluminense. Instituto de Geociências, 1999. v. 1, p.114–124.

MONTEIRO DE BARROS, A.A.; SATHLER, E.B; CONCEIÇÃO, M.C.F. Implantação de Unidade de Conservação postulada em juízo via ação civil pública: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002, v. 1, p. 774 – 781.

MONTEIRO DE BARROS, A.A.; SATHLER, E.B; CONCEIÇÃO, M.C.F.; PIMENTEL, D.S. Aspectos ambientais e legais da conservação do Córrego dos Colibris no Parque Estadual da Serra da Tiririca. In: SIMPÓSIO DE ÁREAS PROTEGIDAS: CONSERVAÇÃO NO ÂMBITO DO CONE SUL, 2., 2003, Pelotas. **Anais...** Pelotas: Laboratório de Manejo e Conservação Ambiental, 2003. v. 1, p. 390 – 397.

MONTEIRO DE BARROS, A.A.; PONTES, J.A.L.; PIMENTEL, D.S.; SATHLER, E.B.; CONCEIÇÃO M.C.F. Argumentos legais, Ambientais e Sociais para a conservação: Avaliação da proposta de inclusão do Morro das Andorinhas no Parque Estadual da Serra da Tiririca (RJ). **Revista Interagir**: Pensando a Extensão, Rio de Janeiro, n. 6, p. 39-45, ago./dez. 2004.
PEREIRA, I.M. **Plano de ação agrária**: estudo sobre a Fazenda Engenho do Mato. Niterói: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1962. 26p.

PIMENTEL, D.S.; MONTEIRO DE BARROS, A.A.; MOTTA E.S.; SILVA, L.M.P.; ORMOND, L.S.; LEDA, L.R. Society and Conservation Units: the challenge of Serra da Tiririca State Park, Niterói/Maricá, RJ, Brazil. In: LEAL FILHO, W.; LITTLEDYKE, M. (Ed.). **International Perspectives in Environmental Education**. Frankfurt: Peter Lang Ed., 2004. p.119-128, (Environmental Education, Communication and Sustainability, 16).

PONTES, J.A.L. Serra da Tiririca, RJ: necessidade de conservação (1ª contribuição). **Boletim FBCN**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 89-94, 1987.

_____. A Serra da Tiririca. **Hiato**, Niterói, v. 1, n. 6, p. 4-6, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. **Bairros de Niterói**. Disponível em: <<http://www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br/bairros>>. Acesso em: 5 mar. 2007.

PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. (Ed.) **Biologia da conservação**. Londrina: Edição dos editores, 2001. 327 p.

PRIMO, P.B.S.; FILHO, O.P. **Programa de implantação do Parque Estadual da Serra da Tiririca**. Niterói: Movimento Cidadania Ecológica, 1989. 44 p.

PRIMO, P.B.S.; PELLENS, R. Situação atual das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., 2000, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidade de Conservação; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 2, p. 628-637.

PROJETO avaliação de dez unidades de conservação ambiental na região metropolitana do Rio de Janeiro. Niterói: Multiservice, 1995. 28 p.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 1.901, de 29 de novembro de 1991. **Dispõe sobre a criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca e dá outras providências.** Rio de Janeiro, 29 nov. 1991. Disponível em: <<http://www.ief.rj.gov.br/legislacao/docs/1901.doc>>. Acesso em: 19 jul. 2008.

_____. Decreto-Lei nº 18.598 de 19 abril de 1993. **Dispõe sobre limites da área de estudos para a demarcação e do perímetro definitivo do Parque Estadual da Serra da Tiririca.** Rio de Janeiro, 19, abr. 1993. Disponível em: <<http://www.ief.rj.gov.br/legislacao/docs/1901.doc>>. Acesso em: 19 jul. 2008.

_____. Lei nº 5.079 de 03 de setembro de 2007. Dispõe sobre o perímetro definitivo do Parque Estadual da Serra da Tiririca, criado pela Lei Estadual nº 1.901/91, localizado entre os Municípios de Niterói e Maricá. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 04 set. 2007. Página inicial. Republicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, de 05 set. 2007 e 27 set. 2007.

_____. Decreto nº 41.266 de 16 de abril de 2008. Dispõe sobre a ampliação do perímetro definitivo do Parque Estadual da Serra da Tiririca, localizado nos Municípios de Niterói e Maricá. **CCRONotícias**, v. 5, n. 17, p. 6, jun./jul. 2008.

RIZZINI, C.T. **Tratado de fitogeografia do Brasil:** aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Âmbito Cultural, 1997. 747 p.

RÖPER, M. Geografia Social e Unidades de Conservação. Reflexões teóricas e exemplos da Bacia do Alto Paraguai. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 45-66, 1999.

_____. A difícil arte do planejamento participativo: a implementação da APA Estadual da Chapada dos Guimarães como exemplo de institucionalização territorial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., 2000, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidade de Conservação; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000.v. 2, p. 69-78.

SARDO, G. **Parque Estadual da Serra da Tiririca.** Wikipedia, Niterói, out. 2006. Parque Estadual da Serra da Tiririca. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/ParqueEstadual da Serra da Tiririca](http://pt.wikipedia.org/wiki/ParqueEstadual_da_Serra_da_Tiririca)>. Acesso em: 31 jan. 2007.

SATHLER, E.; MACHADO DE MENDONÇA, L.M.V.; CONCEIÇÃO, M.C.F. **Populações sitiadas entre o rural, o urbano e o ambiental:** o caso da Fazenda do Engenho do Mato (Niterói - RJ) e o Parque Estadual da Serra da Tiririca. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/EvandroSathler.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2008.

SELLES, S.E.; ABREU, M. Darwin na Serra da Tiririca. Caminhos entrecruzados entre a biologia e a história. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 5-22, jun./ago. 2002.

SIMON, A.V.S. Aspectos sócioambientais e jurídicos do Parque Estadual da Serra da Tiririca. **Plúrima** - Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 24, n. 5, p. 9-52, 2001.

_____. **Conflitos na conservação da natureza:** o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. 2003. 255 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

VALLEJO, L.R. **Políticas públicas e conservação ambiental:** territorialidades em conflito nos Parques Estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ). 2005. 288 p.. Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

6 O PESET VISTO SOB O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE SEU ESPAÇO



Foto: Trecho de Itaipuaçu visto da Pedra de Itacoatiara. Tirada por Douglas Pimentel dia 18 de fevereiro de 2007

A palavra pesada
persegue a pedra,
revela o austero pulsar do silêncio
e, com ele, inaugura um olhar de montanha....
A montanha entenece o poeta
e a palavra mais leve
revela a montanha/palavra
Refletida no olhar.

(Trecho de “A montanha” de Francisco Perna Filho)

Resumo

O Parque Estadual da Serra da Tiririca está inserido em uma região de rica história ambiental. No processo, criaram-se passivos sociais que deveriam ter sido gerenciados com a criação do Parque. A sua imagem positiva refere-se a mobilização política pela sua criação e a vigilância da sociedade. No âmbito negativo, apontam-se problemas administrativos, relacionados ao IEF. A administração estadual deve se fazer presente com políticas consistentes, duradouras e democráticas para a conservação do PESET.

Palavras-chave: Parque Estadual da Serra da Tiririca; Imagem, Administração

6 THE PESET SEEN UNDER ITS SPACE INSTITUTIONALIZATION PROCESS

Abstract

The Serra da Tiririca State Park is inserted in a region with rich environmental history, which created social passives that should be managed when the park was created. This positive image is related to political mobilization to its creation and society vigilance. On the negative view, administrative problems are pointed out and related to IEF. The State administration should be more present with dense, lasting and democratic policy to PESET conservation.

Keywords: Serra da Tiririca State Park; Image; Administration

6.1 Introdução

A gestão de parques envolve diferentes escalas sociais e biológicas que acabam por influenciar a imagem da UC. O cerne ideológico do modelo de parques adotado no Brasil envolve princípios excludentes, se o analisarmos pelo foco da sociologia e antropologia (DIEGUES, 2004). Mesmo que esse tenha sofrido adaptações às dimensões territoriais brasileiras e diferenças culturais regionais, a aplicação desse modelo sofreu influências do longo período de ditadura militar no Brasil, sendo utilizado então, como uma ferramenta de controle mais rígido sobre o território nacional (MEDEIROS, 2003; MEDEIROS; GARAY, 2006). Esse processo histórico resultou em certa dificuldade das diversas instâncias administrativas em efetivamente ampliar o foco da gestão de parques para a sociedade. Isso é reconhecido atualmente, porém a urgência das situações de conflito entre parques e pessoas amalgamadas às dificuldades orçamentárias ligadas à administração acabam por emperrar o processo de inserção social dos parques, do nível local às maiores esferas políticas da sociedade. Esse passivo social também impregna a imagem dos parques nesses diferentes patamares.

Nesse sentido, corrobora-se aqui com a abordagem regional para a gestão de parques, como um processo gradual de inserção social da UC, no âmbito administrativo, político e legal, do uso público e relações com moradores adjacentes que se configuram nas formas territorial, institucional e simbólica dos parques, como proposto por Röpper, (2000) e Paasi, (2002) (Figura 3.1).

O PESET, que separa os Municípios de Maricá e Niterói, no Estado do Rio de Janeiro foi implantado em uma região de rica história sócio-ambiental. Em 1991, encontrando um ambiente político propício, catalisado por grande mobilização popular é sancionado o Decreto de criação do Parque pelo então Governador Leonel Brizola sem, entretanto, haver a definição dos seus limites. Acreditou-se que esses poderiam ser implantados de forma participativa e democrática, sob a influência dos grupos sociais que o criara. No entanto, com a contribuição de divergências desses grupos, entre outros fatores, o perímetro definitivo não foi definido, o que criou um vácuo de 16 anos, em que as forças especulativas e interesses privados atuaram (VALLEJO, 2005, SIMON, 2003). Esses resultaram na diminuição da área do PESET, cujos limites definitivos foram estabelecidos, com a sanção do Governador Sérgio Cabral Filho apenas em setembro de 2007. Logo, a discussão sobre a inserção social do PESET passa pela compreensão do processo de sua regionalização cotidiana (ROPER, 1999).

Nesse sentido, o objetivo do presente capítulo é descrever e analisar as relações sociais entre diferentes atores locais e supralocais com o Parque, sob as esferas de sua inserção regional, focando nas dimensões simbólicas, relacionadas à percepção dessas pessoas sobre a UC, para avaliar o seu significado social.

6.2 Desenvolvimento

6.2.1 Metodologia

A Pesquisa Qualitativa é a base metodológica para o presente estudo. Nesse sentido, foram estabelecidas algumas diretrizes norteadoras, baseadas nos suportes teóricos desse tipo de pesquisa (TRIVIÑOS, 1987 e PEREIRA, 2001), considerando que a investigação da complexa realidade social, formada por fenômenos qualitativos, depende da manifestação das subjetividades do pesquisador e a busca do conhecimento da realidade através de sua descrição e os significados para as pessoas.

Para atingir a esfera simbólica do processo de regionalização do PESET pretende-se evidenciar as percepções dos atores locais sobre o Parque. A abordagem se deu através de entrevistas semi-estruturadas. Previamente, foram identificados os atores principais (Figura 6.1) nas relações com o PESET, sendo que seus nomes foram alterados. As entrevistas aconteceram entre o período de março a agosto de 2007. Apenas três atores foram entrevistados após a definição dos limites definitivos em setembro daquele ano: Sandro, Yan e Zito. Essas foram gravadas com um aparelho de MP3 player modelo ROMA da GT digital e, posteriormente, transferidas para arquivos no computador. Alguns atores preferiram responder por escrito ao questionário. As entrevistas gravadas foram transcritas e todas constituíram o *corpus* documental a ser analisado.

As entrevistas foram feitas seguindo o roteiro apresentado a seguir:

- 1) Como você contaria a história do PESET?
- 2) Cite e explique 2 pontos que você considera corretos e 2 errados na administração do PESET
- 3) Como você descreveria:
 - a) O PESET hoje?
 - b) A relação do PESET com os visitantes?
 - c) A relação do PESET com os moradores dentro e nas adjacências?
- 4) Qual a importância do PESET para você e para a sociedade?
- 5) Cite e explique três argumentos que você considera como importantes para que as pessoas defendam a conservação do PESET
- 6) Você acha que o PESET cumpre com os objetivos de conservação da natureza? Explique a sua resposta.

Entrevistado		Perfil
A	Andréia	Ambientalista que tem ação relevante na defesa do PESET e atualmente faz parte dos quadros do IEF
B	Breno	Ambientalista que atuou na criação do PESET e hoje faz parte dos quadros do IEF
C	Cláudio	Atua ou atuou como chefe do PESET
D	Daniel	Atua ou atuou como chefe do PESET
E	Eva	Atua ou atuou como funcionária do IEF ligada ao PESET
F	Flávio	Atua ou atuou como chefe do PESET
G	Glauco	Funcionário do IEF na época de criação do PEST
H	Hélio	Atua ou atuou como chefe do PESET
I	Igor	Atua ou atuou como funcionário do IEF ligada ao PESET
J	João	Ambientalista que atua na defesa do PESET. Dono de empresa de ecoturismo que atua no Parque
K	Kleber	Dono de empresa de ecoturismo e esportes radicais que atua no PESET
L	Luis	Professor Universitário com projetos de pesquisa no PESET
M	Mário	Professor Universitário que atuou na criação do PESET
N	Nélio	Ambientalista e advogado que atua na defesa do PESET
O	Otto	Ambientalista e pesquisador que participou na criação do PESET
P	Paula	Ambientalista e professora Universitária que atua na defesa do PESET e tem projetos de pesquisa no Parque
Q	Queiroz	Membro de associação de moradores de Itacoatiara
R	Renam	Membro de associação de moradores que atua na defesa de comunidades tradicionais
S	Sandro	Político que participou da tramitação e aprovação dos limites definitivos do PESET
T	Thiago	Dono de estabelecimento comercial adjacente ao PESET
U	Úrsula	Usuária semanal de trilhas do PESET da sede Itacoatiara
V	Vítor	Usuário semanal de trilhas do PESET da sede Itacoatiara
W	Wando	Usuário semanal de trilhas do PESET da sede Itacoatiara
X	Xisto	Dono de empresa imobiliária que atua na área do PESET
Y	Yan	Visitante freqüente morador do Município de Niterói
Z	Zito	Visitante freqüente morador do Município de Niterói

Figura 6.1 - Quadro apresentando os nomes fictícios e perfil dos entrevistados

6.2.2 Resultados e discussão

Foram entrevistados 26 atores e as entrevistas transcritas em um caderno de 110 páginas. A análise das suas percepções sobre o PESET foi organizada nas três esferas de Institucionalização de uma UC (Figura 3.1).

6.2.2.1 A esfera Territorial do PESET: as práticas sociais configurando o espaço físico e conceitual

O PESET foi criado em 1991 sob os auspícios de uma grande mobilização de grupos sociais locais e supra locais, ambientalistas que individualmente ou com a constituição de ONGs e Associações de moradores, atuaram técnica e politicamente para que a região do Maciço da Serra da Tiririca fosse conservada, pela constituição de um Parque Estadual. Porém alguns erros cometidos acabaram por criar problemas para a institucionalização desse, uma vez que a percepção das pessoas sobre esse processo ficou marcada por imagens positivas e negativas. Assim, **“A criação do PEST é paradoxal. Ela é ao mesmo tempo auspiciosa, por ser fruto da mobilização popular, e aviltante, por conta da incompetência do poder público em efetivamente implantá-la e geri-la.”** (João, grifos meus).

Nesse sentido, cabe aqui avaliar a percepção sobre a história do PESET e da Serra da Tiririca. Apenas três atores, Paula, Renam e Flávio relacionaram a história do Parque com o processo de ocupação da região. A primeira demarcando bem o início do processo de criação do Parque, quando começa também a sua história pessoal de relacionamento com a UC, já que em 1992 ela muda para as suas adjacências e começa a aplicar ativamente seus conhecimentos técnicos em botânica. Marca também uma das principais motivações da mobilização popular - a ação da especulação imobiliária. O segundo é membro da Associação dos sitiantes da Serra da Tiririca (ASSET), tendo nascido no local e descendente dos primeiros ocupantes da Fazenda do Engenho do Mato e o terceiro, biólogo, atua ou atuou como chefe do Parque e enfatiza a sua relação afetiva com o lugar. Assim, uma relação mais emocional com o lugar das referências pessoais teria permitido uma avaliação mais aprofundada da história do PESET, bem como incentivado uma maior atuação política desses atores (TUAN, 1980, 1983). Interessante notar também que essa história pessoal começa em um dos sítios da reforma agrária na região do Engenho do Mato (grifos meus):

...A história da Serra quanto à ocupação, ela é bem antiga. As antigas fazendas que existiam na área tanto do lado de Maricá como do lado de Niterói, e a história sempre envolvida da especulação imobiliária... Mas a história do Parque em si, ela começa com o movimento ambientalista, com pessoas que se importavam com a conservação... e se juntaram para propor a criação de uma unidade de conservação... (Paula)

Contar a história do PEST é contar a história da comunidade da Serra da Tiririca. A comunidade residente hoje dentro do Parque, em sua maioria, são descendentes de pescadores tradicionais, colonos, ex-trabalhadores da Fazenda Engenho do Mato, pequenos agricultores, ou seja, descendem deste povo que outrora povoou a Tiririca. (Renam)

A primeira notícia que se tem sobre o Parque Estadual, está na literatura, é Darwin falando de uma viagem quando estava aqui no Brasil,... Aí eu conheci o Jorge Antonio, falei o que eu estava fazendo e ele falou: olha tem um lugar que nem as cobras respeitam as trilhas, eu vou te levar lá. Um belo dia ele me levou, foi num sítio da reforma agrária na Serra da Tiririca, foi aí que eu conheci, então começa para mim a história de Serra....Olha, o Parque para mim é muito importante, faz parte da minha história pessoal, eu tenho um grande amor por ele. (Flávio)

Os demais atores contam a história do PESET a partir da mobilização popular pela sua criação, evidenciando uma gradação do maior conhecimento, daqueles que participaram mais ativamente pela criação ou defesa da UC (como Andréia, Breno, Hélio, João, Mário, Otto e Sandro), até o desconhecimento sobre a história do Parque, demonstrado primordialmente pelas falas de visitantes e usuários, aqui exemplificadas pela fala de Yan: “Não sei contar a história do PESET, pois a única informação que tive que a serra tinha virado parque. Sem detalhes...”

Então, na perspectiva dos próprios membros do movimento ambientalista, pontua-se a mobilização popular nos seus primórdios (1986) com o CNES – Clube de Conservação da Natureza e Exploração Suçuarana que realizavam caminhadas e excursões com práticas de Educação Ambiental orientadas pelo biólogo Jorge Antônio Lourenço Pontes, seguido pela formação em 1989 da Frente de Defesa da Serra da Tiririca, coalização de dezenas de ONGs ambientalistas e associações comunitárias (SIMON, 2003; VALLEJO, 2005) e o Movimento Cidadania Ecológica (MCE), que atuou mais tecnicamente com a elaboração do projeto de criação do PESET, encaminhado à Câmara Estadual pelo então Deputado, Carlos Minc. Além disso, esse último era presidido por Axel Grael, que alcança a presidência do Instituto Estadual de Florestas durante o Governo de Leonel Brizola. Além desses nomes, também são recorrentemente citados os nomes de Werther Holzer, atual professor da Universidade Federal Fluminense e Cláudio Martins, fundador do Movimento Ecológico de Itaipuaçu, Alba Simon, atual diretora de Conservação da Natureza do IEF, Laura França, a segunda administradora do

PESET e também membro do MCE, Paulo Bidegain, ex vice presidente do IEF (no governo de Sérgio Cabral Filho, até 2007) e João Batista Petersen Mendes, ex Curador de Justiça do Meio Ambiente e do Patrimônio comunitário, que atuou em defesa do PESET, no campo jurídico.

Seguindo ainda como referência a primeira fala do João, a conjuntura social era auspiciosa, pois, pessoas certas estavam nos lugares certos. Além disso, a mobilização em torno da criação do Parque também pode ser configurada como uma reação à atuação de interesses imobiliários especulativos e degradadores.

Empresas imobiliárias como a Terrabraz atuavam na área do bairro do Engenho do Mato desde a década de 1930 com a formação de loteamentos, parcialmente desapropriados em um plano de reforma agrária de 1962. Em 1945, a Companhia de Desenvolvimento Territorial cria o loteamento Cidade Balneária de Itaipu com lotes sobre o sistema lagunar e registros arqueológicos de sambaquis da Duna Grande e Pequena. A VEPLAN, a partir de 1970, altera drasticamente o regime hidráulico das Lagoas da região com dragagem, aterros e canais e fixação da barra da Lagoa de Itaipu. Porém, a partir de 1987 a empresa imobiliária Ubá tenta parcelar uma área do Córrego dos Colibris, agindo fraudulentamente para obter a licença de desmatamento. Essa tentativa de parcelamento acaba por promover a mobilização popular e o Procurador João Batista Petersen impetra uma Ação Civil Pública, a primeira no Brasil, contra a loteadora e a Prefeitura Municipal de Niterói (GRAEL et al., 1995; MONTEIRO DE BARROS et al., 2003; SIMON, 2001).

Surge então a proposta de criação do PESET. Essa encontrou um ambiente político favorável, devido aos preparativos da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Rio 92, que suscitou a formação de grupos ambientalistas (também organizados como reação a especulação imobiliária) e também o oportunismo político, que acelerou a tramitação do projeto de criação do PESET na Assembléia Legislativa. A ocupação de postos na administração ambiental do Estado, por membros desse movimento, também foi muito importante nesse processo. Podem-se identificar então aspectos locais e supralocais que captaram o imaginário desse movimento (grifos meus):

O aumento crescente de conhecimento da região levou os seus integrantes a divulgar a necessidade de preservar a região, que estava seriamente ameaçada por loteamentos e por atividades que degradavam o ambiente... Anteriormente, um grupo de moradores promoveu uma ação civil contra uma imobiliária, impedindo que uma porção da floresta fosse destruída para dar lugar a um novo condomínio, visto que a área estava grafada em plantas como uma Reserva Florestal. (Mário)

...eu acho que o Parque é fruto, da Rio 92. Das mudanças que ocorreram no país, das mudanças que ocorreram no mundo ambientalista, na força que o movimento ambientalista adquiriu, e, sobretudo na discussão que o movimento ambientalista começou a levar sobre o caráter público do meio ambiente. O Parque é desta época... com pessoas certas no lugar certo, ativistas de uma pauta mundial... um grupo afinado com esta discussão... as lagoas foram o primeiro sinal. A situação das lagoas de Itaipu, de Piratininga era o sinal de que aquele modelo de desenvolvimento escolhido para aquela região era um modelo falido e que ia liquidar com os recursos naturais aliados a discussão da privatização que eram as grandes empreiteiras... Como ele veio de baixo para cima, ele é de um apelo popular, ele vem de uma época em que a administração pública era de cima para baixo. Quer dizer, a cultura da participação, a cultura da democracia é recente. (Andréia)

...tendo em vista a oportunidade, logo captada pelos políticos, de se apresentar um belo cartão de visitas, (aos Conferencistas da Rio 92) estando os homens públicos destacados na vitrine verde. Assim, com facilidade, o Parque foi aprovado tanto no legislativo quanto no executivo. Afinal, para derrubar fronteiras burocráticas a vontade política é eficiente, quando há contrapartida de contexto favorável e conseqüente aprovação da mídia e dos eleitores. (Hélio)

Mas, voltando à fala inicial de João, que expressa um pensamento do movimento ambientalista local, a atuação ineficiente do IEF, como representante do poder público na administração do Parque, amplifica a imagem de parque de papel. Essa percepção negativa sendo principalmente catalisada pelo longo período (16 anos) de indefinição dos limites definitivos do PESET (grifos meus).

Mas é um Parque que já nasceu errado, sem os limites definidos o que saiu foi uma área de estudo na lei de 1991... isso gerou uma confusão muito grande, porque nesses meses não foi estabelecido o limite... o parque tem muitos problemas, e que hoje chegou a culminar num redesenho desse parque que está a princípio agarrado porque não sabe se pode sair por lei ou por decreto.” (Cláudio)

Quando você tem um Parque que a sociedade pede e você tem uma instituição que não pratica a participação, que não se abre para a sociedade. Como é hoje o poder público? O poder público não sabe trabalhar a participação, ele tem um problema com isso, participação é uma coisa muito difícil, as cabeças, a cultura. Esse Parque, inclusive não teve em nenhum momento a participação do governo, o Estado administra um Parque que veio de presente, que a sociedade pede, eu acho que ele não começou errado ele começou diferente e enfrentou problemas por ser um Parque diferente... a gente não tem articulação institucional, a gente está pegando uma administração passada que isolou o IEF da pauta nacional, da pauta estadual, este passivo foi deixado... (Andréia)

O Parque foi criado em 1991, porém sem os limites definidos. Somente em 1993 os limites da área de estudos para a demarcação do perímetro definitivo são instituídos como zona provisória de uso especial (SARDO, 2007). Para tal constituiu-se uma Comissão Pró Parque Estadual da Serra da Tiririca, que, no entanto, não alcançou o objetivo de uma definição democrática desses limites. Em 1999, o IEF se mobiliza para compor uma segunda Comissão, que é estabelecida sob protestos de manipulação e falta de transparência (VALLEJO, 2005). Em

2001 os seus trabalhos são encerrados e a proposta de novos limites é aprovada. Somente em 2006 o projeto de lei dos novos limites, baseado no parecer da segunda Comissão, é apresentado na ALERJ pelo Deputado Adroaldo Peixoto Garani. Porém a sanção do mesmo somente se dá em setembro de 2007, depois de muita discussão, em que foram retiradas áreas de loteamentos e inclusão de emendas para assegurar direitos das populações tradicionais que ficaram dentro do Parque. Esse lado da história também catalisou a imagem de conflito do Parque, como nos diz Breno: “...a pior coisa que aconteceu neste tempo todo, e que **acirrou o conflito** foi não ter implantado o Parque... ter levado mais de 10 anos para demarcar, isso é um erro que o IEF cometeu e que agora está pagando o preço.” Essa imagem relacionada primordialmente à demora do IEF em demarcar definitivamente o parque frente aos interesses da especulação imobiliária e os movimentos políticos relacionados.

A Diretoria do IEF precisa estar mais atuante na articulação política contra a liberação de áreas de floresta para a especulação imobiliária, como determina o PL 3238/06, que define os limites definitivos do Parque... O autor da Lei que criou o Parque não pode aceitar as negociatas feitas atualmente na ALERJ, trocando biodiversidade e diversidade cultural por moeda política... O Parque vive hoje um momento crítico... a Serra da Tiririca convive com um avassalador processo de urbanização descontrolada, sem planejamento. Áreas de entorno sendo adensadas, asfaltadas, impermeabilizadas, rios e córregos que têm suas nascentes na serra e drenam para a Lagoa de Itaipu sendo poluídos... Além dos inúmeros problemas no entorno, há grilagem de terras públicas e ocupações ilegais no perímetro do Parque, o que corre risco de ser oficializado com o apoio do legislativo e do executivo estadual... (Hélio)

O Parque hoje infelizmente passa por diversos conflitos... fico triste pelo que sinto que vai ocorrer no entorno com a liberação das áreas. Sabendo da ganância e do poder da especulação imobiliária em nossa cidade... Esta semana, semana da 1ª votação do PL 3238/06 na ALERJ, foi vendido um “terreno” aqui perto da minha rua, que estava há alguns dias com uma placa da Patrimóvel, este “terreno”, que nem é em um lugar tão valorizado, e que está dentro do limite de 1993 e tinha uma parte de mata se regenerando, foi comprado por R\$ 50.000... É o que faz a nova delimitação, retira lotes e invasões concretizadas depois de 1993 dos limites do Parque, ora, quanto às construções concordo que não há mesmo muito que fazer, mas quanto aos lotes ainda não construídos, onde a mata insiste em crescer apesar da ação de alguns capangas da especulação, é um crime liberar construções.... Mas a injustiça não termina por aí, em troca destes lotes, anexaram ao PEST uma importante comunidade tradicional predominantemente de pescadores, do Morro das Andorinhas, local já preservado por eles e tombado pelo patrimônio estadual, onde agora essa comunidade passa também a correr o risco de ser desapropriada. Muita luta ainda está por vir, com certeza este não é o fim da história. (Renam)

Essa questão dos limites tornou-se tão simbólica que o próprio IEF ainda a trata de forma tangencial e contraditória. Em seu sítio da internet (INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, 2008), acessado em 11 de dezembro de 2007, nas informações sobre o PESET, esses limites são considerados como área potencial de 2400 ha. No mesmo site a notícia sob a manchete “Parque

da Tiririca tem limites definidos pela ALERJ”, de 16 de agosto de 2007, afirma que segundo a proposta aprovada, a área do parque foi reduzida em 5,3%, passando de 2.195 hectares para 2.077 hectares com a aprovação dos limites definitivos, estabelecidos pela lei nº 5.079 de 03 de setembro de 2007 (RIO DE JANEIRO, 2007). Considerando a área atual de 2.077 ha (sem a recente inclusão da orla da Lagoa de Itaipu no Parque), verifica-se uma questão que é mais semântica do que territorial. Ora, se não considerarmos o Morro das Andorinhas (que possui 100,4 ha, não computados nos limites em estudo), que foram incluídos nos limites definitivos, a perda em relação à área original proposta pelo decreto de 1993 (considerando que essa era mesmo de 2.195 ha) chega a 218,4 ha (quase 10%). Se considerarmos que os limites em estudo abrangiam uma área de 2.400 ha, a perda para os loteamento e condomínios no entorno do PESET chega a 423,4 ha (representando aproximadamente 17 % de redução em relação à área provisória de 1993). Além disso, no sítio oficial do PESET, o tosco mapa apresentado não inclui o “Morro das Andorinhas” (Figura 6.2). Essa observação traz um grande simbolismo sobre o território do Parque, mais ligado às suas relações com a sociedade, do que com argumentos biológicos. A anexação desse fragmento florestal representou uma vitória do movimento ambientalista, apesar desse ser pequeno e fracamente conectado ao PESET. Porém essa conquista foi “diluída” pelas retirada de áreas na decretação dos limites definitivos.

Recentemente, o Conselho Comunitário da Região Oceânica (CCRON) aliou-se ao IEF para viabilizar a proposta de anexação de áreas do entorno da Lagoa de Itaipu, incluindo alguns sítios arqueológicos, ao Parque. O processo tramitou rápido e foi sancionado em 16 de abril de 2008 pela assinatura do Decreto Estadual nº 41.266 (RIO DE JANEIRO, 2008). Assim, um fragmento de 181 ha é acrescido ao PESET. Porém duas empresas imobiliárias, as construtoras, Pinto de Almeida e a Soter Engenharia protocolaram um documento no Instituto Estadual de Florestas pedindo a revogação do Decreto. O advogado da empresa alega a inconstitucionalidade do mesmo, argumentando que (ALENCAR, 2008a. Grifos meus): “O Parque da Serra da Tiririca **teve seus limites definitivos decretados há mais de dez anos**. Não faz o menor sentido estenderem o Parque até a praia de Itaipu. A Pinto de Almeida é a grande prejudicada nessa história. **Temos projetos aprovados pela prefeitura.**” (p.19). Esse é um exemplo claro da atuação da especulação imobiliária na região. A disputa por essas áreas é longa. Uma sentença de 7 de agosto de 2006, resultante de uma ação movida pelo Ministério Público Federal já proibia a

Prefeitura de Niterói de emitir licenças para imóveis novos dentro de uma faixa de 30 metros ao redor da Lagoa, porém essa sentença foi anulada dia 10 de julho de 2008 (ALENCAR, 2008b).



Figura 6.2 - Mapa do PESET O Morro das Andorinhas está ausente, como indicado pela seta. (PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA, 2008).

Voltando as considerações sobre a administração do IEF, os pontos nodais destacados são a total falta de estrutura no órgão; a burocracia que emperra as ações e falta de planejamento e articulação das mesmas; denúncias de politicagem e falta de uma política para as UCs sob a sua jurisdição. Além disso, a cultura da administração Estadual era pouco afeita a estimular a participação popular. Assim, a parca ação fiscalizadora nos frágeis limites do Parque foi percebida como retaliação, pelas comunidades mais pobres e não incluídas nas discussões sobre a sua criação:

Diante desse cenário, adverso a partir do primeiro momento, o IEF/RJ, desaparelhado técnica e operacionalmente, ganhou mais uma Unidade de Conservação sem corpo técnico, sem fiscalização, sem uma sede sequer, como a maioria das áreas protegidas sob sua jurisdição, algumas detentoras do instrumento legal há décadas... (Hélio)

...Se quiser estudar muito, pode estudar 100 anos que não vai chegar a uma conclusão, porque são coisas irreconciliáveis, vai prejudicar alguém, vai ter que tender para um lado... o IEF como é um órgão fraco não tem corpo técnico próprio, com

pessoal todo herdado de outras, outros órgãos governamentais do Estado não tem uma coisa forte,... O IEF continua sendo um saco de gato... (Flávio)

...eu acho que o central do IEF é uma cabeça grande e que dá muito pouco para a área de operação, eu acho que isso é o defeito de tudo quase que é público.... se você perguntar o que é o Instituto Estadual de Florestas as pessoas não sabem... Então hoje não é a Instituição que é conhecida, nós somos conhecidos aqui, se tiver que alguém ligar ligam até pra minha casa... (Eva)

Creio que o formato estatal para a administração de UC, assim como o formato estatal como um todo, onde proliferam os cargos comissionados, as indicações de amigos, e coisas do gênero, são determinantes para o insucesso de determinados órgãos. Em função de algumas destas nomeações arbitrárias para o órgão, muitas vezes fomos vítimas de pessoas totalmente despreparadas para lidar com o PESET e outras totalmente preparadas para atuar de maneira a oprimir e cumprir o papel imposto por alguém (Estado? Especulação imobiliária?), de discriminar e criminalizar as comunidades... Na última eleição estatal, no loteamento Terrabraz, antigo sítio dos Neiva, o IEF se "uniu" com a entidade que lá foi criada e que tem um projeto de "condomínio ecológico", para fazer campanha para os candidatos do governo Estadual (PMDB), e passou a oprimir quem assim não se comportou. (Renam)

Importante lembrar também, a tentativa, ou o discurso de gestores do IEF, de se criar o conselho consultivo da Tiririca. Em reuniões incendiárias, discutiu-se desde abobrinhas até questões cruciais do parque. E apesar dos ânimos exaltados, o embate democrático tornou ainda mais flagrante o interesse e o engajamento de muitos de seus principais atores sociais. Porém, isso de alguma forma incomodou aqueles gestores, que prontamente trataram de apagar arbitrariamente o incêndio e postergar por mais alguns anos a escolha dos membros do conselho... Sitiantes e comunidade tradicional ficaram de fora, eles que foram os maiores defensores do patrimônio ambiental contra a invasão de grileiros e grandes empresas imobiliárias, durante o regime militar. Passados mais de 15 anos de sua criação, o PEST ainda engatinha e não tem seus limites demarcados. Nem com a força da lei... (João)

Segundo Sandro: "O maior problema a ser equacionado refere-se à pressão urbana, ao crescimento desordenado registrado nos dois municípios, Niterói e Maricá. Isso determina a necessidade de integração do IEF com as administrações municipais."

Assim é identificado um outro problema na administração do PESET que foge ao escopo direto do seu administrador e refere-se mais à necessidade de uma política ambiental para o Estado. Os conflitos em diferentes esferas do poder foram principalmente relacionados com as Prefeituras de Niterói e Maricá, criticadas de maneira semelhante à própria administração central:

Toda vez que o prefeito vai fazer um plano diretor seja em Maricá ou Niterói exclui o Parque, o coloca sempre como programa. Como é que o prefeito vê este Parque? Um Parque que não arrecada IPTU, só serve para dizer não aos licenciamentos que ele tanto quer, ele não diz nada. (Andréia)

Outro fato relacionado com a precariedade administrativa do IEF foi um efeito oscilante sobre a gestão. Como nos exemplos dados, os altos sendo representados por períodos de maior

eficiência e principalmente relacionados com a presença de pessoas do movimento ambientalista, em postos da administração estadual.

Desde que o PESET foi decretado, seu órgão gestor, o IEF-RJ passou por várias administrações, ao sabor deste ou daquele partido político. Em cada governo que se sucedeu a atenção ficava voltada para a indicação do diretor do parque. E, complementando, para a fiscalização, e a tão sonhada delimitação. (Nélio)

Ao assumir a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, procurei resgatar essa dívida sócio-ambiental, buscando recursos para viabilizar uma infra-estrutura para as Unidades de Conservação Estaduais... Nossa equipe era composta por vários ambientalistas, sendo três diretamente comprometidos com a causa da Serra da Tiririca, fundadores do Movimento Cidadania Ecológica: - Axel Graef, Laura França e Paulo Bidegain. (Sandro)

No âmbito local da administração do PESET, os gestores tiveram que se adaptar, cada um ao seu modo, a essa precariedade institucional. Dessa maneira, alguns conseguiram construir “parcerias”, pequena ajuda de pessoas e entidades, muitas, ainda remanescentes da mobilização popular que criara o PESET, outros não apresentavam esse perfil agregador e houve problemas com as comunidades dentro e do entorno.

Não se conquista isso apenas com utopias, com uma boa idéia na cabeça e a boa vontade de algumas pessoas. Isso penalizou o primeiro administrador, a segunda, o terceiro... Nos cinco primeiros anos, o Parque só contava com a figura do administrador e com incursões esporádicas da patrulha de fiscalização da sede do Instituto.... Assim, foi importante buscar parcerias diversas... Num primeiro momento, a Secretaria da Região Oceânica da Prefeitura Municipal de Niterói nos cedeu uma mesa em sua sede, para que a administração estivesse mais perto do Parque. Essa parceria durou poucos meses, em face da pressão de alguns políticos locais, que passaram a sugerir liberação de empreendimentos na área do Parque, como se o empréstimo de uma mesa vinculasse, ou sujeitasse, o administrador aos arranjos de bastidores... (Hélio)

O resultado geral, no entanto foi essa visão geral de abandono do IEF e a percepção dos atores do movimento ambientalista de ligações escusas desse órgão e principalmente das Prefeituras, com a especulação imobiliária, como destacado por Simon (2001).

...o Petersen cansou, tinha uma área ali atrás do bairro Peixoto que inclusive eles lotearam... aquilo ali estava escrito na planta Reserva Florestal, eram aquelas plantas naquela tela, foram lá, passaram a gilete em cima, mas só que aquilo fica marcado e colocaram Reserva Rural, quê que é Reserva Rural aonde é que existe esta instituição no Brasil, não existe, só que as escrituras das pessoas que tinham comprado lote ali limitrofe com Reserva Florestal diziam fundos com Reserva Florestal. (Mário)

No entanto, esses mesmos atores têm dificuldade em apontar os erros cometidos pelo próprio movimento, que também pavimentou a imagem de conflito ligada ao Parque (SIMON, 2003). Como destacado, a história de sua institucionalização é bem conhecida pelos atores que participaram diretamente da mobilização ambientalista, ou foram envolvidos nesse processo por estarem dentro dos limites propostos para o PESET. Os demais não a conhecem, indicando que o

movimento não foi tão abrangente assim, apesar do slogan de que o parque foi criado com ampla participação popular. Essa também não conseguiu estimular uma discussão democrática sobre a definição desses limites, como era pretendido. Esse fato, aliado às dificuldades administrativas do IEF, mas também à pulverização do movimento ambientalista (enfraquecido devido às divergências internas, principalmente estimuladas pela transformação do PESET em uma plataforma política visando interesses privados), acaba por dar espaço à ação da especulação imobiliária (VALLEJO, 2005). O movimento, bem como o órgão gestor, passa a serem vistos com total desconfiança pela população não incluída nessa discussão que, porém, tinha interesse nela. Como observado na fala de Renam: “Portanto a história do PEST não começou em 1991 como afirmam alguns ambientalistas desinformados ou mesmo mal intencionados.”

...é certamente uma história cheia de boas intenções por parte do governo. A instituição do PEST teve a marca da participação; sua implantação foi prevista sob uma plataforma participativa. A implementação, entretanto, ficou permeada pela política e interesses não necessariamente conservacionistas. Excetuando-se a atuação de várias entidades ambientalistas (ou não), que provocou a presença do PEST na mídia permanentemente, a atuação pública deixou a desejar. (Nélio)

Outro ponto a ser destacado é que o conhecimento histórico sobre o Parque e a região na qual está inserido pode interagir sinergeticamente com as relações afetivas com o lugar, o que está sendo negligenciado agora, como indicado pelo total desconhecimento de usuários e visitantes sobre o PESET. Além disso, se esse resgate histórico não é feito, o que aparece é a imagem dos conflitos.

É engraçado, eu comecei a trabalhar no Parque, mas sem saber muito bem a história, qual foi a origem do Parque, para falar a verdade eu não conheço muito a história do Parque não, como se deu a implantação, porque. O que eu conheço mais da história do Parque é a história recente. Que é uma história de conflitos...

Interessante notar também, que na visão dos proprietários mais abastados de imóveis e dos representantes das comunidades mais pobres, essa história é distorcida para um conflito entre classes sociais, cada qual situado em um extremo:

...ele foi criado por decreto do Sr. Leonel Brizola que era um populista e desapropriou terras de uma empresa chamada Terrabras que era do Sr. Bezerra que está vivo até hoje, e o Brizola deu uma “canetada”... O Parque não tinha esse tamanho todo, era especificamente no Vai e Vem onde é a parte da Terrabras, a desapropriação pegou e mais tarde o advogado desta empresa Luiz Orlando Marins Gurgel que é o nome desta Avenida Beiramar e era morador aqui de Itacoatiara... ele conseguiu ganhar na justiça e recebeu uma indenização de 25 milhões de reais por essas terras desapropriadas. Bom, não foi feito absolutamente nada e, posteriormente outro Decreto foi assinado criando o Parque da Tiririca com dimensões maiores, sem estudar, sem nada. Era muito fácil para o governo estadual criar uma Área de Estudo para fazer um Parque Estadual não respeitando o direito de propriedade das pessoas que conseguiram comprar e não

podiam dispor do bem adquirido para fazer um projeto de vida e tiveram seus direitos extirpados, ou seja, não podiam nada.... (Xisto)

As atuações e autuações do IEF até hoje, em sua imensa maioria, atenderam a critérios de classe e não simplesmente a critérios de proteção ambientais e culturais, como deveria ser. A maioria das multas aplicadas, e algumas casas que foram demolidas no entorno, obedeceram a critérios duvidosos, pois em relação às mansões nada foi feito. (Renam)

Renam refere-se especificamente às mansões construídas na vertente do Morro das Andorinhas voltado para Itacoatiara. Esse local provavelmente tornar-se-á um novo símbolo dessas tensões sócio-ambientais relacionadas ao PESET, pois na outra face do Morro encontram-se moradias de pescadores de Itaipu. Os problemas históricos relacionados ao Loteamento Jardim Fazendinha, desmembrado da antiga Fazenda do Engenho do Mato também foram realçados pelos eventos relacionados à tramitação do Projeto de Lei dos limites definitivos do Parque, pois, áreas do Parque presentes nos “limites em estudo” e que faziam parte dessa Fazenda, não foram incluídas no seu perímetro definitivo.

No entanto, há a percepção de melhorias na administração do PESET, principalmente relacionadas, no âmbito local, com a construção da sede de Marica e a sede no Bairro de Itacoatiara, além do Núcleo de Prevenção a Incêndios Florestais (NUPIF) e aquisição de novos veículos. Também é destacado o “pró-ativismo” da equipe do Parque. O administrador Nestor Prado Junior foi bastante elogiado. A visão de uma tentativa de diálogo com as comunidades mais pobres também foi percebida na gestão atual.

Bom, o parque melhorou bastante, hoje temos bastante: nós temos sede, sub-sede, 5 veículos, 14 funcionários, equipamentos diversos. Então, o único problema dos carros é a questão do combustível, mas em relação a infra-estrutura em geral, em relação ao histórico do parque...Nós temos 5 guardiões e um núcleo de incêndio florestais no principal ponto da entrada do uso público do Parque, que é a entrada por Itacoatiara. Então, com as duas sedes e com o trabalho direto e pessoal com os visitantes, e isso eu acredito que isso seja muito bem feito, já muda tudo... As pessoas têm filosofia de trabalho, elas são pró-ativas, vestem a camisa do Parque. (Cláudio)

...e isso vou dizer, o nosso trabalho é muito mais da equipe do que propriamente uma linha de planejamento, que eu acho que o planejamento tem que partir de baixo para cima que é o que eu acho que tão tentando fazer agora... a Serra da Tiririca é muito mais fiscalizada, cuidada, que a gente corre atrás, a gente vai, embora nós ainda não tenhamos a repercussão que deveríamos ter... (Eva)

Pode-se também ter como ponto positivo a construção das sedes, mas tenho dificuldade em avaliar isto pois até hoje apesar de haver este espaço físico, ele nunca serviu para nada de concreto. Como já dito, recentemente tomou posse uma nova administração que parece estar tentando abrir um dialogo melhor com as comunidades, além de parecer querer avançar na preservação e concretização de políticas benéficas para o Parque, cabe a nós esperar e tentar influenciar no que puder para que tudo dê certo. (Renam)

Como se pode perceber, o momento atual é propício para a construção de uma nova visão do Parque, tanto em sua estrutura física, quanto sobre o que ele representa para a comunidade do entorno e a sociedade em geral. Como o PESET fica próximo à região metropolitana do Rio de Janeiro, em uma área peri-urbana de Niterói, bem como tem esse caráter de um registro de luta sócio-ambiental, ganha uma relevância maior na formação de uma imagem de que os Parques podem representar uma ferramenta justa e democrática para a conservação. Dessa maneira, o Conselho Gestor deve ser o mais amplo possível, ter o caráter consultivo e deliberativo e envolver os membros das comunidades tradicionais. O que não se pode acontecer é que as demandas e precariedades ainda existentes sejam prolongadas e distorçam essa imagem:

...é mostrar o caráter público disto, este Parque não é de um grupo de ambientalistas, todas as medidas de conservação com o conceito de conservação que a gente tem hoje, elas afetam um grupo social, ou seja, sítiantes, pescadores, ou empresários, sempre afetará. O que este Parque não conseguiu, se é que aqui tem uma coisa errada é mostrar a importância, o investimento social e econômico que ele pode trazer é mostrar que ele gera renda, que ele melhora o clima, que ele melhora a água, fazer o contrário para que as pessoas pudessem brigar para que ele exista, ele tem que ter visibilidade nas políticas de Niterói e de Maricá... Eu acho que o diálogo é necessário, por isso tanto a delicadeza e critério em trazer que gestor diferente, não policialesco, não do não, não da fiscalização “mãos ao alto”. Tanto a delicadeza em trocar o perfil, porque um gestor é muita coisa.” (Andréia)

...discutir a questão da visibilidade do parque. Da administração vir a trabalhar para reverter o estigma do Parque, de ser um Parque Conflito. Ainda que existam esses conflitos, nós precisamos reverter esse erro que é a sociedade achar que o Parque é de conflito... O conselho consultivo começou a se estabelecer, mas aí houve a troca do governo, os quadros mudaram então ele vai ter que ser restabelecido. Existia um canal de diálogo e agora vai existir muito mais por conta da postura do IEF novo, e da nossa concepção, minha e do novo gestor também de que o conselho é o instrumento, é o baluarte da gestão do Parque.” (Cláudio)

...nossa ação ainda é muito policialesca porque você sem uma definição e não podendo permitir que ninguém vá construindo você chega já policiando, você não chega educando, não estamos fazendo administração de Parque, nós estamos defendendo os limites do parque por enquanto, e isso aí tem que acabar tem que chegar uma hora que tem que acabar.” (Eva)

...Daí a necessidade urgente de se promover a inserção regional do conceito de Unidade de Conservação. Poucos são os moradores que reconhecem seus benefícios diretos e indiretos... Com base nesse conceito e considerando o processo intenso de urbanização do entorno da serra da Tiririca, é importante a criação de um Conselho Gestor do Parque, de caráter consultivo e deliberativo, formado pelas diversas representações locais.” (Hélio)

Porém, quando analisamos as visões dos gestores no âmbito do IEF, percebe-se uma visão comercial da gestão de parques que pode gerar problemas locais no futuro:

Parque de terceiro mundo tem que gerar renda, tem que estar atrelado ao lazer. Se ele não tem nada para oferecer é um bando de floresta num morro cercado dizendo proibido. Então o desafio é mudar o conceito... E eu já tenho visto, o dono de uma escola ao lado da Tiririca me disse: eu prefiro ter a Tiririca Parque, do lado da minha escola do que um condomínio de luxo com um monte de casas. Quando ele disse isso eu, opa! Vamos lá. Porque a Tiririca atrai muito mais fregueses “alunos” do que um condomínio, porque os moradores do condomínio ou vão estudar nele ou em outro lugar, eu não garanto que todos deste condomínio vão estudar na minha escola, mas eu garanto que eu tenho um diferencial para vender. E ele é muito “empresário”, eu vendo a Tiririca. Quando ele falou que vendia a Tiririca para ter mais alunos eu comecei a perceber que se a gente conseguir fazer um programa de valorização, pacotes para oferecer, a gente muda a história deste Parque, a gente está caminhando para isso.” (Andréia)

...então quando o Parque estiver implantado ele vai poder gerar receita, vai poder gerar emprego. a gente tem estudos feitos em vários lugares do mundo, por exemplo, na Austrália cada dólar investido em Parque, gera 10 entorno...se está bem gerenciado, se foi bem implantado, se tem uma inserção regional adequada ele cria um efeito em cascata. Ele vai gerando emprego, as pousadas vão tendo uma taxa de ocupação maior, essa pessoa que está na pousada, frequenta o restaurante, essa pessoa do restaurante emprega o cozinheiro, e este cozinheiro compra no comércio, enfim, ele é um empreendimento tão importante como um Resort... (Breno)

Dourojeanni e Pádua (2006) são contrários à visão de autofinanciamento dos Parques, pois essa fere o princípio da responsabilidade Estatal na conservação. Recentemente, foi colocada na Internet a “página oficial do PESET” (PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA, 2008), que ainda precisa ser alimentada com informações. Nessa, a visão comercial parece estar sendo colocada em prática, pois há um ícone que revela a intenção da cobrança de tarifas para os visitantes. O PESET ainda não possui um centro de recepção de visitantes, nem sequer banheiros para o uso do público em geral (o que se faz é emprestar o banheiro da administração da sede de Itacoatiara em casos de “emergência”). Além disso, enquanto um parque peri-urbano, recebe diariamente usuários, moradores locais, que usam as trilhas para lazer e prática de esportes, bem como visitantes de menor poder aquisitivo que vêm ao parque em grupos familiares. Nesse sentido, o PESET não tem sequer infra-estrutura para atender esse uso público e a cobrança de tarifas provavelmente vai se configurar em um novo foco de tensão para a administração.

6.2.2.2 A esfera Institucional do PESET: regras e imagem mediando a inserção regional

O PESET tem uma esfera Institucional marcada por ações judiciais para comprometer o poder público com a sua efetivamente conservação, porém a indefinição dos seus limites pautou a dimensão jurídica do Parque. Como já relatado, a primeira Ação Civil pública no Brasil foi impetrada para reverter uma tentativa de parcelamento de uma área conhecida como Córrego dos

Colibris. A partir de então devido a participação de muitos atores com embasamento legal no movimento ambientalista, a sua história é permeada por ações no âmbito Jurídico. O Parque é criado pela Lei nº 1.901 de 29 de novembro de 1991, porém seus limites provisórios só foram estabelecidos pelo Decreto Estadual nº 18.598 de 19 de abril de 1993. Apenas em 14 de março de 2006 começa a tramitar o Projeto de Lei nº 3.238 do Deputado Adroaldo Peixoto Garani. Esse somente é sancionado em 3 de setembro de 2007 pela lei nº 5.079. Nesse ínterim de 16 anos essas ações judiciais tentaram instar o Governo Estadual a efetivamente delimitar e atuar na conservação do Parque (MONTEIRO DE BARROS; SATHLER; CONCEIÇÃO, 2002; RIO DE JANEIRO, 1991, 1993, 2007), conter tentativas de parcelamento do Córrego dos Colibris, tendo a Prefeitura de Niterói e empresas como réis (MONTEIRO DE BARROS et al., 2003), conter as atividades degradadoras da Saibreira Fernandes de Oliveira e da Mineradora Inoã (SIMON, 2001), entre outras. Essas ações criaram uma imagem vigilância da Sociedade em relação a conservação do Parque mas também a visão de incompetência da gestão pública: “A Ação Civil Pública Ambiental intentada pela ONG Protetores da Floresta e as medidas judiciais obtidas ao longo da ação acabou pressionando o Estado do RJ a uma agenda mínima sobre o PEST, o que melhorou sensivelmente.” (Nélio).

No final do processo de tramitação do PL nº 3.238 duas situações ficaram patentes. Uma delas relacionada às comunidades tradicionais da Serra da Tiririca, que brigaram pelos direito de permanência na área do PESET. A outra, ao loteamento Jardim Fazendinha. Com relação às populações tradicionais, dois instrumentos legais procuraram garantir o seu direito de permanência e uso em áreas do Parque. Na própria lei 5.079/07 foi estabelecido um parágrafo Único no artigo 3º, depois de muita negociação política (RIO DE JANEIRO, 2007):

Parágrafo Único – Ficam estendidos os mesmos direitos e obrigações previstas nas Leis Estaduais 2.393/1995 e 3.192/1999, às populações tradicionais residentes nas áreas retiradas dos limites de estudo estabelecidos pelo Decreto 18.598, de 01.04.1993, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 215 e os incisos I e II do artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil. (Art. 3º)

No Loteamento Jardim Fazendinha disputas fundiárias já aconteciam desde a década de 1930, quando ocorreu a venda da Fazenda do Engenho do Mato. Essas terras foram caracterizadas por Vallejo (2005) como o “alvo do maior conflito fundiário da região” (p.208), amplificado pela criação do PESET em 1991. Dessa maneira, a imagem do conflito relacionada ao parque também tem fundamentos históricos. Pois em 2006 e 2007, pressões políticas sobre os deputados conseguiram retirar os lotes do Jardim Fazendinha, muitos ainda não ocupados e com

mata em regeneração, dos limites definitivos do PESET. Isso foi percebido como uma vitória da especulação imobiliária, principalmente pelas comunidades tradicionais (Figuras 6.3, 6.4 e 6.5).

No atual mandato, em 14 de agosto, a ALERJ aprovou o PL 3238/06, determinando limites definitivos para o PEST, lei sancionada pelo Governador Sérgio Cabral, em 3 de setembro. A votação ocasionou forte mobilização comunitária e muita polêmica, tendo em vista o descarte, para loteamento, de área ainda recoberta por vegetação remanescente de Mata Atlântica. Além disso, o PL 3238/06, de autoria do ex-deputado Adroaldo Peixoto, não assegurava o direito de permanência das comunidades tradicionais da serra e do morro das Andorinhas, agora incluído no perímetro do Parque. Diante desse quadro, desfavorável aos objetivos de conservação da biodiversidade e também da diversidade cultural, ainda tão significativas e bem representadas na área do Parque, apresentei duas emendas aditivas ao projeto original. Uma delas determinava que as áreas continentais descritas seriam consideradas zona núcleo I e contempladas pelas demais zonas da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Rio de Janeiro, homologada pela UNESCO. A outra, aprovada, em parceria com o Deputado Marcelo Freixo, garante os direitos das populações tradicionais residentes na área do Parque. (Sandro)

**PELA APROVAÇÃO DA EMENDA 03 DO PL 3238/06!!!
EM DEFESA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS
DA SERRA DA TIRIRICA E MORRO DAS ANDORINHAS!!!**

■ A comunidade residente na Serra da Tiririca e no Morro das Andorinhas, em sua maioria, são trabalhadores que vem resistindo à pressão da especulação imobiliária desde sempre. Esses trabalhadores são dos poucos que resistiram a essa grande pressão que fez expandir enormemente a Região Oceânica de Niterói.

Os sitiantes tradicionais da Serra da Tiririca, por defenderem suas terras de invasores e grileiros, vêm sofrendo muito nos últimos tempos, muitos deles, no passado, não resistiram e tiveram suas terras covardemente esbulhadas pelo capital imobiliário, os que resistiram se encontram lutando até hoje sem sossego.

No Engenho do Mato, por exemplo, temos os sitiantes descendentes dos colonos da Fazenda do Engenho do Mato, estes herdaram os sítios que seus pais e avós ganharam na primeira Reforma Agrária feita no Brasil, além de existir também na Serra descendentes de escravos, caiçaras, e pequenos agricultores, que historicamente mantém vínculos com a região.

No Morro das Andorinhas a comunidade tradicional caiçara já há décadas é comprometida com um meio ambiente preservado e segue lutando para mantê-lo desta forma. Por viver dentro de um local protegido e inclusive tombado pelo patrimônio histórico também já sofreu inúmeras perseguições ao longo da história e resistiu bravamente.

A Serra da Tiririca, assim como o Morro das Andorinhas, como sabem foi transformada em Parque Estadual, o que quer dizer que a Serra é uma Unidade de Conservação e, portanto tem que ser preservada. As comunidades não se posicionam contra o Parque Estadual, porém lutam para permanecer em suas terras, onde a grande maioria nasceu, cresceu e pretende ficar pelo resto de suas vidas.

No entanto, famílias de trabalhadores que foram e são tão importantes para a preservação e história daquele lugar, agora correm o risco de serem expulsos e terem que ir para outro local. Estas famílias defendem o Meio Ambiente, querem a preservação, já provaram isso no decorrer de suas trajetórias. Portanto, não querem sair do local pelo qual lutaram e ajudaram a ser o que é hoje. Tanto no Morro das Andorinhas quanto na Tiririca a comunidade não quer sair e pretende lutar o quanto necessário para permanecer.

Por estes motivos as comunidades tradicionais pedem a todas e todos, em especial aos Deputados Estaduais, que apoiem a emenda de número 03 (PL 3238/06), que busca garantir a permanência da comunidade tradicional residente no PEST e obteve recentemente parecer contrário da CCJ. A não aprovação desta emenda é uma agressão á história de luta e preservação dos moradores. Somente com a permanência das comunidades a memória do Parque será preservada, bem como os conhecimentos tradicionais tão importantes para a preservação do meio ambiente.

VOTAÇÃO DA EMENDA NA ALERJ - DIA 14/08, TERÇA FEIRA, 16hs

ASSET- Associação dos Sitiantes Tradicionais da Serra da Tiririca e Amigos
ACOTMA- Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas
ACOTEM- Associação das Comunidades Tradicionais do Engenho do Mato
AMADA Associação de Moradores e Amigos do Morro das Andorinhas
ALPAPI Associação Livre dos Pescadores da Praia de Itaipu
CCOB Conselho Comunitário da Orla da Baía
A.S Associação Socialista
Mandato do Vereador Paulo Eduardo Gomes PSOL/Niterói
Mandato do Vereador Leonardo Giordano PT/Niterói
Mandato do Vereador Renatinho PSOL/Niterói

Figura 6.3 – Folder do movimento popular trazendo impressões sobre a tramitação do Projeto de limites definitivos do PESET

DIMINUIÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA (PEST) É SANCIONADA SEM CRITÉRIOS PARA DELEITE DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA!

A diminuição do PEST criticada há tempos por parte do movimento social e popular de Niterói e Maricá, que traz inúmeras perdas ambientais, agravadas ainda mais pelas emendas aprovadas na ALE RJ, será sancionada pelo Governador Sergio Cabral no dia 03/07 às 14 horas no 4º Grupamento Marítimo. Desde que surgiu, como proposta da Comissão Pró-Parque, esta nova demarcação que se transformou no PL 3238/06, foi denunciada como uma agressão ao meio ambiente. A única emenda apresentada que poderia amenizar os danos à Mata Atlântica do entorno do PEST, recebeu parecer contrário da CCJ e foi rejeitada no plenário da ALE RJ.

Ao contrário do que se tem noticiado na imprensa, a diminuição do PEST não é apenas feita a partir das emendas aprovadas e da fraude realizada. Esta é somente uma nova maquiagem que se tenta fazer à proposta. Em relação aos limites anteriormente propostos, a diminuição vai além e retira praticamente TODOS os possíveis "lotes" do entorno da Serra da Tiririca sem respeitar nenhum critério que leve em conta a fauna e a flora do local. A perda relacionada com o Decreto de 1993 é de mais de 103 hectares e exclui dezenas de áreas que restaram preservadas durante décadas e que agora se tornaram alvo preferencial da especulação imobiliária.

Diante desta agressão ao meio ambiente é preciso que todos os movimentos se unam na defesa da Serra da Tiririca. Esta luta, ao contrário do que se tenta passar, não terminou. Devemos seguir na luta contra a destruição deste patrimônio tão importante para o nosso Estado.

MOVIMENTO DE LUTA PELA SERRA DA TIRIRICA
movimento_tiririca@yahoo.com.br

Figura 6.5 - Folder do movimento popular trazendo impressões sobre a aprovação do Projeto de limites definitivos do PESET

Assim o Parque também é associado com a corrupção e disputas políticas que aconteceram dentro do movimento ambientalista:

...era um negócio muito complicado, eu recusei quando fui administrador, grandes vantagens econômicas para fazer coisas ilícitas...Um condomínio... que queriam fazer no Córrego dos Colibris, eram 70 lotes eu vi a planta, eles ofereceram um lote para mim e uma sede para a Ong, um lote naquela época deveria valer cem mil, hoje em dia sei lá um trezentos mil, sendo que eram 70, eram um condomínio de 3 milhões... mas na minha época o pessoal só fazia caixinha. (Flávio)

Nesse mesmo cenário e com as mesmas motivações políticas, indivíduos e grupos criaram ONGs ambientalistas, pleiteando e disputando constantemente a paternidade do Parque. Em busca da vitrine, atuaram sem ética, sem compromisso sequer com a causa, partindo para um confronto sem qualquer retorno eficaz para a própria luta. No contexto da disputa por espaço político a causa se perdeu, pela ausência de propostas e de alternativas concretas para se resolver os problemas originários da falta de estrutura do próprio órgão gestor, o IEF/RJ... Na verdade, como militantes ambientalistas, tínhamos pouca experiência de órgãos públicos, dos entraves burocráticos e seus prazos perdidos e das inúmeras dificuldades geradas pela falta de vontade política evidenciada depois da encenação do fato para a mídia internacional e nacional... Nessa fase atual, há inúmeros interesses de agentes da especulação imobiliária sendo atendidos, com o apoio promíscuo de políticos. Vale lembrar que essa causa sempre rendeu vitrine, e que seus reais interesses acabam em exposição... há grilagem de terras públicas e ocupações ilegais no perímetro do Parque, o que corre risco de ser oficializado com o apoio do legislativo e do executivo estadual, com a omissão do Secretário Carlos Minc. Além, é claro, de contarem com a participação direta das administrações municipais de Niterói e Maricá, que nunca absorveram a criação do Parque como uma boa iniciativa, porque contraria os interesses imediatistas dos especuladores imobiliários e dos administradores públicos que só visualizam um maior número de unidades residenciais pagando IPTU. Nossos políticos ainda não absorveram, sequer compreenderam, o valor da biodiversidade e da diversidade cultural associadas à conservação da Mata Atlântica. As Prefeituras sequer consideram o potencial turístico da área e a conquista do ICMS VERDE que garante mais recursos aos municípios que conservarem áreas verdes. Para enfrentar a atual realidade é fundamental a inserção regional do conceito de Unidade de Conservação e seus benefícios diretos e indiretos. (Hélio)

Como se pode perceber, a administração do PESET, além de lidar com o passivo histórico dos conflitos fundiários locais, foi permeada por disputas políticas desde sua criação. Porém esse processo de institucionalização do Parque também deixou a imagem positiva de que a sociedade efetivamente demandava e vigiava a UC. Essa imagem deve ser resgatada com ações democráticas que demonstrem o comprometimento estatal com o PESET.

6.2.2.3 A esfera Simbólica do PESET: a imagem do parque e a importância de seu manejo

Como diz Andréia, o PESET “materializa uma forma de pensar, por isso que é um conflito também, porque essa forma de pensar é conflituosa. Com todas as dificuldades, e as brigas, para mim ele simboliza vitória.”

Dessa maneira, na sua esfera simbólica o Parque representa o bom e o ruim das relações mantidas entre as pessoas e o meio ambiente. Porém enquanto um espaço institucionalizado, muito do ruim é relacionado aos problemas administrativos do IEF e de gestores menos capazes de angariar parcerias. Conseqüentemente o Estado não se fazia presente na conservação do Parque.

Porque a Tiririca era tão complicado? Porque ninguém via o Estado aqui. Tudo acontece, tudo. Ele não tinha identidade, visibilidade, não tinha estrutura física, não tinha gente, não tinha gente com cabeça de gestão, ninguém fazia gestão, era uma coisa largada... Já não institucionalizou? Então venha Estado faça a gestão, faça a tal da educação ambiental, o negócio da fiscalização, eu acho que isso está mudando, as pessoas estão vendo o IEF por aí. (Andréia)

Essas precariedades administrativas também afetaram a relação do PESET com os visitantes, principalmente relacionados à falta de informação e até mesmo como se portar dentro do Parque e situações prosaicas como a relatada por Kleber: “O portão é fechado às 18h, independente do retorno dos visitantes. Cansei de pulá-lo. Não há controle e muito menos serviço de informação ou resgate para grupos.”

Os visitantes eles não sabem. A maioria, não sabe que ali, primeiro que é uma Unidade de Conservação e também não sabem que ali é a Serra da Tiririca, porque o que se conhece da serra é aquela trilha que você faz pelo Costão e a trilha que você faz pelo Alto Mourão que esta extremamente degradada por conta da visitação intensa e sem controle. Então, as pessoas não têm idéia do que é aquela área, da importância que aquela área tem, como se portar dentro de uma área dessa, de uma Unidade de Conservação. Então é uma coisa assim, aquela coisa do brasileiro, tudo vantagem, faz o que quiser e também não quer ser orientado nesse sentido. (Paula)

Além disso, o comportamento inconveniente de alguns visitantes, apenas curiosos ou com espírito de aventura, de adrenalina pura, não transfere qualquer benefício para o ambiente. Há trilhas ainda impactadas pelo lixo, pela coleta e apreensão de exemplares da fauna e flora. Há também registros de queimadas provocadas por esse tipo de visitante. Certamente, o turismo ecológico poderá resultar em algum benefício para o Parque, sendo associado a educação ambiental, mas, apenas em áreas definidas a partir de critérios rigorosos e com controle e planejamento do órgão gestor. Ainda hoje se depara com engarrafamento de gente em algumas trilhas do Parque, infelizmente....” (Hélio)

Eu sou meio alheio quanto a isso, o meu negócio aqui é malhar, e por exemplo: estas trilhas, nesta época de verão os turistas, principalmente na época do verão, que abre caminho novo, garotada nova principalmente, excursão é isto que acaba com a trilha, com a mata, porque na parte da pedra não tem como acabar com a pedra, o negócio é a mata.... Os moradores ficam “putos” exatamente por isso por causa disso, porque os moradores sabem que são eles que degradam tudo, os moradores tem mais consciência, eles freqüentam o local, o dia a dia, eles tem mais consciência do que os turistas que vêm aqui, é tipo assim: “vou embora amanhã, é para usar mesmo”, vai embora deixa lata, deixa tudo aí, não tem a menor educação, eles não tem educação nenhuma, essa que é a verdade... Eu venho aqui para malhar, para mim é importante, mas eu já fazia isso aqui antes disso tudo aqui, entendeu? Isso tudo aqui eu procuro encarar como promessa acho que do jeito que estava não dava para continuar. Mas

antes também não tinha tanta gente aqui, quanto mais gente vier, parece que pior fica porque quem vem não dá a menor importância para isso o que falta é as pessoas a terem mais compromisso. Eu acho que agora as pessoas estão começando a entender que o planeta está acabando... (Wando)

Segundo West, Igoe e Brockington (2006) a imagem de conflito é inerente aos parques criados por políticas de cima para baixo. O PESET, porém, com decantado apelo popular, também é relacionado ao conflito. Esse passivo social pode ser relacionado ao longo período em que o Estado não assumiu as suas atribuições de conservação. O IEF não construiu uma imagem de Parque com significado social. Esse atraso também catalisou relações sócio-ambientais negativas que acabaram estimulando a imagem de: “um **Parque fortaleza**, é um Parque do tudo é proibido. As placas que nós encontramos por aí dizem: aqui é Parque, é proibido um monte de coisas, mas o que é permitido?” (Andréia); “Um **parque** estadual **sem estrutura**. Sendo um Parque, sei que a região não será destruída.” (Yan); “... Parque ainda é um **parque de papel**...” (Breno); que carrega “...o estigma... de ser um **Parque Conflito**...” (Cláudio); “...o **Parque** é uma grande **barganha imobiliária**...”(Flávio) – grifos meus.

As relações positivas são representadas pelo apelo popular para a criação do Parque, que representa um histórico de luta social e vigilância constante. Também é um parque de relações afetivas: “Minha visão pessoal é fantástica eu frequento o parque desde garoto... então para mim é um refúgio de qualidade de vida, uma terapia.” (Cláudio); “Eu acho que ele **registra uma luta**, é o registro **de uma história**” (Andréia) e de vigilância da comunidade, pois o “Parque hoje meteu a mão nele entendeu? Alguém grita...” (Breno).

Assim, essas relações positivas com as pessoas fomentam a imagem de “...uma história de sucesso...” (Breno); “...um sonho que se tornou realidade.” (Mário) e “...esperança” (Eva) pois, o PESET representa um “exercício de cidadania ecológica” (Sandro) e

O caráter público do meio ambiente, para mim ele significa exatamente isso, o simbólico dele é o caráter público do meio ambiente assegurado para todos e não para os ambientalistas, e não para os sitiante e não para os pescadores. A possibilidade do espalhamento do lazer, da conservação da biodiversidade que é o nosso patrimônio maior, mas para todos. Eu acho que ele materializa isso, essa é a minha percepção. (Andréia)

A conservação ambiental é o objetivo básico de todos os parques. Assim, a visão sobre se o Parque cumpre com esse objetivo também expõe a forma como os atores o percebem. De uma maneira geral, poucos foram os que responderam um pragmático sim ou não. Mas os aspectos positivos destacados relacionaram-se com o fato do Parque ter conseguido conter o processo de especulação imobiliária na região e os negativos, com o conhecimento ecológico de que o Parque

tem uma área pequena e não se interliga com outros fragmentos florestais na região e com os seus problemas administrativos.

Desde 1991, o simples instrumento legal, a lei que criou o Parque, significou um grande avanço, na medida em que começou a se definir a área como de preservação permanente, detendo, até certo ponto, o processo de construção na área da serra da Tiririca. Certamente, sua transformação em Unidade de Conservação tornou-se o mais forte argumento legal contra os especuladores imobiliários. Ainda há muito a se fazer, um longo caminho que passa pela real inserção social da área natural e seus argumentos de preservação. A partir da elaboração do Plano de Manejo, com a definição de restrições e usos, baseada em pesquisas ambientais e sociais, visando sua conservação, o Parque estará melhor estruturado para cumprir os objetivos que justificaram sua criação. (Hélio)

6.2.2.4 A institucionalização do espaço em parque e as comunidades do entorno

O que interessa notar é que embora os problemas político-administrativos tenham arranhado a imagem do PESET, existe um grande potencial de manejo dessa imagem para melhor inserção social do mesmo. Os atores que o conhecem mais a fundo o vêem com esperança e pelo menos enxergam a sua importância para conter o avanço da especulação imobiliária na região. Aqueles que não têm essa visão histórica podem ser informados por programas de Educação Ambiental. Esses devem ser mais abrangentes que meras atividades de interpretação ambiental e listagens de espécies, englobando a história de ocupação da região e do processo de institucionalização do espaço em Parque.

No entanto, existe um grupo de pessoas, agora vivendo dentro dos limites do PESET, que merecem uma atenção especial, as comunidades tradicionais da Serra da Tiririca. O presente texto não pretende entrar no mérito da discussão sobre se essas pessoas representam uma população tradicional ou não. Castro e colaboradores (2006) consideram que as definições de comunidades tradicionais são muito fluidas para embasar as políticas de conservação porque os critérios para delimitá-las são difíceis de estipular em sistemas sociais complexos. Esses seriam viesados pelo contexto político. Dessa maneira, o que interessa aqui é uma discussão sobre como os atores encaram essas comunidades tradicionais, e como fazer para estimular um processo real de sua inclusão social.

No caso do PESET, os sítios da antiga Fazenda do Engenho do Mato e os caiçaras do Morro das Andorinhas foram muitas vezes tratados como “vilões” do processo de degradação do Parque. Essa visão é primordialmente relacionada com os desmatamentos para a cultura de banana. Havia outras atividades de grande impacto, como aquelas provocadas pelas atividades

mineradoras da Inoã e da Saibreira. Essas sofreram ações judiciais e encerraram as suas atividades.

Porém, o intenso processo de especulação imobiliária na região, que também prejudicou essas populações mais antigas, acabou se destacando como a principal ameaça a integridade do Parque. Paralelamente, o fato de não serem incluídos na mobilização ambientalista e de sistematicamente serem alijados das decisões sobre o PESET, catalisou uma reação de organização política enquanto um grupo com características específicas que seria afetado por essas decisões, mas que não estavam sendo ouvidos. Dessa maneira, além de conseguir algumas vitórias políticas no trâmite final do PL de delimitação do Parque, também angariaram simpatias das pessoas que passaram a compreender melhor a história da região, e a importância cultural que representam essas pessoas (grifos meus):

...principalmente estas populações tradicionais, o latu senso, vamos dizer assim, que eu tenho uma grande admiração por estas pessoas que são batalhadoras, que são compreensivas, que sofrem na mão da especulação imobiliária e que na verdade estão aí, mas a qualquer hora podem vender o terreno e como vem acontecendo, como aconteceu com o Zezinho Tomas, vender para um picareta... eles não são os vilões, eles na verdade para mim são uns heróis, e acho que devem ser foco, e qualquer coisa que dê certo na Tiririca será a regulamentação dessas áreas...Uma outra coisa que está se perdendo, é a cultura tradicional deles, é uma cultura riquíssima, é a cultura tradicional deles, eles tem um conhecimento enorme da mata, tem gente que está morrendo e levando nomes de árvores, princípios ativos que a gente não está resgatando, então eu vejo a cultura, a conservação da cultura tradicional muito aliada com a conservação da natureza...que eu acho um grande erro, pensar em desapropriação destes caras que são tradicionais...eu vi que o Parque, que os visitantes, o entorno, não é o que vale, o que vale são os moradores de dentro, quem tem história lá, quem fez a vida ali, quem tem gerações da sua família, ou não, tem gente que é mais jovem, que comprou na década de 70, 80 até e que tem relações de vida com o Parque, acho que estas pessoas são as mais importantes para o Parque porque não interessa de quem é o Parque, de quem é a posse e sim o cuidado que a pessoa tem e essas pessoas foram as primeiras a conservar..., todos estes trabalhadores rurais, estes sitiantes, eu diria não no termo legal, mas estas populações tradicionais são onde se preservou, por exemplo, aqui o Davi na Grotta, eu acho que essas pessoas são chave para qualquer processo que se for fazer no Parque. (Flávio)

As comunidades tradicionais da região lutam pelo seu direito de permanência na área do Parque, organizadas em associações como: Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas e Associação dos Sitiantes Tradicionais da Serra da Tiririca. No dia 29 de junho deste ano, dia de São Pedro, Américo Fernandes de Souza, pescador de Itaipu conhecido como seu Bichinho, recebeu a medalha Tiradentes, concedida pela ALERJ, por indicação do Deputado Estadual Marcelo Freixo (PSOL), como reconhecimento da resistência das comunidades tradicionais, que lutam pela garantia dos seus direitos. Seu Bichinho teve parte de sua casa demolida em 2004 pelo poder público, em ação coordenada por um pseudo-ambientalista, incapaz de absorver o conceito de convivência humana com áreas naturais de maneira sustentável. Afinal, as comunidades pioneiras, tradicionais, garantiram às atuais gerações o legado de remanescente de Mata Atlântica e ecossistemas associados que integram as regiões oceânicas de Niterói e Maricá. (Hélio)

Por isso hoje quando se fala em preservação do PEST, muito se deve à comunidade que aqui está e por isto nada pode ser feito descolado desta comunidade, nos adaptamos ainda mais do que já éramos ao meio ambiente diante desta nova visão preservacionista dos ambientalistas. Neste sentido poucos ainda são os sitiantees que ainda fazem uso direto da terra, pois ao longo dos anos esse uso foi sendo criminalizado pelo Estado. A Serra está portanto em crescente regeneração ao longo destes anos, contando com a diária colaboração dos que aqui vivem e que aprenderam ainda mais a preservar o local, seja plantando mudas nativas, expulsando caçadores, colocando placas informativas sobre o Parque, realizando eventos culturais ou de conscientização da comunidade, coisas estas que nunca o IEF fez por aqui.... Portanto, me atrevo a dizer que grande parte da preservação do PEST se deve mais ao modo de vida da própria comunidade do que efetivamente à criação do Parque, claro que isto deve ser entendido com as devidas ponderações. Nunca nos colocamos contra o Parque, tenho certeza que o PEST trouxe sim benefícios ao meio ambiente, como por exemplo a mudança de algumas tradições vistas como degradadoras (carvão, caça, etc...)...Nossa luta hoje é para permanecer, a relação que temos é uma relação histórica com a Serra, com a terra, não queremos sair, não vamos aceitar nenhum dinheiro para deixar este nosso lugar. Esta é nossa luta daqui pra frente, atuar em defesa do PEST como sempre atuamos e ter a tranqüilidade para fazer isso. Quanto ao Morro das Andorinhas, caso se concretize a anexação, acho que a questão também passa por ai, a comunidade ali nasceu e ali quer permanecer, em havendo esta tranqüilidade, o que é difícil eu sei, em função da lei extremamente restritiva, mas havendo essa garantia não há maiores problemas pois a comunidade também está disposta a atuar pela preservação ambiental. A unidade das comunidades do PEST será fundamental para o futuro desta UC e o Estado precisa se conscientizar disso, precisa parar com a idéia ultrapassada da "natureza intocada" e entender a importância histórica, cultural e ambiental, quanto à preservação praticada, destas comunidades. Gostaria de ressaltar que discordo de muitas das avaliações feitas acerca da tradicionalidade ou não de uma comunidade, critérios excludentes vem sendo colocados por Governos e até por pesquisadores para se praticar a remoção de algumas comunidades, isto deve ser combatido, principalmente em áreas urbanas onde fica clara a dificuldade de se manter certas tradições. Além disso é preciso se avaliar a injustiça que é a criação de uma UC que de uma hora para outra passa a desconsiderar a presença de pessoas que ali vivem, na minha concepção todo trabalhador deve ter sua moradia garantida, claro que desde que se adeque a preservação exigida para o local. É preciso destacar que áreas importantes, que deveriam ser preservadas, não o são porque muitas vezes são habitadas por pessoas de classe mais abastada, como por exemplo, aqui perto, no Costão e na área do Pampo em Itacoatiara, repleta de mansões. (Renam)

Porém, esse assunto não se esgota nesse reconhecimento e os caminhos que a administração ambiental do Estado tomar, no que se refere ao trato com essas comunidades, serão determinantes para o seu futuro. Porém, isso não se dará sem controvérsias.

...tem uma ligação afetiva com o espaço tem gente ali no Engenho do Mato, tem gente em Itaipu, tem gente lá em Marica que mora ali há anos, tem ligação afetiva com o lugar que conhece aquilo ali profundamente... pode ganhar dinheiro como guia vai ser ótimo porque você vai ter um controle da entrada e você vai ter a contrapartida.... A relação com os moradores dentro, dentro eu acho que não deveria ter morador nenhum eu acho que tinha que tirar todo mundo de lá não importa se é rico ou se é pobre, a não ser que se faça um novo sistema, um Parque como é feito hoje em dia se faz que as comunidades tradicionais ficam lá dentro, mas eu acho que vai ser difícil determinar o que é comunidade tradicional lá, porque qual é a história daquilo ali, ali foi fazenda de café, fazenda de açúcar, foi tudo abandonado, ficou abandonado durante muito tempo, depois veio aquela desapropriação no Governo do Jorge Roberto Silveira para Reforma Agrária e não deu certo foi um monte de gente ali tomar posse, a maioria

dos posseiros na verdade eram posseiros pagos, gente de muito dinheiro pagava para aquele pessoal ficar lá, tomar posse daquelas terras e um monte de fraudes ali... eu acho que, não tem comunidade tradicional, não tem quilombo, não tem índio, não tem caiçara, não tem nada disso, então não tem comunidade tradicional ali, no Morro das Andorinhas tem lá o pessoal que ainda são parentes dos pescadores... (Mário)

Este Parque da Tiririca é um remendo que está aí, e daí que existe fiscalização do IEF, mas só para quem tem lote, para quem tem CPF, para quem tem CGC, CNPJ, esses são fiscalizados. Agora quem não tem isso eles nem vão, têm medo. E existe isso, não existe fiscalização ali. Então aconteceu o seguinte, em zonas de loteamento de um padrão bom, você pode através do CPF fiscalizar, se é comunidade não, é terra de ninguém então eles podem fazer qualquer coisa, nós não. Se você fizer alguma coisa, vem a fiscalização, eles fazem e ninguém faz absolutamente nada. Na minha concepção o Parque Estadual premia o cara que não tem valor, que não tem educação ambiental, que não tem absolutamente nada. Esses são premiados com uma terra nua e crua para eles fazerem o que quiserem e fazem, todos mundo faz, mas um final de semana e vem um aqui, ali em um mês vem 50, aí eles dizem: isso é problema social. (Xisto)

As comunidades tradicionais da Serra da Tiririca estão agora dentro dos limites do Parque. Logo, o *locus* de sua participação democrática, nos processos decisórios do PESET relaciona-se ao seu Conselho Gestor. Dessa maneira, destaca-se aqui o estudo de Rodrigues (2001) sobre o Comitê Gestor do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEID), que concluiu que o conhecimento do diretor do Parque, sobre a sua história institucional e a abertura do processo decisório aos diferentes atores foi importante para o sucesso das ações de conservação. Porém, como já foi destacado anteriormente, a administração do PESET ficou muitas vezes sujeita à capacidade de seus administradores em angariar parcerias, requerendo uma grande habilidade política, nem sempre presente. Isso criou oscilações administrativas que foram exacerbadas pela ausência de vontade do Poder Público em efetivamente assumir a administração das Unidades de Conservação do Estado. Outro problema refere-se a real vontade em conceder autonomia dessa gestão (AYRES; IRVING, 2006). Para minimizar esses problemas, a gestão democrática dos parques deve ser encarada como uma política pública mais estável que não deveria sofrer abalos com as diferenças partidárias e pessoais, das administrações estaduais.

6.3 Conclusões

6.3.1 História e administração pavimentando a visão do PESET

Como se pode observar, o PESET está inserido em uma região de rica história ambiental, que criou um passivo social que deveria ter sido gerenciado com a criação do Parque. Como isso não ocorreu, a sua imagem foi impregnada por visões positivas, relacionadas à mobilização política pela sua criação e a vigilância da sociedade, que zela pela área. No âmbito negativo,

apontam-se problemas administrativos, relacionados ao IEF que deixou espaço para a ação da especulação imobiliária e os conseqüentes conflitos fundiários. Essa imagem deve ser manejada com o intuito de amplificar a visão positiva sobre o Parque e angariar parcerias para a sua conservação. A administração estadual deve se fazer presente com políticas consistentes, duradouras e democráticas para a conservação do PESET.

Referências

ALENCAR, E. Construtoras questionam decreto de Cabral. Pinto de Almeida e Soter Engenharia pedem no IEF revogação de lei que amplia Parque da Tiririca. **O Globo**, Caderno Globo Niterói, Niterói, p. 19, 20 jul. 2008a.

_____. Área é discutida na justiça desde 2006. Na troca de ações, última decisão é desse mês. **O Globo**, Caderno Globo Niterói, Niterói, p.19, 20 jul. 2008b.

AYRES, H.H.F.; IRVING, M.A. O olhar psicossocial para a gestão participativa das áreas protegidas: refletindo sobre possibilidades e desafios. In: IRVING, M.A. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio – Núcleo de produção Editorial Aquarius, 2006. p. 77-90.

CASTRO, F.; SIQUEIRA A.D.; BRONDÍZIO, E.S.; FERREIRA, L.C. Use and misuse of the concepts of tradition and property rights in the conservation of natural resources in the Atlantic Forest (Brazil). **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 23-39, jan/jun. 2006.

DIEGUES, A.C. **O Mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. Universidade de São Paulo, 2004. 169 p.

DOUROJEANNI, M.J.; PÁDUA, M.T.J. **Biodiversidade: a hora decisiva**. 2. ed. Curitiba: ed. Universidade Federal do Paraná, 2007. 284 p.

GRAEL, A.S.; MACEDO, L.C.T.; NUNES, A.H.V.; RESENDE, C.N. PONTES, J.A.L. Plano de conservação e interpretação ambiental da trilha do Alto Mourão, Parque Estadual da Serra da Tiririca. In: CONGRESSO DE DEFESA AMBIENTAL. 4., 1995, Rio de Janeiro. **Anais...** UFRJ; Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. 1995. p. 218-231.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. Disponível em: <<http://www.ief.rj.gov.br>>.

Acessado em: 11 set. 2008.

MEDEIROS, R. **A proteção da natureza**: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais. 2003. 304 p. Tese (doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MEDEIROS, R.; GARAY, I. Singularidades do sistema de áreas protegidas para conservação e uso da biodiversidade brasileira. In: GARAY, I.; BECKER, B.K. (Org.). **Dimensões humanas da biodiversidade**: O desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006. p. 159-184.

MONTEIRO DE BARROS, A.A.; SATHLER, E.B; CONCEIÇÃO, M.C.F. Implantação de Unidade de Conservação postulada em juízo via ação civil pública: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Fortaleza, 2002. v. 1, p. 774-781.

MONTEIRO DE BARROS, A.A.; SATHLER, E.B; CONCEIÇÃO, M.C.F.; PIMENTEL, D.S. Aspectos Ambientais e legais da Conservação do Córrego dos Colibris no Parque Estadual da Serra da Tiririca. In: SIMPÓSIO DE ÁREAS PROTEGIDAS: CONSERVAÇÃO NO ÂMBITO DO CONE SUL, 2., 2003, Pelotas, **Anais...** Pelotas: Laboratório de Manejo e Conservação Ambiental, 2003. v. 1, p.390 – 397.

PAASI, A. Bounded spaces in the mobile world: deconstructing “regional identity”. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, Utrecht, v. 2, p. 137-148, 2002.

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA. Disponível em:

<<http://www.parqueserradatiririca.org/content/view/1/15/>>. Acesso em: 15 abril 2008.

PEREIRA, J.C.R. **Análise de dados qualitativos**: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2001. 157 p.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 1.901, de 29 de novembro de 1991. **Dispõe sobre a criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca e dá outras providências**. Rio de Janeiro, 29 nov. 1991. Disponível em: <<http://www.ief.rj.gov.br/legislacao/docs/1901.doc>>. Acesso em: 19 jul. 2008.

_____. Decreto-Lei nº 18.598 de 19 abril de 1993. **Dispõe sobre limites da área de estudos para a demarcação e do perímetro definitivo do Parque Estadual da Serra da Tiririca.** Rio de Janeiro, 19, abr. 1993. Disponível em: <<http://www.ief.rj.gov.br/legislacao/docs/1901.doc>>. Acesso em: 19 jul. 2008.

_____. Lei nº 5079 de 03 de setembro de 2007. Dispõe sobre o perímetro definitivo do Parque Estadual da Serra da Tiririca, criado pela Lei Estadual nº 1.901/91, localizado entre os Municípios de Niterói e Maricá. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 04 set. 2007. Página inicial. Republicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, de 05 set. 2007 e 27 set. 2007.

_____. Decreto nº 41.266 de 16 de abril de 2008. Dispõe sobre a ampliação do perímetro definitivo do Parque Estadual da Serra da Tiririca, localizado nos Municípios de Niterói e Maricá. **CCRONotícias**, v. 5, n. 17, p. 6, jun./jul. 2008.

RODRIGUES, C.L. **Limites do consenso:** territórios polissêmicos na Mata Atlântica e a gestão ambiental participativa. 2001. 254 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RÖPER, M. Geografia Social e Unidades de Conservação. Reflexões teóricas e exemplos da Bacia do Alto Paraguai. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 45-66, 1999.

_____. A difícil arte do planejamento participativo: a implementação da APA Estadual da Chapada dos Guimarães como exemplo de institucionalização territorial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., Campo Grande, 2000. **Anais...** Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidade de Conservação; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 2, p. 69 – 78.

SARDO, G. **Parque Estadual da Serra da Tiririca.** Wikipedia, Niterói, out. 2006. Parque Estadual da Serra da Tiririca. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/ParqueEstadual da Serra da Tiririca](http://pt.wikipedia.org/wiki/ParqueEstadual_da_Serra_da_Tiririca)>. Acesso em: 31 jan. 2007.

SIMON, A.V.S. Aspectos socioambientais e jurídicos do Parque Estadual da Serra da Tiririca. **Plúrima** - Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 24, n. 5, p. 9-52, 2001.

_____. **Conflitos na conservação da natureza:** o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. 2003. 255 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003. Inclui anexos.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Ed. Atlas, 1987. 176 p.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Ed. DIFEL, Difusão Editorial, 1980. 288 p.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Ed. DIFEL, Difusão Editorial, 1983. 250 p.

VALLEJO, L.R. **Políticas públicas e conservação ambiental**: territorialidades em conflito nos Parques Estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ). 2005. 288 p. Tese. (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

WEST, P.; IGOE, J.; BROCKINGTON, D. Parks and people: the social impact of protected areas. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 35, p. 251-277, 2006.

7 A ESFERA SIMBÓLICA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA REVELADA PELAS SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS



Foto: Bairro de Itacoatiara, visto da Pedra de Itacoatiara, tirada por Douglas Pimentel no dia 18 de fevereiro de 2007

Cem mil pupilas:
ilustres, insensatas, ferozes, melancólicas,
vagas, severas, lânguidas . . .
Cem mil pupilas vêm-se, na poeira da pedra deserta.

(Trecho de “Coliseu” de Cecília Meireles)

Resumo

As representações sociais permitem conhecer a esfera simbólica da inserção social dos parques. Nesse âmbito o Parque Estadual da Serra da Tiririca é visto como um Parque de Papel e como um palco de conflitos relacionados à especulação imobiliária, situação fundiária e política. É um Parque que também tem um grande valor local como área de lazer e como um registro histórico. Porém, as pessoas não identificam sua importância biológica. O manejo de sua imagem deve amplificar seus aspectos positivos.

Palavras-chave: PESET; Símbolos; Representações sociais

7 THE SERRA DA TIRIRICA STATE PARK SYMBOLIC SPHERE REVEALED BY ITS SOCIAL REPRESENTATIONS

Abstract

The social representations allow knowing the symbolic sphere of parks social insertion. In this field, the Serra da Tiririca State Park is viewed as a paper park and a conflicts stage related to real state speculation, land situation and politics. It is a Park that pursues a great local value as a leisure area and a historic register. Nevertheless, people do not identify its biological importance. The management of its image must amplify its positive aspects.

Keywords: PESET; Symbols; Social representations

7.1 Introdução

7.1.1 Imagem como um referencial simbólico do PESET

O Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) foi criado à partir da interação de forças sociais. De um lado, a pressão da especulação imobiliária que avançava de forma predatória sobre as áreas valorizadas da região e particularmente em torno da Serra. Do outro, uma reação popular que demandou pela criação do Parque e agiu técnica e politicamente. Todo o processo, embasado por uma longa história de ocupação da região, acaba por criar um imaginário sobre o PESET, que até hoje influencia sua gestão.

O processo de institucionalização de uma UC (Figura 3.1) passa pela compreensão desse referencial simbólico (ROPPER, 2000; PAASI, 2002). Esse pode ser evidenciado pelas Representações Sociais que surgem do processamento cognitivo das informações e das experiências individuais, também influenciadas pelo grupo social. Essas não se resumem à identificação das crenças e atitudes, mas também englobam sua estruturação em grupamentos que interagem entre si e são compartilhados de maneira similar à linguagem. Dessa maneira, a

evolução do conteúdo das vozes, imagens que as pessoas constroem sobre um tema, podem ser evidenciadas pela compreensão das representações sociais. Essas resultam da sinergia de ações individuais e coletivas (BAUER; GASKELL, 1999). Logo, configuram-se como uma ferramenta de compreensão das inter-relações mantidas com a UC sob sistema interativo que resulta na compreensão das atitudes da sociedade em relação ao Parque. Esse sistema não funciona como uma estrutura linear de causa e efeito, o que caracteriza a imprevisibilidade do senso comum. Assim, pode-se dizer que uma imagem possui diferentes reflexos, de acordo com os diferentes contextos (BAUER; GASKELL, 1999; CASTRO; LIMA, 2001; CASTRO, 2003; PELUSO, 2003; GERHARDT; ALMEIDA, 2005). Portanto, há a necessidade de pesquisa multi-metodológica que evidencie essas relações e identificação dos fatores que prejudicam ou baseiam os esforços de conservação (BAUER; GASKELL, 1999; ORMSBY; KAPLIN, 2005).

O objetivo do presente capítulo é evidenciar as representações sociais que caracterizam a esfera simbólica do PESET, procurando nelas a imagem desse Parque para a sociedade.

7.2 Desenvolvimento

7.2.1 Metodologia

A coleta de dados foi feita com a utilização de entrevistas semi-estruturadas, obedecendo ao roteiro da seção 6, gravadas com um aparelho de MP3 player modelo ROMA da GT digital. Todas as entrevistas foram transcritas. Os textos transcritos constituíram o *corpus* documental, para a sua utilização posterior nos procedimentos de Análise de Conteúdo como proposto por BARDIN (1977). Dentro do escopo de atividades da etapa Pré-análise de Conteúdo, procurou-se identificar a maioria dos atores (Figura 6.1) importantes na relação com o PESET (critério da exaustividade), a partir de publicações científicas e textos da Internet, bem como pela indicação de nomes pelos próprios entrevistados. A amostra representa o universo total (critério da representatividade) de relações com o PESET pela da seleção de entrevistados que se aproximavam dos seguintes perfis:

- 1) Ambientalistas ligados à criação e defesa do PESET
- 2) Administradores (atual e ex-administradores);
- 3) Funcionários do Parque;
- 4) Pessoas ligadas a agências de ecoturismo e esportes radicais;
- 5) Políticos;

6) Moradores e representantes de moradores;

7) Agentes imobiliários

Todos os atores têm uma relação profissional ou de vida com o PESET e suas ações influenciam ou influenciaram a criação e gestão do Parque (critério da homogeneidade). Todos representam visões importantes para a formulação de um quadro geral das relações das pessoas com o PESET (critério da pertinência). Os nomes dos atores foram alterados para preservá-los.

7.2.1.1 Análise de Conteúdo

Na análise de conteúdo, foi desenvolvida a leitura flutuante para o estabelecimento do primeiro contato com os textos e levantamento das primeiras impressões, orientando assim a formulação dos indicadores da codificação do material. Nessa etapa foram definidos os núcleos de sentidos ou categorias, bem como as unidades de registro, denominadas falas, frases enquadradas dentro dos núcleos dos sentidos. Nessa abordagem foram selecionados dois grupos de falas: um para a descrição das relações mantidas com o PESET e o outro referente aos argumentos para a conservação. No primeiro caso, o texto para análise correspondeu às perguntas 1, 2, 3 e 6 da entrevista. Foram estabelecidos três patamares de categorias: A Figura 7.1 apresenta os núcleos dos sentidos para classificação das falas que perfizeram um total de 24 categorias divididas igualmente por três supergrupos, que representam uma visão positiva sobre o PESET (núcleo 3), uma visão média, de situações que podem se desenvolver para ações negativas ou positivas (núcleo 2) e uma visão negativa do PESET (núcleo 1). Os argumentos, resultantes das respostas às 3 últimas perguntas da entrevista, também formaram 35 categorias ou núcleos dos sentidos, que por sua vez foram divididos em 6 supergrupos que representam diferentes visões (Figura 7.2). Logo em seguida, as falas identificadas nos textos, foram relacionadas às suas categorias e contabilizadas utilizando-se de planilhas individuais para cada ator (BARDIN, 1977; MELO; SAITO, 2000). Como o conjunto de atores entrevistados era representado por um grupo com uma atuação administrativa, presente ou passada do PESET (enquadrados na visão “de dentro para fora”) e um outro grupo de atores sociais não envolvidos diretamente com a administração (“visão de fora para dentro”) optou-se por analisá-los separadamente, porém sob os mesmos procedimentos descritos anteriormente para o total de falas.

Categories	Idéia do núcleo dos sentidos	Falas - exemplos
Um lado da balança – aspectos positivos (Núcleo 3)		
Demanda social	O Parque surgiu por demanda da sociedade. Há mobilização social pela responsabilidade do Estado em conservar	“Surgiu por demanda da sociedade” – “O parque surgiu por mobilização popular”
Vigilância e participação popular	A sociedade zela pelo Parque. O Parque resiste por intermédio de ações da sociedade. Movimentos de resistência a degradação	“queremos zelar por ela” “a sociedade olha pelo Parque”
Melhorias na infra-estrutura e de pessoal	Houve percepção de melhora na infra-estrutura do Parque. Perspectivas e financiamento	“o parque melhorou a sua infra-estrutura”
Condições favoráveis	Há a percepção de que a conjuntura atual é favorável	“As condições hoje são favoráveis”
Boa relação com visitantes e/ou moradores.	Aspectos favoráveis das relações com os visitantes e /ou moradores. Importância do Conselho Gestor	“As relações com os visitantes são boas”
Pró-ativismo da equipe do parque	A equipe administrativa trabalha incansavelmente em prol do parque. Elogios à administradores	“A equipe veste a camisa do Parque”
Importância histórica, cultural e social	Parque como um registro histórico e de luta social. Paisagem	“Parque é um registro de uma luta e de uma história”
Importância biológica / ecológica	Existe reconhecimento da importância biológica / ecológica do Parque. É uma reserva da Biosfera	“O parque tem ecossistemas bastante ajustados”
O Ponto de apoio – ações a serem implementadas (Núcleo 2)		
Pressão por definição dos limites	Existe pressão social pelo estabelecimento de limites	“Há a pressão pelo estabelecimento de limites”
Não ao “parque conflito”. “Parque esperança”	O Parque busca ações para se livrar da pecha de “Parque conflito”. Busca de uma nova visão de parque	“busca reverter o estigma de parque conflito”
Eficiência administrativa e as demandas	A administração deveria ser mais eficiente e são apontadas soluções a serem implementadas. O que ainda precisa ser feito	“Buscamos uma melhor relação com a administração superior” – “necessidade de reforço interno”
Demanda pelo Conselho Consultivo e Plano de Manejo	A administração busca o estabelecimento do Conselho Consultivo do Parque	“Conselho Consultivo começou a se estabelecer”
Interesses privados e políticos	Interesses específicos motivam a defesa do Parque ou a inação	“malucos tentam barrar esses interesses”
Relações afetivas e pessoais	Relações pessoais ou afetivas com o Parque estimularam ações. O parque deve servir como exemplo de conservação mais próximo das pessoas	“frequentemente o Parque desde garoto” – “...exemplo para que as pessoas comecem a se importar”
Passivo social	Administração busca zerar o passivo deixado pela precária Institucionalização do Parque. Diferentes classes sociais e diferentes demandas. Necessidade de participação popular	“Parque tem um passivo muito grande”
Ações ecológicas e conservacionistas	A gestão necessita implementar ações conservacionistas no âmbito ecológico. Educação Ambiental	“deve-se fazer a conexão desse fragmento com outros”

Figura 7.1 - Quadro dos núcleos dos sentidos e exemplos (falas) divididos em 24 categorias enquadradas em três super grupos

Continua

O outro lado da balança – aspectos negativos (Núcleo 1)		
Delimitação do Parque	Parque não tem limites definidos ou existem propostas de redução de sua área	“limites virtuais” -“ limites propostos pelo IEF diminuem a área da UC”
Relações com moradores e visitantes. Conflitos	Problemas administrativos na implantação ou gestão levaram a problemas de relacionamento entre o Parque e a sociedade. Pessoas não reconhecem a área como um parque e por sua vez o parque não consegue mostrar os benefícios que traz. O difícil convencimento das pessoas. Visitantes degradam. Não há posturas democráticas	“Parque de conflitos fundiários” – “O parque ‘cai na cabeça das pessoas’” – visitantes não sabem que é uma UC”
Problemas diversos, desmatamento e caça. Perdas culturais	Há a percepção de que o parque gerou problemas, que são tratados de forma genérica. Relatos sobre problemas mais comuns das UCs. Não conhecimento da história e cultura. Analogias para a degradação	“Parque problema” “grande confusão”
Especulação imobiliária – expansão urbana. Privatização	Parque sofre pressões e degradação relacionadas a especulação imobiliária e a expansão urbana sem planejamento, dos municípios adjacentes. Há interesses econômicos que tentam reduzir o Parque	“parque de muitos interesses pela realidade urbana” – “as bordas são comidas...”
Problemas de infraestrutura, financiamento e pessoal	O Parque tem ou tinha uma precária infra-estrutura	“Não havia telefone, lápis para escrever, computador, nada”
Problemas administrativos, institucionalização precária, política e corrupção. Parque Fortaleza. Parque não implantado	O Parque sofre com problemas administrativos internos e externos. Há uma precária implementação da UC e atividades de corrupção identificadas. Falta de continuidade das ações. Problemas tratados como questões políticas. Adjetivos pejorativos (com exceção de “parque de Papel”). Não há Conselho Consultivo. Omissões e inação. Parque não implantado	“A administração central era um pouco imperativa, de relação distante”
“Parque de Papel”	O entrevistado faz referência específica à parque de papel. Abstração jurídica.	“o Parque é um ‘parque de papel’”
Fragilidades biológicas e ecológicas	O parque é um fragmento com populações em declínio. Não há corredores ecológicos. Vias dentro do Parque	“em termos de conservação da biodiversidade essa área é nada”

Figura 7.1 - Quadro dos núcleos dos sentidos e exemplos (falas) divididos em 24 categorias enquadradas em três super grupos

Argumentos
Serviços ambientais locais
Serviços Ambientais genericamente
Microclima, chuvas, qualidade do ar, temperatura
Manutenção de recursos hídricos, rios e lençóis freáticos.
Previne assoreamento de rios e lagoas
Floresta protege os solos e evita desmoronamentos. Estabiliza encostas
Mais sossego, beleza e segurança. Terapia.
Generalizações
Manutenção da camada de ozônio
Seqüestro de carbono, aquecimento global
Saúde do planeta. Equilíbrio ecológico do planeta
Preocupação com as gerações futuras.
Manutenção do meio ambiente. Meio ambiente é o nosso quintal. Manutenção da saúde ambiental
Evitar o desaparecimento da espécie humana
Preservação ambiental, da natureza ou florestas, respeito a natureza
Parque é patrimônio da Humanidade. Parques são importantes
Biologia / Conservação
Ligação entre todas as formas de vida. Ecologia como justificativa
Manutenção da biodiversidade, banco genético – manutenção de algumas espécies de animais e plantas. Pesquisas
Refúgio para flora e fauna
Serviços ambientais de polinização e controle de pragas
Importante fragmento de Mata Atlântica. Manter a área preservada
Importância local – integração com outras UCs, constituição de corredores ecológicos
História e sociedade
Diferencial para a região metropolitana – contenção da especulação imobiliária e do avanço de moradias na Serra. Evita a favelização
Conservação cultural aliada a conservação ambiental, resgate cultural.
Parque como um registro social ou histórico. Resgate histórico das populações tradicionais. Luta pela conservação
Parque traz benefícios sociais. Parque cumpre uma função social
Local privilegiado para Educação Ambiental e Pesquisa
Qualidade de vida
Uso indireto
Manutenção de fonte de recursos de uso futuro
Parque traz benefícios financeiros. Gera receita e emprego. Instrumento de desenvolvimento. Empreendimento financeiro
Parque é atração turística
Manutenção de uma área de lazer. Proporciona bem estar aos visitantes. Relações afetivas. Local para exercício
Valor agregado às propriedades. Valorização imobiliária do entorno
Patrimônio paisagístico ou natural, beleza cênica
Ameaças
Área verde restante em Niterói e Marica. Áreas livres vão escassear
Conseqüências negativas do desaparecimento do Parque
Comparação com a degradação de outras regiões

Figura 7.2 – Quadro apresentando os argumentos contabilizados na Análise de Conteúdo, divididos em 6 super grupos

7.2.2 Resultados

As falas foram computadas por ator e classificadas em 24 categorias divididas igualmente em três supergrupos, chamados de núcleo 3, núcleo 2 e núcleo 1 (tabela 7.1). Foram estabelecidos os números percentuais de falas de cada ator (de A à Z), em relação a cada super grupo. Também foram relacionados os percentuais das falas, classificadas por categorias em relação ao total geral (1.411 falas) e em relação às categorias em cada supergrupos. As categorias do núcleo 3 representaram 24% do total das falas, as do grupo 2, aproximadamente 16% e as do grupo 1, cerca de 60%. As falas foram mais relacionadas às relações de conflitos com o Parque (18,6%), aos problemas administrativos (15,2%) e às ações da especulação imobiliária (10,1%). Todas essas pertencentes ao núcleo 1.

Tabela 7.1 - Número total das falas e seus percentuais por núcleo e em relação ao total

categorias	total	%tot	%cat
núcleo 3			
Demanda social	54	3,8	15,9
Vigilância	24	1,7	7,1
Melhor infra-estrutura	45	3,2	13,3
Condições favoráveis	41	2,9	12,1
Boas relações	23	1,6	6,8
Pró ativismo da equipe	25	1,8	7,4
Imp. histórica e social	85	6,0	25,1
Importância bio/eco	42	3,0	12,4
total	339	24,0	100
núcleo 2			
Pressão por limites	14	1,0	6,2
Não ao “parque conflito”	5	0,4	2,2
Eficiência administrativa	67	4,7	29,8
Conselho Consultivo	18	1,3	8,0
Interesses privados	31	2,2	13,8
Relações afetivas	15	1,1	6,7
Passivo social	40	2,8	17,8
Ações ecológicas	35	2,5	15,6
total	225	15,9	100
núcleo 1			
Delimitação do Parque	82	5,8	9,7
Conflitos	263	18,6	31,1
Problemas diversos	59	4,2	7,0
Especulação imobiliária	142	10,1	16,8
infra-estr. e financiamento	51	3,6	6,0
Problemas administrativos	215	15,2	25,4
“Parque de Papel”	12	0,9	1,4
Fragilidades bio/eco	23	1,6	2,7
total	847	60,0	100
total geral por entrevistado	1411	100	

No super grupo, ou núcleo 3 as categorias mais citadas foram, a importância histórica e social do PESET (25,1%), referências ao Parque ter sido demandado pela sociedade (15,9%) e a percepção de melhorias de infra-estrutura (13,3%). No núcleo 2 foram os comentários sobre a eficiência administrativa e as demandas (29,8%) e a constatação de que a administração do PESET tem que lidar com um grande passivo social (17,8%). No núcleo 1 destacam-se as mesmas categorias da contagem geral: Os conflitos (31,1%), os problemas administrativos (25,4%) e a especulação imobiliária (16,8%). Os atores (tabela 7.2) com a visão mais positiva sobre o PESET (maior percentual de falas no núcleo 3) foram a Úrsula (50%) e o Tiago (36,8%) e o Daniel (40,9%). Os atores com a visão mais negativa (maior percentual de falas no núcleo 1) foram o Kleber (76,5%), Renam (71,4%), Wando (80%), Xisto (77,8%), Yan (87,5%) e Zito (70%).

Tabela 7.2 - Número total e percentual das falas dos atores por núcleo

núcleos	atores												
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
total das falas	23	17	24	18	15	22	9	32	10	13	3	9	15
% por núcleo 3	25,8	36,2	47,1	40,9	21,1	22,0	27,3	26,0	28,6	28,9	17,6	22,0	12,4
total das falas	28	2	5	19	10	15	4	29	8	2	1	4	22
% por núcleo 2	31,5	4,3	9,8	43,2	14,1	15,0	12,1	23,6	22,9	4,4	5,9	9,8	18,2
total das falas	38	28	22	7	46	63	20	62	17	30	13	28	84
% por núcleo 1	42,7	59,6	43,1	15,9	64,8	63,0	60,6	50,4	48,6	66,7	76,5	68,3	69,4
total geral por entrevistado	89	47	51	44	71	100	33	123	35	45	17	41	121

núcleos	atores												
	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z
total das falas	8	12	21	10	35	11	7	8	2	2	10	-	3
% por núcleo 3	32,0	30,8	18,6	28,6	20,8	23,9	36,8	50,0	10,5	13,3	12,3	-	30
total das falas	2	2	16	4	13	15	6	3	5	1	8	1	-
% por núcleo 2	8,0	5,1	14,2	11,4	7,7	32,6	31,6	18,8	26,3	6,7	9,9	12,5	-
total das falas	15	25	76	21	120	20	6	5	12	12	63	7	7
% por núcleo 1	60,0	64,1	67,3	60,0	71,4	43,5	31,6	31,3	63,2	80,0	77,8	87,5	70
total geral por entrevistado	25	39	113	35	168	46	19	16	19	15	81	8	10

As tabelas 7.3 e 7.4 relacionam as falas dos atores (de A à I) que têm ou tiveram alguma relação administrativa com o PESET, no Parque em si ou no Instituto Estadual de Florestas (IEF) (Tabela 7.3), ou os atores não relacionadas a sua administração (Tabela 7.4). No primeiro caso, tem-se um total de 593 falas, onde cerca de 28,7% foram classificadas no núcleo 3; 20,2% no núcleo 2 e 51,1% no núcleo 1. As falas foram enquadradas principalmente nas categorias dos problemas administrativos (16,2%) e os conflitos (10,5%) do núcleo 1, eficiência administrativa e demandas (7,3%) do núcleo 2, bem como a importância histórica e social do PESET (7,1%) do

núcleo 3. Essas mesmas categorias se destacaram nas contagens percentuais por núcleo com 31,7%, 20,5%, 35,8%, 24,7%, respectivamente. No núcleo 1, a categoria especulação imobiliária (13,2%) também ficou em evidência.

Tabela 7.3 - Falas, por categoria e atores administrativos

categorias	atores administrativos									total	%tot	%cat
	A	B	C	D	E	F	G	H	I			
Demanda social	14	6	3	3	2	-	1	3	-	32	5,4	18,8
Vigilância	1	2	6	-	1	-	-	1	-	11	1,9	6,5
Melhorias na infra-estrutura	-	-	3	11	1	3	-	3	2	23	3,9	13,5
Condições favoráveis	3	1	3	1	3	2	-	2	2	17	2,9	10,0
Boas relações	-	-	3	-	-	1	-	2	6	12	2,0	7,1
Pró ativismo da equipe	-	-	3	2	8	1	-	1	-	15	2,5	8,8
Importância histórica/social	5	8	1	-	-	12	2	14	-	42	7,1	24,7
Importância bio/eco	-	-	2	1	-	3	6	6	-	18	3,0	10,6
total	23	17	24	18	15	22	9	32	10	170	28,7	100
% por núcleo 3	25,8	36,2	47,1	40,9	21,1	22,0	27,3	26,0	28,6			
Pressão por limites	-	-	1	-	-	4	-	2	-	7	1,2	5,8
Não ao “parque conflito”	3	-	-	-	2	-	-	-	-	5	0,8	4,2
Eficiência administrativa	13	-	1	12	4	2	-	3	8	43	7,3	35,8
Conselho Consultivo	2	-	3	1	-	-	-	3	-	9	1,5	7,5
Interesses privados	-	2	-	-	1	-	4	4	-	11	1,9	9,2
Relações afetivas	-	-	-	-	1	4	-	1	-	6	1,0	5,0
Passivo social	9	-	-	4	-	-	-	7	-	20	3,4	16,7
Ações ecológicas	1	-	-	2	2	5	-	9	-	19	3,2	15,8
total	28	2	5	19	10	15	4	29	8	120	20,2	100
% por núcleo 2	31,5	4,3	9,8	43,2	14,1	15,0	12,1	23,6	22,9			
Delimitação do Parque	2	6	6	2	2	10	-	3	-	31	5,2	10,2
Conflitos	14	7	5	2	10	9	2	10	3	62	10,5	20,5
Problemas diversos	3	3	-	-	-	2	3	7	1	19	3,2	6,3
Especulação imobiliária	4	-	3	-	3	11	1	18	-	40	6,7	13,2
infra-estr. e financiamento	1	6	-	-	11	5	2	4	5	34	5,7	11,2
Problemas administrativos	10	3	6	3	20	17	9	20	8	96	16,2	31,7
“Parque de Papel”	-	2	2	-	-	-	3	-	-	7	1,2	2,3
Fragilidades bio/eco	4	1	-	-	-	9	-	-	-	14	2,4	4,6
total	38	28	22	7	46	63	20	62	17	303	51,1	100
% por núcleo 1	42,7	59,6	43,1	15,9	64,8	63,0	60,6	50,4	48,6			
total geral por entrevistado	89	47	51	44	71	100	33	123	35	593	100	

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Para os demais atores (tabela 7.4) tem-se um total de 818 falas com 20.7% classificadas no núcleo 3; 12,8% no núcleo 2 e 66,5% no núcleo 1. No âmbito geral apareceram com destaque os conflitos (24,6%), os problemas administrativos (14,5%) e a especulação imobiliária (12,5%) do núcleo 1. Nas contagens por categoria destacaram-se a importância histórica e social (25,4%), melhorias na infra-estrutura e demanda social (ambas com 13% das referências) do núcleo 3. No núcleo 2 aparecem as categorias das demandas administrativas (22,9%) os interesses privados (19%) e o passivo social (19%). No Núcleo 1, destacam-se as mesmas categorias da contagem geral com os conflitos representando 36,9% das referências, os problemas administrativos com 21,9% e a especulação imobiliária com 18,8%.

Tabela 7.4 -Falas, por categoria e atores não administrativos

categorias	atores não administrativos																total	%tot	%cat	
	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y				Z
Demanda social	2	-	-	3	2	4	9	-	1	1	-	-	-	-	-	-	22	2,7	13,0	
Vigilância	2	-	1	3	2	2	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	13	1,6	7,7	
Melhorias na infra-estrutura	1	2	4	-	-	2	1	5	1	1	1	-	-	1	1	-	22	2,7	13,0	
Condições favoráveis	2	-	-	1	3	1	1	1	2	1	2	6	-	1	3	-	24	2,9	14,2	
Boas relações	1	-	3	-	-	1	1	1	1	1	-	1	1	-	1	-	11	1,3	6,5	
Pró ativismo da equipe	-	-	1	-	1	1	-	2	3	1	-	-	-	-	1	-	10	1,2	5,9	
Importância histórica/social	3	-	-	4	-	-	-	-	23	6	2	1	-	-	3	-	43	5,3	25,4	
Importância bio/eco	2	1	-	4	-	1	7	1	3	1	1	-	2	-	1	-	24	2,9	14,2	
total	13	3	9	15	8	12	21	10	35	11	7	8	2	2	10	-	3	169	20,7	100
% por núcleo 3	28,9	17,6	22,0	12,4	32,0	30,8	18,6	28,6	20,8	23,9	36,8	50,0	10,5	13,3	12,3	-	30			
Pressão por limites	-	-	-	3	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	7	0,9	6,7	
Não ao "parque conflito"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eficiência administrativa	-	1	1	5	-	-	7	-	-	6	3	-	-	-	-	1	24	2,9	22,9	
Conselho Consultivo	2	-	-	2	1	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	9	1,1	8,6	
Interesses privados	-	-	1	3	-	1	3	-	-	-	2	1	1	1	7	-	20	2,4	19,0	
Relações afetivas	-	-	-	5	-	-	1	-	-	-	-	2	1	-	-	-	9	1,1	8,6	
Passivo social	-	-	2	-	1	-	1	-	11	5	-	-	-	-	-	-	20	2,4	19,0	
Ações ecológicas	-	-	-	4	-	1	2	4	-	-	1	-	3	-	1	-	16	2,0	15,2	
total	2	1	4	22	2	2	16	4	13	15	6	3	5	1	8	1	-	105	12,8	100
% por núcleo 2	4,4	5,9	9,8	18,2	8,0	5,1	14,2	11,4	7,7	32,6	31,6	18,8	26,3	6,7	9,9	12,5	-			
Delimitação do Parque	4	-	-	12	2	1	13	2	8	2	-	-	-	-	7	-	51	6,2	9,4	
Conflitos	11	5	14	22	3	9	29	7	47	3	1	2	6	9	23	5	201	24,6	36,9	
Problemas diversos	-	1	-	6	-	4	5	2	11	3	-	1	1	3	3	-	40	4,9	7,4	
Especulação imobiliária	3	3	7	24	-	4	7	4	30	8	-	-	-	-	12	-	102	12,5	18,8	
infra-estr. e financiamento	1	-	-	-	-	3	2	4	1	-	1	2	1	-	1	1	17	2,1	3,1	
Problemas administrativos	10	4	7	18	8	4	14	2	21	3	4	-	4	-	17	1	119	14,5	21,9	
"Parque de Papel"	-	-	-	-	2	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	5	0,6	0,9	
Fragilidades bio/eco	1	-	-	2	-	-	4	-	2	-	-	-	-	-	-	-	9	1,1	1,7	
total	30	13	28	84	15	25	76	21	120	20	6	5	12	12	63	7	7	544	66,5	100
% por núcleo 1	66,7	76,5	68,3	69,4	60,0	64,1	67,3	60,0	71,4	43,5	31,6	31,3	63,2	80,0	77,8	87,5	70			
total geral por entrevistado	45	17	41	121	25	39	113	35	168	46	19	16	19	15	81	8	10	818	100	

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

A tabela 7.5 traz a contagem das 367 falas relacionadas aos argumentos agrupados em seis categorias, os seus percentuais totais e por categoria. De maneira geral, o grupo da história e sociedade obteve 34,9% das referências, com destaque para a visão de que o PESET representa um diferencial metropolitano (9,3%), um registro social ou histórico (7,4%) e que traz benefícios sociais (6,5%). Destacaram-se também os argumentos referentes à manutenção do microclima

(6,3%) e dos recursos hídricos (6%), bem como considerar o Parque como área de lazer (7,6%). Nas categorias destacaram-se microclima e recursos hídricos com 37,1% e 35,5% respectivamente no Grupo dos serviços ambientais locais. Nas generalizações destacou-se a argumentação pela preservação ambiental (25%). A manutenção da biodiversidade também aparece com destaque (26,5%) no grupo Biologia e Conservação. No grupo mais citado, história e sociedade, além do diferencial metropolitano (26,6%) e registro social e histórico (21,1%) também aparece benefícios sociais (18,8%). Considerando o uso indireto o Parque representado como uma área de lazer (43,1%) foi a categoria mais citada e no grupo das ameaças metade das referências relacionou-se com as conseqüências negativas.

Tabela 7.5 - Falas relacionadas aos argumentos agrupados em 6 categorias, os seus percentuais totais e por categoria

Argumentos	atores																										total	% tot	% cat
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z			
Serviços ambientais locais																													
Serviços Ambientais	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	4		
Microclima	-	-	-	-	3	1	1	3	-	2	2	5	-	2	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23		
Recursos hídricos	-	-	-	2	3	6	-	2	2	-	1	1	-	2	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22		
Previne assoreamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1		
Proteção do solo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	4	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8		
Sossego e segurança	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4		
Total	-	-	3	2	6	7	1	5	3	5	3	6	-	6	8	-	6	-	1	-	-	-	-	-	-	0	0	62	
Generalizações																													
Camada de ozônio	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1		
Aquecimento global	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	5		
Saúde do planeta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	4		
Gerações futuras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	5		
Manutenção do meio ambiente.	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	4		
Desaparecimento da sp humana	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3		
Preservação ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-	1	-	-	1	1	-	1	8		
Patrimônio da Humanidade	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2		
Total	-	-	-	-	3	-	-	1	-	2	3	2	-	-	-	5	4	2	2	2	-	-	3	2	-	1	32		
Biologia / Conservação																													
Teia ecológica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3		
Biodiversidade	1	1	-	1	-	3	-	4	2	-	1	1	-	-	1	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	18		
Refúgio para espécies	-	1	-	-	1	-	1	-	-	1	1	1	-	-	2	-	2	-	-	2	-	-	-	-	1	1	14		
Polinização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2		
Fragmento de Mata Atlântica	-	-	2	2	-	-	2	3	-	-	-	-	3	-	1	4	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	19		
Importância local	-	-	-	-	-	1	5	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	-	-	12		
Total	1	2	2	3	1	4	8	8	2	4	2	5	3	-	4	6	2	4	1	2	-	-	-	2	1	1	68		
História e sociedade																													
Diferencial metropolitano	-	1	1	2	-	1	3	2	-	-	1	-	4	1	3	-	7	3	-	-	-	-	-	4	1	-	34		
Conservação cultural	-	-	-	-	-	10	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	13		
Registro social ou histórico	4	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	27		
Benefícios sociais	3	6	-	1	-	1	-	1	2	-	1	-	5	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	24		
Educação Ambiental	-	-	-	-	-	-	1	2	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	6	-	-	16		
Qualidade de vida	-	-	2	1	-	5	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14		
Total	7	7	3	4	-	26	6	6	6	-	3	-	9	1	3	-	9	21	2	2	-	2	-	10	1	-	128		
Uso indireto																													
Recursos Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4		
Benefícios financeiros	6	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13		
Atração turística	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	6		
Area de lazer.	1	-	3	1	-	-	4	-	3	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	5	1	2	-	1	4	28		
Valor agregado às propriedades	2	-	1	1	-	3	0	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9		
Patrimônio paisagístico	-	1	-	-	-	1	0	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5		
Total	9	9	4	2	-	4	5	-	4	1	3	1	3	1	-	3	-	-	2	5	1	2	-	1	5	65			
Ameaças																													
Área verde restante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1		
Consequências negativas	-	1	-	-	-	-	1	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6		
Comparações	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5		
Total	-	1	-	-	-	-	6	-	-	4	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12		
total geral	17	19	12	11	10	41	26	20	15	16	14	14	16	8	15	11	24	27	6	8	5	3	5	14	3	7	367		

Nota: Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Para os atores administrativos (tabela 7.6), os argumentos mais utilizados foram aqueles do grupo relacionado à história e sociedade com 38% das referências. Nesse, todas as categorias foram bastante citadas no âmbito geral, com exceção de Educação Ambiental com apenas 2,9% das referências. Nos demais grupos também aparecem a conservação dos recursos hídricos

(8,8%) e da biodiversidade (7%), bem como a noção de que o Parque traz benefícios financeiros e representa uma importante área de lazer (ambos com 7%).

Tabela 7.6 - Falas relacionadas aos argumentos, os seus percentuais totais e por categoria para os atores administrativos

Argumentos	atores administrativos									total	% tot	% cat
	A	B	C	D	E	F	G	H	I			
Serviços ambientais locais												
Serviços Ambientais	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2	1,2	7,4
Microclima	-	-	-	-	3	1	1	3	-	8	4,7	29,6
Recursos hídricos	-	-	-	2	3	6	-	2	2	15	8,8	55,6
Previne assoreamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proteção do solo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sossego e segurança	-	-	1	-	-	-	-	-	1	2	1,2	7,4
Total	-	-	3	2	6	7	1	5	3	27	15,8	100
Generalizações												
Camada de ozônio	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0,6	25,0
Aquecimento global	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	0,6	25,0
Saúde do planeta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gerações futuras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção do meio ambiente	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0,6	25,0
Desaparecimento da sp humana	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0,6	25,0
Preservação ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio da Humanidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	3	-	-	1	-	4	2,3	100
Biologia / Conservação												
Teia ecológica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Biodiversidade	1	1	-	1	-	3	-	4	2	12	7,0	38,7
Refúgio para espécies	-	1	-	-	1	-	1	-	-	3	1,8	9,7
Polinização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fragmento de Mata Atlântica	-	-	2	2	-	-	2	3	-	9	5,3	29,0
Importância local	-	-	-	-	-	1	5	1	-	7	4,1	22,6
Total	1	2	2	3	1	4	8	8	2	31	18,1	100
História e sociedade												
Diferencial metropolitano	-	1	1	2	-	1	3	2	-	10	5,8	15,4
Conservação cultural	-	-	-	-	-	10	-	1	-	11	6,4	16,9
Registro social ou histórico	4	-	-	-	-	9	-	-	-	13	7,6	20,0
Benefícios sociais	3	6	-	1	-	1	-	1	2	14	8,2	21,5
Educação Ambiental	-	-	-	-	-	-	1	2	2	5	2,9	7,7
Qualidade de vida	-	-	2	1	-	5	2	-	2	12	7,0	18,5
Total	7	7	3	4	-	26	6	6	6	65	38,0	100
Uso indireto												
Recursos Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios financeiros	6	6	-	-	-	-	-	-	-	12	7,0	32,4
Atração turística	-	2	-	-	-	-	1	-	-	3	1,8	8,1
Area de lazer.	1	-	3	1	-	-	4	-	3	12	7,0	32,4
Valor agregado às propriedades	2	-	1	1	-	3	-	-	-	7	4,1	18,9
Patrimônio paisagístico	-	1	-	-	-	1	-	-	1	3	1,8	5,1
Total	9	9	4	2	-	4	5	-	4	37	21,6	97
Ameaças												
Área verde restante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conseqüências negativas	-	1	-	-	-	-	1	-	-	2	1,2	28,6
Comparações	-	-	-	-	-	-	5	-	-	5	2,9	71,4
Total	-	1	-	-	-	-	6	-	-	7	4,1	100
total geral	17	19	12	11	10	41	26	20	15	171	100	

Nota: Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Com relação aos demais atores (tabela 7.7) houve também grande referência ao grupo história e sociedade (32,1%) com destaque para as categorias do diferencial metropolitano (12,2%) e do registro social e histórico (7,1%). No âmbito geral também apareceu a manutenção do microclima (7,7%) e a representação do PESET como área de lazer (8,2%). Destaca-se o aumento do percentual do grupo das generalizações (14,3%).

Tabela 7.7 - Falas relacionadas aos argumentos, os seus percentuais totais e por categoria para os atores não administrativos.

Argumentos	atores não administrativos																total	% tot	% cat	
	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y				Z
Serviços ambientais locais																				
Serviços Ambientais	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	1,0	5,7
Microclima	2	2	5	-	2	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	7,7	42,9
Recursos hídricos	-	1	1	-	2	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	3,6	20,0
Previne assoreamento	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,5	2,9
Proteção do solo	1	-	-	-	2	4	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	4,1	22,9
Sossego e segurança	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,0	5,7
Total	5	3	6	-	6	8	-	6	-	1	-	-	-	-	-	-	35	17,9	100	
Generalizações																				
Camada de ozônio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquecimento global	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	4	2,0	14,3
Saúde do planeta	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	4	2,0	14,3
Gerações futuras	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	1	-	-	5	2,6	17,9
Manutenção do meio ambiente	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3	1,5	10,7
Desaparecimento da sp humana	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,0	7,1
Preservação ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-	1	-	-	1	1	-	8	4,1	28,6
Patrimônio da Humanidade	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	1,0	7,1
Total	2	3	2	-	-	-	-	5	4	2	2	2	-	3	2	-	28	14,3	100	
Biologia / Conservação																				
Teia ecológica	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1,5	8,1
Biodiversidade	-	1	1	-	-	1	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	6	3,1	16,2
Refúgio para espécies	1	1	1	-	-	2	-	2	-	-	2	-	-	-	1	1	-	11	5,6	29,7
Polinização	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,0	5,4
Fragmento de Mata Atlântica	-	-	-	3	-	1	4	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	10	5,1	27,0
Importância local	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	-	-	5	2,6	13,5
Total	4	2	5	3	-	4	6	2	4	1	2	-	-	2	1	1	37	18,9	100	
História e sociedade																				
Diferencial metropolitano	-	1	-	4	1	3	-	7	3	-	-	-	-	-	4	1	-	24	12,2	38,1
Conservação cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,0	3,2
Registro social ou histórico	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	14	7,1	22,2
Benefícios sociais	-	1	-	5	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	10	5,1	15,9
Educação Ambiental	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	6	-	-	11	5,6	17,5
Qualidade de vida	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,0	3,2
Total	-	3	-	9	1	3	-	9	21	2	2	-	2	-	10	1	63	32,1	100	
Uso indireto																				
Recursos Futuros	-	-	1	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2,0	14,3
Benefícios financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,5	3,6
Atração turística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	3	1,5	10,7
Area de lazer.	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	5	1	2	-	1	4	16	8,2	57,1
Valor agregado às propriedades	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,0	7,1
Patrimônio paisagístico	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,0	3,4
Total	1	3	1	3	1	-	-	3	-	-	2	5	1	2	-	1	5	28	14,3	96
Ameaças																				
Área verde restante	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,5	20,0
Consequências negativas	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2,0	80,0
Comparações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	4	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	2,6	100	
Total geral	16	14	14	16	8	15	11	24	27	6	8	5	3	5	14	3	7	196	100	

Nota: Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

7.2.3 Discussão

Os textos resultantes das entrevistas revelaram as questões mais prementes relacionadas ao PESET, apontando para um conjunto de representações que simbolizam a maneira como os atores sociais o vêem e com esse se relacionam. Essas podem influenciar de maneira importante a gestão do Parque, pois representam a esfera simbólica da evolução de sua inserção social. As evidências expressadas pelas representações sociais também foram utilizadas por Melo e Saito, (2000) na avaliação da integração das comunidades ao manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV-GO), a partir da análise de documentos relacionados ao Parque. A metodologia empregada para a Análise de Conteúdo, foi sensível a ponto de detectar o distanciamento da administração em relação à população, que coincidiu com o fechamento do PNCV em 1991 para visitação pública. Outra questão levantada por esses autores foi que os debates sobre inclusão social através do estímulo a participação comunitária na criação e gestão de UCs influenciaram a reaproximação daquele Parque com as comunidades adjacentes.

Nesse sentido, no caso do PESET, a sua história institucional parte de uma base positiva uma vez que: “Contar a história do PEST é contar a história da comunidade da Serra da Tiririca.” (Renam), “...mas a história do Parque em si, ela começa com o movimento ambientalista, com pessoas que se importavam com a conservação...” (Paula)

...Numa sociedade altamente politizada, um grupo à frente, altamente azeitado com a pauta nacional e mundial pedindo coisas muito modernas, pedindo a institucionalização de um espaço, que até então era visto como uma montanha, um morro, e já com um discurso, quer dizer, um discurso atrelado. O discurso do Parque não era institucionalizar uma montanha era institucionalizar uma montanha em função de um modelo, então se ele inicia diferente, então ele enfrenta tudo diferente. (Andréia)

Essa visão representa a história do PESET antes de sua criação e também enquanto uma nova entidade individualizada no espaço físico e conceitual da área. O registro histórico é relacionado à evolução da ocupação da região por diferentes grupos sociais, que construíram os vetores de preservação e também os de degradação da UC. Não obstante formando as bases para o processo de institucionalização do espaço em um parque.

O PESET é o único caso de Parque criado por mobilização social do Rio de Janeiro. Esse remonta a 1989 com a criação da Frente de Defesa da Serra da Tiririca. Logo em seguida, em 1990, o Movimento Cidadania Ecológica, constrói um anteprojeto de lei que, encampado pelo então Deputado Estadual Carlos Minc, é transformado em Projeto de Lei na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Assim, em 29 de novembro de 1991 o PESET é criado. Um

começo promissor que guardava enormes esperanças para a conservação desse fragmento de Mata Atlântica da região (MONTEIRO DE BARROS; SATHLER; CONCEIÇÃO, 2002).

Dessa maneira, a importância do Parque enquanto um registro histórico, social e cultural da região, também representa a luta conservacionista. Essa imagem configura-se como um atributo importante dessa visão positiva. Dentro do núcleo 3, que representa o grupo de representações positivas, houve cerca de 25% de falas nessa categoria (Tabela 7.1).

No entanto, passados 16 anos de sua criação houve uma patente deterioração dessa esfera simbólica relacionada ao PESET, uma vez que as falas penderam para uma visão negativa do Parque, evidenciada pela proporção de 60 % relacionada ao núcleo 1, dos referenciais negativos (Tabela, 7.1).

Nesse grupo as falas enquadraram-se mais nas categorias dos conflitos (18,6% das referências gerais e 31,1% dentro do núcleo 3) relacionados principalmente aos problemas de implantação e gestão do Parque, bem como com o passivo histórico das disputas fundiárias que se intensificaram com a sua criação. Dessa maneira, o PESET não conta com uma administração eficiente de seu uso público e também não consegue informar e convencer as pessoas sobre a sua importância na conservação desses últimos fragmentos florestais dos Municípios de Niterói e Maricá. Todo esse descompasso acaba por fomentar a

história de conflitos..., é meio que a briga do rochedo contra a água, são os grandes condomínios cada vez querendo mais, invadir o Parque e o Parque resistiu através das entidades organizadas, de ambientalistas, de pesquisadores, através da população não organizada, através da Associação de Pescadores, etc., então a história do Parque é essa história recente... que é a história do conflito, o Parque tentando permanecer vivo, e a indústria da construção, os interesses econômicos tentando reduzir o Parque cada vez mais. (Luís)

Luís ressalta também a ação da especulação imobiliária, que é um exemplo da sinergia entre as representações sobre o PESET. Pois, “O maior conflito com o Parque, desde que foi criado, concentrou-se na especulação imobiliária, contando com a conivência das administrações municipais.” (Hélio)

Essa interação sendo um dos catalisadores da organização da população no movimento político que criou o PESET, e que atua na sua defesa, visão representada pela categoria vigilância: “...uma das mais importantes lutas políticas para os verdadeiros ambientalistas de Niterói que estiverem dispostos a enfrentar a especulação imobiliária.” (Renam).

Além disso, também existe a percepção de que a criação do Parque foi positiva por:

...não estar deixando a especulação imobiliária subir os morros, ou seja, está dificultando, vamos dizer assim ele veio trazer dificuldades que têm sido muito benéficas, ou seja, ele meio que estacionou uma situação em quase 20 anos, 15 anos, 16 anos de Parque ele meio que conseguiu estacionar esta especulação se não fosse um Parque, fosse uma APA, ou se não fosse nada, se fosse uma coisa só municipal, com certeza a especulação imobiliária já teria varado esse morro. (Flávio)

Dessa maneira, a interação da imagem do Parque com a da especulação imobiliária produz efeitos positivos e negativos para a sua representação simbólica. Os positivos relacionados com a percepção de resistência e mobilização popular no passado e atualmente, bem como na valoração do Parque (inclusive da escolha dessa categoria, dentro das opções do SNUC) como um instrumento para conter o avanço desses interesses especulativos. Os negativos referindo-se a ineficiência administrativa da Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF) do Rio de Janeiro, atraso na implantação do PESET e a visão de relações escusas dos poderes Municipais de Niterói e Maricá, com a especulação imobiliária, como também relata Simon (2001).

Dentro das categorias do núcleo 1, inerentes de uma imagem negativa, a visão de que o PESET sofre pressões da especulação imobiliária e expansão urbana sem planejamento dos municípios adjacentes foi evidenciada por 10,1% das falas na contagem geral. Essas representam cerca de 17% das mesmas dentro desse núcleo (Tabela, 7.1).

A outra representação que reforça a imagem negativa do Parque relaciona-se com a sua precária implantação nas esferas territorial e institucional. O Parque sofre com problemas administrativos internos e externos relacionados à inação do IEF e a falta de continuidade e articulação das ações. Além da percepção de corrupção do Órgão e das Prefeituras. Esse conjunto reforça a idéia de ineficiência administrativa. Essa categoria (problemas administrativos) representou 15,2% das falas na contagem geral e aproximadamente 25% das referências no núcleo 1. Outros problemas administrativos verificados foram relacionados às carências de infraestrutura, financiamento e pessoal (com 3,6% das falas no âmbito geral e 6% dentro do núcleo 1) e à falta de implantação dos limites definitivos do PESET (5,8% e 9,7% respectivamente). Assim, no âmbito administrativo o PESET é visto como um parque de papel, apesar desse termo ter sido empregado especificamente em apenas 1% das vezes (Tabela 7.1).

Outra imagem icônica do PESET relaciona-se aos conflitos. O Parque vêm passando por um período de reestruturação relacionada às mudanças políticas e administrativas no órgão gestor e na própria política ambiental do Estado do Rio de Janeiro. Dessa maneira, muitos atores, ainda

fazem parte dos quadros do IEF. O Deputado Estadual Carlos Minc, que enviou o Projeto de Lei de criação do PESET à Assembléia Legislativa em 1991 foi o secretário de Meio Ambiente do Estado e agora é Ministro do Meio Ambiente. Dessa maneira, houve uma percepção de melhorias administrativas e de infra-estrutura expressas pela categoria da eficiência administrativa e demandas que abrangeu quase 30% das falas no núcleo 2. No entanto, é de conhecimento de todos que o Parque apresenta esse passivo social (cerca de 18% das falas no núcleo 2) um dos seus problemas mais prementes, diretamente ligado à relação da UC com as pessoas e o que ela representa para a sociedade. Essas três representações sociais interagem produzindo a percepção de que a administração deve trabalhar para “...reverter o estigma do Parque, de ser um **Parque Conflito**. Ainda que existam esses conflitos, nós precisamos reverter esse erro que é a sociedade achar que o Parque é de conflito” (Cláudio).

Esse é um problema com raízes na história da região e nos desdobramentos mais recentes, antes, durante e depois da criação do PESET. Desse cerne ramificaram uma série de processos que acabaram por comprometer a própria existência do Parque. Um deles, como foi relatado, é representado pelos conflitos fundiários. Porém outros conflitos também aparecem, como aqueles entre os membros do próprio movimento ambientalista que lutou pelo Parque, como descrito por Simon (2003).

O Parque, na sua curta existência, passou de uma relação positiva com a sociedade, que demandou pela sua criação (e cujas falas positivas alcançaram um percentual de 3,8% no geral e 15,9% dentro do núcleo 3), para a pecha de parque conflito. Assim alguns atores dão pistas de como essa visão pôde degradar-se tão rapidamente, nesse embate das boas intenções com a realidade dos fatos. Como Cláudio nos conta, apontando uma das causas do problema na dualidade de aspectos positivos em contraste com os negativos: “...A sociedade falou: nós nos interessamos por essa área e queremos zelar por ela, e então por isso nós queremos que ela seja uma unidade de conservação...Mas é um Parque que já nasceu errado, sem os limites definidos.”

Porém em um foco mais amplo, relacionado à história da região, Renam relata que, “Esta comunidade (da Serra da Tiririca) no passado foi vítima de diversos ataques, principalmente de grileiros e da especulação imobiliária da época...”

Paula define assim essa história e ao fazê-lo expõe uma terceira observação importante (grifos meus):

...o Parque foi criado pelo movimento ambientalista neste sentido, esse é um aspecto positivo as pessoas se mobilizaram para que aquela área fosse conservada mas se esqueceram de se mobilizar junto com as pessoas que moram no local. Então de repente em 1991 caiu de pára-quedas na cabeça das pessoas uma Unidade de Conservação... essas pessoas se tornaram um problema, um problema que ninguém quer resolver e que quer alijar do processo de discussão da Unidade de Conservação...

A quarta observação relaciona-se com a administração do Parque, relatada por Eva:

... nossa ação ainda é muito policialesca porque você sem uma definição e não podendo permitir que ninguém vá construindo você chega já policiando, você não chega educando, não estamos fazendo administração de Parque, nós estamos é defendendo os limites do Parque.

Pelo que foi relatado, percebe-se que os conflitos advêm de fatores bem conhecidos por aqueles que lidam com o Parque: a indefinição dos seus limites (5,8 % de todas as citações – núcleo 1- delimitação do Parque) e a ineficiência administrativa que não consegue agir de maneira a educar para a conservação; a especulação imobiliária (10,1%); a presença de comunidades dentro da área de estudos do PESET, anteriores ao estabelecimento de seus limites provisórios, alijadas dos processos decisórios e outros problemas administrativos, de infraestrutura, de financiamento e de pessoal na gestão do Parque. Esses suplantaram a visão dos aspectos positivos, como a grande mobilização para a sua criação (com 3,8% das citações no núcleo 3), a defesa da área pelas comunidades locais e boas relações com os moradores (apenas 1,6%) e a grande vigilância que existe sobre o Parque (1,7%).

De maneira complementar, a pecha do conflito não é decorrente da atuação desses fatores isoladamente e sim das interações sinérgicas entre eles: a indefinição dos limites do Parque por 16 anos (1991-2007) criou espaço para a especulação imobiliária e é um foco de tensões para as comunidades dentro e no entorno. Essa indefinição é a faceta mais visível das limitações e ineficiência administrativa do IEF e em última instância do poder Estadual, em assumir de fato a gestão da conservação no Rio de Janeiro e mais especificamente no PESET. Deve-se destacar nesse ponto, que a atuação do último administrador, Nestor Prado foi percebida de maneira positiva por diferentes atores. Vários destacaram que a “grande cabeça” do IEF, palco de disputas políticas e aparelhamento por partidos políticos, a falta de verbas, a carência de pessoal treinado e de continuidade nos projetos acaba engessando a gestão do Parque, que se sustenta por ações pulverizadas de pessoas ligadas a sua administração local ou pelos atores mais engajados na sua defesa.

Outras hipóteses também podem ser levantadas. O Parque é relacionado com várias limitações administrativas, porém é identificado por muitos como o responsável por salvaguardar

a sua área da especulação imobiliária. O que realmente segurou o avanço da especulação imobiliária? A presença do Parque ou das comunidades tradicionais? Obviamente cada lado tem sua própria versão e provavelmente a resposta está nas interações dos dois fenômenos sociais. A instituição do Parque por legislação Estadual diminuiu os campos de ação dos agentes da especulação, pois tira a administração do espaço da esfera local, mais influenciável às pressões políticas e econômicas. Ao mesmo tempo, também regulou algumas formas de uso predatório das próprias comunidades tradicionais, como é reconhecido por Renam:

...Portanto, me atrevo a dizer que grande parte da preservação do PEST se deve mais ao modo de vida da própria comunidade do que efetivamente à criação do Parque, claro que isto deve ser entendido com as devidas ponderações. Nunca nos colocamos contra o Parque, tenho certeza que o PEST trouxe sim benefícios ao meio ambiente, como, por exemplo, a mudança de algumas tradições vistas como degradadoras (carvão, caça, etc...) ...

Porém, nesse ponto também reside a grande lacuna na institucionalização desse espaço e o grande erro no processo de criação do PESET: os atores ligados aos primeiros passos para a sua criação, acreditando na inovação da mobilização popular na criação de uma UC, aproveitaram o movimento social para pressionar politicamente o Estado a criar o Parque. Esse foi instituído sem a definição de seus limites. Esse procedimento foi delegado a uma segunda etapa, de consultas públicas e democráticas. Assim os agentes da especulação imobiliária encontraram um novo nicho de influência no embate de forças locais, pois o Projeto de Lei de 2006, para a definição dos limites definitivos, recuou todo o processo para as audiências públicas, onde os interesses especulativos encontram repercussão e realmente conseguiram vitórias, retirando lotes não edificadas da área proposta em 1993. Dessa maneira, a visão de conflito também é relacionada com uma injustiça que afeta primordialmente as comunidades mais pobres. Como destaca Renam:

Essas comunidades tradicionais lutam por seu direito de permanência na área do Parque... garantiram às atuais gerações a existência dos remanescentes de Mata Atlântica que integram o Parque Estadual da Serra da Tiririca... o entorno, com o incentivo das Prefeituras (Niterói e Maricá) em busca de cobrança de IPTU e tudo mais, e também com a omissão dos órgãos estatais, o crescimento aumentou e promete crescer ainda mais agora com a liberação dos loteamentos.

Portanto, a definição dos limites foi crucial para que o Parque exista de fato, como se identifica no relato de Nélio:

A UC só existe no papel, e o Estado que tem por obrigação legal de implementá-lo prefere resistir judicialmente a esta obrigação, interpondo recursos que só projetam para bem mais tarde os objetivos do PEST, uma vez que sem delimitação não há plano de manejo; sem plano não há parque.

Para piorar a história os conflitos fundiários tendem a agravar-se, pois:

...Niterói e Marica são dois municípios que têm área do Parque, mas historicamente são municípios totalmente diferentes. Niterói é ex-capital e continha uma série de situações específicas, tem um perfil urbano mais acentuado, Maricá já é um município mais interiorano que tinha uma base econômica agrícola e tem uma série de dificuldades estruturais e estão tentando buscar também parcerias, elas têm um perfil diferente. Então a sociedade vê de olhos diferentes, mas o objetivo é simples, ambas têm que ver o Parque como uma coisa única. (Daniel)

Essas observações nos permitem fazer a projeção que as pressões devem aumentar enormemente nas áreas do Parque voltadas para Marica, uma vez que em Niterói, essas se encontram quase inteiramente cercadas por residências e condomínios.

Além disso, existe um passivo social latente relacionado a essas questões como aponta Renam:

...muitas pessoas ainda não acreditavam no que era realmente a categoria Parque, ou seja, proteção integral, real possibilidade de desapropriação... Não há o que se comemorar com essa aprovação dos novos limites, se tivesse como segurar o crescimento urbano isso teria sido muito mais facilmente feito com os limites de 1993, agora fica-se nas mãos de interesses enormes e que dificilmente serão derrotados... A relação da comunidade com o IEF não podia ser nem medida, pois sequer existia há algum tempo atrás nenhum tipo de relação. O que muitas vezes ocorria era uma enorme opressão por parte do IEF sobre a comunidade, só aparecendo para punir e criar ondas de terrorismo, ameaçando, dizendo que ia ser todo mundo retirado e coisas do tipo...

Com relação à visitação, o quadro também não é melhor e também agrava a visão de conflito e ineficiência administrativa. Alguns dos entrevistados definiram como inexistente ou desrespeitosa, a relação entre a administração do PESET com os visitantes. Aparecem situações prosaicas, como a dos visitantes que sobem ao mirante do Costão de Itacoatiara para assistir ao por do sol e pulam o portão do Parque, que fecha às 18 horas, no retorno. Esse é um exemplo primário da administração pouco sensível às demandas locais.

Não há programas de Educação Ambiental e nem mesmo de Interpretação Ambiental. Várias trilhas encontram-se degradadas o que culminou com o fechamento de um dos acessos ao cume do Alto Mourão pela sede de Itacoatiara, tamanho o grau de erosão da trilha. Além disso, as placas são precárias e muitas vezes doadas por ambientalistas e ONGs que atuam no local. Essa carência torna patente a falta de investimento do IEF em gerir o uso público do PESET. Mais uma face visível da ausência do comprometimento Estatal na conservação da área. Para

completar as placas que informam os limites do Parque trazem chavões irrelevantes para o seu propósito e a palavra que mais salta aos olhos é o “Proibido”. Assim, “Ele (parque) precisa mudar... igual cobra que muda de pele e mostrar o caráter positivo... é o parque fortaleza, o parque do tudo é proibido...” (Andréia).

Considerando separadamente a visão dos dois grupos de atores podemos perceber que aqueles relacionados com a administração atual ou passada do Parque têm uma visão mais positiva do que os atores não administrativos. O núcleo 3 para o primeiro grupo abrangeu quase 30 % das falas enquanto que para o segundo grupo ficou em cerca de 20%. As falas negativas caíram para 51% e subiram para 66% respectivamente. Houve um aumento das falas classificadas no núcleo 2 para os atores administrativos, fato que pode ser ligado ao reconhecimento que existem demandas administrativas, percepção que aumentou para quase 36% para esse grupo de atores. Ainda os considerando, a representação negativa que mais caiu foi a do conflito (20,5%) e a que mais subiu foi a dos problemas administrativos (31,7%). Esse é um sinal de alerta para a importância de focar nessa esfera simbólica, uma vez que os moradores e visitantes vêem o PESET de maneira bem negativa. Nesse caso sobem a visão de conflito (36,9%) e da especulação imobiliária (18,8%).

7.2.3.1 Os argumentos

Foram feitos levantamentos sobre os argumentos considerados como mais convincentes para que as pessoas defendam a conservação do Parque e as respostas foram classificadas em 6 grupos. Os argumentos estritamente biológicos ou ecológicos, agrupados em Biologia / Conservação receberam apenas 18,5% das referências. Nesse caso, aparecem os argumentos relacionados a proteção da biodiversidade (26,5% no grupo), a visão do Parque enquanto um refúgio para espécies (20,6%) e a consideração que é importante conservá-lo pois o PESET representa um fragmento de Mata Atlântica (27,9%). Essas informações são relevantes, uma vez que a premissa básica de todo parque é a conservação da biodiversidade, nos níveis genético, populacional e ecossistêmico (BRASIL, 2002).

Com relação aos outros argumentos, excetuando-se as Generalizações (8,7%) e os serviços ambientais locais (16,9%), os demais refletem algum tipo de interação social com a UC, seja em relação aos moradores das adjacências, ou ao seu uso público. Para esses dois grupos aparecem com destaque os argumentos pela necessidade de preservação ambiental (25%); do

microclima (37,1%) e dos recursos hídricos (35%). Os primeiros podem denotar uma falta de conhecimento sobre o Parque e a importância dos serviços ambientais locais, uma visão utilitarista de natureza.

Os argumentos relacionados com a História e Sociedade receberam quase 35% das citações, representando o grupo de argumentos mais importantes, na visão dos atores entrevistados (Figura 7.3). Nesse grupo foi destacada a visão do PESET enquanto um diferencial metropolitano (9,3% de todas as citações e 26,6% dentro da categoria), cujas falas relacionaram-se basicamente ao fato do Parque ter impedido o avanço de favelas e condomínios sobre a floresta. O Parque também representa um importante registro social e histórico (7,4% e 21,1% respectivamente). Esse aspecto sendo ressaltado pelo representante da comunidade tradicional de sitiantes e atores com uma relação afetiva com o PESET. Essa importância histórica também foi utilizada por Selles e Abreu (2002) para a construção de uma consciência ambiental mais ampla com professores de escolas da região do Parque.

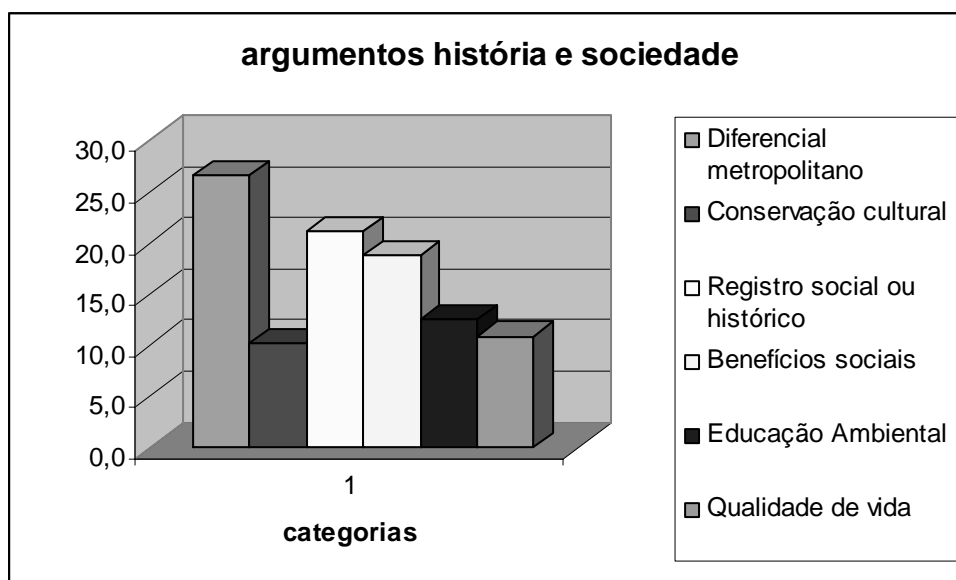


Figura 7.3 – Gráfico com os argumentos agrupados na categoria história e sociedade cujas categorias foram organizadas de maneira percentual

O Grupo de argumentos ligados ao uso indireto da UC representou cerca de 18% das falas. Nesse grupo destacou-se primordialmente a visão do Parque como área de lazer (43,1%). Considerando os argumentos relacionados ao Parque como atração turística (9,2%), mais da metade das falas desse grupo relacionou-se com aspectos da visitação do Parque. Nesse grupo também é detectada uma visão utilitarista da natureza representada pela noção de que o Parque

poderia trazer benefícios financeiros (20%) para a comunidade local e aumentaria o valor agregado das propriedades (13,8%).

A Figura 7.4 mostra que para os atores administrativos, a importância histórica e social do parque abrange quase 40% das falas, porém sobe a visão do Parque como importante para a conservação cultural (16,9%) e manutenção da qualidade de vida (18,5%). No entanto, diminuem os argumentos do diferencial metropolitano (15,4%). No caso do uso indireto (21,6%) sobe a visão de que o Parque traz benefícios financeiros (32,4%) e representa uma importante área de lazer para a comunidade local (32,4%). Os gestores do PESET parecem estar subutilizando os argumentos ecológicos e biológicos para a sua conservação, apesar desses existirem. Essa observação pode estar relacionada às carências financeiras e administrativas do Parque, que tornam superficiais as relações com as comunidades adjacentes e visitantes, bem como a ausência de investimento do IEF em pesquisa no Parque. Esse ainda não tem plano de manejo, e não houve investimento na construção desse conhecimento por parte desse órgão. A pesquisa fica delegada às frágeis “parcerias” com instituições de pesquisa, cujos profissionais tem que pedir autorização para coletas da fauna e flora e, portanto, criar um vínculo institucional. Outra vertente de pensamento relacionado nos leva a crer que o IEF tenta implantar uma infra-estrutura de autofinanciamento para o Parque (o que também é revelado pela intenção de cobranças de tarifas), visto como uma espécie de contrapartida aos benefícios financeiros e aumento do valor agregado das propriedades.

No caso dos atores não administrativos as falas sobre a manutenção do microclima aumentam no grupo (42,9%), bem como o Parque representar um diferencial metropolitano (38,1%), principalmente na contenção da expansão de favelas. A visão de que o Parque representa uma importante área de lazer é representada por 57,1% dos argumentos classificados nessa categoria. Os argumentos classificados em generalizações também aumentam, com destaque para a preservação ambiental (28,6%). Esse argumento denota uma falta de conhecimento sobre as funções de um Parque, pois esse é definido superficialmente pela sua importância básica e de maneira tautológica. O Parque então é visto como o “quintal de casa”, sem muitas regras definidas e com grande desconhecimento sobre a sua riqueza biológica.

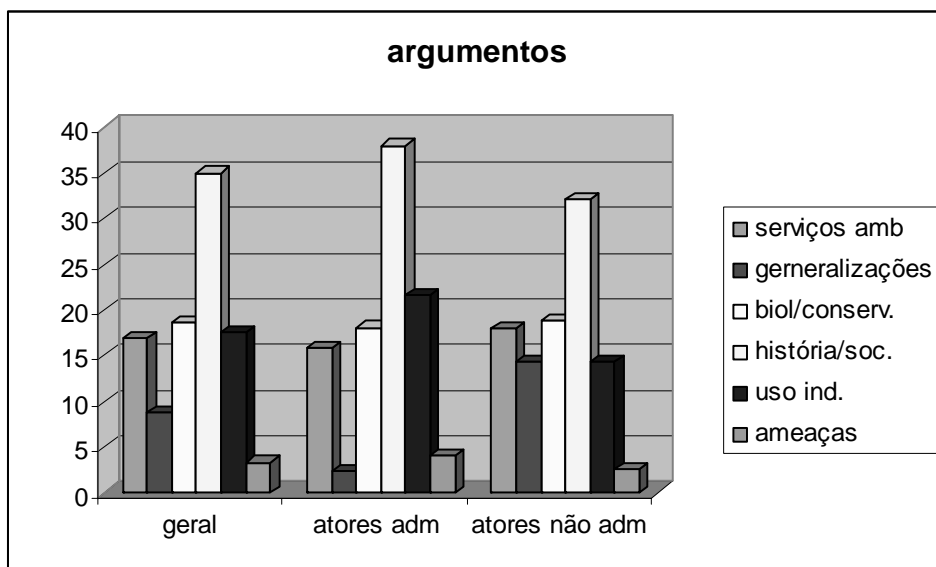


Figura 7.4 - Gráfico com os argumentos pela conservação do PESET expressos de maneira percentual e separados pelos grupos de categorias

Esses dados podem estar indicando a fragilidade dos argumentos ambientais para o convencimento das pessoas. Talvez pelo fato dos próprios atores expressarem dúvidas sobre a capacidade do Parque em manter seus atributos biológicos e ecológicos por um longo tempo ou por haver um grande desconhecimento sobre esses atributos em função do pouco investimento em pesquisas ou pela dificuldade em tornar de conhecimento público, os resultados das pesquisas acadêmicas. Outra hipótese relaciona-se com visões diferentes de natureza. Parece que houve a maior expressão de uma visão utilitarista, talvez pelos atores acharem que essas toquem mais as pessoas.

Todos os argumentos são válidos para a conservação, porém a fraqueza dos argumentos biológicos, a conservação da biodiversidade é a função precípua das UCs de uso indireto, apontam um foco de atuação para a Educação Ambiental, tanto no que concerne ao conhecimento pela população local das especificidades biológicas do Parque, quanto para o sucesso dos esforços (necessários) de interligação da UC com outros fragmentos florestais da região.

7.3 Conclusões

O processo de institucionalização do PESET relaciona-se com a indefinição dos seus limites e os conflitos fundiários históricos da região. A especulação imobiliária ocupou o *lócus* deixado pela fraca implantação do Parque nas esferas institucional e territorial, porém foi vista como uma força que, “encontrando pessoas certas nos lugares certos” acabou por catalisar o

movimento pelo Parque. Esse, no seu âmbito simbólico, acabou marcado pela ineficiência administrativa do órgão gestor, como um parque de papel e como um palco de conflitos relacionados à especulação imobiliária, situação fundiária e política. No entanto, é um parque que também tem um grande valor local como área de lazer e como um registro da história política e geográfica da região. Porém, apesar de sua importância biológica, as pessoas não identificam esse aspecto. Dessa maneira, essas representações sociais devem ser manejadas para que seus aspectos positivos sejam amplificados e contribuam para a sua inserção regional.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 229 p.

BAUER, M.W.; GASKELL, G. Towards a paradigm for research on social representations. **Journal for the Theory of Social Behavior**, Oxford, v. 29, n. 2, p. 163-186, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza SNUC**. Brasília: IBAMA, Diretoria de Ecossistemas, 2002. 35 p.

CASTRO, P. Pensar a natureza e o ambiente – alguns contributos a partir da teoria das representações sociais. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 2, p. 263-271, 2003.

CASTRO, P.; LIMA, M.L. Old and new ideas about the environment and science: an exploratory study. **Environment and Behavior**, Edmond, v. 33, n. 3, p. 400-423, 2001.

GERHARDT, C.; ALMEIDA, J. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 1-31, jul./dez. 2005.

MELO, M.M.; SAITO, C.H. A relação entre unidade de conservação e comunidade do entorno. Estudo de caso: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – GO. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., 2000, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidade de Conservação; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 2, p.137 – 146.

MONTEIRO DE BARROS, A.A.; SATHLER, E.B; CONCEIÇÃO, M.C.F. Implantação de Unidade de Conservação postulada em juízo via ação civil pública: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Fortaleza, 2002. v. 1, p. 774-781.

ORMSBY, A.; KAPLIN, B.A. A framework for understanding community resident perceptions of Masoala National Park, Madagascar. **Environmental Conservation**, Moiry, v. 32, n. 2, p. 156-164, 2005.

PAASI, A. Bounded spaces in the mobile world: deconstructing “regional identity”. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, Utrecht, v. 2, p. 137-148, 2002.

PELUSO, M.L. O potencial das representações sociais para a compreensão interdisciplinar da realidade: geografia e psicologia ambiental. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 2, p. 321-327, 2003.

RÖPER, M. A difícil arte do planejamento participativo: a implementação da APA Estadual da Chapada dos Guimarães como exemplo de institucionalização territorial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., 2000, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidade de Conservação; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 2, p. 69 – 78.

SIMON, A.V.S. Aspectos sócioambientais e jurídicos do Parque Estadual da Serra da Tiririca. **Plúrima** - Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 24, n. 5, p. 9-52, 2001.

_____. **Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca**. 2003. 255 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003. Inclui anexos.

SELLES, S.E.; ABREU, M. Darwin na Serra da Tiririca. Caminhos entrecruzados entre a biologia e a história. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 20, p. 5-22, jun./ago. 2002.

8 A ESFERA SIMBÓLICA DOS PARQUES: A PERCEPÇÃO DE MORADORES E VISITANTES



Foto: Bromélias da Pedra de Itacoatiara, tirada por Douglas Pimentel no dia 18 de fevereiro de 2007.

O Olho é um teatro por dentro.
E às vezes, sejam atores, sejam cenas,
e às vezes, sejam imagens, sejam ausências,
formam, no Olho, lágrimas.

(Trecho de “Mapa de anatomia: o olho” de Cecília Meireles)

Resumo

A maneira como as pessoas percebem o Parque Estadual da Serra da Tiririca e as interações sócio-ambientais constituem a sua esfera simbólica. Moradores e visitantes tem uma percepção de abandono administrativo e carecem da estruturação do seu uso público. Poucos reconhecem a importância ecológica do Parque, além disso, o perfil social que demandou pela sua criação, mudou. Dessa maneira, é premente a confecção do seu plano de manejo, bem como de atividades de Educação Ambiental para a gestão adequada e mudança dessas percepções para uma imagem mais positiva dessa unidade de conservação.

Palavras-chave: Esfera simbólica; Percepção; Moradores; Visitantes; Parque Estadual da Serra da Tiririca

8 THE PARKS SYMBOLIC SPHERE: THE RESIDENTS AND VISITORS PERCEPTION**Abstract**

The way that people perceived the Serra da Tiririca State Park as well as the socio environmental interactions constitute its symbolical sphere. Residents and visitors have an administrative abandonment perception and want its public use structure. Few of them recognize the parks ecological relevance, besides the social profile the demanded for parks creation, has changed. So it is urgent the constitution of its management plan, as well environment education activities to this perceptions administrations.

Keywords: Symbolic sphere; Perception; Residents; Visitors; Serra da Tiririca State Park

8.1 Introdução

O Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) localiza-se entre os Municípios de Niterói e Maricá, no Estado do Rio de Janeiro. Os bairros de Itaipu, Itacoatiara e Engenho do Mato, bem como Várzea das Moças circundam o Parque e pertencem a Região Oceânica e Leste de Niterói, respectivamente. Os dois primeiros são banhados por praias de mesmo nome e possuíam uma ocupação basicamente caracterizada por residências de veraneio. Os dois últimos, bem como o 3º distrito de Inoã e no 4º distrito de Itaipuaçu, onde se localizam os bairros fronteiriços ao PESET do Município de Maricá (Itaocaia e Inoã / Itaipuaçu, respectivamente), caracterizavam-se pela produção agrícola e a presença de pequenos sítios. Esse perfil vem mudando ao longo do tempo com a ocupação urbana por residências fixas de classe média, condomínios de alto padrão, bem como de favelas. Essa ocupação foi mais rápida em Niterói e o

Parque, nesse município encontra-se quase que inteiramente cercado por condomínios e propriedades privadas (VALLEJO, 2005; PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, 2007).

O Parque representa um importante fragmento de Mata Atlântica da região, porém, após intensa mobilização social que culminou na sua criação em 1991, o PESET não teve os seus limites definitivos decretados por 16 anos, o que amplificou novos e velhos conflitos fundiários. O processo de institucionalização da UC depende de fatores relativos à sua administração, manejo política e legislação, bem como as relações mantidas com as pessoas nas comunidades adjacentes e os visitantes. Assim, a maneira como as pessoas percebem o Parque e essas interações sócio-ambientais constituem a sua esfera simbólica, que o presente capítulo pretende analisar.

8.2 Desenvolvimento

8.2.1 Material e Métodos

A coleta de dados foi feita por entrevistas, organizadas em um questionário aplicado aos visitantes e moradores do entorno do PESET (Figuras 8.1 a e b). Esse corresponde ao conjunto de perguntas fechadas, com um número de respostas fixas, e abertas, em que o entrevistado tem liberdade de formular a resposta (DITT et al., 2003). As perguntas pretendiam construir um quadro das inter-relações entre a UC e as pessoas através do estabelecimento do perfil e percepção dos moradores e visitantes sobre o Parque. Um teste piloto foi realizado no dia 11 de janeiro de 2006 (quarta-feira) para os visitantes que saíram do Parque pela sede de Itacoatiara. Posteriormente, foram realizadas adequações para os procedimentos e para garantir a plena compreensão das questões pelos entrevistados. As entrevistas foram aplicadas em dias úteis e finais de semana e feriados no período de janeiro de 2006 a março de 2007.

Questionário para visitantes do Parque Estadual da Serra da Tiririca	
1) Cidade em que reside?	18) Como ficou sabendo da existência do Parque? () por notar próximo () indicação de amigos () jornais () televisão () outras. Especificar
2) Bairro em que reside?	19) Já participou de alguma atividade de Educação Ambiental orientada no Parque? () sim. Quem realizou? () não
3) Sexo M() F()	20) O que observou de positivo na visita ao Parque?
4) Idade.....	21) O que observou de negativo na visita ao Parque?
5) Nível de escolaridade: fundamental: completo () incompleto () médio: completo () incompleto () superior: completo () incompleto () curso:	22) Diga qual é o maior problema que afeta o Parque.
6) Atuação profissional.....	23) Diga o nome de um animal nativo do Parque:
7) Como chegou até o local? (qual o meio de transporte?).....	24) Diga o nome de uma planta nativa do Parque:
8) Quanto tempo ficou no local?.....	25) O Parque precisa de mais Guardas-parque? () sim () não
9) Qual a trilha que percorreu?.....	26) O Parque precisa de mais placas informativas e de orientação da visita? () sim () não
10) Quantas pessoas estão com você?.....	27) Dê um grau de 0 (zero) à 10 (dez) para os argumentos que mais o convencencia a defender a conservação do parque (a mesma nota pode ser repetida para argumentos diferentes).
11) Qual foi a principal motivação da visita?	1- No Parque há a presença de espécies de animais e plantas endêmicas (só aparecem aqui) e espécies novas ();
12) Já esteve no local antes? Sim () Não (). Se positivo - pergunta 13.	2- O Parque ajuda a manter a qualidade do ar na região ();
13) Qual a frequência em que visita o local?	3- O Parque ajuda a impedir o surgimento de favelas na região ();
14) Sabe que essa área é um Parque? Sim () Não (). Se positivo - pergunta 15.	4- Devemos conservar o Parque pois a Mata Atlântica está desaparecendo e ele é um fragmento desse bioma ();
15) Qual o órgão responsável pela administração do PES I?.....	5- A Natureza foi criada por Deus e portanto, devemos conservar o Parque ();
16) Sabe que existe proposta de redução do Parque? () sim () não	6- O Parque traz beleza e tranquilidade para a região ();
17) Cite uma alguma Organização não Governamental que atue na conservação do Parque? () sim Qual? () não	

Figura 8.1ª - Quadro apresentando as questões aplicadas aos visitantes do PESET

I - Informações pessoais		
1) Sexo M() F()	2) Idade.....	
3) Nível de escolaridade:		
fundamental: completo ()	incompleto ()	
médio: completo ()	incompleto ()	
superior: completo ()	incompleto ()	curso:
4) Atuação profissional.....		
5) Quanto tempo mora no bairro e na residência?		
6) Morava no mesmo bairro antes?		
7) Se não, de onde veio (cidade e bairro)?		
8) Diga qual é, na sua opinião, o maior problema que afeta toda a região Ocidental:		
.....		
II - Você e o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PEST)		
9) Sabia que a Serra da Tiririca é um Parque? Sim () Não(). Se positivo - pergunta 10 e 11.		
10) Qual o órgão responsável pela administração do PEST?		
11) Sabe que existe proposta de redução do Parque? () sim () não		
12) Conhece alguma Organização não Governamental que atue na conservação do Parque? () sim Qual?..... () não		
13) Diga (se houver) a melhor coisa em morar próximo ao PEST I		
.....		
14) Diga (se houver) a pior coisa em morar próximo ao PEST I		
.....		
	15) Já visitou o PEST I?: sim() não() se positivo, responder as perguntas 16, 17, 18, 19 e 20	
	16) Já participou de alguma atividade de Educação Ambiental orientada no Parque? () sim. Quem realizou?..... () não	
	17) O que observa de positivo na visita ao Parque?	
	
	18) O que observa de negativo na visita ao Parque?	
	
	19) O Parque precisa de mais Guardas-parque? () sim () não	
	20) O Parque precisa de mais placas informativas e de orientação da visita? () sim () não	
	21) Diga qual é o maior problema que afeta o Parque.	
	
	22) Diga o nome de um animal nativo do Parque:.....	
	23) Diga o nome de uma planta nativa do Parque:.....	
	24) Dê um grau de 0 (zero) à 10 (dez) para os argumentos que mais o convencem a defender a conservação do parque (a mesma nota pode ser repetida para argumentos diferentes).	
	1- No Parque há a presença de espécies de animais e plantas endêmicas (só aparece aqui) e espécies novas ();	
	2- O Parque ajuda a manter a qualidade do ar na região ();	
	3- O Parque ajuda a impedir o surgimento de favelas na região ();	
	4- Devemos conservar o Parque pois a Mata Atlântica está desaparecendo e ele é um fragmento desse bioma ();	
	5- A Natureza foi criada por Deus e portanto, devemos conservar o Parque ();	
	6- O Parque traz beleza e tranquilidade para a região ();	

Figura 8.1^b - Quadro apresentando as questões aplicadas aos moradores de bairros do entorno do PESET

A região do entorno do Parque foi dividida em áreas, que constituíram diferentes populações estatísticas. Foram considerados os bairros limítrofes ao PESET dos Municípios de Niterói e Maricá (Figura 5.2).

Na composição da amostra foram selecionadas as seguintes populações: I) Bairros do Engenho do Mato e Várzea das Moças; II) Bairro de Itaipu; III) Bairro de Itacoatiara e IV) Bairro de Itaipuaçu. As três primeiras representadas por bairros da Região Oceânica de Niterói e a última representada por um distrito de Maricá. Os tamanhos das amostras foram calculados para produzir resultados com nível de confiança de 90% e 10% de erro (Figura 8.2), a partir da fórmula 1:

$$n = \frac{N \cdot Z_{(\alpha/2)}^2 \cdot p(1-p)}{(N-1)d^2 + Z_{(\alpha/2)}^2 \cdot p(1-p)} \quad (1)$$

n – tamanho amostral

$Z_{(\alpha/2)}$ – Estatística teste z normal

p – proporção estimada de uma amostra piloto ou utiliza-se $p = 0,5$ pois maximiza a variância.

d - erro máximo permitido

Bairro	Amostra de questionários	Questionários realizados
Itacoatiara	80	99
Eng. do Mato/Várzea das Moças	95	99
Itaipú	95	98
Itaipuaçu	95	98
totais	365	394

Figura 8.2 - Quadro apresentando o número de questionários para uma amostragem com 10% de erro e o número de questionários efetivamente realizados, divididos por bairros de Niterói e Maricá

Os moradores foram abordados em suas residências, no comércio local e na praia. Todos foram consultados se desejavam responder ao questionário e sobre o local de moradia.

A mesma abordagem foi utilizada para os visitantes do PESET. Essa procurou traçar o seu perfil e caracterizar o uso público do Parque. O entrevistador se posicionou na entrada da sede de Itacoatiara, local com maior visitação, mais infra-estrutura e segurança para o pesquisador. Os visitantes que deixavam a trilha eram questionados sobre a anuência em responder questões. Optou-se por respondentes maiores de 16 anos e na presença de grupos de 20 pessoas ou mais

foram requisitados dois voluntários para responder ao questionário. O tamanho da amostra foi calculado para produzir resultados com nível de confiança de 95% e 5% de erro, pela fórmula abaixo (2). Foram aplicados 350 questionários.

$$n = \frac{Z^2_{(a/2)} \cdot p(1-p)}{d^2} \quad (2)$$

n – tamanho amostral

$Z_{(a/2)}$ – Estatística teste z normal

p – proporção estimada de uma amostra piloto ou utiliza-se $p = 0,5$ pois maximiza a variância.

d - erro máximo permitido

Foram montadas tabelas de frequências das respostas e gráficos, para descrição gráfica das inter-relações operantes na região. As notas atribuídas aos argumentos mais convincentes para a conservação do Parque constituem-se em variáveis contínuas. Assim, foi realizada uma Análise de Variância (ANOVA - teste estatístico F de Snedcor) para verificar se havia diferenças significativas entre elas. Nessa análise, pode-se fazer a comparação dos 6 grupos (as seis questões) ao mesmo tempo, considerando uma variável de interesse com média μ e variância σ^2 , através de um teste de hipótese com 95 % de intervalo de confiança:

$$H_0: \mu_1 = \mu_2 = \dots = \mu_6$$

H_1 : Pelo menos um dos μ_i é diferente dos outros

Para cada bairro e para os visitantes foram construídos gráficos do tipo *Whiskers Box*. O programa utilizado para as análises estatísticas foi o SPSS Base 12.0 (*Users Guide*, Chicago: SPSS publishing, 2003).

8.2.2 Resultados e Discussão

A maioria dos moradores entrevistados pertencia a faixa etária de 20 a 39 anos (39,85%) e 40 a 59 anos (36,80%). Aproximadamente 54% eram mulheres e 45%, homens. Podem ser caracterizados de maneira geral, como tendo bom nível de escolaridade, já que cerca de 80% tiveram acesso ao nível superior (cursando, completo ou com pós-graduação). Considerando esses dados por bairros, verifica-se que os respondentes de Itacoatiara têm o maior nível de formação (84,85%) e os de Itaipuaçu, o menor (73,8%). Atuam profissionalmente na área de Ciências Humanas, Sociais e Artes (16,24%) e 15,23% eram aposentados. Entre os bairros destaca-se o maior número de aposentados em Itacoatiara (26,25%). As trilhas mais visitadas do

PESET ficam na sede de Itacoatiara, assim, programas de Educação Ambiental nesse bairro devem também visar os moradores mais velhos e, devido ao alto grau de sua formação, podem se transformar em importantes multiplicadores da importância e procedimentos no Parque.

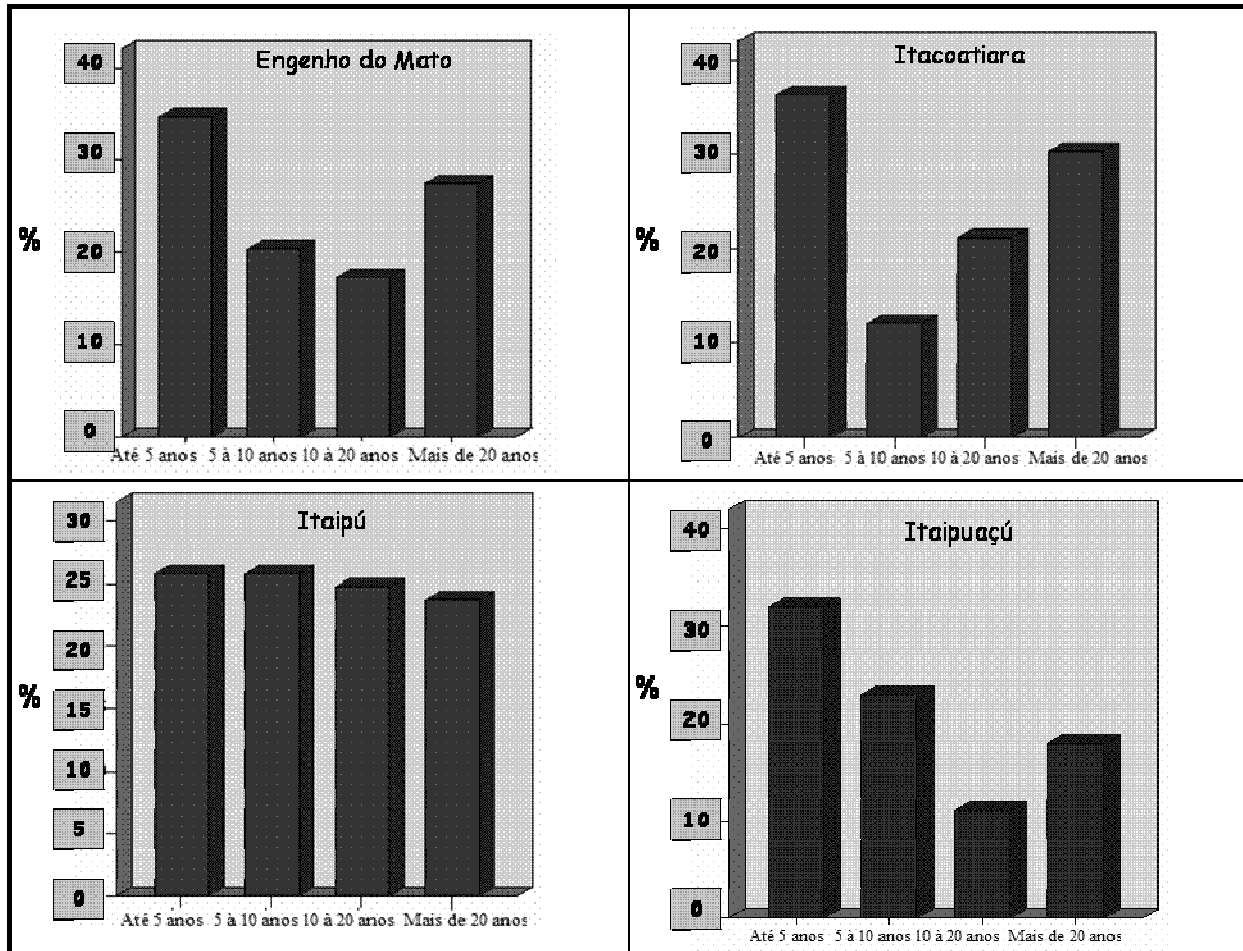


Figura 8.3 - Histogramas de frequência demonstrando o tempo de residência dos entrevistados por bairro

A Figura 8.3 apresenta os histogramas de frequência para tempo de residência nos bairros limítrofes ao PESET e a tabela 8.1, a procedência desses moradores. Com exceção de Itaipu, mais de 30% nos demais bairros alegaram morar na residência no máximo há cinco anos. De certa maneira, em Itacoatiara e no Engenho do Mato a situação se polariza em moradores novos e moradores antigos. O fluxo de moradores para o bairro de Itaipu parece ser estável a pelo menos 20 anos. Considerando um período de 10 anos, de 45% a 50% não moravam nas residências durante o processo de criação do Parque. Esse aspecto é bem relevante para Itaipuaçu, pois mais de 50% dos moradores residem no local a menos de 10 anos. Nesse bairro, a procedência dos moradores também é diferente. A maioria vem de São Gonçalo e Rio de Janeiro, enquanto que

nos demais, já residiam em Niterói. Os dados corroboram com as observações de que há um grande fluxo de pessoas para a região nos últimos 10 anos (VALLEJO, 2005). O órgão gestor do PESET deve estar atento a esse fato, pois o perfil dos residentes das proximidades já não é mais o mesmo daquele que, de certa maneira, catalisou o movimento de criação do Parque em 1991. A situação é mais evidente no município de Maricá e particularmente nas imediações do PESET, pois a pressão sobre a sua área tende a aumentar com a maior migração de pessoas esperada para os próximos anos, também devido à instalação do Pólo Petroquímico de Itaboraí.

Tabela 8.1 - Procedência dos moradores, em números percentuais entre os bairros estudados.

Procedência	Bairros (%)			
	Engenho do Mato	Itacoatiara	Itaipú	Itaipuaçu
Niterói	40,58	47,37	42,25	15,25
São Gonçalo	20,29	14,47	19,72	30,51
Rio de Janeiro	20,29	27,63	25,35	25,42
Outros Municípios	13,04	6,58	8,45	20,34
Outros Estados	5,80	3,95	4,23	8,47

A Tabela 8.2 representa o uso público do Parque pelos moradores dos cinco bairros estudados. Com exceção de Itaipuaçu, mais de 80% dos respondentes nos demais bairros alegaram saber que a Serra da Tiririca é um Parque Estadual. Porém, quando questionados sobre o órgão responsável pela administração, considerando-se todos os bairros (geral), aproximadamente 55% alegaram não saber ou não responderam. Dentre os que alegaram saber, somente 10,20% dos entrevistados no Engenho do Mato, 11,11% em Itacoatiara, 15,31% em Itaipu e 20,41% em Itaipuaçu apontaram corretamente o Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro (IEF/RJ).

Tabela 8.2 - Perfil das relações entre os moradores, considerados por bairros, e o PESET

Perguntas	Geral		Engenho do Mato		Itacoatiara		Itaipu		Itaipuaçu	
	Resposta	%	Resposta	%	Resposta	%	Resposta	%	Resposta	%
Qual o órgão administrativo?	Ns ou Nr	55,84	Ns ou Nr	59,18	Ns ou Nr	58,59	Ns ou Nr	59,79	Ns ou Nr	54,08
Identifica-o corretamente	IEF	14,25	IEF	10,20	IEF	11,11	IEF	15,31	IEF	20,41
Sabe que existe proposta de redução?	Não	58,88	Não	56,12	Sim	53,53	Não	58,76	Não	73,81
Conhece alguma Ong?	Não	72,84	Não	89,80	Não	51,51	Não	64,64	Não	72,35
Se Sim, qual Organização?	Ns ou Nr	10,28	Ns ou Nr	50,00	WWF	25,00	Ns ou Nr	40,00	Ns ou Nr	37,58
Sabe que a área é um Parque?	Sim	83,23	Sim	81,60	Sim	93,90	Sim	81,25	Sim	76,20
Já visitou o PESET?:	sim	62,69	Sim	58,16	Sim	67,68	Sim	69,39	Sim	65,84
Já participou de alguma atividade de EA?	Não	87,04	Não	91,36	Não	87,88	Não	79,41	Não	92,31
O Parque precisa de mais Guardas-parque?	Sim	61,13	Sim	59,18	Sim	61,62	Sim	50,52	Sim	70,24
O Parque precisa de mais placas?	Sim	92,31	Sim	96,50	Sim	88,89	Sim	85,57	Sim	97,62
Maior problema que afeta o Parque.	Ns ou Nr	60,73	Ns ou Nr	65,31	Ns ou Nr	47,47	Ns ou Nr	54,64	Ns ou Nr	72,62
Diga o nome de um animal nativo do Parque	Mico	46,56	Mico	48,28	Mico	36,36	Mico	59,79	Mico	44,05
Diga o nome de uma planta nativa do Parque	Bromélia	36,44	Bromélia	50,00	Bromélia	34,34	Bromélia	31,96	Bromélia	32,14

NS (Não Sabe); NR (Não respondeu). Tabela de respostas múltiplas.

A falta de conhecimento sobre esse aspecto da administração do Parque é notória e já foi relatada por Monteiro de Barros e colaboradores (2003), bem como Pimentel e colaboradores (2004). Realmente, o IEF também é ciente desse problema. Esse órgão não estava aparelhado nem tinha pessoal e recursos financeiros suficientes para se fazer presente na administração dos parques no Estado do Rio de Janeiro e especificamente no PESET (PRIMO; PELLENS, 2000; VALLEJO, 2005). O período de realização desse trabalho também coincidiu com profundas mudanças na administração do Parque, que agora tem seus limites definitivos estabelecidos, bem como, pessoal, recursos financeiros e infra-estrutura básica. Esperam-se mudanças nesse quadro, porém, essas podem e devem ser catalisadas por uma ação mais efetiva do órgão gestor, que não deve se basear apenas em medidas repressivas.

Também há a demanda por placas informativas e de orientação da visita, o que se relaciona com a implantação de um programa de uso público para a UC, que deve envolver tanto a Educação Ambiental, quanto a Interpretação Ambiental. Esse programa, necessariamente deve estar presente com a confecção de seu plano de manejo. A maioria absoluta dos moradores jamais realizou qualquer atividade de Educação Ambiental no Parque, seja ela gerida pelo órgão estatal ou por organizações não governamentais (ONGs). Durante o período de existência do Parque, algumas dessas entidades atuaram na fiscalização, manutenção e recuperação de trilhas do

PESET. Porém o nível de reconhecimento da população em geral sobre essas também é bem baixo.

Interessante notar também que a demanda por guardas-parque, foi positiva, porém menor do que a por placas informativas e de Interpretação Ambiental. Os primeiros sendo associados mais à segurança contra assaltos do que com a orientação da visita.

Parece que em Itacoatiara, o conhecimento sobre o Parque é um pouco melhor em comparação com os demais bairros. Nessa localidade, por exemplo, mais da metade dos entrevistados alegaram conhecer a possibilidade de redução do perímetro do PESET. Os maiores níveis de desconhecimento parecem ser relacionados a Itaipuaçu. Entre 47,47% (Itacoatiara) e 72,62% (Itaipuaçu) dos entrevistados, sequer conseguem apontar os principais problemas do Parque (Tabela 8.2). A percepção desses problemas, também foi bem diferente em relação aos bairros: No Engenho do Mato, o principal problema apontado foi a possibilidade de redução da área da UC (8,16%); em Itacoatiara, a falta de conscientização e comportamento dos visitantes (26,26%); em Itaipu, lixo e poluição (20,62%) e em Itaipuaçu, a falta de programas de Educação Ambiental (10,71%). Essa visão pode estar relacionada com a perspectiva de cada bairro. No Engenho do Mato, há conflitos fundiários sobre áreas que estavam inclusas dentro dos limites em estudo do Parque. Também há tentativas de liberação dessas áreas para a instalação de condomínios. Em Itacoatiara, há um incômodo com a entrada de pessoas estranhas no bairro, como relatado por Monteiro de Barros e colaboradores (2004). Itaipu sofre com problemas relacionados ao saneamento básico e os entrevistados de Itaipuaçu parecem reconhecer que o seu nível de informação sobre o PESET é baixo.

As perguntas sobre os animais e plantas referem-se ao conhecimento que moradores e visitantes têm do PESET, mas também sobre a sua esfera simbólica. O animal mais reconhecido pelos moradores é o mico. Esses são Sagüis de Tufo Branco (*Callithrix jacchus*) (PONTES, 1987), fato relevante por tratar-se de uma espécie exótica no local, porém que visita periodicamente as residências em busca de comida sendo, portanto, bastante avistada. As plantas mais reconhecidas são as bromélias, bem visíveis nos afloramentos rochosos característicos do Parque. Essas plantas constituem o símbolo do PESET (Figura 8.4).



Figura 8.4 - Símbolo do PESET (cedido por Nestor Prado, ex administrador do Parque)

A tabela 8.3 traz a percepção dos moradores sobre os principais problemas da região do entorno do Parque. De maneira geral, a região carece de infra-estrutura urbana e de serviços públicos, principalmente relacionados à falta de calçamento das ruas e carências de postos policiais e postos de saúde. Em Itaipuaçu destaca-se a relação entre carência de transportes aliada à distância do bairro dos locais de trabalho dos residentes. Nesse bairro, os residentes se posicionaram mais com relação aos seus problemas.

Tabela 8.3 - Principais problemas da região observados pelos moradores limítrofes do PESET

Bairros	Maiores Problemas observados na região	Observou problema %	Nada NS ou NR (%)	Outros (%)
Geral	Infra-estrutura urbana e serviços públicos, planejamento; Poluição, lixo e saneamento básico; Transportes e distância.	51,52	10,66	37,82
Eng. do Mato	Infra-estrutura urbana e serviços públicos, planejamento; Poluição, lixo e saneamento básico; segurança.	54,08	15,30	30,62
Itacoatiara	Infra-estrutura urbana e serviços públicos, planejamento; Segurança; Poluição, lixo e saneamento básico.	42,42	12,12	45,46
Itaipu	Infra-estrutura urbana e serviços públicos, planejamento; Poluição, lixo e saneamento básico; Transportes e distância.	70,10	9,28	20,62
Itaipuaçu	Transportes e distância; Poluição, lixo e saneamento básico; Infra-estrutura urbana e serviços públicos, planejamento.	76,19	4,76	19,05

Nada significa que o entrevistado não relacionou nenhum problema, NS que não soube responder e NR, que não quis responder.

As tabelas 8.4 e 8.5, por sua vez, relacionam a percepção dos moradores em relação ao PESET, apontando as vantagens e desvantagens da residência estar localizada nas imediações do

Parque. O clima e a proximidade da natureza foram as principais vantagens observadas. Esses podem se constituir em bons argumentos para a conservação da UC. Em Itacoatiara, a situação se inverte e aparece a consideração de que o PESET representa um local privilegiado para a prática de atividades físicas e o lazer. Interessante notar que apesar do reconhecimento de que é uma vantagem ter a natureza próxima, muitos apontam a presença de animais nas residências, principalmente insetos e cobras, como uma desvantagem dessa proximidade.

Em Itacoatiara, mais uma vez, encontram-se elementos de certa resistência com a entrada no bairro, pois o maior incômodo da presença do Parque foi relacionado com a sua visitação, o comportamento das pessoas de um modo geral e a degradação das trilhas. Esses aspectos da relação dos moradores com o PESET devem estar no alvo de atividades de Educação Ambiental locais. Aparece também a preocupação com o processo de favelização e crescimento desordenado, principalmente nos bairros de Itaipu e do Engenho do Mato. Nesse último, é notória a ação de agentes especulativos sobre áreas do PESET.

Tabela 8.4 - Principais fatores positivos em morar próximo ao PESET

Bairros	Fatores positivos em morar próximo do PESET	Reconhece fator positivo %	Nada NS ou NR (%)	Outros (%)
Geral	Clima; a natureza e meio ambiente; Qualidade de vida.	64,21	11,93	23,86
Eng. do Mato	Clima; A natureza e meio ambiente; Tranquilidade.	67,35	12,24	20,41
Itacoatiara	A natureza e meio ambiente; Clima; Atividade física e lazer.	67,67	7,07	25,26
Itaipu	Clima; a natureza e meio ambiente; Qualidade de vida.	62,89	7,22	29,89
Itaipuaçu	Clima; A natureza e meio ambiente; Qualidade de vida.	65,48	20,24	14,28

Nada, significa que o entrevistado não relacionou nenhum fator positivo, NS que não soube responder e NR, que não quis responder.

Tabela 8.5 - Principais fatores negativos observados em morar próximo ao PEST

Bairros	Fatores negativos em morar próximo do PESET	Reconhece fator negativo %	Nada NS ou NR (%)	Outros (%)
Geral	Animais; Poluição, lixo, degradação ambiental; Visitação e comportamento das pessoas	18,02	67,77	14,21
Engenho do Mato	Animais; Favelização e crescimento desordenado; Visitação e comportamento das pessoas.	14,28	73,47	12,25
Itacoatiara	Visitação e comportamento das pessoas; Animais; Poluição, lixo, degradação ambiental.	18,18	70,41	11,41
Itaipu	Favelização e crescimento desordenado; Animais; Poluição, lixo, degradação ambiental.	19,59	65,98	14,43
Itaipuaçu	Animais; Poluição, lixo, degradação ambiental; Favelização e crescimento desordenado.	33,33	59,52	7,15

Nada, significa que o entrevistado não relacionou nenhum fator negativo, NS que não soube responder e NR, que não quis responder.

A tabela 8.6 traz o perfil dos visitantes do Parque. Aproximadamente 62% dos respondentes eram mulheres. A faixa etária dos visitantes permite caracterizá-los como adultos jovens, com bom nível de escolaridade. Cerca de 40% alegaram possuir pós-graduação e cerca de 28%, nível superior completo (mais de 85% com acesso à Universidade). A principal trilha percorrida é a do Costão de Itacoatiara, bastante visitada por configurar-se como um mirante, pois do alto avista-se toda a região oceânica de Niterói, trechos da restinga de Maricá e do Rio de Janeiro. No entanto, a inclinação inicial da subida é grande e requer um relativo preparo físico, o que impede alguns de alcançar o cume. A preferência por essa trilha também pode explicar a alegação de 15,33% dos entrevistados que a principal motivação da visita foi a apreciação da paisagem. Outros 5,67% a consideram como uma aventura e superação de limitações pessoais. A principal motivação da visita foi o contato com a natureza e o lazer.

Aproximadamente 51% dos entrevistados conheceram o Parque por indicação de amigos. A maioria é proveniente do Município de Niterói e percorreu as trilhas, acompanhada de uma pessoa. Quase 19% vêm de São Gonçalo, e apenas 2% eram oriundos de Maricá. A metade dos visitantes acessa o local de carro. Um pouco mais de 10% dos entrevistados chegou ao local à pé ou de bicicleta. A visita dura em média entre 120 e 140 minutos. Cerca de 40% dos entrevistados alegaram estar visitando o PESET pela primeira vez, dado que pode ser explicado pelo período de realização das entrevistas, que coincidiu com férias e abrangeu feriados e finais de semana. Quase 16% dos entrevistados podem ser caracterizados, pela frequência de visitas, como usuários regulares, pois o fazem diariamente (9,39%) ou semanalmente (6,36%), principalmente para a

realização de atividades físicas (9,33% disseram que visitam o Parque com esse propósito). Maricá também é um município adjacente ao PESET, sendo assim, essa baixa visitação é surpreendente, principalmente frente ao fato da sede do Parque localizar-se atualmente, nesse Município. Porém, não existem trilhas estruturadas próximas e a maior parte do fluxo de visitantes se dá pela sede de Itacoatiara. Essa observação pode ser relacionada com o desconhecimento dos moradores de Maricá (representados pelos dados de Itaipuaçu) sobre o PESET e com a existência de uma outra trilha em direção ao Alto Mourão, cuja entrada localiza-se próxima ao Mirante de Itaipuaçu, em uma estrada de ligação de Niterói e Maricá. O acesso a essa trilha, por Itacoatiara, também estava interditado, devido ao alto grau de erosão, no período de estudo.

O maior problema identificado para o PESET, foi relacionado à própria visitação, pois, os visitantes reclamaram da falta de conservação e orientação nas trilhas, mas também que não identificavam atividades de conservação da natureza (19,33%). Comparando os visitantes dos dias úteis com os dos finais de semana, há um maior incômodo com a presença de um maior número de pessoas com comportamentos inadequados como a deposição de lixo (a visão negativa da visita cresce, nesse aspecto, de 12% para mais de 25%), bem como as reclamações sobre a falta de conservação das trilhas (passa de 25,53% para 35,85%). Mais de 70% sabiam que o local era um parque. Porém dentre esses, apenas 16,29% apontaram o IEF como órgão gestor. O conhecimento sobre as ONGs atuantes também foi baixo, bem como o número de visitantes que já realizaram atividades de Educação Ambiental no Parque. Aproximadamente 31,67% dos entrevistados não conseguiram identificar nenhum animal ou citaram o mico (29,67%), como espécie representante da fauna local. Em relação às plantas, 45% apontaram as mais visíveis e identificáveis como as bromélias e cactos. Essas observações demonstram uma apreciação superficial do Parque tanto dos aspectos positivos e negativos, bem como a necessidade urgente de realização de atividades de Educação Ambiental e estruturação de trilhas interpretativas no PESET.

Tabela 8.6 - Perfil do visitante e de suas relações com o PESET, apresentado na forma das maiores frequências observadas para cada questão

Visitantes	Resposta	%
Cidades	Niterói	65,33
Sexo	Feminino	62,33
Faixa Etária	20-39 anos	65,67
Nível de escolaridade	Pós Graduação	40,00
Como chegou até o local?	Carro	50,00
Qual a trilha que percorreu?	Costão de Itacoatiara	68,33
Quantas pessoas estão com você?	1 pessoa	61,00
Qual foi a principal motivação da visita?	Ecoturismo, lazer, contato com a natureza	35,00
Já esteve no local antes?	Sim	61,57
Qual a frequência em que visita o local?	mensalmente	22,80
Sabe que essa área é um Parque?	Sim	73,43
Administração? (para os que sabem)	IEF	16,29
Conhece alguma ONG?	Não	87,43
Como ficou sabendo da existência do Parque?	Indicação de amigos	51,71
Já participou de alguma atividade de EA?	Não	89,67
Quem Realizou ?	Ns ou Nr	38,89
Maior problema	Falta de conservação e orientação nas trilhas	31,00
Diga o nome de um animal nativo do Parque	Ns ou Nr	31,67
Diga o nome de uma planta nativa do Parque	Bromélia	30,00

Ns: Não sabe e Nr, não respondeu

Considerando moradores e visitantes as tabelas 8.7 e 8.8 relacionam as suas perspectivas sobre as observações positivas e negativas da visitação do PESET. Os moradores de Itaipu e Itaipuaçu relacionam a visita com o clima, geralmente associado ao ar puro, bem como o contato com a natureza, principal fator positivo relacionado ao Parque pelos moradores de Itacoatiara. Os moradores do Engenho do Mato consideram como vantajosa a proximidade do Parque, encarado como uma importante área de lazer da região. Com relação aos visitantes aparece primordialmente a visão do PESET como local para a prática de atividades físicas, bem como a importância de a UC conservar esse fragmento de Mata Atlântica da região. Importante destacar que cerca de 20% dos moradores de Itaipuaçu não conseguiram observar nada de positivo na visita.

Mais uma vez, os dados realçam a importância de desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental para os visitantes, que podem ter sua observação orientada para outros aspectos positivos relacionados à UC, como a presença de espécies animais e vegetais endêmicas e importantes. Como a visualização de animais geralmente restringe-se aos micos, e algumas aves e pequenos lagartos. Propõe-se aqui a utilização das bromélias, já representadas como símbolo do

Parque, e outras plantas dos afloramentos rochosos como eixo de discussão das particularidades ecológicas do Parque.

Considerando os aspectos negativos, o principal problema apontado foi a presença de lixo nas trilhas. Os moradores de Itacoatiara parecem ser os mais conscientes da visita, pois foram os que mais emitiram opinião sobre a visita. Esses reconheceram primordialmente a falta de atividades de Interpretação e de Educação Ambiental para a conservação e a melhor apreciação da trilha. Os demais moradores tiveram dificuldade de omitir opinião, com destaque para os visitantes residentes em Itaipu e Itaipuaçu. Muitos apontaram problemas genéricos e não necessariamente relacionados com a visita. Os visitantes se incomodaram principalmente com o lixo e a falta de conservação das trilhas, mas também se ressentem da falta de orientação do uso público do PESET.

Tabela 8.7 - Principais fatores positivos observados na visita do Parque

Respondentes	Fatores Positivos	Observou fator positivo %	Nada NS ou NR (%)	Outros (%)
Eng. do Mato	Proximidade; Atividades de conservação; Natureza e meio ambiente	61,22	-	38,76
Itacoatiara	Natureza e meio ambiente; Paisagem e beleza; Atividades de lazer	49,49	-	50,51
Itaipu	Clima; A natureza e meio ambiente; Paisagem e beleza	61,86	7,21	30,93
Itaipuaçu	Clima; A natureza e meio ambiente; Qualidade de vida	65,47	20,24	14,29
Visitantes	Atividade física; Atividades de conservação; Atividades de lazer	58,34	3,24	38,52

Nada significa que o entrevistado não encontrou pontos positivos na visita, NS que não soube responder e NR, que não quis responder

Tabela 8.8 - Principais fatores negativos observados na visitação do Parque.

Respondentes	Fatores Negativos	Observou fator negativo %	Nada NS ou NR (%)	Outros (%)
Eng. do Mato	Poluição, lixo; Falta de conservação da natureza, degradação ambiental e desmatamento; Falta EA	32,75	48,47	18,78
Itacoatiara	Poluição, lixo; Falta EA; Falta de conservação e orientação nas trilhas	38,38	9,09	52,52
Itaipu	Poluição, lixo; Falta de conservação da natureza, degradação ambiental e desmatamento; Falta EA	30,92	61,86	7,22
Itaipuaçu	Animais; Poluição, lixo, degradação ambiental; Falta de infra-estrutura urbana e violência	33,33	59,52	7,15
Visitantes	Poluição, lixo; Falta de conservação e orientação nas trilhas; Falta de conservação da natureza, degradação ambiental e desmatamento	37,67	36,67	25,26

Nada significa que o entrevistado não encontrou pontos negativos na visita, NS que não soube responder e NR, que não quis responder.

A tabela 8.9 traz a visão sobre os maiores problemas enfrentados pelo Parque. A principal diferenç a que aparece   que os visitantes se posicionaram mais em relação aos moradores, apontando primordialmente os problemas relacionados à própria visitação, principalmente a falta de conservação e orientação nas trilhas com 31 % das respostas. Esse dado também pode estar demonstrando que a visitação tem um grande potencial de gerar uma tomada de consciência que deve ser amplificada e direcionada com informações balizadas fornecidas pelo órgão gestor. Dentre os últimos, os residentes do Engenho do Mato e Itacoatiara relacionaram aspectos fundiários e sobre o manejo da visitação. Em Itaipu, aparece a percepção de problemas relacionados ao lixo depositado nas trilhas e a falta de Educação Ambiental, ambos relacionados ao uso público da UC.

Tabela 8.9 - Principais Problemas relacionados ao Parque

Respondentes	Maiores Problemas relacionados ao Parque	Observou problema %	Nada NS ou NR (%)	Outros (%)
Eng. do Mato	Redução do PEST; Falta de conscientização e conhecimento, comportamento das pessoas; Descaso, falta de demarcação, falta adm., fiscalização e segurança	20,40	65,31	14,29
Itacoatiara	Redução do PEST; Falta de conscientização e conhecimento, comportamento das pessoas; Descaso, falta de demarcação, falta adm., fiscalização e segurança	38,38	47,47	14,15
Itaipu	Poluição, lixo; Falta de conservação da natureza, degradação ambiental e desmatamento; Falta EA	30,92	61,86	7,22
Itaipuaçu	Falta EA; Poluição, lixo; Animais	19,04	76,19	4,77
Visitantes	Falta de conservação e orientação nas trilhas; Falta de conservação da natureza, degradação ambiental e desmatamento; Caça	57,66	0,33	42,00

Nada significa que o entrevistado não relacionou nenhum problema, NS que não soube responder e NR, que não quis responder.

A tabela 8.10 relaciona a estatística básica e os resultados principais da Análise de Variância das seis questões apresentadas para os moradores e visitantes como argumentos para a conservação do PESET. O teste F demonstrou que há diferenças significativas entre as notas atribuídas aos argumentos em cada bairro e para os visitantes. O argumento C obteve as menores médias no Engenho do Mato, Itaipu e Itaipuaçu. Esse, refere-se a visão de que o parque pode impedir o surgimento de favelas na região. De maneira interessante, esses mesmos bairros apontaram a favelização como um dos fatores negativos em morar perto do Parque. Parece que os moradores dessas localidades não acham esse um forte argumento por talvez atribuam ao Parque, pouca força em deter a ocupação desordenada de áreas de encostas e florestas, vistas como passíveis de serem ocupadas. Porém em relação aos bairros, esse foi o único argumento que obteve diferenças significativas entre as médias, sendo que em Itacoatiara assume uma importância maior e no Engenho do Mato, menor. Essa posição oposta entre esses dois bairros é claramente observada na Figura (8.5).

Tabela 8.10 -Estatística básica das notas atribuídas pelos moradores e visitantes a cada questão

Q	Engenho do Mato 11,32* (Teste F)				Itacoatiara 3,89* (Teste F)				Itaipu 8,28* (Teste F)				Itaipuaçu 5,80* (Teste F)				Visitantes 12,90* (Teste F)			
	Méd	DP	Min	Max	Méd	DP	Min	Max	Méd	DP	Min	Max	Méd	DP	Min	Max	Méd	DP	Min	Max
A	8,94	1,76	4	10	9,49	1,43	1	10	9,03	1,68	3	10	9,00	2,11	0	10	<u>8,52</u>	2,10	0	10
B	9,53	1,27	4	10	<u>9,80</u>	0,60	7	10	<u>9,78</u>	1,01	2	10	9,59	1,16	5	10	9,27	1,61	0	10
C	<u>8,01</u>	3,10	0	10	9,31	1,90	0	10	<u>8,84</u>	2,33	0	10	<u>8,69</u>	2,28	0	10	9,03	2,03	0	10
D	<u>9,63</u>	1,15	5	10	<u>9,78</u>	0,90	5	10	9,76	0,85	5	10	<u>9,73</u>	0,91	5	10	<u>9,56</u>	1,31	0	10
E	9,51	1,78	0	10	<u>9,11</u>	2,33	0	10	9,70	1,09	4	10	9,49	1,32	4	10	8,70	3,66	0	10
F	<u>9,67</u>	1,05	5	10	9,68	0,85	6	10	<u>9,78</u>	0,81	5	10	<u>9,75</u>	0,70	7	10	<u>9,62</u>	1,13	0	10

(Q) referente ao conjunto de argumentos que convencem para a defesa do PESET. Méd. (média); DP (desvio padrão); Min. (mínimo); Máx. (máximo). Os Resultados da Anova para cada grupo, bairros e visitantes, estão representados pelo teste F (Estatística F de Snedcor). Os resultados marcados com “*” são significativos a 1 %. Os resultados sublinhados representam os argumentos com as maiores e as menores médias. Argumentos A- No Parque há a presença de espécies de animais e plantas endêmicas (só aparecem aqui) e espécies novas; B - O Parque ajuda a manter a qualidade do ar na região; C - O Parque ajuda a impedir o surgimento de favelas na região; D - A Mata Atlântica está desaparecendo e como o Parque é um fragmento desse bioma, devemos conservá-lo; E - A Natureza foi criada por Deus e, portanto, devemos conservar o Parque ; F - O Parque traz beleza e tranquilidade para a região.

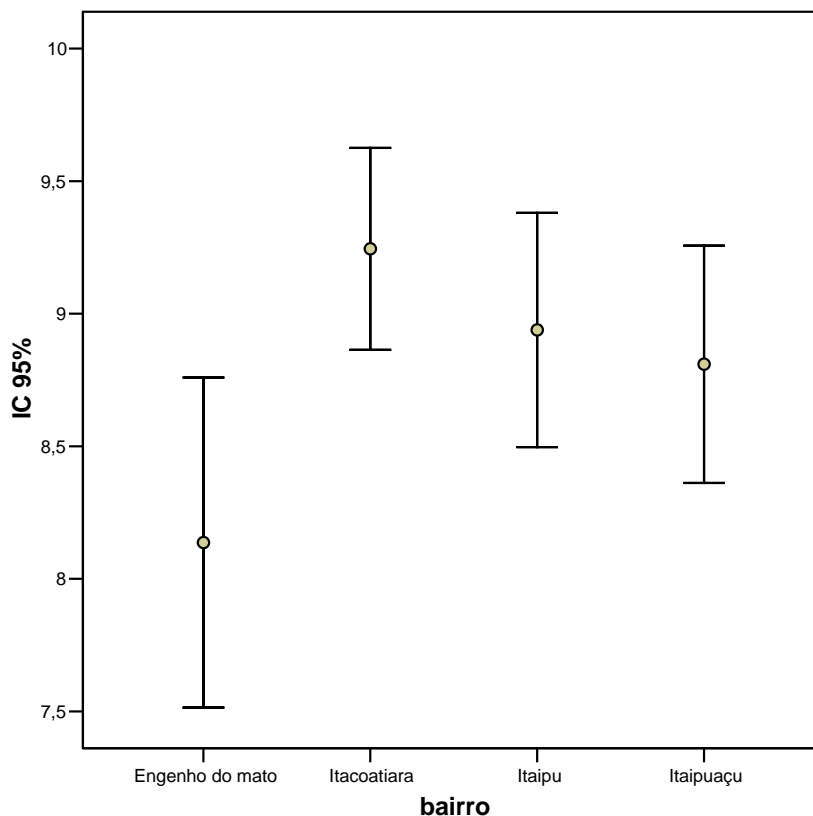


Figura 8.5 - Gráfico do tipo *Whiskers Box* apresentando as Médias das notas observadas para o Argumento C (O Parque ajuda a impedir o surgimento de favelas na região), único que obteve índice significativo ($F= 3,797$) na Análise de Variância entre os bairros.

Para Itacoatiara e para os visitantes as médias para o argumento religioso (E) foram baixas, sendo que dentre os primeiros, a variação entre as médias não foi muito alta e para os últimos o argumento técnico-biológico (A) foi o que obteve a menor média. No caso dos visitantes, esse dado pode ser explicado pela ausência de informações biológicas recebidas durante a visita. Assim, esses atribuem pouco valor às informações técnicas. As maiores médias, nos bairros do Engenho do Mato, Itaipu, Itaipuaçu e para os visitantes correspondem ao argumento estético (F), isto é, o argumento que mais convenceria os moradores desses bairros e o visitante a defenderem a conservação do Parque seria relacionado à constatação de o Parque trazer beleza e tranquilidade para a região. Porém, em Itacoatiara o argumento mais convincente foi relacionado à manutenção da qualidade do ar.

A observação por bairros e entre os visitantes (Figuras 8.6, 8.7 e 8.8) permite também agrupar os argumentos de acordo com a sua maior e menor importância, relacionando as maiores e menores notas atribuídas e os desvios entre elas. No Engenho do Mato, os argumentos com médias mais altas são o B, D, E e F, destacados primordialmente dos argumentos A e C, com as médias mais baixas. Em Itacoatiara, as médias são muito próximas, porém separando o argumento B do E. Em Itaipu, B, D, E, F, com as maiores médias agrupam-se em oposição a, A e C. Em Itaipuaçu, B, D, E, F para as maiores, em relação a C. Para os visitantes os argumentos D e F estão bem separados de A, C e E. Os argumentos D e F aparecem como importantes em todos os grupos. O argumento D refere-se à importância da conservação desse fragmento de Mata Atlântica. Pode-se classificá-lo como de apelo ecológico. Assim, como esse argumento está relacionado à destruição desse bioma tão ameaçado e esse fato geralmente encontra repercussão midiática, isso pode ter influenciado a maior importância a ele atribuída. O argumento F relaciona-se com o apelo estético como já foi relatado. O fato pode ser explicado, pela importância da trilha do Costão de Itacoatiara, bastante procurada por ser um mirante de onde se avista uma bela paisagem, que no seu conjunto, não faz parte inteiramente do Parque. Isso leva a conjectura de que se a percepção das pessoas não for orientada, os limites do Parque se fluidificam no conjunto paisagístico, logo suas fronteiras, e talvez o porquê delas existirem, não são facilmente percebidas pelas pessoas. De maneira interessante, o argumento E, de apelo religioso sensibilizou significativamente, e de maneira semelhante aos argumentos estético e ecológico os moradores do Engenho do Mato, Itaipu e Itaipuaçu. Os argumento A, técnico-

biológico e C, relacionado à expansão urbana sem planejamento sensibilizaram pouco os visitantes e moradores do Engenho do Mato e Itaipu.

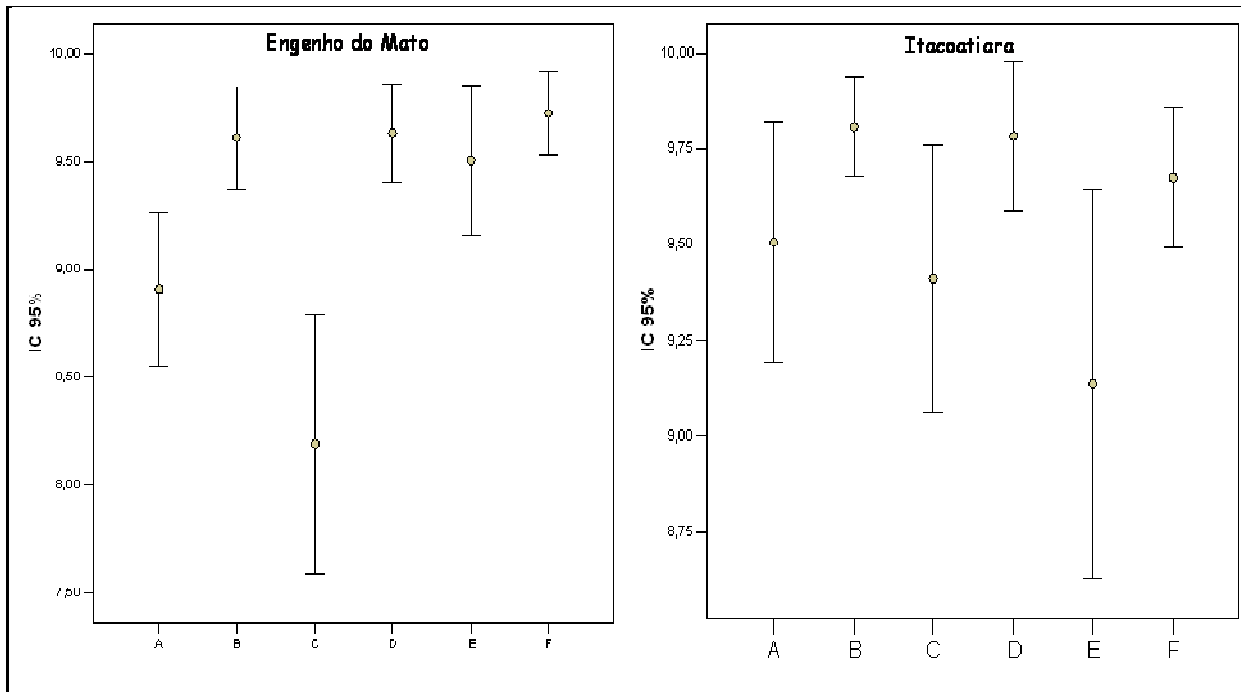


Figura 8.6 - Gráfico do tipo *Whiskers Box* apresentando as Médias das notas observadas para os 6 argumentos (de A a F) na Análise de Variância nos bairros do Engenho do Mato e Itacoatiara.

A- No Parque há a presença de espécies de animais e plantas endêmicas (só aparecem aqui) e espécies novas; B - O Parque ajuda a manter a qualidade do ar na região; C - O Parque ajuda a impedir o surgimento de favelas na região; D - A Mata Atlântica está desaparecendo e como o Parque é um fragmento desse bioma, devemos conservá-lo; E - A Natureza foi criada por Deus e, portanto, devemos conservar o Parque; F - O Parque traz beleza e tranquilidade para a região

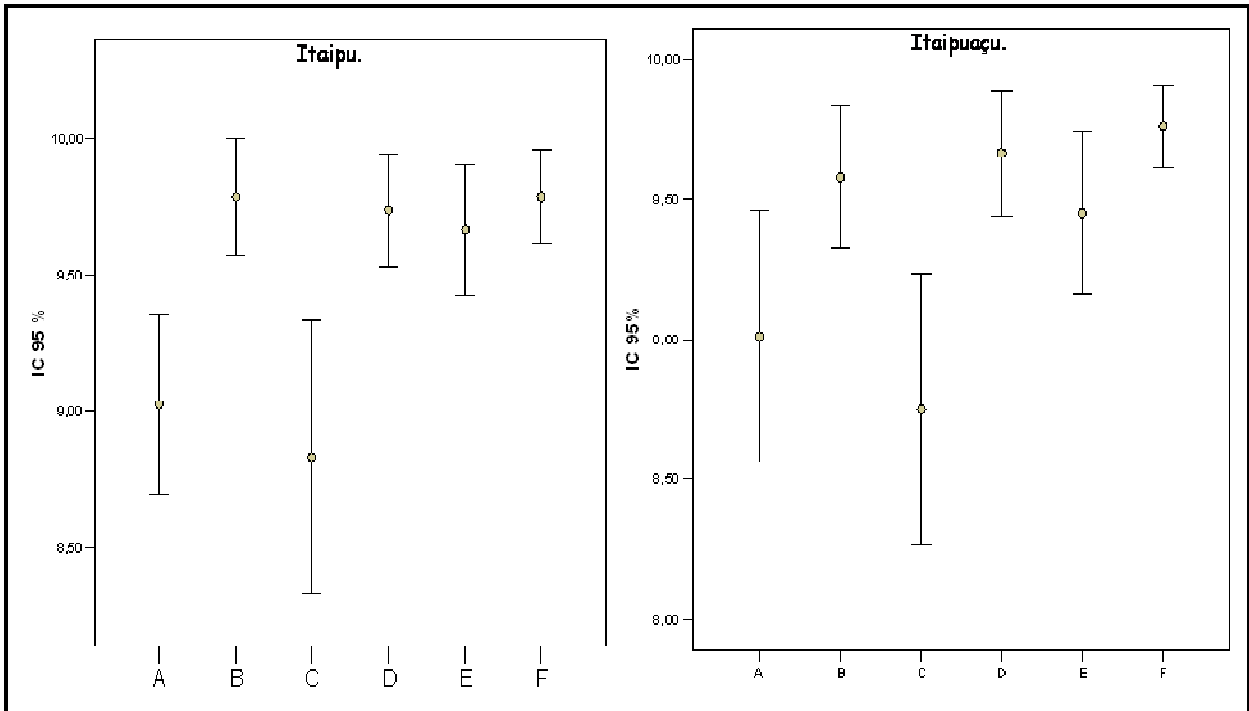


Figura 8.7 - Gráfico do tipo Whiskers Box apresentando as Médias das notas observadas para os 6 argumentos (de A a F) na Análise de Variância nos bairros de Itaipu e Itaipuaçu. A- No Parque há a presença de espécies de animais e plantas endêmicas (só aparecem aqui) e espécies novas; B - O Parque ajuda a manter a qualidade do ar na região; C - O Parque ajuda a impedir o surgimento de favelas na região; D - A Mata Atlântica está desaparecendo e como o Parque é um fragmento desse bioma, devemos conservá-lo; E - A Natureza foi criada por Deus e, portanto, devemos conservar o Parque; F - O Parque traz beleza e tranquilidade para a região

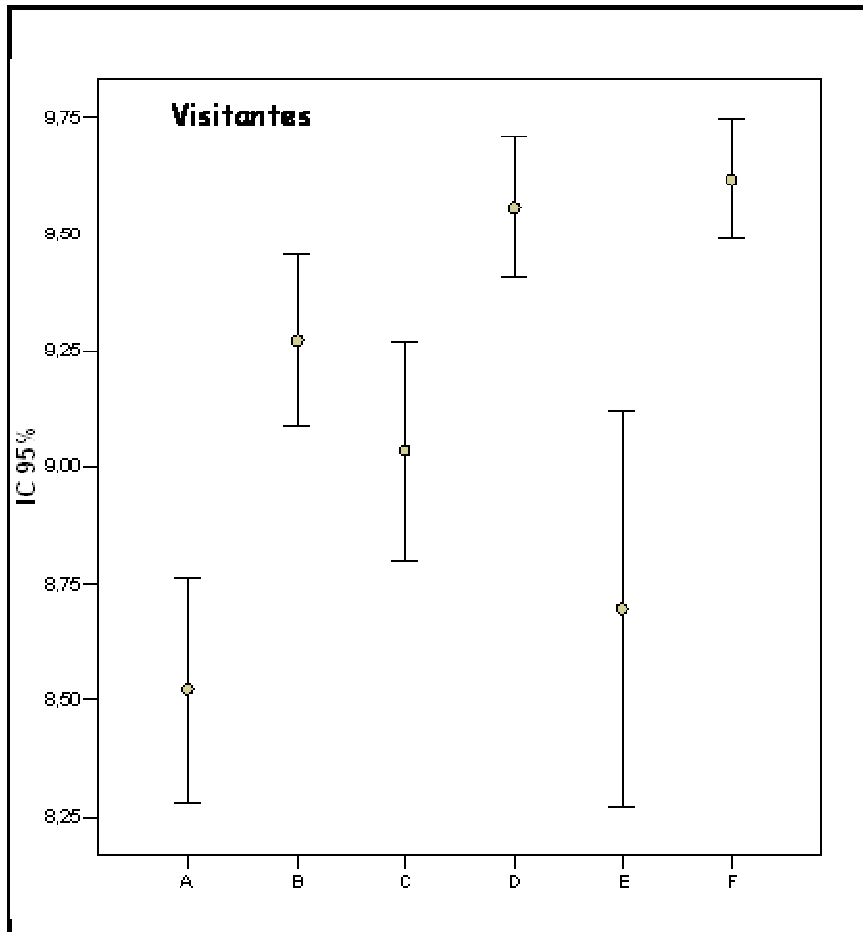


Figura 8.8 - Gráfico do tipo *Whiskers Box* apresentando as Médias das notas observadas para os 6 argumentos (de A a F) na Análise de Variância nas respostas dos visitantes. A- No Parque há a presença de espécies de animais e plantas endêmicas (só aparecem aqui) e espécies novas; B - O Parque ajuda a manter a qualidade do ar na região; C - O Parque ajuda a impedir o surgimento de favelas na região; D - A Mata Atlântica está desaparecendo e como o Parque é um fragmento desse bioma, devemos conservá-lo; E - A Natureza foi criada por Deus e, portanto, devemos conservar o Parque; F - O Parque traz beleza e tranquilidade para a região

As Figuras (8.9, 8.10) demonstram que os visitantes e moradores podem ser diferenciados pelos argumentos A, o técnico-biológico; B, sobre o clima e o E, religioso. Os três foram os únicos que apresentaram índices significativos na Análise de Variância. As maiores médias foram atribuídas pelos moradores e as menores, pelos visitantes. Os primeiros não são sensibilizados de igual maneira por argumentos substancialmente diferentes como o A e o E, talvez pelo baixo conhecimento sobre a biologia local. Talvez, o clima ameno faça os moradores perceberem e valorizarem, a importância desse serviço ambiental provido pelo Parque. No caso dos visitantes,

como destacado, talvez a falta de orientação da visita provoque apenas observações superficiais, daí a pouca valorização do argumento técnico. Porém esses carecem dessas informações, o que torna o argumento E, pouco convincente.

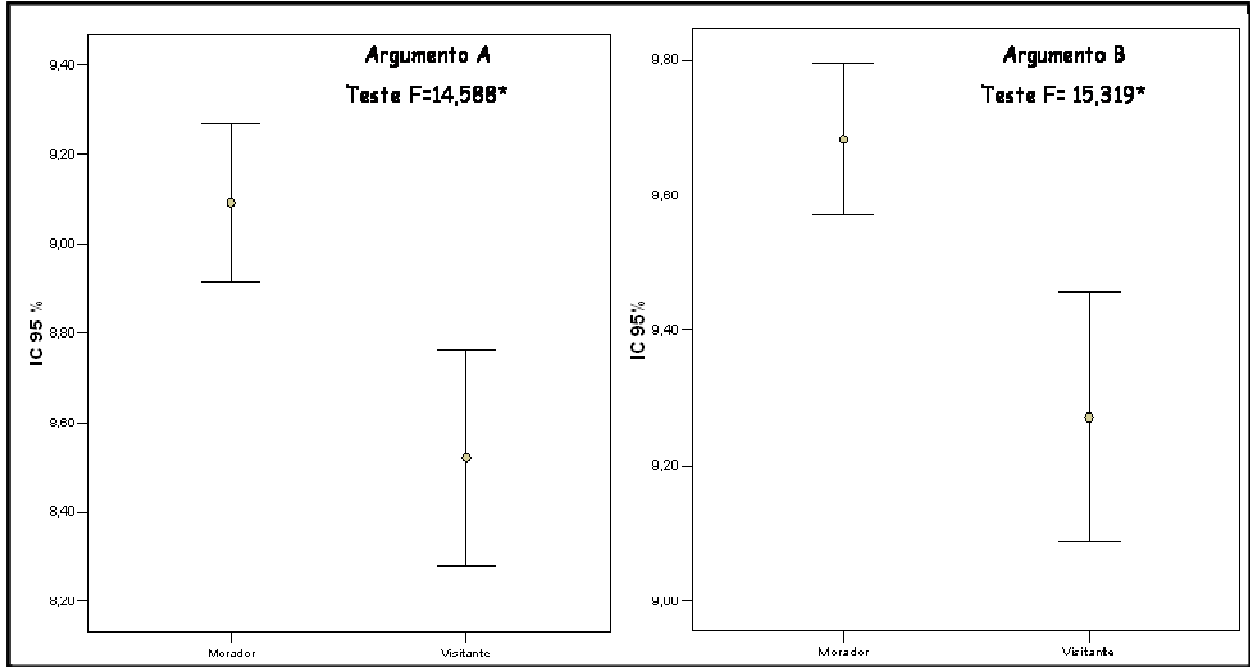


Figura 8.9 - Gráfico do tipo *Whiskers Box* apresentando as Médias das notas observadas para os argumentos A e B na Análise de Variância na comparação de respostas entre moradores e visitantes. A- No Parque há a presença de espécies de animais e plantas endêmicas (só aparecem aqui) e espécies novas; B - O Parque ajuda a manter a qualidade do ar na região

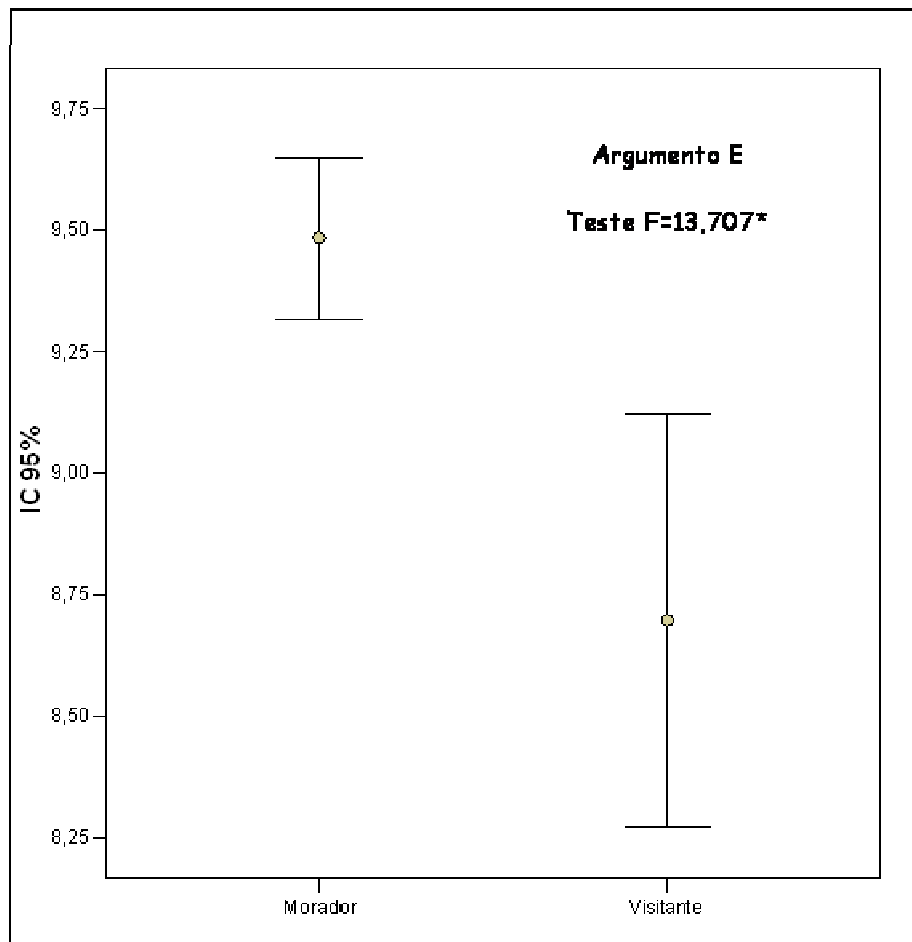


Figura 8.10 - Gráficos do tipo *Whiskers Box* apresentando as Médias das notas observadas para o argumento E, que obtiveram índices significativo (testes F indicados) na Análise de Variância entre os moradores e visitantes. E - A Natureza foi criada por Deus e, portanto, devemos conservar o Parque

8.3 Conclusões

O processo de institucionalização do PESET foi profundamente afetado pela indefinição dos seus limites definitivos por 16 anos e deficiências administrativas e financeiras do Órgão Gestor, o IEF do Rio de Janeiro. Até hoje, a UC não possui plano de manejo e Conselho Gestor constituído. Essa avaliação permite caracterizá-lo como um parque de papel. Nos últimos meses, a sua situação institucional e administrativa vem melhorando, porém isso pouco afetou a percepção das pessoas sobre o Parque. O IEF não é reconhecido e a sua visitação é vista como problemática. Não há programas de uso público. Assim, visitantes e moradores se ressentem com a falta de orientação na visita e outras ações administrativas, o que reforça a imagem de abandono. Sua importância biológica e ecológica não é reconhecida o que torna superficial, a

argumentação pela conservação do Parque. Além disso, o perfil social que demandou pela criação do Parque mudou. Em permanecendo essa situação, corre-se o risco do Parque ficar cada vez mais conceitualmente afastado dos seus visitantes e comunidades adjacentes. O perfil desses, não é mais o mesmo daquele de quase duas décadas atrás. Assim, A administração do PESET deve investir em atividades de Educação Ambiental e no efetivo manejo de sua visitação, para que o seu componente simbólico gradativamente seja alterado para a imagem de um parque que cumpre com os seus objetivos sócio-ambientais.

Referências

DITT, E.H.; MANTOVANI, W.; VALLADARES-PÁDUA, C.; BASSI, C. Entrevistas e aplicação de questionários em trabalhos de conservação. In: CULLEN, JR.; L. RUDRAN, R ; VALLADARES-PÁDUA, C. (Org.). **Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003. p. 631-646.

MONTEIRO DE BARROS, A.A.; SATHLER, E.B; CONCEIÇÃO, M.C.F.; PIMENTEL, D.S. Aspectos ambientais e legais da conservação do Córrego dos Colibris no Parque Estadual da Serra da Tiririca. In: SIMPÓSIO DE ÁREAS PROTEGIDAS: CONSERVAÇÃO NO ÂMBITO DO CONE SUL, 2., 2003, Pelotas. **Anais...** Pelotas: Laboratório de Manejo e Conservação Ambiental, 2003. v. 1, p. 390-397.

MONTEIRO DE BARROS, A.A.; PONTES, J.A.L.; PIMENTEL, D.S.; SATHLER, E.B.; CONCEIÇÃO M.C.F. Argumentos legais, Ambientais e Sociais para a conservação: Avaliação da proposta de inclusão do Morro das Andorinhas no Parque Estadual da Serra da Tiririca (RJ). **Revista Interagir**: Pensando a Extensão, Rio de Janeiro, n. 6, p. 39-45, ago./dez. 2004.

PIMENTEL, D.S.; MONTEIRO DE BARROS, A.A.; MOTTA E.S.; SILVA, L.M.P.; ORMOND, L.S.; LEDA, L.R. Society and Conservation Units: The Challenge of Serra da Tiririca State Park, Niterói/Maricá, RJ, Brazil. In: LEAL FILHO, W.; LITTLEDYKE, M. (Ed.). **International perspectives in environmental education**. Frankfurt: Peter Lang Ed., 2004. p. 119-128. (Environmental Education, Communication and Sustainability, 16).

PONTES, J.A.L. Serra da Tiririca, RJ. necessidade de conservação (1º contribuição). **Boletim FBCN**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 89-94, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. **Bairros de Niterói**. Disponível em:
<<http://www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br/bairros>>. Acesso em: 05 mar. 2007.

PRIMO, P.B.S; PELLENS, R. Situação atual das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., 2000, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidade de Conservação; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 2, p. 628 – 637.

VALLEJO, L.R. **Políticas públicas e conservação ambiental**: territorialidades em conflito nos Parques Estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ). 2005. 288 p. Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

9 INDICADORES PARA A GESTÃO DA INSERÇÃO SOCIAL DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA



Foto: Em 1º plano a Pedra da Prainha e em segundo plano a praia e a Pedra de Itacoatiara. Tirada por Douglas Pimentel em 26 de maio de 2007

Se desmorono ou se edifico,
se permaneço ou me desfaço,
— não sei, não sei. Não sei se fico
ou passo.

(Trecho de “Motivo” de Cecília Meireles)

Resumo

Existe uma carência de indicadores para avaliar o grau de inserção social local dos Parques. O Parque Estadual da Serra da Tiririca foi criado em 1991 por mobilização social, porém só teve os limites definitivos decretados em 2007. Os indicadores propostos relacionam-se às suas esferas simbólica, institucional e territorial. O Parque apresenta um grau satisfatório nas relações com moradores e visitantes, mas alguns indicadores precisam ser melhorados.

Palavras-chave: Indicadores; Parque Estadual da Serra da Tiririca; Inserção social

9 INDICATORS TO SERRA DA TIRIRICA STATE PARK SOCIAL INSERTION ADMINISTRATION**Abstract**

There is a lack on evaluation indicators to local social insertion degree of parks. The Serra da Tiririca State Park was created on 1991 by social mobilization, but only on 2007 their definitive limits were decreed. The proposed indicators refer to its symbolic, institutional and territorial spheres. The park shows a good level on residents and visitors relationship evaluation, but some indicators should be improved.

Keywords: Indicators; Serra da Tiririca State Park; Social insertion

9.1 Introdução

O Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) localiza-se entre os Municípios de Niterói e Maricá, no Estado do Rio de Janeiro. Foi criado em 1991, por mobilização de grupos da sociedade, porém só teve seus limites definitivos decretados em 1997, fato que, aliado à dificuldades administrativas do órgão gestor (o IEF RJ), emperra o processo de inserção social do Parque.

Existe uma carência de informações que permitam a construção de um modelo representativo das interações entre a sociedade e os parques. De uma maneira geral, o que se observa dentre os aspectos sociais, é o levantamento de características sócio econômicas, de escolaridade e do número de residentes, geralmente para UCs localizadas no ambiente rural. Além disso, muito pouco se têm para Parques situados em áreas urbanas e peri-urbanas. Esses parâmetros representam o resultado de políticas públicas, ou a ausência delas, que fogem da esfera administrativa mais localizada dos gestores de um parque. No entanto, as relações desse com seus visitantes e as comunidades próximas podem ser manejadas com o objetivo de cessar

ou minimizar os impactos. Para o uso público existem indicadores, porém o mesmo não acontece com as relações mantidas entre o espaço institucionalizado e os residentes próximos.

Alguns trabalhos apontam para a necessidade de desenvolvimento de indicadores sociais para subsidiar o manejo de UCs. Costa Neto, Teleginski e Oliva (2000) relacionaram as questões fundiárias aos vetores de degradação de parques e Estações Ecológicas do Estado de São Paulo com o objetivo final de elaboração de diagnósticos e proposição de ações. Röpper (2000) considera que a aplicação do modelo padrão de parques gera problemas, pois esses sempre têm particularidades sócio-políticas, além das ambientais. Assim, Brito (2000), ao propor uma matriz de avaliação do nível de implementação de UCs no Estado do Mato Grosso, apresenta como critérios, a sua situação legal e fundiária, mas não os aspectos simbólicos dessa relação com a sociedade. Essa lacuna também existe nas planilhas de princípios, critérios e indicadores elaborados por Padovan (2002) para a certificação de UCs, que, também se restringem à participação comunitária, aplicação e cumprimento de normas e à situação fundiária, na proposta de Faria (2002). Ribeiro e colaboradores (2007) propõem uma análise da gestão baseada em alguns parâmetros sociais como a formação do conselho, realização de atividades de Educação e Interpretação Ambiental e o nível de participação das comunidades locais. Nunes e colaboradores (2007) também propõem um diagnóstico para a gestão de um reserva, baseado na avaliação das comunidades do entorno, que, no entanto, não se encontra na esfera local do seu manejo. Faria, Pires e Serio (2007) consideram que uma das atribuições dos gestores de UCs seja a psicologia funcional necessária para o manejo das relações inter-pessoais de funcionários e para cooptar e lidar com lideranças locais. Dessa maneira observa-se que os aspectos sociais considerados, limitam-se geralmente às estratégias de integração das comunidades no manejo de UCs e constituição de seus Conselhos Gestores, aos mecanismos de avaliação de sua situação fundiária, legal e do envolvimento da comunidade (LOUREIRO; AZAZIEL; FRANCA, 2003; INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, 2006). Portanto, além de sensíveis e mensuráveis, esses indicadores devem basear o monitoramento e a gestão no âmbito local (LECHNER, 2006). O presente capítulo pretende identificar indicadores que permitam a avaliação da condição de inserção social do PESET, com vistas ao aprimoramento dos esforços de conservação com a integração dessa nova variável, das percepções e atitudes das pessoas em relação ao Parque.

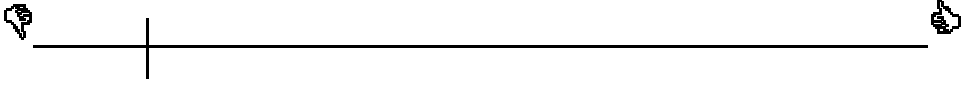
9.2 Desenvolvimento

9.2.1 Metodologia

A coleta de dados foi feita por entrevistas, organizadas em um questionário aplicado aos visitantes e moradores do entorno do PESET. Esse se constituía por 29 afirmativas que pretendiam construir um quadro das inter-relações entre a UC e servir de base para a proposição de indicadores (tabela 9.1).

O entrevistado expressou o seu grau de acordo ou desacordo, através da marcação de um traço em uma reta de 10 cm, em que o lado direito representava graus crescentes de concordância e o lado esquerdo, de discordância. Esse método baseia-se na escala de Likert, que contém cinco pontos (Figura 9.1). Porém como existe a tendência da marcação do ponto médio (PEREIRA, 2001), optou-se por não se especificar nenhum ponto na escala utilizada. Essas afirmativas versaram sobre percepções e atitudes dos entrevistados sobre o PESET e estão organizadas de forma que um maior grau de acordo por parte do conjunto de entrevistados expressaria uma situação mais favorável para o Parque. As entrevistas foram aplicadas em dias úteis e finais de semana e feriados no período de janeiro de 2006 a março de 2007. Os resultados foram obtidos através da divisão da reta em três partes por intermédio de uma máscara de papel vegetal sobreposta aos questionários. Se a marcação do entrevistado estivesse na primeira parte (da esquerda para a direita), considerava-se a resposta, discordante, se na segunda, a resposta era indiferente, se na terceira, concordante.

Por favor, marque um traço vertical cortando a reta abaixo de cada frase, indicando o seu grau de acordo ou desacordo com a afirmação. Quanto mais para o lado direito marcar, maior concordância estará demonstrando, quanto mais para a esquerda, maior discordância. Observe o exemplo abaixo:



O diagrama mostra uma linha horizontal representando a escala de concordância. No extremo esquerdo da linha há um ícone de uma mão apontando para a esquerda, e no extremo direito há um ícone de uma mão apontando para a direita. Uma linha vertical corta a linha horizontal no ponto médio, servindo como exemplo de marcação.

Figura 9.1 - Quadro apresentando trecho do questionário com a orientação para marcação das afirmativas sobre a relação do entrevistado com o PESET.

Tabela 9.1 – Afirmativas em que os entrevistados tinham que marcar o grau de acordo ou desacordo

Q	Afirmativas
1	Acompanho os políticos eleitos para saber sobre as propostas relacionadas ao Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET).
2	Confio plenamente que os políticos do meu Município e/ou Estado fazem todo o possível pela conservação do Parque.
3	O voto é extremamente importante para a conservação do Parque.
4	Eu voto em políticos que têm como plataforma a conservação do Parque.
5	Acompanho as propostas de Organizações não Governamentais (ONG) para a conservação do Parque.
6	Confio plenamente que as ONGs que atuam no Parque fazem todo o possível pela sua conservação.
7	Considero que a conservação do Parque cabe a todos. Tanto o governo quanto a sociedade.
8	Confio plenamente que a administração pública do Parque faz todo o possível pela sua conservação.
9	Gostaria muito de sempre ser informado sobre os procedimentos administrativos do Parque.
10	Gostaria muito de conversar com os administradores do Parque sobre seus problemas e apresentar propostas para solucioná-los.
11	Gostaria muito que o Parque fosse administrado por um conselho de representantes dos moradores e do governo.
12	Eu gostaria muito de participar desse Conselho.
13	Tenho total clareza dos limites do Parque.
14	Acho que os limites do Parque devam ser sempre respeitados.
15	Acho que o Parque deveria ter os limites mais claramente definidos (com placas, por exemplo).
16	Jamais compraria um terreno dentro dos limites do Parque, mesmo que fosse legalizado pela Prefeitura.
17	Acho que a visitação da área deva ser organizada, com horários, número máximo de visitantes por trilha, etc...
18	Considero totalmente correta a proibição da coleta de plantas e captura de animais do Parque.
19	Considero totalmente correta a proibição de entrada de animais domésticos no Parque.
20	Tenho total clareza de todos os problemas que levam a degradação do Parque.
21	A administração do Parque influencia os moradores do entorno.
22	Uma boa administração do Parque é boa para os visitantes e moradores do entorno.
23	A presença do Parque é muito positiva para a região.
24	O Parque deveria ter sempre atividades de guia de visitação, interpretação da natureza e Educação Ambiental, orientadas por pessoas capacitadas.
25	As placas de orientação da visita, interpretação ambiental e informação são extremamente importantes para uma boa visita e boa conservação do Parque.
26	Os guardas-parque são muito importantes para a conservação do Parque.
27	A visitação sem controle pode levar à degradação do Parque.
28	Acho que o Parque não deveria ser reduzido em hipótese alguma.
29	A pesquisa científica é muito importante para a conservação do Parque.

A região do entorno do Parque foi dividida em áreas, que constituíram diferentes populações estatísticas. Foram considerados os bairros limítrofes ao PESET, dos Municípios de Niterói e Maricá. Na composição da amostra foram selecionadas as seguintes populações: I) Bairros do Engenho do Mato e Várzea das Moças; II) Bairro de Itaipu; III) Bairro de Itacoatiara e IV) Bairro de Itaipuaçu. As três primeiras representadas por bairros da Região Oceânica de Niterói e a última representada por um distrito de Maricá. Os tamanhos das amostras foram calculados para produzir resultados com nível de confiança de 90% e 10% de erro. Foram entrevistados 394 moradores.

Os moradores foram abordados em suas residências, no comércio local e na praia, quando eram perguntados sobre se desejavam responder ao questionário e o local de moradia. Nessa ocasião também eram informados sobre o tempo de conclusão do mesmo (aproximadamente 20 minutos).

A mesma abordagem foi utilizada para os visitantes do PESET. Essa procurou traçar o seu perfil e caracterizar o uso público do Parque. O entrevistador se posicionou na entrada da sede de Itacoatiara, local com maior visitação, mais infra-estrutura e segurança para o pesquisador. Os visitantes que deixavam a trilha eram questionados sobre a anuência em responder questões. Optou-se por respondentes maiores de 16 anos e na presença de grupos de 20 pessoas ou mais, foram requisitados dois voluntários para responder ao questionário. O tamanho da amostra foi calculado para produzir resultados com nível de confiança de 95% e 5% de erro. Foram aplicados 350 questionários.

Os dados obtidos foram submetidos, em uma fase exploratória à Análise de Cluster, que é uma técnica multivariada para organizar as variáveis em grupos homogêneos e constituir as bases de discussão. Posteriormente foi aplicado um teste Z de igualdade de proporções para (1) verificar se houve igualdade entre as respostas das pessoas que tiveram uma opinião (concordância ou discordância) e as que ficaram indiferentes. Essa análise foi realizada comparando as proporções de indiferentes com os que tiveram opinião para cada questão em cada grupo de pessoas (moradores e visitantes) utilizando o teste de diferença entre proporções e (2) verificar se houve igualdade entre as pessoas que tiveram uma opinião de concordância e as que foram discordantes. Essa análise foi realizada comparando as proporções ajustadas (proporção de concordância dividida pela soma das proporções de concordância e discordâncias) de quem concordou e de quem discordou para cada questão em cada grupo de pessoas (moradores e

visitantes). Se o p-valor for inferior a 0,05 significa que as proporções são estatisticamente diferentes com 95% de confiabilidade.

O teste de hipóteses do Qui Quadrado avaliou a associação entre as frequências das respostas obtidas em cada questão, comparando-se visitantes e moradores, bem como visitantes de dia de semana e de finais de semana e comparações entre os bairros (um bairro em relação aos demais). Os valores do p-valor, inferiores a 0,05 (95% de confiança) indicam a diferença entre os padrões de resposta dos grupos binomiais estudados. Para a Análise de Correspondências (CC) utilizou-se o coeficiente de contingência, que é uma função do Qui-quadrado:

$$CC = \sqrt{\text{qui quadrado} / (\text{qui quadrado} + n)} \quad (1)$$

O programa utilizado para as análises estatísticas foi o SPSS Base 12.0 (*Users Guide*, Chicago: SPSS publishing, 2003).

No final, as questões mais representativas, considerando os diferentes testes estatísticos aplicados foram organizadas em uma tabela de indicadores de gestão da inserção social. Em seguida, esses foram aplicados para avaliar as condições do PESET.

9.2.2 Resultados e Discussão

Em média, 10% das pessoas abordadas se recusaram a responder ao questionário, principalmente depois de esclarecido o tempo para a sua conclusão. A Tabela 9.2 representa o resultado da análise de cluster, que agrupa as questões pelas respostas que indicaram discordância e concordância com as afirmativas propostas, em relação aos bairros e visitantes.

Tabela 9.2 - Análise de cluster para as 29 questões de nível de concordância, trazendo as variações e similaridades entre os bairros e visitantes

Questões	Sem padrão Disc./Conc.	Discordância	Concordância
1		A,B,C,D,E	
2		A,B,C,D,E	
3	A,B,D		C,E
4	A,B,C,D,E		
5		A,B,C,D,E	
6	A,B,C,D,E		
7			A,B,C,D,E
8	A,B,C,D,E		
9			A,B,C,D,E
10	A,B,C,D,E		
11	A,		B,C,D,E
12	A,B,D	C,E	
13		A,B,C,D,E	
14			A,B,C,D,E
15			A,B,C,D,E
16	D		A,B,C,E
17	E		A,B,C,D
18			A,B,C,D,E
19			A,B,C,D,E
20	A,B,C,D,E		
21	A,B,C,D,E		
22			A,B,C,D,E
23			A,B,C,D,E
24			A,B,C,D,E
25			A,B,C,D,E
26			A,B,C,D,E
27			A,B,C,D,E
28			A,B,C,D,E
29			A,B,C,D,E

(A) Engenho do Mato; (B) Itacoatiara; (C) Itaipu; (D) Itaipuaçu; (E) Visitantes. Em negrito, as questões que mostraram diferenças entre os grupos considerados.

Em relação ao teste de igualdade de proporções (Z), todas as proporções observadas são estatisticamente diferentes, quando as 29 afirmativas são comparadas frente às respostas relacionadas ao acordo ou desacordo (aqueles que emitiram opinião), em relação às respostas indiferentes. Logo, os dados indicam que não houve predominância de respostas intermediárias e todos os entrevistados assumiram uma posição, seja ela positiva ou negativa. Em vista disso, somente os dados com as duas respostas opostas foram listados na Tabela 9.3.

Tabela 9.3 - Percentuais dos entrevistados que concordaram ou discordaram das afirmativas apresentadas

Q	Moradores geral		Engenho do Mato		Itacoatiara		Itaipú		Itaipuaçu		Visitantes	
	discorda %	concorda %	discorda %	concorda %	discorda %	concorda %	discorda %	concorda %	discorda %	concorda %	discorda %	concorda %
1	81,08	18,92*	84,52	15,48*	67,47	32,53*	85,19	14,81*	87,14	12,86*	87,64	12,36*
2	91,05	8,95*	89,41	10,59*	85,87	14,13*	93,02	6,98*	95,89	4,11*	97,54	2,46*
3	26,02	73,98*	28,57	71,43*	24,72	75,28*	22,22	77,78*	28,57	71,43	19,54	80,46*
4	48,92	51,08	54,43	45,57	34,57	65,43*	40,00	60,00*	66,67	33,33	42,24	57,76*
5	81,55	18,45*	87,06	12,94*	78,82	21,18*	73,75	26,25*	86,57	13,43*	76,98	23,02*
6	51,44	48,57	56,52	43,48	63,24	36,76*	37,50	62,50*	48,48	51,52*	43,13	56,87
7	4,20	95,80*	3,37	96,63*	4,21	95,79*	5,32	94,68*	3,90	96,10*	4,50	95,50*
8	58,51	41,49*	60,87	39,13	61,19	38,81*	57,14	42,86	54,84	45,16*	51,10	48,90
9	11,41	88,59*	12,50	87,50*	11,49	88,51*	8,33	91,67*	13,33	86,67*	15,44	84,56*
10	34,36	65,65*	34,62	65,38*	32,91	67,09*	30,67	69,33*	39,22	60,78	33,03	66,97*
11	13,01	86,99*	21,43	78,57*	16,09	83,91*	7,95	92,05*	6,56	93,44*	16,73	83,27*
12	50,38	49,62	41,03	58,97	52,50	47,50	45,68	54,32	62,32	37,68*	66,67	33,33*
13	72,59	27,41*	75,61	24,39*	73,49	26,51*	66,67	33,33*	74,58	25,42	72,08	27,92*
14	2,17	97,83*	2,13	97,87*	3,19	96,81*	2,06	97,94*	1,30	98,70*	4,86	95,14*
15	1,11	98,89*	1,04	98,96*	2,13	97,87*	0,00	100,00*	1,28	98,72*	7,07	92,93*
16	19,65	80,35*	19,10	80,90*	17,39	82,61*	11,11	88,89*	30,99	69,01*	26,09	73,91*
17	8,50	91,51*	8,70	91,30*	13,64	86,36*	7,53	92,47*	4,11	95,89*	43,37	56,63*
18	2,82	97,18*	2,17	97,83*	5,62	94,38*	2,11	97,89*	1,37	98,63*	6,21	93,79*
19	11,19	88,81*	10,34	89,66*	15,91	84,09*	5,81	94,19*	12,70	87,30*	17,38	82,62*
20	30,85	69,15*	34,62	65,38*	23,61	76,39*	26,58	73,42*	38,60	61,40	33,90	66,10*
21	45,90	54,11*	51,85	48,15	41,03	58,97	35,53	64,47*	55,17	44,83	21,83	78,17*
22	3,88	96,12*	2,22	97,78*	6,38	93,62*	4,26	95,74*	2,67	97,33*	2,78	97,22*
23	1,37	98,64*	1,04	98,96*	2,11	97,89*	1,04	98,96*	1,27	98,73*	2,38	97,62*
24	0,86	99,14*	0,00	100,00*	1,08	98,92*	1,06	98,94*	1,30	98,70*	5,93	94,07*
25	1,73	98,27*	2,13	97,87*	2,15	97,85*	0,00	100,00*	2,63	97,37*	3,85	96,15*
26	4,50	95,50*	4,35	95,65*	4,49	95,51*	1,04	98,96*	8,11	91,89*	5,67	94,33*
27	4,83	95,17*	1,09	98,91*	6,59	93,41*	3,19	96,81*	8,45	91,55*	8,19	91,81*
28	3,25	96,75*	3,19	96,81*	2,20	97,80*	1,03	98,97*	6,58	93,42*	4,95	95,05*
29	1,74	98,26*	1,10	98,90*	1,06	98,94*	1,06	98,94*	3,75	96,25*	2,11	97,89*

Teste de igualdade de proporções (Z). Verifica se houve igualdade entre as pessoas que tiveram uma opinião de concordância e as que tiveram uma opinião de discordância. Essa Análise foi realizada comparando as proporções ajustadas (deve-se dividir a proporção de concordância pela soma das proporções de concordância e discordâncias) de quem concordou e de quem discordou para cada questão em cada grupo de pessoas (moradores e visitantes). Os asteriscos indicam as proporções populacionais diferentes ao nível de 95 %. Os negritos, as diferenças não significativas.

Os respondentes discordaram, em todos os bairros das questões 1, 2, 5 e 13. As duas primeiras relacionam-se às crenças e atitudes políticas individuais relacionadas ao Parque. Essas podem ter sido influenciadas pela posição de passividade geralmente atribuída ao brasileiro em relação à política e à participação mais ativa na tomada de decisões, o que pode ter afetado também a resposta da quinta afirmativa. A questão 13 refere-se ao desconhecimento sobre limites do Parque, o que pode ser uma consequência de sua indefinição por 16 anos e ausência, por muito tempo, de marcos e placas em áreas onde não há trilhas. Essa situação vem mudando com a

instituição dos limites definitivos do PESET em 2007 e a instalação de placas, pelo parque e de informações turísticas, pela Prefeitura de Niterói.

Houve predominantemente a concordância com as afirmativas 7, 9, 14, 15, 18, 19 e 22 a 29, tanto pelos moradores quanto pelos visitantes. As questões 7, 14, 28 e 29 podem representar consensos, que de maneira geral, são pouco críticos. A afirmativa 15 refere-se mais uma vez a visão de que há necessidade de definição mais clara dos limites do Parque. As questões 18 e 19 relacionam-se com procedimentos da visitação e o acordo pode indicar o incômodo com comportamentos inadequados observados. Além disso, a presença do Parque é entendida como positiva (questão 23), todos concordam com a necessidade de Educação e Interpretação Ambiental (24 e 25) e mais guardas-parque (26). Essas demandas podem estar relacionadas com a interpretação correta de que uma visitação sem controle pode levar a degradação do Parque (27). No entanto, a questão 17, sobre a regulação de horários e números de visitantes não foi consensual. Interessante notar que na questão 22 houve predominância de repostas concordantes para todos os respondentes, porém a polarização das repostas da questão 21 pode indicar o desconhecimento de alguns atributos legais dos parques, como a influência da administração sobre sua zona de amortecimento. Sobre essa questão pode-se notar que para os moradores, de maneira geral, o percentual de repostas negativas foi muito próximo das positivas (45,9% e 54,11%, respectivamente), enquanto que os visitantes penderam mais para o acordo com a afirmativa. Essa tendência para o acordo foi estatisticamente diferente se considerados todos os moradores e os visitantes, porém, quando considerados os respondentes dentro dos bairros, não houve diferenças significativas no Engenho do Mato, Itacoatiara e Itaipuaçu.

Os dados podem indicar a necessidade de realização de um maior número de entrevistas nessas localidades, porém, também estão relacionados com o baixo nível de informação da população sobre as características do zoneamento de parques. Além dessa as questões 4, 6, 8, 10, 12, 13 e 20, também não foram consensuais. A questão 4 refere-se a vinculação do voto individual com a conservação do PESET, e as posições de acordo só foram estatisticamente significativas nos bairros de Itacoatiara e Itaipu, bem como dentre os visitantes. Não houve resultados significativos se considerados todos os moradores. Interessante notar que as questões 6 e 8 tiveram grande proporção de posições de dúvida entre o acordo e o desacordo. Ambas colocam em cheque a confiança depositada nas Ongs e na Administração Pública, para a conservação do Parque. A primeira não obteve resultados estatisticamente favoráveis ao se

considerar todos os moradores e também obteve altos índices de respostas intermediárias, sempre acima de 25% (com exceção de Itaipuaçu cuja frequência foi de 19,51%). Na segunda, isso acontece, porém o teste estatístico realizado não detectou diferenças nos bairros do Engenho do Mato e Itaipu, bem como dentre os visitantes. A posição tomada nessas questões pode estar sendo influenciada por percepções mais abrangentes relacionadas a confiança na política, políticos e administração pública.

O bairro de Itaipuaçu também foi diferenciado pelo grande número de posições centrais, sempre acima de 25% nas questões 3, 4, 8, 9, 10, 13, 20 e 21.

A questão 10 relaciona-se a postura de participação na administração do Parque. Houve concordância com essa participação em todos os bairros e para os visitantes (com frequências em torno de 65%). Porém, os dados não são conclusivos em Itaipuaçu, provavelmente devido à maior porcentagem de respostas indiferentes obtidas (36,25%). Na questão 20 observou-se o mesmo fenômeno, com respostas polarizadas e com diferenças não significativas em Itaipuaçu.

As questões 3, 11, 12, 16 e 17 mostraram diferenças entre os bairros e visitantes, que podem ser significativas ou não, de acordo com a análise das duas tabelas. Na afirmativa 3, sobre a importância do voto, houve predominantemente o acordo, mas uma vez, sem valores significativos em Itaipuaçu (devido provavelmente à uma alta proporção de indiferentes, 31,71%, nesse bairro). A questão 11 refere-se ao Conselho Gestor ser encarado positivamente pela população. O acordo foi grande, porém menor no Engenho do Mato. A questão 12 relaciona-se com a vontade das pessoas em participar desse Conselho. A polarização das posições foi grande e os testes não conseguiram detectar diferenças nos bairros do Engenho do Mato, Itacoatiara e Itaipu. Os residentes em Itaipuaçu e os visitantes se posicionaram de maneira discordante nessa questão. Realmente, havia um constrangimento em marcar uma resposta discordante quando da aplicação dos questionários, o que pode levar a suposição de que essa poderia ser bem maior. A predisposição da população em compor o Conselho Gestor tem sido usada como indicador da participação das pessoas na administração de UCs. Porém esse dado pode estar sendo enviesado pela metodologia utilizada.

A maioria discorda em comprar terrenos dentro dos limites do Parque (questão 16), porém os moradores de Itaipuaçu seriam os mais propensos a fazê-lo (menores índices de acordo com a afirmativa). Esse dado era mais preocupante quando os limites do PESET ainda não estavam definidos (até setembro de 2007). Porém como os bairros de Itaipuaçu limítrofes ao

Parque são considerados áreas de expansão do Município de Maricá, e como há uma percepção de relações escusas entre a especulação imobiliária e a Prefeitura de Niterói (SIMON, 2001), o Poder Público Estadual deve ficar atento à expansão urbana desses municípios, em áreas próximas ao Parque. A questão 17 refere-se ao controle da visitação e exatamente o visitante se mostrou menos propenso a concordar (56,63%) com a imposição de horários de visita e limitação do número de visitantes por trilha. Durante anos após a criação do PESET (de 1991 até 2006), o Parque não tinha nenhum controle sobre a entrada de pessoas. Durante o período de coleta dos dados, alguns jovens, contratados por ONGs ligadas ao Governo do Estado, atuaram coletando algumas informações sobre os visitantes, além de se instituir o fechamento do portão de acesso às trilhas. Muitas reclamações ocorreram principalmente durante o verão, pois esses visitantes têm o hábito de assistir ao por do sol, no Costão de Itacoatiara. Isso instou a administração do Parque a firmar uma parceria com a Associação de Moradores do bairro de Itacoatiara (onde se localiza a entrada dessas trilhas) para que o acesso permanecesse aberto por mais uma hora, o que também não resolveu o problema. Os visitantes que prolongam a sua estada no Parque, simplesmente pulam o portão para entrar ou sair das trilhas. Todo o processo desgasta a imagem da administração, vista como ineficiente para gerir essa visitação. Atualmente o Estado firmou uma parceria com outra ONG, Grupo Brasileiro de Protetores Ambientais (GEBRAPA), que está fiscalizando o acesso ao Parque e às trilhas. Porém há relatos de que eles só permitem o acesso de dez pessoas por vez às trilhas, sem que nenhum estudo de Capacidade de Carga fosse feito. Esse fato, contraposto à cultura de visitação livre do Parque, bem como os dados apresentados, tem um grande potencial de gerar problemas entre os visitantes e a sua administração.

As Figuras 9.2, 9.3 e 9.4 mostram as afirmativas que foram sensíveis para detectar diferenças significativas entre as respostas de moradores e visitantes, quando submetidas ao teste do qui-quadrado (questões 1, 2, 3, 12, 15, 17, 19, 21, 24). As questões 1, 2, 3 e 12 podem ser relacionadas à esfera Institucional da UC, pois referem-se a percepção e postura política dos entrevistados. Para as duas primeiras afirmativas, o grau de discordância foi grande (como indicado na tabela 1), mas os moradores tenderam mais ao acordo que os visitantes e esses últimos se posicionaram mais, como indica a menor posição de indiferença. Os moradores concordaram bem menos com a questão 3 e também o percentual de posicionamento foi menor que dos visitantes. Esse maior acordo dos moradores, nas duas primeiras questões, pode estar relacionado com a percepção de que as decisões políticas sobre o Parque podem afetá-los mais

diretamente, não em função da UC mais em relação a toda a região. Ambas as questões também se referem a posturas políticas individuais. Porém, esses mesmos discordam mais da questão 3 sobre a relação do voto consciente com a conservação do Parque. Essa postura é interessante uma vez que o PESET é fruto de mobilização política, que partiu da sociedade, mas que foi rapidamente abraçada por políticos, que usaram e usam o Parque como plataforma eleitoral. A questão 12 relaciona-se com a vontade de participar do Conselho Gestor do Parque e, portanto, das decisões políticas sobre ele. Essa foi a questão em que as opiniões apareceram mais polarizadas, ao passo que os testes utilizados não conseguiram detectar diferenças entre elas para os moradores em geral, e para as de todos os bairros. Com exceção de Itaipuaçu e para os visitantes, em que o nível de discordância foi maior. Colocar essa questão em contraposição com a afirmativa 11 traz uma nova perspectiva. A maioria dos entrevistados concorda com a constituição do Conselho Gestor, porém não se dispõem a participar dele, delegando as decisões político-administrativas à outros.

Com relação à definição dos limites do Parque (questão 15), a maioria dos moradores e visitantes concordou com a afirmativa, porém os primeiros mostram-se mais sensíveis que os demais. Pode-se relacionar essa questão com a esfera territorial da inserção social do PESET. As afirmativas 17, 19, 21 e 24, por sua vez, podem ser relacionadas com a sua esfera simbólica, das percepções dos moradores e visitantes sobre aspectos da visitação. A questão 21 expressa como os entrevistados entendem a relação da administração da UC com os moradores. A questão 17, como já relatado, expressa a maior diferença de opinião entre moradores e visitantes. Os primeiros concordam mais que os últimos, com restrições impostas a visitação. O controle do público do PESET é necessário, porém frente ao longo período em que ele não aconteceu, espera-se que a instauração de normas seja gradual, prevista no plano de manejo e negociada no Conselho Gestor. Os visitantes, por sua vez, precisam ser mais estimulados a participar do órgão consultivo. A questão 19 também se refere ao controle da visitação e os moradores tendem a concordar mais, apesar de acontecer a entrada de animais domésticos no Parque e muitos visitantes se ressentirem com isso. Os visitantes conseguem relacionar mais a administração do Parque com uma visitação mais proveitosa (questão 21), porém discordam mais que os moradores da necessidade de atividades de Interpretação Ambiental e Educação Ambiental (apesar da concordância com a afirmativa 24 ser alta para os dois grupos). Há uma demanda pela

orientação da visita, mas esses dados podem estar expressando a posição de usuários diários do Parque que têm mais interesse na prática de esportes do que na interpretação da natureza.

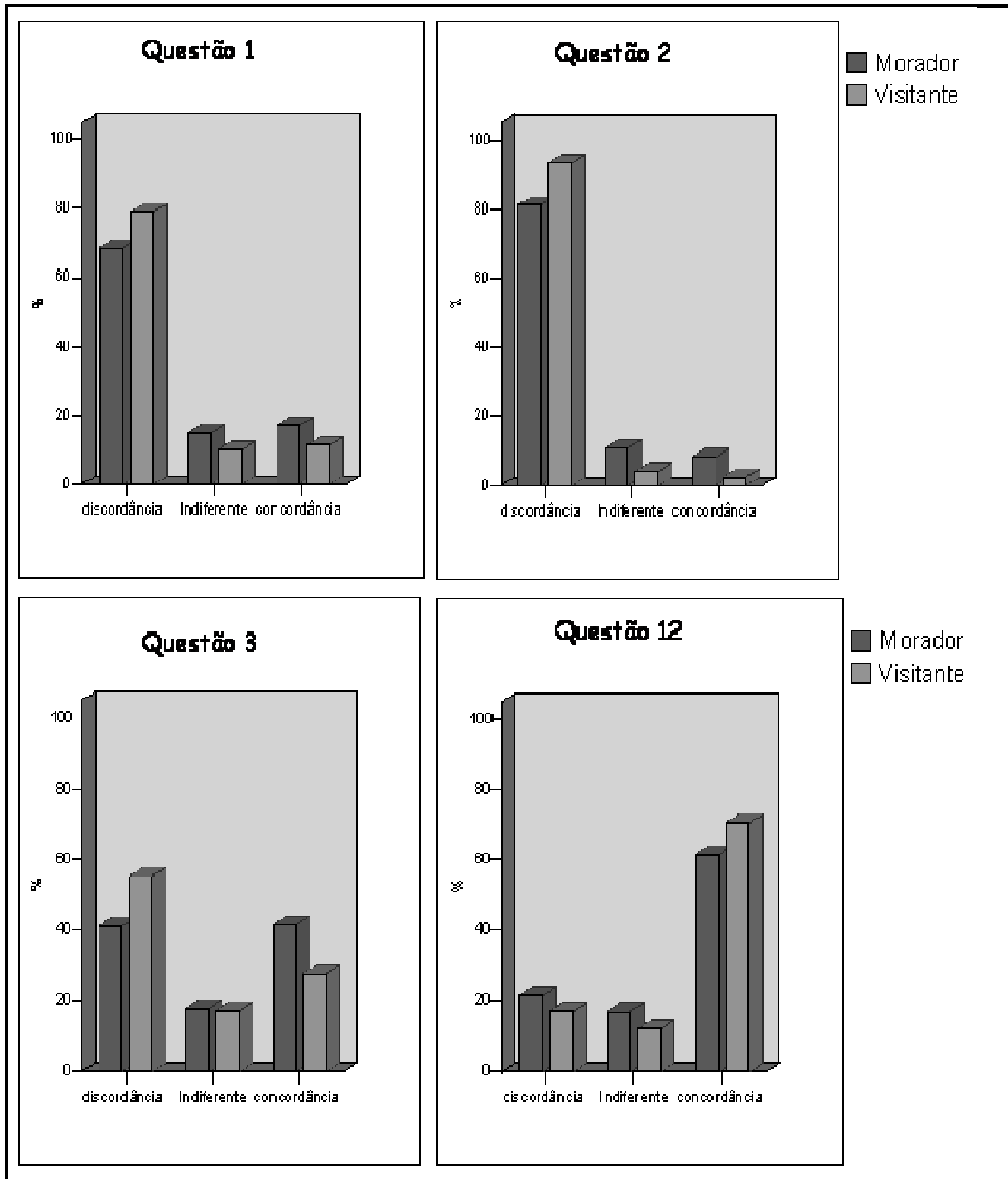


Figura 9.2 - Gráficos comparam as respostas de moradores e visitantes nas questões indicadas pelo teste do Qui quadrado, com diferenças significativas a 95% de confiabilidade e 0,05% de erro. Questões (1) Acompanho os políticos eleitos para saber sobre as propostas relacionadas ao Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET); (2) Confio plenamente que os políticos do meu Município e/ou Estado fazem todo o possível pela conservação do Parque; (3) O voto é extremamente importante para a conservação do Parque; (12) Eu gostaria muito de participar desse Conselho.

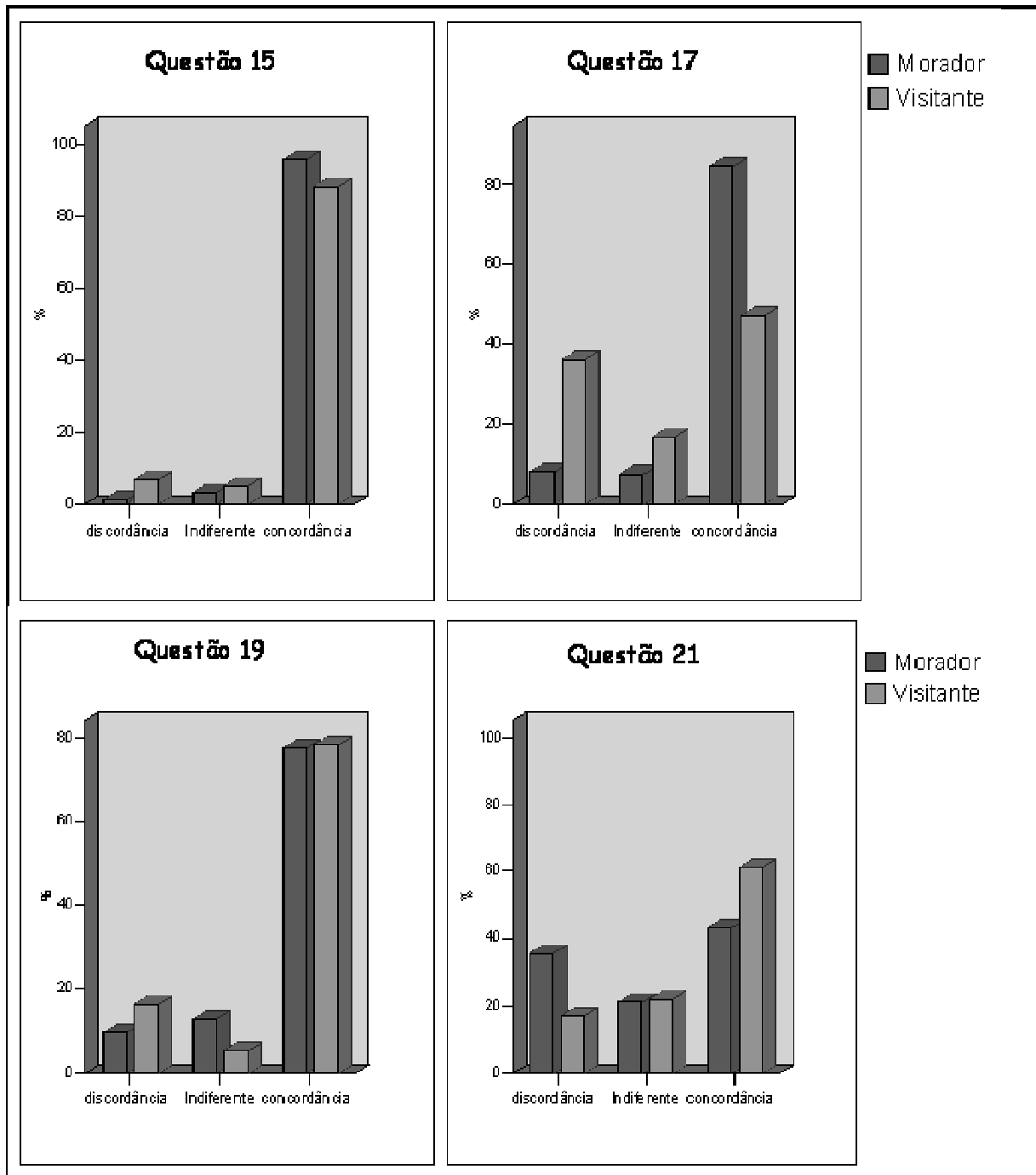


Figura 9.3 - Comparação das respostas de moradores e visitantes nas questões indicadas pelo teste do Qui quadrado, com diferenças significativas a 95% de confiabilidade e 0,05% de erro. Questões (15) Acho que o Parque deveria ter os limites mais claramente definidos (com placas, por exemplo); (17) Acho que a visitação da área deva ser organizada, com horários, número máximo de visitantes por trilha, etc...; (19) A administração do Parque influencia os moradores do entorno; (21) Considero totalmente correta a proibição de entrada de animais domésticos no Parque

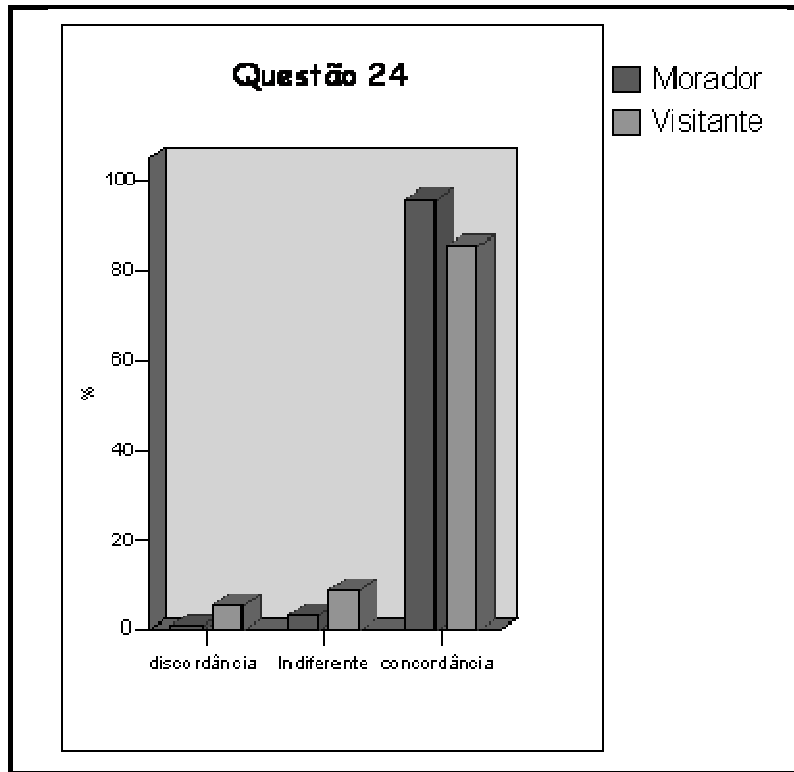


Figura 9.4 -Comparação das respostas de moradores e visitantes nas questões indicadas pelo teste do Qui quadrado, com diferenças significativas a 95% de confiabilidade e 0,05% de erro. Questão (24) O Parque deveria ter sempre atividades de guia de visitação, interpretação da natureza e Educação Ambiental, orientadas por pessoas capacitadas

A análise de correspondência entre as questões procurou evidenciar quais eram as mais representativas das relações mantidas entre as pessoas e o parque, na visão dos moradores e dos visitantes.

Para os moradores, as questões 3, 4, 9, 10, 11, 12 e de 14 a 29 (22 dentre as 29 afirmativas), apresentaram mais de 50% de correspondências com as demais. Já, para os visitantes, esse número foi menor e abrangeu apenas as questões 7, 9, 10, 14, 15, 18, 19, 22, 24, 25, 26 e 29 (12 das 29 afirmativas). O teste pode ter ratificado as diferenças existentes nas percepções de moradores e visitantes, os primeiros tendendo a possuir opiniões mais uniformes, do que os visitantes procedentes de diferentes bairros e municípios. De maneira geral, o número de correspondências foi maior dentre as questões, respondidas pelos moradores, em comparação com os visitantes.

O teste de qui-quadrado entre os bairros apontou que as questões discriminantes foram a 1, 3, 4, 6, 9, 11, 16, 18, 19, 26, 28. Portanto, essas foram analisadas, na comparação entre os bairros.

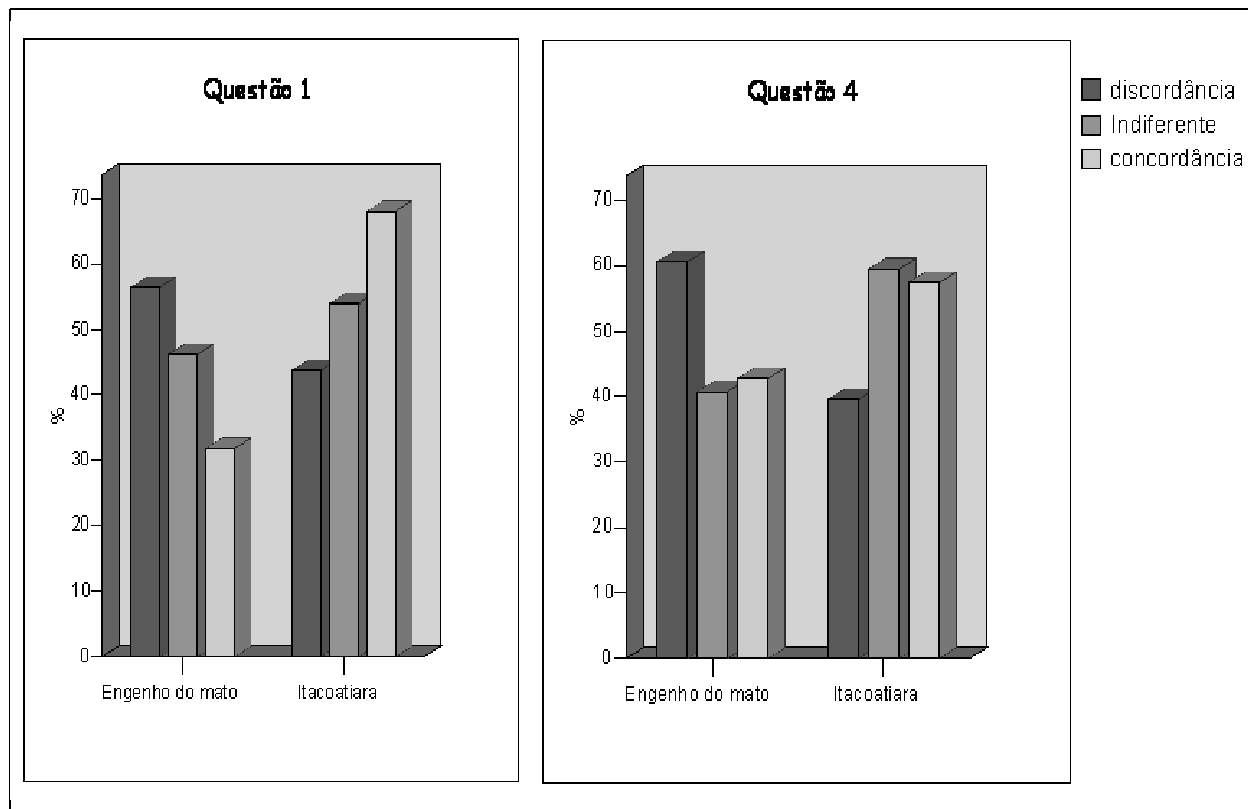


Figura 9.5 - Comparação das respostas dadas pelos moradores do Engenho do Mato e Itacoatiara nas questões indicadas pelo teste do Qui quadrado, com diferenças significativas a 95% de confiabilidade e 0,05% de erro. Questões (1) Eu voto em políticos que têm como plataforma a conservação do Parque; (4) Acompanho os políticos eleitos para saber sobre as propostas relacionadas ao Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET)

As questões 1 e 4 (Figura 9.5) separaram estatisticamente os Bairros de Itacoatiara e Engenho do Mato. Na primeira, a diferença dos que concordam com a questão foi bem maior para Itacoatiara. Na segunda, o teste (Z) não conseguiu detectar diferenças significativas nas respostas do Engenho do Mato e houve maior acordo em Itacoatiara, ambas indicando uma tendência ao maior posicionamento político nesse bairro.

As questões 1, 6, 26 e 28 são significativamente diferentes entre os bairros de Itacoatiara e Itaipu (Figura 9.6). Nessa comparação, aparecem mais uma vez, as diferenças nas questões 1 e 6 da esfera política. Porém os residentes de Itacoatiara não consideram que a atuação de ONGs seja importante para a conservação do Parque. Nas questões 26 e 28 a proporção de concordantes foi alta e a diferença está naqueles que discordaram da afirmativa. Sempre maior em Itacoatiara.

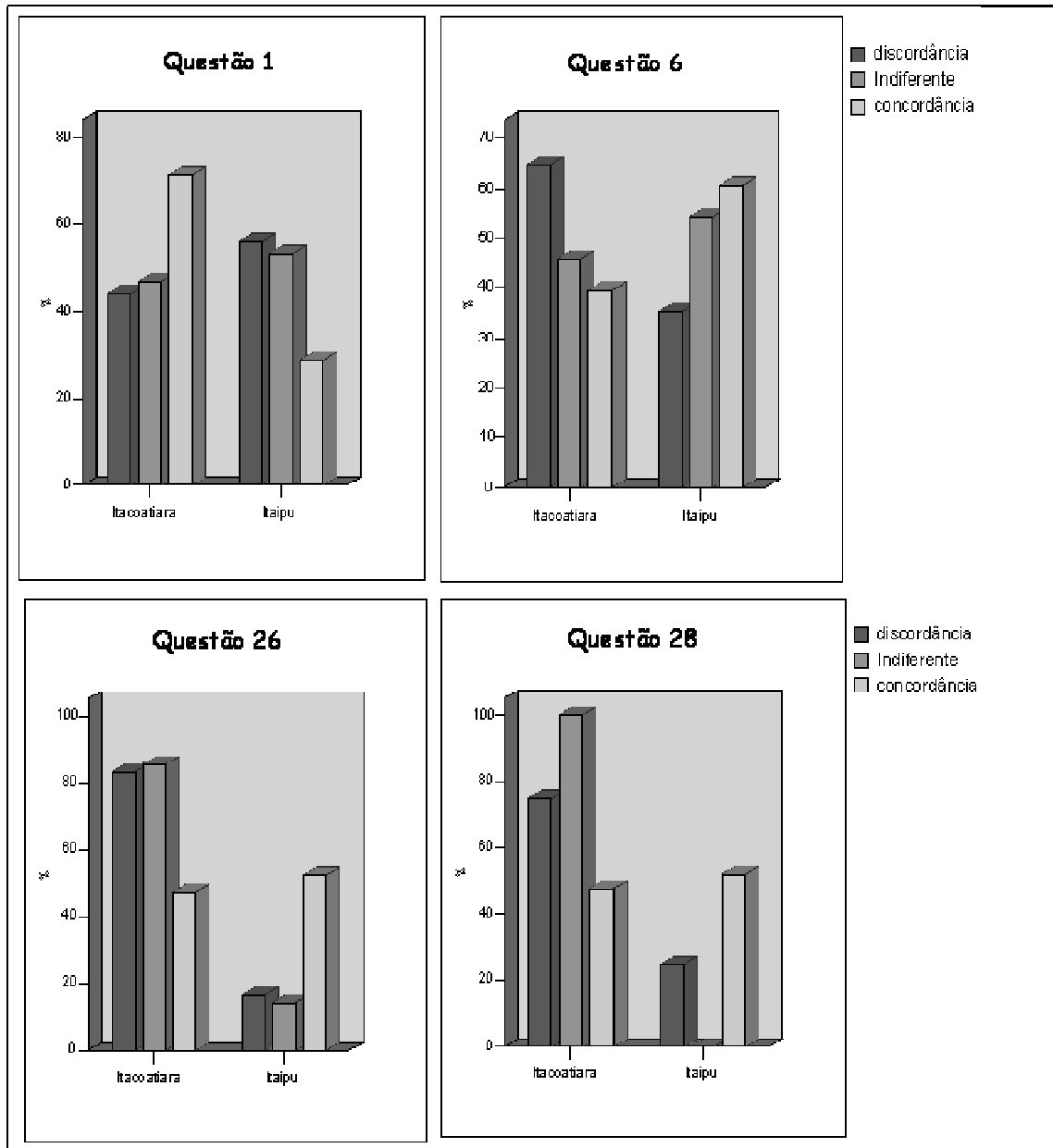


Figura 9.6 - Comparação das respostas dadas pelos moradores de Itacoatiara e Itaipu nas questões indicadas pelo teste do Qui quadrado, com diferenças significativas a 95% de confiabilidade e 0,05% de erro. Questões (1) Acompanho os políticos eleitos para saber sobre as propostas relacionadas ao Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET); (6) Confio plenamente que as ONGs que atuam no Parque fazem todo o possível pela sua conservação; (26) Acho que o Parque não deveria ser reduzido em hipótese alguma; (28) Os guardas-parque são muito importantes para a conservação do Parque

Comparando-se Itacoatiara com Itaipuáçu, aparecem as questões políticas da esfera Institucional do Parque relacionadas às questões 1, 3, 4 e 6 (Figura 9.7). Mais uma vez observa-se uma tendência ao posicionamento político dos moradores desse bairro, bem como uma

desconfiança em relação às Ongs. Para esses dois bairros também aparecem as questões 9, 16, 18 e 19.

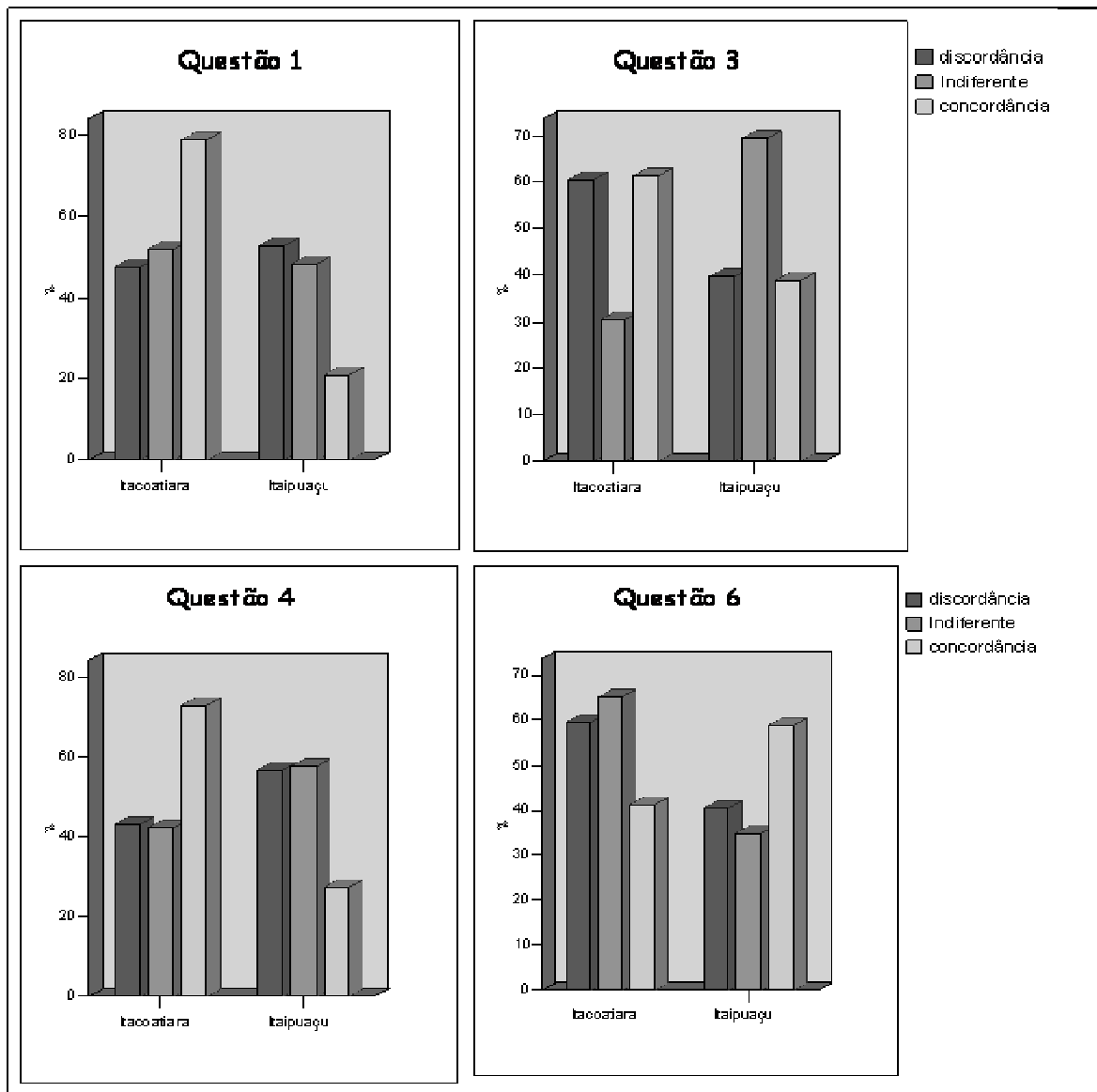


Figura 9.7- Comparação das respostas dadas pelos moradores de Itacoatiara e Itaipuaçu nas questões indicadas pelo teste do Qui quadrado, com diferenças significativas a 95% de confiabilidade e 0,05% de erro. (1) Acompanho os políticos eleitos para saber sobre as propostas relacionadas ao PESET; (3) O voto é extremamente importante para a conservação do Parque; (4) Eu voto em políticos que têm como plataforma a conservação do Parque; (6) Confio plenamente que as ONGs que atuam no Parque fazem todo o possível pela sua conservação

A questão 4 (Figura 9.8) foi a única a apresentar diferenças significativas entre os bairros do Engenho do Mato e Itaipú. As repostas nesses dois bairros foram bem polares e, porém a discordância foi maior no Engenho do Mato.

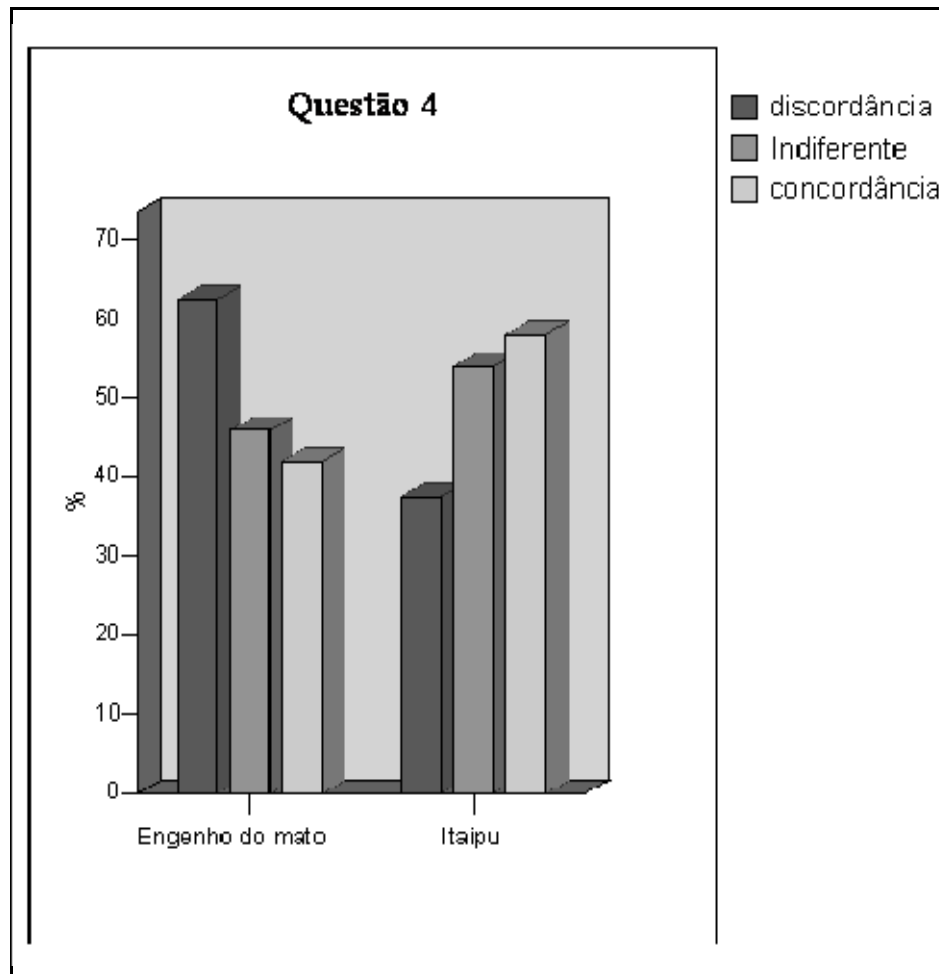


Figura 9.8 - Comparação das respostas dadas pelos moradores de Engenho do Mato e Itaipu nas questões indicadas pelo teste do Qui quadrado, com diferenças significativas a 95% de confiabilidade e 0,05% de erro. Questão (4) Eu voto em políticos que têm como plataforma a conservação do Parque

Esse bairro (Engenho do Mato), quando comparado com Itaipuaçu também apresenta diferenças nas questões políticas 3 e 4, bem como nas questões 9, 11 e 19 (Figura 9.9 e 9.10). Nesse último, chama a atenção o grande percentual de respostas indiferentes, sempre maiores na comparação com os demais bairros. Essas afirmativas relacionam-se com as diferentes esferas (institucional, simbólica e territorial) da inserção social das UCs. Assim pode-se concluir que o IEF necessita realizar um grande esforço para manejar essa imagem em Maricá. Em 2007 foi inaugurada a sede do PESET em Itaipuaçu, porém se faz necessário que a administração diminua esse grau de isolamento do Parque, talvez com a abertura de trilhas interpretativas no local, bem como a realização de atividades de Educação Ambiental na sede e redondezas.

As questões 4, 6, 9, 11, 16, 18, 19, 26 e 28 mostraram diferenças significativas entre os bairros de Itaipu e Itaipuaçu, o que mostra que, apesar de características semelhantes, esses bairros possuem uma percepção diferente sobre o Parque.

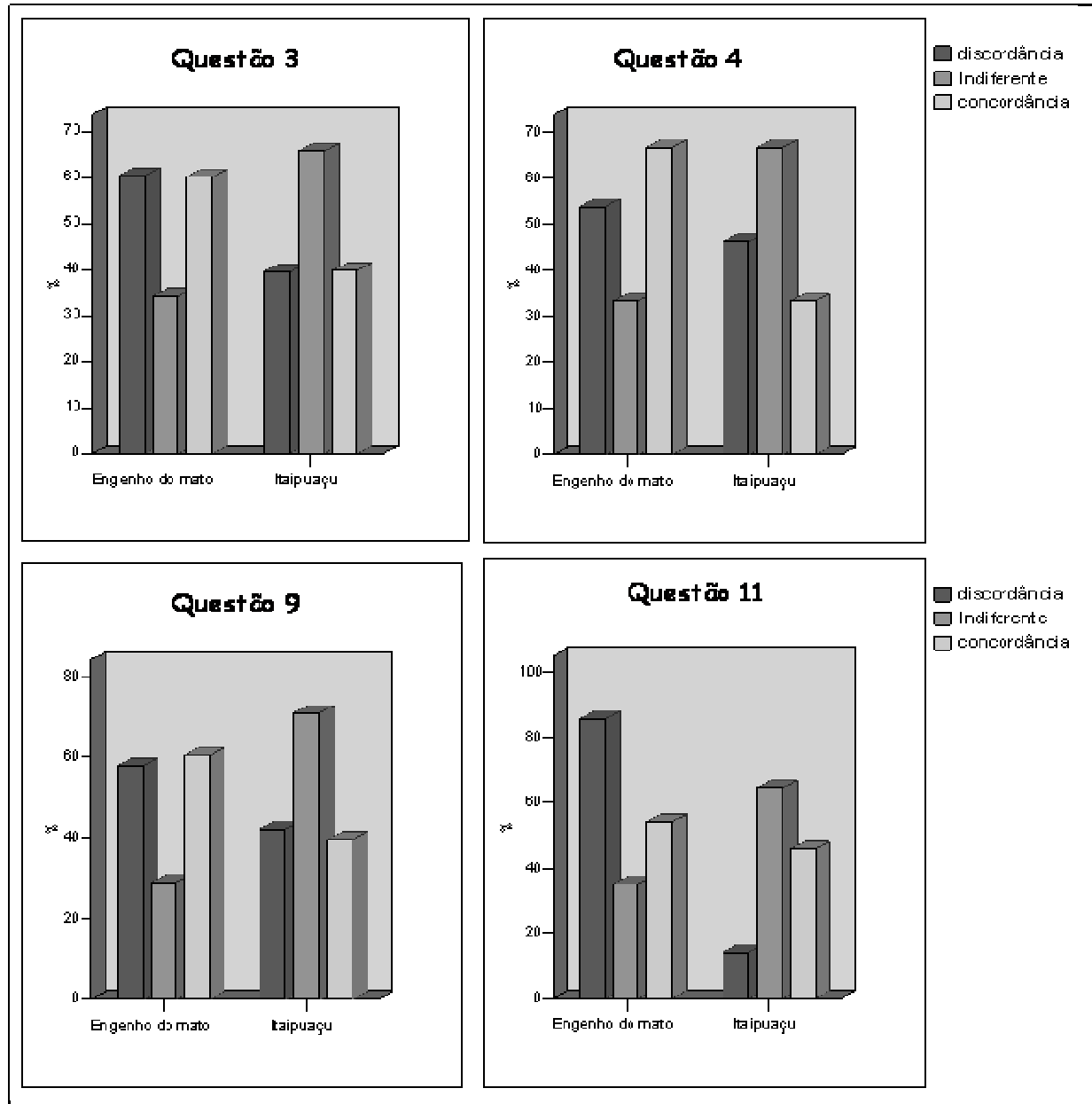


Figura 9.9 - Comparação das respostas dadas pelos moradores de Engenho do Mato e Itaipuaçu nas questões indicadas pelo teste do Qui quadrado. Questões (3) O voto é extremamente importante para a conservação do Parque; (4) Eu voto em políticos que têm como plataforma a conservação do Parque; (9) Gostaria muito de sempre ser informado sobre os procedimentos administrativos do Parque; (11) Gostaria muito que o Parque fosse administrado por um conselho de representantes dos moradores e do governo

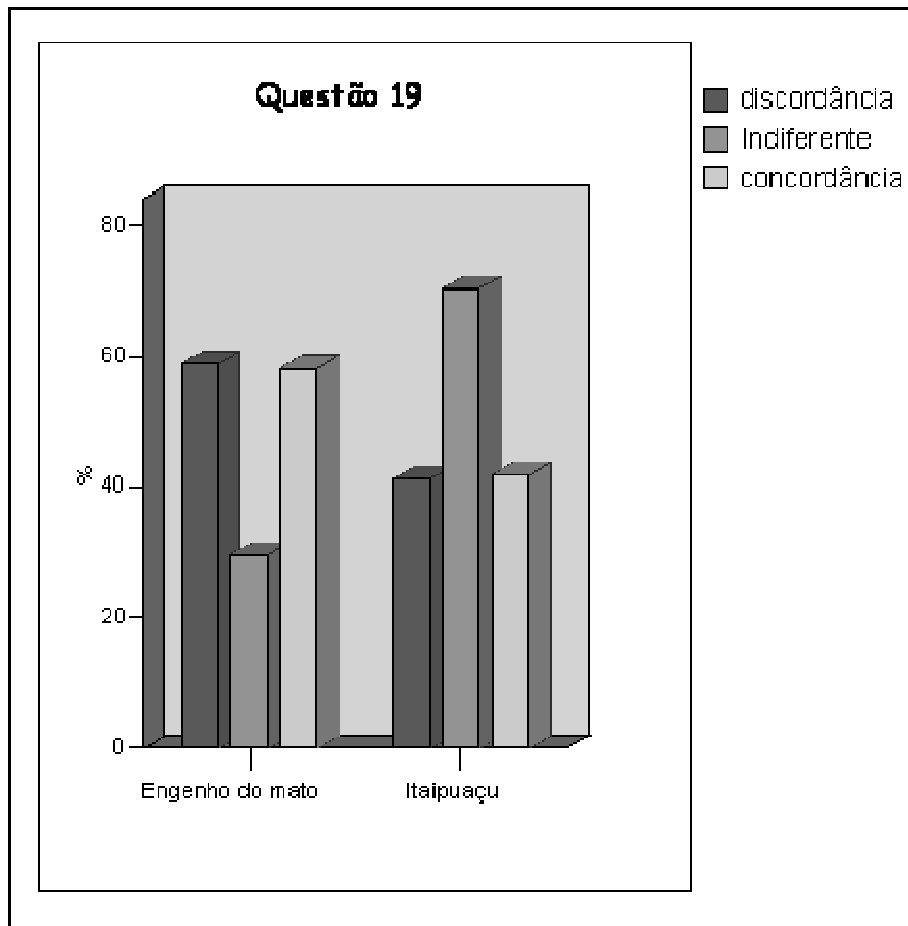


Figura 9.10 - Comparação das respostas dadas pelos moradores de Engenho do Mato e Itaipuaçu nas questões indicadas pelo teste do Qui quadrado. Questão (19) Considero totalmente correta a proibição de entrada de animais domésticos no Parque

9.2.2.1 Proposição dos indicadores

O presente trabalho demonstrou que existem diferenças entre as percepções de moradores e visitantes sobre o Parque, bem como entre os bairros estudados. As questões 1, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24 e 26 foram as mais sensíveis para detectar diferenças entre os grupos analisados nos diferentes testes utilizados. As questões abrangem a percepção e atitudes de moradores e visitantes em relação às diferentes esferas do processo de institucionalização do PESET e, portanto, podem ser utilizadas como indicadores para o monitoramento e manejo desse processo. Dessa maneira, propõe-se a seguinte tabela com indicadores e padrões de monitoramento das condições sociais de Parques (Tabela9.3).

Tabela 9.3 – Indicadores propostos para a gestão da inserção social de parques

Indicador (morador e visitantes) Engloba percepção e atitudes	Padrões (verificadores) Questões	Exemplos de ações de manejo
Postura política influenciada pelo Parque	1	- Cobrar ações de políticos com plataformas relacionadas ao Parque
	3	- Promover alianças políticos locais
	4	- Dar visibilidade à atuação política positiva - Educação Ambiental
Confiança em ONGs que atuam no Parque	6	- Dar visibilidade à atuação positiva de ONGs - Estimular a participação
Confiança na Administração Pública	8	- Dar visibilidade às ações de manejo
Conhecimento sobre as ações da gestão	9	- Relacionar sempre o manejo e o seu propósito - Divulgação
Troca de experiências	10	
Percepção da necessidade do Conselho Gestor	11	- Ações de aproximação com as pessoas - Visibilidade nas ações do Conselho - Estimular a autonomia do Conselho
Predisposição na participação nesse Conselho	12	- Educação Ambiental
Respeito e compreensão da territorialidade do Parque	15	- Parcerias com Prefeituras
	16	- Promover o conhecimento sobre os limites
	21	
Respeito e compreensão dos procedimentos de uso público	17	- Relacionar sempre o manejo e o seu propósito
	18	- Interpretação Ambiental
	19	- Educação Ambiental - Dar visibilidade aos problemas e propostas para solucioná-los
Compreensão dos problemas do Parque	20	- Autonomia do Conselho Gestor - Educação Ambiental
Percepção positiva sobre a necessidade de atividades de IA e EA	24	- Interpretação e Educação Ambiental monitoradas
Percepção positiva sobre a ação dos guardas-parque	26	- Evitar as ações repressivas e estimular as educativas

Nota: foram consideradas as questões mais representativas, considerando os diferentes testes estatísticos aplicados.

Tabela 4 – Indicadores para monitoramento da inserção social do PESET

Q	Padrões moradores		Padrões visitantes	
	%	situação	%	situação
1	18,92	4	12,36	4
3	73,98	1	80,46	0
4	51,08	2	57,76	2
6	48,57	2	58,87	2
8	41,49	2	48,90	2
9	88,59	0	84,56	0
10	65,65	1	66,97	1
11	86,99	0	83,27	0
12	49,62	2	33,33	3
15	98,89	0	92,93	0
16	80,35	0	73,91	1
21	54,11	2	78,17	1
17	91,51	0	56,63	2
18	97,18	0	93,79	0
19	88,81	0	82,62	0
20	69,15	1	66,10	1
24	99,14	0	94,07	0
26	95,50	0	94,33	0
G.	72,20	1	69,95	1

Notas:

(G) dados gerais

(0) 100% a 80%; (1) 79,99% a 60%; (2) 59,99% a 40%; (3) 39,99% a 20%; (4) 19,99% a 0%.

(0) extremamente favorável; (1) favorável; (2) mediana; (3) desfavorável; (4) extremamente desfavorável.

Situação Geral desejável (0) ou (1).

9.3 Conclusões

O Parque Estadual da Serra da Tiririca ainda encontra-se numa situação favorável em termos de sua inserção social, provavelmente relacionada com a sua característica peculiar de ser um Parque que resultou de mobilização popular. Porém alguns indicadores precisam ser melhorados, como a promoção de sua vinculação com o voto ambientalmente consciente em Niterói e Maricá, estabelecimento de parceria com ONGs sérias e divulgação desse trabalho, dar visibilidade as ações da administração, com menos medidas repressivas e mais medidas educativas. O uso público deve ser regulado, mas as ações devem ser compreendidas pelos visitantes do Parque. Portanto se faz necessário o desenvolvimento urgente de atividades de Educação e Interpretação Ambiental. A constituição do conselho gestor é outro ponto sensível e a

administração deve estimular a participação democrática de todos os atores envolvidos. Em última instância, como todas essas atividades dependem do plano de manejo, ele deve ser realizado o mais rápido possível sob pena dessas condições se deteriorarem mais.

Referências

BRITO, M.A. Avaliação do nível de implementação das Unidades de Conservação do Estado do Mato Grosso, Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., 2000, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidade de Conservação; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 2, p. 645-653.

COSTA NETO, J.B.C.; TELEGINSKI, A.; OLIVA, A. Levantamento fundiário nas Unidades de Conservação de proteção integral do Estado de São Paulo – aplicação em planos de manejo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., 2000, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidade de Conservação; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 2, p. 441– 451.

FARIA, H.H. Estado da gestão de três Unidades de Conservação de São Paulo inseridas nos Domínios de Mata Atlântica: Parques Estaduais da Ilha do Cardoso, de Carlos Botelho e do Morro do Diabo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. v. 1, p. 289-303.

FARIA, H.H.; PIRES, A.S. SERIO, F.C. Gestão de Unidades de Conservação: conceituação e componentes básicos para a excelência do processo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 5., 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2007. 1 CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Educação ambiental em unidades de conservação**. Rio de Janeiro, 2006. 28p.

LECHNER, L. Planejamento, implantação e manejo de trilhas em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**, Curitiba, v. 3, n. 3, 125 p. jun. 2006.

LOUREIRO, C.F.B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBAMA, 2003. 44 p.

NUNES, L.B.M.; FARINA, P.; CRUZ, W.P.S.; GUEDES, R. F.; MARTINS, F.D.; FERNANDES, A.C. Diagnóstico sócio-ambiental do entorno da Reserva Biológica do Tapirapé, no Município de Marabá, PA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 5., 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2007. 1 CD-ROM.

PEREIRA, J.C.R. **Análise de dados qualitativos**: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. 157 p.

PADOVAN, M.P. Formulação de parâmetros e de um procedimento para a certificação do manejo de Unidades de Conservação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. v. 1, p. 33-44.

RIBEIRO, E.M.S.; JESUS, J.S.; BEZERRA, A.C.V.; FERRAZ, E.M.N. Análise comparativa da implementação e gestão de Unidades de Conservação pertencentes a diferentes esferas governamentais no Estado de Pernambuco, Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 5., 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2007. 1 CD-ROM.

RÖPER, M. Reconstruindo o histórico do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense: uma contribuição à análise sócio política das Unidades de conservação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., 2000, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidade de Conservação; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 2, p. 452-461.

SIMON, A.V.S. Aspectos sócioambientais e jurídicos do Parque Estadual da Serra da Tiririca. **Plúrima** - Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 24, n. 5, p. 9-52, 2001.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Foto de capa da seção 10 (Considerações finais): O autor e filho. Em segundo plano o PESET. Tirada em 20 de julho de 2008 por Márcia Santos

A alma é divina e a obra é imperfeita.
Este padrão sinala ao vento e aos céus
Que, da obra ousada, é minha a parte feita:
O por-fazer é só com Deus...

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

(trechos de Mar Português de Fernando Pessoa)

A presente tese procurou analisar o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) buscando diretrizes para um olhar mais apurado sobre as relações mantidas por essa categoria de Unidade de Conservação (UC) com a sociedade. Assim, agora algumas considerações são feitas para servir de base para novas investigações e a construção de uma metodologia que permita a avaliação dessas relações, com o intuito de uma gestão mais sensível ao processo de significação social dos Parques.

A aplicação do modelo de parque traz no seu cerne uma visão de natureza e conseqüentemente dos procedimentos da conservação, que afeta o seu processo de ganho de significado para as comunidades adjacentes e visitantes. Mesmo com as adaptações a realidade brasileira, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) ainda sofre críticas e aqueles com uma visão preservacionista mais dura argumentam que as UCs de Uso Sustentável sequer deveriam fazer parte desse sistema, pois a função precípua das “verdadeiras” UCs seria a conservação da natureza. Logo, sob essa visão, os parques são vistos como uma proposição estranha à realidade local.

Em termos da imagem dos parques, os conservacionistas mais sensíveis às questões sociais o enxergam como fonte geradora de conflitos. Os preservacionistas, por sua vez, o vêem como pouco eficientes, os chamados parques de papel.

Para a compreensão da relação complexa entre os parques e a sociedade é proposto um modelo integrador em que se consideram as formas institucionais, territoriais e simbólicas como determinantes no processo de sua inserção social. Além disso, o que vai gerar maior impacto sobre como as pessoas enxergam os parques é a sua esfera simbólica, pois as esferas administrativas somente são reconhecidas por aqueles que lidam de maneira mais próxima com a sua gestão. A maioria desconhece os meandros políticos e administrativos da existência da UC. A dimensão ecológica é entendida de maneira muito superficial: o verde, a paisagem, a vista. Essa não é capaz de gerar uma percepção crítica no senso comum. Mais uma vez, somente biólogos e ecólogos conseguem perceber os fenômenos que levam a degradação do parque e compreender as bases dos procedimentos de conservação.

Dessa maneira, as atividades de Educação Ambiental assumem uma maior importância, pois fornecem as ferramentas para uma atuação mais crítica da sociedade sobre as decisões políticas no âmbito de suas relações com o meio, viabilizando o processo de inserção social dos parques, pois trabalha inerentemente com as representações da sociedade sobre esse instrumento

da conservação. Dessa maneira, A Educação Ambiental é entendida como mediadora da construção do seu papel social, que passa pelas suas relações políticas, o seu uso público e também pela sua importância ecológica, respondendo a pergunta do porque preservar.

No caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca, a perspectiva histórica reforça a visão de que as características atuais do Parque decorrem do processo de ocupação da região. Isso permite a suposição, baseada nas diferenças da evolução da expansão urbana, entre os Municípios de Niterói e Maricá, o primeiro em um estágio mais avançado do que o segundo: Parece haver uma tendência de intensificação dos conflitos pela posse da terra em Maricá, bem como o crescimento da especulação imobiliária na área.

A história do Parque também ficou marcada pela mobilização popular para a sua criação e pela ineficiência administrativa da Fundação Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro (IEF), que deixou de demarcá-lo por mais de 16 anos e não tinha infra-estrutura necessária para geri-lo. As demandas são muitas, pois o PESET ainda não possui sequer o plano de manejo. Essas deficiências deixaram marcas negativas na imagem do Parque, esse, freqüente alvo da especulação imobiliária. Nesse balanço histórico, os atores mais próximos ao PESET têm uma visão negativa do mesmo, mais relacionada com a sua administração do que com a sua existência, que é vista como positiva por moradores próximos e visitantes.

Assim, o Parque é percebido através de uma série de adjetivos, que se gradua de uma visão positiva, como parque esperança e que deteve a especulação imobiliária, a negativos, como parque conflito e problema. Há a necessidade de manejar essa visão para que penda mais para o lado positivo e possa angariar aliados na sua defesa. De uma maneira geral, os argumentos pela conservação do Parque parecem associar-se mais a valores relacionados à sua história e relação com a sociedade. Talvez a falta de conhecimento das características biológicas e ecológicas da área esteja influenciando essa visão parcial.

A avaliação dos argumentos também pode se configurar como uma ferramenta para a criação de indicadores de gestão da inserção social, pois eles remetem a uma forma subjetiva de enxergar o Parque.

Observando os resultados da análise de conteúdo, observa-se que os atores são sensíveis às questões políticas relacionadas e a procedimentos administrativos, ou a ausência deles. Isso demonstra a importância dessas questões para uma percepção mais positiva da população sobre o Parque. O problema sensível da indefinição dos limites também teve a sua força de influenciar a

visão das pessoas sobre o PESET, bem como a ausência da administração na orientação e organização da visita e carência de atividades de Educação Ambiental.

Foram propostos indicadores com a integração dessa nova variável, das projeções simbólicas das pessoas sobre o PESET, que permitiram a avaliação da condição de inserção social dessa categoria de UC, com vistas ao aprimoramento dos esforços de conservação. Há a necessidade de aplicação desses indicadores em outros parques. Esses apontaram a necessidade da maior visibilidade política e administrativa do Parque. Porém, na análise final, os resultados talvez tenham expressado a visão de que a sua presença é positiva para a região. Essa percepção deve ser embasada com informações mais acuradas sobre a importância da conservação da área, para que o PESET ganhe significado social. Entende-se o processo viabilizado pela Educação Ambiental, para que esse fomenta a criação do seu Conselho Gestor, viabilize a diminuição dos impactos da visitação e permita um maior conhecimento sobre as características biológicas, históricas e sociais do Parque. Assim, o PESET poderá assumir o seu papel social, de um parque baseado em referências sócio ambientais, que cumpre com o seu objetivo primário de conservação, como um aliado das comunidades locais e seus visitantes.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)